

Universidade Federal de Minas Gerais
Mestrado Interdisciplinar em Ambiente Construído e Patrimônio
Sustentável

Maria Lúcia Prado Costa

Capacitação de Educadores em Educação Ambiental e Educação
Patrimonial Focada em Recursos Hídricos: A Fazenda-Escola
Fundamar (Paraguaçu/MG, baixo curso do rio Sapucaí)

Belo Horizonte – 2011

Maria Lúcia Prado Costa

Capacitação de Educadores em Educação Ambiental e Educação Patrimonial focada em Recursos Hídricos: Fazenda-Escola Fundamar (Paraguaçu/MG, baixo curso do rio Sapucaí)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável, da Universidade Federal de Minas Gerais, Área de Concentração: Bens Culturais, Tecnologia e Território;
Linha de Pesquisa: Gestão do Patrimônio no Ambiente Construído

Orientadora: Prf^a. Dra. Beatriz Alencar d' Araújo Couto

Belo Horizonte/MG – 2011

FICHA CATALOGRÁFICA

C837c	Costa, Maria Lúcia Prado. Capacitação de educadores em educação ambiental e educação patrimonial focada em recursos hídricos [manuscrito] : a Fazenda-Escola Fundamar (Paraguaçu/MG, baixo curso do rio Sapucaí) / Maria Lúcia Prado Costa. - 2011. 234f. : il.; + 1 CD-ROM Orientadora: Beatriz Alencar d'Araújo Couto. Área de concentração: Mestrado em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura. 1. Educação ambiental. 2. Patrimônio – Proteção. 3. Recursos hídricos. 4. Hidrografia – Sapucaí, Rio. 5. Furnas, Reservatório de (MG). 6. Ensino fundamental. I. Couto, Beatriz Alencar d'Araújo. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Arquitetura. III. Título. CDD 574.5
-------	--

FOLHA DE APROVAÇÃO

DEDICATÓRIA

Esta dissertação é dedicada aos muitos meninos e meninas da Fazenda-Escola Fundamar e aos seus educadores, meus parceiros de longa data.

E ao Francisco, meu filho.

AGRADECIMENTOS

São muitos aqueles a quem gostaria de agradecer ao finalizar esse trabalho. Em especial, a Fundação 18 de Março e a Fazenda-Escola Fundamar pelo apoio no período em que me ausentei para realização do mestrado em Belo Horizonte, e a Bios Consultoria Ambiental, empresa que me acolheu durante este mesmo período e que me atraiu para o estudo do meio ambiente e do patrimônio histórico.

Aos colegas, funcionários e professores do Mestrado, entre eles Beatriz Couto e Myriam Bahia pela crítica oportuna e interessada. E a Márcia Maria Duarte dos Santos, do Centro de Referência de Cartografia Histórica da UFMG, que me apresentou ao rico mundo dos mapas antigos.

Agradeço ainda ao geógrafo Diego Macedo que se dispôs a mapear a Fazenda-Escola Fundamar e aos depoentes do bairro Chico dos Santos, que se dispuseram a me contar suas histórias.

E a Maria Aparecida e Maria Silvia Cambraia que me convenceram a fazer este percurso.

RESUMO

Esta dissertação apresenta um instrumento de capacitação de educadores de uma escola pública de ensino fundamental, em educação ambiental e educação patrimonial focada em recursos hídricos, na perspectiva da interdisciplinaridade. Trata-se da Fazenda-Escola Fundamar, projeto de uma entidade do Terceiro Setor, a Fundação 18 de Março - Fundamar em parceria com a Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais, e situada no município de Paraguaçu, no Sul de Minas, no baixo curso do rio Sapucaí. Para elaboração desse instrumento de capacitação, discutem-se, previamente, nessa dissertação, as disciplinas que apresentam interface com o tema; o alcance e o limite da hibridação entre educação ambiental e educação patrimonial tanto ao nível da legislação quanto dos atores envolvidos na temática dos recursos hídricos em Minas Gerais. Apresenta-se uma crítica ao principal projeto de educação ambiental e patrimonial focada em recursos hídricos no estado. E, a partir dessa crítica, são construídas duas narrativas, com metodologias diferentes, sobre a história das bacias hidrográficas sobre as quais se estende a comunidade atendida pela Fazenda-Escola Fundamar: a história da bacia hidrográfica do Reservatório de Furnas e a do baixo vale do rio Sapucaí – histórias que se complementam. Procurou-se nessas narrativas identificar as temporalidades em que o rio principal teria exercido papel protagonista no seu entorno.

Os principais construtos desse conhecimento foram transpostos didaticamente para a elaboração do instrumento de capacitação de educadores, na perspectiva da teoria construtivista. Trata-se de um instrumento de capacitação em serviço, através da proposição de atividades para os educadores desenvolverem com seus alunos de 7 a 16 anos de idade, de acordo com o perfil de cada turma.

Palavras-chave: educação ambiental – educação patrimonial – recursos hídricos – rio Sapucaí – Reservatório de Furnas

ABSTRACT

This thesis presents a tool for the training of public elementary school educators in environmental and heritage education focused on water resources from an interdisciplinary perspective.

The school in question is the Farm-School Fundamar, a project of the Third Sector entity: the March 18th Foundation in partnership with the Ministry of Education of Minas Gerais. The school is located in the municipality of Paraguaçu in southern Minas Gerais on the lower course of the river Sapucaí. As discussed previously in this dissertation, the present theme is the scope and limits of hybridization between environmental education and heritage education in legislation regarding the actors involved in the theme of water resources in Minas Gerais. It presents a critique of the main environmental education project focused on equity and water resources in the state. And from that critique, two complementary narratives are constructed using different methodologies: the history of the basins which extend over the community served by the farm-school Fundamar and the history of the watersheds of the Furnas Reservoir and the lower valley River Sapucaí. We tried to identify these narrative temporalities in which the river would carry the main role in their surroundings.

The constructs of this background were implemented as a didactic tool for the training of educators, from the perspective of constructivist theory. It is a tool for in-service training by proposing activities for educators developing their students 7-16 years old, according to the profile of each group.

Keywords: environmental education - education sheet - water - river Sapucaí - Furnas

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa de Localização da Fazenda-Escola Fundamar. 2010.....	72
Figura 2 - Mapa da Unidade de Planejamento e Gestão dos Recursos Hídricos da Bacia do Rio Grande - GD3. 2009.....	75
Figura 3 - Municípios da Bacia Hidrográfica do rio Sapucaí - Plano Diretor. 2010.....	78
Figura 4 - Visita de Juscelino Kubitschek às obras de Furnas	112
Figura 5 - Rio Sapucaí na cidade de Paraguaçu. 1958. Foto de Tibor Jablonsky	127
Figura 6 - Árvore Sapucaia. Fonte: Lorenzi. 2001	128
Figura 7 - Mapa do Município de Paraguassu. Album Chorographico Municipal. Secretaria de Estado da Agricultura de Minas Gerais. 1927 ..	131
Figura 8 - Mappa da Viação do Estado de Minas Geraes. 1928.....	133
Figura 9 - Fragmento do Mapa de Minas Gerais, de 1953.....	135
Figura 10 - - Mappa tografico e idrografico da Capitania de Minas Geraes [1700?]......	157
Figura 11 - - Mappa da Capitania de São Paulo, e seu sertão, em que se vem os descobertos, que lhe forão tomados [...] [1700?]......	164
Figura 12 - Mapa da Comarca do Rio das Mortes. 1777	166
Figura 13 - Demonstração de P.te da Diviza desta Capitania com a de S. Paulo. C. 1800	169
Figura 14 - Mapa de todo o Campo Grande [...]. c 1765.	174
Figura 15 - Mappa de Toda A Extensão da Campanha da Princeza [...]. c.1799	183
Figura 16 - Ligação entre a Estrada de Ferro Mogyana e a Rede Sul Mineira.....	196
Figura 17 - Vapor Francisco Feio. [198-]. Calendário da Prefeitura Municipal do Carmo do Rio Claro	204
Figura 18 - Mapa Rodoviário do Trajeto da BR-381 no vale do Sapucaí. 2002.....	208

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1- – Áreas dos Municípios Atingidos pela Represa de Furnas anterior e posteriormente à Resolução da ANEEL de 23 de março de 2001	100
Tabela 2 - Sítios Arqueológicos do Município de Paraguaçu	141
Tabela 3- Sítios Arqueológicos do Baixo Sapucaí.....	142
Tabela 4 - Mappa de Exportação de Gado Vacum, Cavalar e Suino.....	194

LISTA DE SIGLAS

ALAGO - Associação dos Municípios do Lago de Furnas

AMBASP - Associação dos Municípios da Micro-Região do Baixo Sapucaí

AMFORP – American & Foreign Power

ANA - Agência Nacional das Águas

ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica

APM - Arquivo Público Mineiro

APP - Área de Preservação Permanente

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CBHs - Comitês das Bacias Hidrográficas

CBH- RESERVATÓRIO DE FURNAS - Comitê da Bacia Hidrográfica do Reservatório de Furnas

CBH-SAPUCAÍ - Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Sapucaí

CEMIG - Companhia Energética de Minas Gerais

CIEA/MG - Comissão Interinstitucional de Educação ambiental de Minas Gerais

CONAMA - Conselho Nacional de Meio Ambiente

COSÁGUA - Concessionária de Saneamento Básico

CPDOC – Centro de Pesquisas e Documentação da História Contemporânea do Brasil

CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito

EIA/RIMA - Estudo e o Relatório de Impacto Ambiental

EMATER/MG - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais

ETE - Estação de Tratamento de Esgoto

FBN - Fundação Biblioteca Nacional

FEAM - Fundação Estadual do Meio Ambiente

FHIEMG - Federação da Indústria do Estado de Minas Gerais

FHIDRO - Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais

FJP - Fundação João Pinheiro

FNMA - Fundo Nacional do Meio Ambiente

GWA - Gender and Water Alliance

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IEF - Instituto Estadual de Floresta

IEPHA - Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais

IGAM - Instituto Mineiro de Gestão das Águas

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

MAO - Museu de Artes e Ofícios

PACUERA - Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno do Reservatório Artificial

PCH - Pequena Central Hidrelétrica

PNEA - Política Nacional de Educação Ambiental

PRONEA - Programa Nacional de Educação ambiental

PSD - Partido Social Democrata

SBPC - Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência

SEBRAE/MG - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SEE - Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais

SEMAD - Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais

SIBEA – Sistema Brasileiro de Informação sobre Educação Ambiental

SISEMA - Sistema Estadual do Meio Ambiente

UDN - União Democrática Nacional

UEMG - Universidade do Estado de Minas Gerais

UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais

UFSJ - Universidade Federal de São João del Rei

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UPGRH - Unidades de Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos do Estado

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	17
1 INTERDISCIPLINARIDADE E MEIO AMBIENTE	22
2. INTERDISCIPLINARIDADE E EDUCAÇÃO AMBIENTAL	34
2.1. EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA VERTENTE CRÍTICA, TRANSFORMADORA E EMANCIPATÓRIA	34
2.1.2. A Teoria Construtivista de Vygotsky.....	38
2.2. MARCOS LEGAIS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO BRASIL E EM MINAS GERAIS	39
3 INTERDISCIPLINARIDADE E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL.....	44
3.1. HIBRIDIZAÇÃO ENTRE PATRIMÔNIO CULTURAL E MEIO AMBIENTE	45
3.2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL.....	50
3.3. ATORES LOCAIS	51
3.3.1. Monjolos, Chafarizes e Caixa d'água: o olhar do patrimônio	53
3.4. PLANO DIRETOR DE PARAGUAÇU.....	55
4 EDUCAÇÃO AMBIENTAL E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL COM FOCO NOS RECURSOS HÍDRICOS.....	59
4.1. RECURSOS HÍDRICOS: LEGISLAÇÃO E CONCEITOS	59
4.2. ATORES E INSTRUMENTOS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL FOCADOS NOS RECURSOS HÍDRICOS	62
4.2.1. Os Rios Mineiros na Perspectiva da Educação Patrimonial	67
4.3. BACIA HIDROGRÁFICA DE INSERÇÃO DA FAZENDA-ESCOLA FUNDAMAR.....	70
4.4. TERRITÓRIO DO BAIXO VALE SAPUCAÍ.....	76
5 UMA CRÍTICA A UM PROJETO DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL FOCADO EM RECURSOS HÍDRICOS.....	80
5.1. O LIVRO	81

5.2. A CRÍTICA.....	83
5.2.1. O Título e a Expectativa	83
5.2.2 O conceito de História e de Fonte Histórica	84
5.2.3. Os Temas no Tempo	85
5.2.4. Exemplos de Mitificação	86
5.3. PEDAGOGIA PROFANA	91
6 O IMPACTO AMBIENTAL DE FURNAS	94
6.1. APROVEITAMENTO HIDRELÉTRICO DO RIO GRANDE: ESTUDOS ANTERIORES	96
6. 2. A USINA HIDRELÉTRICA DE FURNAS	97
6.3. LEGISLAÇÃO AMBIENTALISTA HOJE	102
6. 4. A GERAÇÃO ELÉTRICA EM PARAGUAÇU E REGIÃO ANTERIORMENTE A FURNAS.....	103
6. 5. VERSÃO DE FURNAS	105
6.5.1. Anedotário	106
6.6. VERSÃO DOS PESQUISADORES “ANTIQUÁRIOS”	108
6.7. VERSÃO DO JORNAL “O PARAGUASSU”/ “VOZ DA CIDADE”.....	111
6.8. O BAIRRO RURAL DO CHICO DOS SANTOS E A POPULAÇÃO ATINGIDA.....	115
6.9. CINQUENTENÁRIO DE FURNAS: DUAS VERSÕES DISTINTAS	119
7. O BAIXO VALE DO RIO SAPUCAÍ: O RIO COMO ATOR HISTÓRICO ...	123
7.1. O RIO SAPUCAÍ E A HISTORIOGRAFIA.....	124
7.2. PARAGUAÇU E OS RIOS	126
7.3. MARCO ESPACIAL	137
7.4. O BAIXO VALE SAPUCAÍ NOS SÉCULOS XVI, XVII E XVIII	138
7.4.1. Os Índios	138
7.4.2. As Bandeiras	142

7.4.3. Descobertos de ouro e o povoamento do baixo vale do Sapucaí .	147
7.4.4. As Sesmarias	152
7.4.5. Conflitos pela demarcação de divisas entre Minas e São Paulo ...	155
7.4.6. O Quilombo do Sapucahy	170
7.4.7. Registros.....	175
7.5. BAIXO VALE DO SAPUCAÍ NO SÉCULO XIX E PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX.....	178
7.5.1. Os caminhos do Sul de Minas no século XIX	178
7.5.2. Primeiros Municípios do baixo vale Sapucaí.....	180
7.5.3. Projetos de Novos Arranjos Territoriais	189
7.5.4. Estradas de Ferro do baixo vale Sapucaí	190
7.5.5. Navegação no baixo vale Sapucaí.....	197
7.5.6. Pontes	205
7.5.7. Rodovia Fernão Dias	207
7.6. O papel do rio Sapucaí como ator histórico no baixo vale	209
CONCLUSÃO	211
REFERÊNCIAS	216

APÊNDICES (Em formato eletrônico Cd-rom)

APÊNDICE A – CARTILHA DE CAPACITAÇÃO DE EDUCADORES EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL EM RECURSOS HÍDRICOS DA FAZENDA-ESCOLA FUNDAMAR

APÊNDICE B – RECURSOS HÍDRICOS DA FAZENDA-ESCOLA FUNDAMAR

APÊNDICE C – O RIO MACHADO E O BAIRRO CHICO DOS SANTOS

INTRODUÇÃO

O projeto de pesquisa a que se refere essa dissertação tem por objeto a construção de um instrumento de capacitação de educadores da Fazenda-Escola Fundamar.

A Fazenda-Escola Fundamar é um projeto desenvolvido, desde 1984, pela Fundação 18 de Março (Fundamar), entidade do Terceiro Setor, sediada em Belo Horizonte/MG, focada na cultura e na educação. A Fazenda-Escola Fundamar, situada em zona rural do município de Paraguaçu, atende a alunos de creche (1 ½ ano) ao 9º ano do Ensino Fundamental, em turno integral, associando a educação formal ao ensino de arte-educação e artesanato (para os alunos do ensino fundamental). Seus alunos dividem-se entre aqueles residentes na periferia de Paraguaçu e na zona rural deste e na de Machado, ambos municípios cafeeiros do Sul de Minas¹. A Escola, em parceria com a Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais, as Prefeituras Municipais de Paraguaçu e de Machado, entre outros, oferece alimentação, transporte e atendimento médico-odontológico a seus 500 alunos (2010)².

A idéia de construir-se um instrumento de capacitação de alunos e educadores da Fazenda-Escola Fundamar integrando a educação patrimonial à educação ambiental focada na gestão dos recursos hídricos

¹ A rigor, deveria informar-se a localização dos municípios, em suas respectivas bacias hidrográficas, para se manter coerência com o tema dissertado. Como a prospecção dessa localização não é imediata, tornou-se, ela própria, objeto também a ser investigado nessa pesquisa.

² Maiores dados sobre a Fundação 18 de Março (Fundamar) estão na página eletrônica da instituição, disponível em: <<http://www.fundamar.com.>> Acesso em: 10 abr. 2010. E também na Revista da Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança, intitulada "A Colheita da Fazenda-Escola Fundamar" disponível em na página eletrônica tanto da Fundação 18 de Março quanto do portal dominiopublico. O endereço eletrônico é: <<http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/PesquisaObraForm.do>> Acesso em: 10 abr. 2010.

surgiu dentro da pedagogia de projetos já inserida no Programa Político-Pedagógico da Escola, desde o início dos anos 90.

A atuação da pesquisadora como assistente social da Fazenda-Escola Fundamar, desde 1984, e como supervisora das oficinas de arte-educação e artesanato, desde 1992, a insere na coordenação dos projetos pedagógicos desenvolvidos nas oficinas. Por outro lado, a pesquisadora coordena como historiadora o projeto intitulado “Caderno de Estudos Sociais”, desde 1993, junto aos alunos do 1º ciclo do ensino formal, focado no estudo da realidade local dos alunos.

A interface dessas funções serviu de estímulo para a elaboração de um projeto de formação de educadores e de alunos focado na educação patrimonial sobre o meio ambiente da Fazenda-Escola Fundamar e de sua área de entorno – esta estendida aos bairros rurais e urbanos de moradia dos alunos.

Da múltipla temática do meio ambiente elegeu-se a água / recursos hídricos como foco, pela centralidade que tem no cotidiano da Fazenda-Escola, e ainda pela possibilidade de pesquisa *in loco* de todo o processo de uso da água como recurso hídrico da fonte até o consumidor final – concretude sempre perseguida pela pedagogia da Fundamar.

De igual forma, a possibilidade do estudo da Fazenda-Escola Fundamar e sua área de entorno, tendo como recorte a bacia hidrográfica – conceituação trazida pelas atuais Políticas Nacional e Estadual de Recursos Hídricos - constitui-se num desafio para educadores da Fazenda-Escola Fundamar, até então habituados a pensar o espaço a partir da divisão administrativa tradicional: rural x urbano; bairros e municípios, etc. Tais políticas propõem mais: novos paradigmas para o conceito da água como um bem público e bem de valor econômico.

Este projeto de construção de um instrumento de capacitação de educadores e alunos coloca-se como um projeto interdisciplinar de educação patrimonial e de educação ambiental. Entende-se que ambas vertentes tendem a se hibridar, apesar dos diferentes níveis de institucionalização e de reflexões teóricas entre ambas, como pretende-se demonstrar.

A dissertação desenvolve-se em sete capítulos. No primeiro é apresentada uma reflexão sobre os atuais paradigmas para estudo do meio ambiente, onde se destaca a flexibilização das bordas entre sujeito e objeto; entre os diversos campos do conhecimento; e ainda entre o conhecimento científico e o senso comum. Apresenta-se ainda um exercício de identificação das disciplinas de interface com o tema e também um perfil da história do meio ambiente no Brasil.

No segundo capítulo apresentam-se os marcos legais e teóricos da educação ambiental no País e em Minas Gerais, com destaque para a diretriz de interdisciplinaridade e para a produção em rede dos construtos sobre o tema.

No terceiro capítulo argumenta-se sobre a fragilidade dos marcos da educação patrimonial no Brasil, se comparados aos da educação ambiental, e sobre a atual tendência de hibridação entre ambas temáticas pedagógicas.

No quarto capítulo é apresentada uma reflexão sobre esta hibridação no estudo sobre recursos hídricos, e ainda um rápido painel dos atores que hoje tomam a si a responsabilidade de desenvolvimento de projetos com este tema em Minas Gerais, tendo como recorte o material disponível na Biblioteca da Fazenda-Escola.

O quinto traz um exercício de crítica ao principal projeto de educação patrimonial focado em recursos hídricos em Minas Gerais. Trata-se de uma crítica a um livro do Projeto Manuelzão, para a bacia do rio das Velhas. Pretende-se nesta crítica subsidiar no nível teórico as possibilidades e as dificuldades de uma historiografia centrada no rio como ator histórico.

Para o estudo do papel do rio no tempo pretérito, foram escolhidas duas bacias hidrográficas, pelas razões que serão apresentadas mais adiante: a bacia hidrográfica do rio Sapucaí e a bacia vizinha do Reservatório de Furnas, ambas tributárias do rio Grande. Foram construídas duas narrativas, com metodologias distintas, mas que – espera-se – sejam complementares.

No sexto capítulo é narrado o impacto da Usina Hidrelétrica de Furnas na região de Paraguaçu e em especial no bairro rural do Chico dos Santos, local de residência de alguns alunos da Fazenda-Escola Fundamar. Esta narrativa é construída a partir da compilação de textos dos pesquisadores “antiquários” de municípios impactados pelo represamento das águas do rio Sapucaí. E ainda pelo depoimento de alguns moradores mais antigos do bairro Chico dos Santos, que assistiram ao enchimento da barragem, nos anos 50. A escolha por estas fontes se deu, entre outros motivos, pela proximidade afetiva dos depoentes e autores “antiquários” sobre o espaço retratado, indício do sentimento de pertença, tão caro à educação patrimonial.

O sétimo capítulo apresenta uma narrativa preliminar e ainda carente de críticas sobre o papel representado pelo rio Sapucaí como ator histórico da formação e desenvolvimento do baixo vale, território no qual se insere a Fazenda-Escola Fundamar. Este capítulo se desdobra, por sua vez, em duas partes. A primeira inicia-se com as notícias sobre o descobrimento oficial do rio pelas autoridades coloniais e se estende até o final do século

XVIII, quando é criado o município de Campanha da Princesa (1798), marco da formação administrativa do Sul de Minas. A segunda parte segue deste marco temporal até o fim da navegação a vapor no rio Sapucaí nos anos 40 do século XX. Nesta narrativa são apresentados alguns mapas da cartografia histórica disponível por meio digital na Biblioteca Nacional, e em livros da Biblioteca da Fundamar.

E finalmente no apêndice é apresentado o instrumento de capacitação de educadores em educação ambiental e educação patrimonial em recursos hídricos da Fazenda-Escola Fundamar – objeto último dessa dissertação. Ele figura como apêndice, por meras razões formais, uma vez que é apresentado em meio digital e traz ilustrações e mapas já nomeados ao longo da dissertação, esta apresentada em suporte de papel.

Nessa dissertação os textos das fontes consultadas mantiveram-se fiéis à grafia da época. À cartografia histórica apresentada tanto na dissertação quanto na cartilha optou-se pela sobreposição de um círculo para identificação de dois pontos geográficos: a foz do rio Verde no rio Sapucaí e a foz do Sapucaí no rio Grande. Foi a forma encontrada para situar o leitor contemporâneo na interpretação da geografia do espaço aqui retratado no tempo pretérito.

Espera-se que a cartilha reflita os construtos que a antecedem nessa dissertação e que a pesquisadora tenha sido fiel ao desejo de fazer do estudo dos recursos hídricos da Fazenda-Escola Fundamar um instrumento competente de hibridação entre educação ambiental e educação patrimonial.

1 INTERDISCIPLINARIDADE E MEIO AMBIENTE

A tendência contemporânea de estudo do meio ambiente é a da ruptura da fronteira entre as disciplinas e a da proposição da indistinção entre o homem e a natureza. Sujeito e objeto vêm sendo entendidos como indissociáveis no contínuo processo humano de conhecer, usar e idealizar o meio ambiente. Mesmo o conhecimento dito objetivo hoje reconhece a influência de juízos de valores e da percepção na construção de seus construtos.

O filósofo francês Edgar Morin, no clássico “Sete Saberes para o Novo Milênio” (2002) entende a percepção como algo indissociável do próprio conhecimento. Diz o autor:

O conhecimento não é um espelho das coisas ou do mundo externo. Todas as percepções são, ao mesmo tempo, traduções e construções cerebrais com base em estímulos ou sinais captados e codificados pelos sentidos. Daí, resultam, sabemos bem, os inúmeros erros de percepção que nos vêm de nosso sentido mais confiável, o da visão. Ao erro da percepção acrescenta-se o erro intelectual. (MORIN, 2002, p. 20)

Nesta nova perspectiva indicada por Edgar Morin, percepção e conhecimento estão ambos fadados tanto ao acerto quanto ao erro.

Discorrendo sobre o tema, o autor denuncia a caducidade dos paradigmas em que a relação homem-natureza vinha sendo entendida e propõe um novo olhar:

[...] há dois paradigmas opostos acerca da relação homem/natureza. O primeiro inclui o humano na natureza, e qualquer discurso que obedeça a esse paradigma faz do homem um ser natural e reconhece a “natureza humana”. O segundo paradigma prescreve a disjunção entre estes dois termos e determina o que há de específico no homem por exclusão da idéia de natureza. Estes dois paradigmas opostos têm em comum a obediência de ambos a um paradigma mais profundo ainda, que é o paradigma da simplificação que, diante de qualquer complexidade

conceptual, prescreve seja a redução (neste caso, do humano ao natural), seja a disjunção (neste caso, entre o humano e o natural). Um e outro paradigmas impedem que se conceba a unidualidade (natural $\leftrightarrow$ cultural, cerebral $\leftrightarrow$ psíquica) da realidade humana e impedem, igualmente, que se conceba a relação ao mesmo tempo de implicação e separação entre o homem e a natureza. Somente o paradigma complexo de implicação/distinção/conjunção permitirá tal concepção, mas este ainda não está inscrito na cultura científica. (MORIN, 2002, p. 25/26)

Na mesma linha de desconstrução do conhecimento disciplinar, o sociólogo português Boaventura Sousa Santos também coloca a relação homem-natureza sobre novos paradigmas.³

Diz o autor:

A concepção humanística das ciências sociais enquanto agente catalisador da progressiva fusão das ciências naturais e das ciências sociais coloca a pessoa, enquanto autor e sujeito do mundo, no centro do conhecimento, mas, ao contrário das humanidades tradicionais, coloca o que hoje designamos por natureza no centro da pessoa. Não há natureza humana porque toda a natureza é humana. (SANTOS, 1986, p. 16)

Na mesma linha de Boaventura Santos e em livro por ele prefaciado, o geógrafo mineiro da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Carlos Eduardo Viana Hissa, identifica na interdisciplinaridade do estudo do meio ambiente o afloramento de uma nova concepção de ciência para além das disciplinas. O autor argumenta que,

[...] as questões ambientais, como todos os problemas de interesse da ciência, são complexas e demandam leituras interdisciplinares. [...] Os saberes ambientais são, por natureza, transdisciplinares, ultrapassam a metáfora da disciplina, transcendem o território da ciência. [...] A integração de saberes não significa reunir as disciplinas sob a referência dos paradigmas que as fazem existir. As questões ambientais reclamam por uma nova concepção de ciência que permita a construção de saberes conjuntivos

³ Esses novos paradigmas seriam: (i) todo conhecimento científico-natural é científico-social; (ii) todo conhecimento é local e total; (iii) todo conhecimento é auto-conhecimento; (iv) todo conhecimento científico visa constituir-se em senso comum.

através da exploração dos limites e das fronteiras que, simultaneamente, apartam e aproximam as disciplinas. Uma concepção feita de abertura de fronteiras instáveis. (HISSA, 2008, p. 55-56)

Percebe-se, portanto, a tendência contemporânea de se afrouxarem os limites entre as ciências naturais e as ciências sociais quando o tema é o meio ambiente. Nota-se a tendência de indistinção das bordas entre as disciplinas de cada um desses grandes blocos disciplinares. E mais ainda, aceitam-se outros conhecimentos que não o do território da ciência, *stricto sensu*.

Boaventura Santos vai mais adiante. Propõe a retomada do senso comum como conhecimento legítimo. E que na ciência pós-moderna todo conhecimento vise a constituir-se em senso comum.

O Dicionário Aurélio - Século XXI apresenta o seguinte significado para a expressão “senso comum”:

é conjunto de opiniões e modos de sentir que, por serem impostos pela tradição aos indivíduos de uma determinada época, local ou grupo social, são ger. aceitos de modo acrítico como verdades e comportamentos próprios da natureza humana. (FERREIRA, 2003)

Boaventura Santos faz o elogio do senso comum, em texto de edição portuguesa:

O senso comum faz coincidir causa e intenção; subjaz-lhe uma visão do mundo assente na acção e no princípio da criatividade e da responsabilidade individuais. O senso comum é prático e pragmático; reproduz-se colado às trajectórias e às experiências de vida de um dado grupo social e nessa correspondência se afirma fiável e securizante. O senso comum é transparente e evidente; desconfia da opacidade dos objectivos tecnológicos e do esoterismo do conhecimento em nome do princípio da igualdade do acesso ao discurso, à competência cognitiva e à competência linguística. O senso comum é superficial porque desdenha das estruturas que estão para além da consciência, mas, por isso mesmo, é exímio em captar a profundidade horizontal das relações conscientes entre pessoas e entre pessoas e coisas. O senso comum é indisciplinar e imetódico; não resulta de uma prática

especificamente orientada para o produzir; reproduz-se espontaneamente no suceder quotidiano da vida. O senso comum aceita o que existe tal como existe; privilegia a acção que não produza rupturas significativas no real. Por último, o senso comum é retórico e metafísico; não ensina, persuade. (SANTOS, 1988, p. 21)

Pelo acima exposto, os construtos dos educadores da Fazenda-Escola Fundamar sobre a água e o uso da água calcados no senso comum procurarão ser reconhecidos neste projeto como tão legítimos quanto o conhecimento acadêmico e, portanto, ambos passíveis de interlocução na construção de raciocínios sobre o tema.

Para o objeto de nossa investigação sobre a interface entre educação ambiental e educação patrimonial torna-se importante, mesmo que a título precário, investigar as concepções da história do meio ambiente no Brasil, em relação às questões apontadas por Morin e Sousa Santos.

Os historiadores brasileiros reconhecem a ausência das descrições naturais nas narrativas sobre o país no tempo pretérito.⁴

Marcos Lobato Martins, historiador mineiro dedicado ao tema, em texto recente, conclui que “a história ambiental está mal instalada no Brasil, já que não adquiriu, até agora maior legitimidade entre historiadores e cientistas sociais.” (MARTINS, 2008, p. 70).

Mesma opinião tem José Jobson Andrade Arruda, historiador da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Ele, entretanto, ressalva que já existe uma tradição acumulada na produção historiográfica americana e europeia. No Brasil, os pioneiros na história do meio

⁴ Para um painel sobre a produção da história do meio ambiente consultar: DRUMMOND, José Augusto. A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 177-179, 1991.

ambiente seriam Pierre Monbeig⁵, autor de “Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo” (1950) e Caio Prado Junior⁶.

A propósito do nosso tema de estudo – os recursos hídricos, Monbeig faz em seu livro acima citado uma curiosa referência sobre a correlação entre o desmatamento inicial e abundância de água quando da conquista de novos territórios do oeste paulista pelos pioneiros. Diz o autor:

Todas as pesquisas feitas junto aos plantadores confirmam observações como as de que um poço escavado no início da instalação agrícola não enche antes da destruição da floresta; ou de que o riacho, em cuja margem, construíram-se, os primeiros abrigos, passou a correr mais abundantemente quando a floresta foi destruída. A explicação desse fenômeno é clássica, uma vez que se sabe ser a floresta a grande consumidora de água. Os derrubadores da mata, por seu lado, encontram no fato uma justificação para sua obra devastadora, pois pensam eles que, arrasando a mata, trouxeram água onde esta faltava. (MONBEIG, 1984, p. 90)

Marcos Lobato Martins constata que a maioria dos livros de história sobre o Brasil prescinde de reflexões sobre o ambiente ou sobre o espaço no qual se inserem os processos estudados.

Mas a tendência de se romper fronteiras entre esses segmentos é bastante recorrente entre aqueles que se dedicam à história do meio ambiente. Martins apresenta a natureza como algo indissociável da cultura, da memória e do sentimento de pertencimento:

A natureza é uma construção cultural, concretizada nas concepções de mundo. É também marco da memória e indicador de pertença. O cuidado com o ambiente, assim depende da construção coletiva de um conjunto apropriado de valores. [...] As pessoas deveriam ser estimuladas a

⁵ Pierre Monbeig (1908-1987), professor e geógrafo francês. Lecionou na Universidade de São Paulo e dirigiu o Instituto de Altos Estudos da América Latina, na Universidade de Paris. (*Nova Enciclopédia Barsa*, 2001. Micropédia e Índice, v. II, p. 161)

⁶ Caio Prado Junior (1907-1990), escritor, editor e historiador brasileiro. Introdutor do marxismo na historiografia do país. Suas obras mais importantes são: “Formação do Brasil Contemporâneo” (1942) e História Econômica do Brasil (1945). Publicou ainda “Estruturalismo e Marxismo” (1971) e “História e Desenvolvimento” (1972). (*Nova Enciclopédia Barsa*, 2001, v. 11, p. 503).

pensar sobre seu repertório de idéias, símbolos, sentimentos, comportamentos, atitudes e saberes relativos à natureza. (MARTINS, 2008, p. 75-76)

A se seguir a trilha apontada por Lobato Martins, há de se considerar a história do meio ambiente como a história também da percepção dos grupos sobre a natureza, uma vez que ambos – percepção e natureza – hibridam-se.

O historiador francês Jacques Le Goff⁷, nos quatro ensaios sobre São Francisco de Assis (1182-1266), ressalta que o santo teria criado um sentimento pela natureza que se exprimiu na religião, na literatura e nas artes do período medieval.

[...] num mundo em que a escolástica exalta a natureza abstrata e, [...], salvo exceções, nesse ponto ignora mais ainda o universo concreto, Francisco proclama, sem qualquer panteísmo, nem o mais longínquo, a presença divina em todas as criaturas. (LE GOFF, 2001, p. 38)

Na contra-capa do livro o editor afirma que as lições do franciscanismo nasceram modernas da Idade Média e reafirmam sua atualidade inequívoca no século XXI.

Exemplo notável de investigação histórica focada nas mudanças de percepção em relação à natureza é o livro "O Homem e o Mundo Natural" (1989), do historiador inglês, Keith Thomas. Ele analisa com base na literatura da época moderna (1500-1800) a evolução dos juízos de valores e conceitos dos ingleses sobre a natureza. E concluiu:

[...] o começo do período moderno gerou sentimentos que tornariam cada vez mais difícil os homens manterem os métodos implacáveis que garantiriam a dominação de sua espécie. [...] Havia um conflito crescente entre as novas sensibilidades e os fundamentos materiais da sociedade humana. Uma combinação de compromisso e de ocultamento impediu até agora que tal conflito fosse plenamente resolvido. É possível afirmar ser essa uma das

⁷ Discípulo de Fernand Braudel, Jacques Le Goff (1924) foi presidente da célebre *École des Hautes Études em Ciências Sociais* e autor de "Apogeu da cidade medieval"; "História e Memória", entre outros clássicos.

contradições sobre as quais assenta-se a civilização moderna. (THOMAS, 1989, p. 358)

Keith Thomas instiga os historiadores a se debruçarem sobre o estudo das relações entre o homem e a natureza, objeto já consolidado de interesse de filósofos, teólogos, geógrafos e críticos literários. E propõe:

O assunto tem igualmente muito a oferecer aos historiadores, pois é impossível desemaranhar o que as pessoas pensavam, no passado, sobre as plantas e os animais daquilo que elas pensavam sobre si mesmas. (THOMAS, 1989, p. 19)

Outra referência na literatura sobre o tema seria o historiador inglês Simon Schama, autor de "Memória e Paisagem" (1995),

em que trata a história do meio ambiente como criação e recriação cultural, onde expressões estéticas, religiosas e naturais são abordadas de forma integrada, num enlace homem/natureza efetivamente inovador." (ARRUDA, 2005, p. 22)

Simon Schama assim sintetiza seu livro:

Paisagem é cultura antes de ser natureza; um constructo da imaginação projetado sobre mata, água, rocha. Tal é o argumento deste livro. No entanto, cabe também reconhecer que, quando uma determinada idéia de paisagem, um mito, uma visão, se forma num lugar concreto, ela mistura categorias, torna as metáforas mais reais que seus referentes, torna-se de fato parte do cenário. (SCHAMA, 1996, p. 70)

O geógrafo chinês, Yi-fu Tuan, no livro "Topofilia – Um Estudo da Percepção, Atitudes e Valores do Meio ambiente" (1974), enfoca a multiplicidade das sensibilidades em relação ao meio ambiente, de acordo com cada cultura ao longo do tempo.

Especificamente sobre a relação do homem com a água, o autor destaca a metamorfose havida quando a ciência "esvaziou" seu sentido místico. Diz Tuan:

Vejamos o ciclo hidrológico. [...] Agora o entendemos, principalmente, como o intercâmbio de vapores e água entre o mar e o continente. Este conceito, que dá ênfase aos padrões geográficos e ao componente horizontal do

movimento, data dos fins do século dezessete. Anteriormente, o ciclo hidrológico era concebido como tendo essencialmente uma única dimensão, a vertical. [...] Quando o ciclo hidrológico ganhou sua dimensão horizontal perdeu seu poder metafórico. Tornou-se um processo puramente físico, vazio de implicações transcendentais e simbólicas. (TUAN, 1974, p. 154)

O estudo do uso da água, notadamente como força hidráulica para a lavoura, é um dos principais capítulos da história da cultura material.

Para o movimento historiográfico da Escola dos Annales, a história da cultura material apresentava dificuldades tanto em relação às fontes quanto ao perfil do pesquisador. Para Marc Bloch⁸ (1886-1944) uma dificuldade estava nas fontes de pesquisa:

[...] o estudo do instrumento da lavoura e de suas formas diversas coloca-se naturalmente no coração de toda história séria da técnica agrícola. Mas as próprias dificuldades da investigação – textos escritos de uma notável imprecisão, testemunhos materiais muito frequentemente rebeldes a qualquer datação exata, representações gráficas sem nitidez – parecem ter muitas vezes afastado os pesquisadores. (BLOCH, 1999, p. 15)

Para Jean Marie Pesez (1929-1998), outro expoente da Escola dos Annales, a dificuldade estaria no perfil do historiador:

Para um intelectual, não é fácil penetrar no mundo dos artífices e dos mecânicos, mesmo quando se trata da era pré-industrial. [...] Como o historiador poderia dominar campos tão diversificados como são os da construção, dos têxteis, da agricultura, da navegação, da forja, da ourivesaria...? (PESEZ, 1978, p. 123)

A respeito dos aspectos culturais do estudo do meio ambiente, o historiador José Jobson de Andrade Arruda, em prefácio ao livro “Sertão do Rio Doce” (2005) de Haruf Salmen Espindola, propõe uma história cultural do meio ambiente:

Se a história do meio ambiente fora sempre relegada, na melhor das hipóteses, a um capítulo da história material,

⁸ Marc Bloch, historiador francês, especialista em história medieval, fundou a revista Annales, onde expôs sua visão da história como estudo da evolução jurídica e social do homem. Autor de “A sociedade feudal” (1939), “Apologia da História” (1952).

alcança agora o seu terceiro vôle em direção à história cultural do meio ambiente, em que se busca explicitar as mentalidades, as estruturas de significações presentes no diálogo homem/natureza que explodem em manifestações orais e literárias, lotadas de referências simbólicas, míticas, metafóricas e alegóricas, que a sensibilidade do historiador do meio ambiente procurará apreender. (ARRUDA, apud ESPINDOLA, 2005, p. 22)

A validação dos relatos orais como instrumento/objeto legítimo de construção da história do meio ambiente a aproxima, portanto, da história oral, na perspectiva da interdisciplinaridade.

O texto do historiador espanhol, Jorge Eduardo Aceves Lazano, "Prática e estilos de pesquisa na história oral contemporânea" (2002), defende o caráter interdisciplinar da história oral.

São fragmentos deste texto:

Diria que [a história oral] é antes um espaço de contato e influência interdisciplinares, sociais, em escalas e níveis locais e regionais, com ênfase nos fenômenos e eventos que permitam, através da oralidade, oferecer interpretações qualitativas dos processos histórico-sociais. [...]

A história oral constitui-se pela confluência interdisciplinar; tal como uma encruzilhada de caminhos, a história oral é um ponto de contato e intercâmbio entre a história e as demais ciências sociais e do comportamento, especialmente com a antropologia, a sociologia e psicologia. [...] O interessante é destacar a gradativa conformação multidisciplinar, por inclusão, assimilação, crítica ou não, de temas, problemas, métodos e técnicas de trabalho de diversas disciplinas sociais. (LAZANO apud FERREIRA; AMADO, 2002, p. 20)

Outra possibilidade de delimitação de marco teórico para o projeto aqui desenhado seria o da história regional, dada a pequena escala geográfica de nosso objeto: a Fazenda-Escola Fundamar. Sobre o tema da história regional, discorre o historiador José d'Ássumpção Barros, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ):

O espaço regional, é importante destacar, não estará necessariamente associado a um recorte administrativo ou geográfico, podendo se referir a um recorte antropológico, a um recorte cultural ou a qualquer outro recorte proposto

pelo historiador de acordo com o problema histórico que irá examinar. Mas, de qualquer modo, o interesse central do historiador regional é estudar especificamente este espaço, ou as relações sociais que se estabelecem dentro deste espaço, mesmo que eventualmente pretenda compará-lo com outros espaços similares ou examinar em algum momento da sua pesquisa a inserção do espaço regional em um universo maior. (BARROS, 2005, p. 153)

A flexibilização dos limites de um determinado território para além de seu marco geográfico, incorporando referências antropológicas e culturais, será também observada neste projeto quando irá se discutir a peculiar localização da Fazenda-Escola Fundamar na hidrografia da região e seus rebatimentos na percepção de seus educadores e alunos.

Outro domínio da historiografia, indicado por José d'Ássumpção Barros, e com o qual aponta-se alguma identidade com o tema, seria a História do Imaginário. O interesse por este domínio advém do fato de pressupor-se a íntima relação entre a educação ambiental e educação patrimonial sobre as representações que os sujeitos tecem sobre os recursos hídricos – assunto que perpassa o discurso e a iconografia de nosso tempo.

A história do imaginário – que se distingue da história das mentalidades – ocupa-se da articulação das imagens visuais, verbais e mentais como a própria vida que flui numa determinada sociedade (BARROS, 2005).

Diz o autor que o historiador do imaginário começa a fazer uma história problematizada quando ele relaciona as imagens, os símbolos, os mitos, as visões de mundo a questões sociais e políticas de maior interesse – quando trabalha os elementos do imaginário não como um fim em si mesmo, mas como elementos para a compreensão da vida social, econômica, política, cultural e religiosa. Aqui também o mito do fim da água coloca-se como uma construção do imaginário a criar mais confusão do que entendimento sobre o tema da água.

Outra importante referência teórica que tangencia o tema da educação patrimonial para uma paisagem tida rural, como a Fazenda-Escola Fundamar, é Milton Santos (1926-2001)⁹. O geógrafo brasileiro propõe a hibridação do tempo e do espaço na leitura da paisagem.

Quanto à estrutura tempo/espaço, Milton Santos diz:

A paisagem é o resultado cumulativo desses tempos (e do uso de novas técnicas). No entanto, essa acumulação a que chamamos paisagem decorre de adaptações (imposições) verificadas nos níveis regional e local, não só em diferentes velocidades como também em diferentes direções. A existência de geografias desiguais no mundo leva ao surgimento de determinadas configurações, melhor preparadas para certas inovações do que outras [...] A paisagem é formada pelos fatos do passado e do presente. A compreensão da organização espacial bem como de sua evolução, só se torna possível mediante a acurada interpretação do processo dialético entre formas, estrutura e funções através do tempo. (SANTOS, 1977, p. 49)

E o geógrafo conclui:

Quanto mais pequeno o lugar examinado, tanto maior o número de níveis e determinações externas que incidem sobre ele. Daí a complexidade do estudo do mais pequeno. (SANTOS, 1977. p. 3)

Outra possibilidade de interação interdisciplinar do objeto desse estudo é a cartografia histórica que traz o desenho do espaço em várias épocas do tempo pretérito. A cartografia histórica possibilita comparações não só entre as formas de representação do espaço como ainda permite estabelecer as mudanças e permanências havidas no recorte da bacia hidrográfica de pertencimento da Fazenda-Escola Fundamar.

Também as fotografias do espaço estudado em várias épocas permitem a leitura da ação do meio antrópico e seus rebatimentos sobre o meio físico e biótico da Fundamar.

⁹ Milton Santos alcançou renome internacional como especialista em problemas urbanos dos países subdesenvolvidos. Publicou em outros, "O Espaço Dividido (1975); "Espaço e Método" (1985). A ele se atribui "uma teoria geográfica da sociedade", através do diálogo entre a filosofia e as demais ciências sociais.

Pelas razões aqui expostas, esse projeto objetiva a construção de um instrumento de capacitação dos educadores da Fazenda-Escola Fundamar, atento às questões da interdisciplinaridade no trato do meio ambiente e com destaque para a historicidade das referências culturais dos sujeitos sobre o tema específico dos recursos hídricos.

Parafraseando o título do livro de Jacques Rancière, "O Mestre Ignorante" (2007), aqui a pesquisadora tenta ensinar o que ainda não sabe.

2. INTERDISCIPLINARIDADE E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Este capítulo inicia-se com referências à produção teórica do Ministério do Meio Ambiente e do Ministério da Educação do Brasil sobre o tema da educação ambiental. A delimitação desse recorte nas fontes decorre da inserção da Fazenda-Escola Fundamar na rede da política pública de ensino fundamental, ficando este projeto de pesquisa, portanto, subordinado a tais marcos teóricos e legais.

Não há, entretanto, uma única vertente teórico-filosófica de educação ambiental reconhecida e recomendada pelo Ministério do Meio Ambiente.

2.1. EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA VERTENTE CRÍTICA, TRANSFORMADORA E EMANCIPATÓRIA

As concepções de educação ambiental do Ministério do Meio Ambiente encontram-se no documento “Identidades da Educação ambiental Brasileira”, de 2004.

Entre as diversas vertentes de educação ambiental reconhecidas pelo Ministério do Meio Ambiente neste documento, a pesquisadora alinha-se, mesmo que a título precário, na vertente Crítica, Transformadora e Emancipatória¹⁰. Segundo esta concepção, a educação ambiental buscaria redefinir o modo pelo qual nos relacionamos conosco, com as demais espécies e com o planeta; tem na participação e no exercício da cidadania

¹⁰ Além da Educação ambiental Crítica, Transformadora ou Emancipatória, são vertentes reconhecidas pelo Ministério do Meio Ambiente, naquele documento: (i) Alfabetização Ecológica; (ii) Ecopedagogia; (iii) Educação ambiental no Processo de Gestão Ambiental.

os princípios para a definição democrática de quais são as relações sustentáveis à vida planetária em cada contexto escolar. (BRASIL, 2004)

Carlos Frederico Loureiro, biólogo e doutor em Serviço Social, é autor do texto “Educação ambiental Transformadora” deste mesmo documento do Ministério do Meio Ambiente. Ele retoma a história da educação ambiental no Brasil, que teria sido fortemente marcada em seus primórdios por uma educação conservacionista e politicamente conservadora. Ela teria surgido como resultado da preocupação de intelectuais em desenvolver ações focadas na manutenção intacta de áreas protegidas e na defesa da biodiversidade, dissociando sociedade e natureza. Outra razão para o caráter reacionário dessa fase da educação ambiental teria sido sua entrada institucional pelas secretarias e órgãos ambientais, durante o período do regime militar, na década de 1970. E Loureiro conclui: “A questão ambiental chegou aqui sob o signo da ditadura militar”. (LOUREIRO, 2004, p. 69)

Assim a educação ambiental teria ganhado visibilidade como instrumento de finalidade exclusivamente pragmática e como mecanismo de adequação comportamental ao que genericamente chamou-se de “ecologicamente correto”.

A expressão “interdisciplinaridade” permeia os documentos de Educação ambiental, notadamente aqueles produzidos pelo Ministério da Educação e pelo Ministério do Meio Ambiente sobre o tema.

Está-se tomando como exemplo dessa linha de pensamento o texto de Michele Sato, professora da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), intitulado “Relações Multifacetadas entre as disciplinas” e publicado no documento “Congresso Brasileiro de Qualidade na Educação. Formação de Professores. Educação Ambiental” (BRASIL, 2002).

Segundo a autora, desde a Conferência de Tbilisi na Georgia (1977) a educação ambiental é orientada como uma proposição não-disciplinar,

com abandono das tradicionais fragmentações do conhecimento, mas, sobremaneira, a orientação se encontra na perspectiva interdisciplinar. O que não equivale dizer, segundo ela, que a educação ambiental seja contrária às especializações.

Para Sato, a prática interdisciplinar é um longo desafio do conhecimento. Ela repousaria, essencialmente, na capacidade criativa e crítica que professores possam ter sobre os reais objetos da educação. O que o professorado aceitar e compreender como meta da educação ambiental se refletiria nas estratégias e na metodologia educativa. Os professores seriam sujeitos imprescindíveis para manter ou modificar/ transformar/ romper com o modelo tradicional de ensino (transmissivo; enciclopédico e obsoleto).

Mas, comenta a autora, infelizmente,

[...] quase todas as críticas do sistema escolar são concentradas no mesmo bode expiatório: a formação dos professores, que é considerada demasiadamente curta, inadequada, inapta, insuficiente, antiquada (PERRENOUD, 1993, p. 94).

Essa “quase total” responsabilidade conferida à formação dos professores em relação à prática pedagógica e à qualidade do ensino [...] reflete a realidade do nosso sistema escolar, que é centrado exclusivamente na figura do professor, como se ele fosse o único condutor/mediador de todos os processos institucionalizados. Ao mesmo tempo, observa-se que também as políticas governamentais retiram seu papel do âmbito das transformações sociais, [...] “retirando a legitimidade dos professores como produtores do saber (Nóvoa, 1995: 8)” (SATO, 2002, p. 19)

Segundo o texto, a necessidade de uma política de formação profissional para o setor educativo não seria um novo reconhecimento. Mas o problema persistiria, principalmente em face dos problemas e dos desafios do mundo atual. Uma necessidade se imporia nesse cenário: a educação não poderia permanecer atrelada a uma sociedade do passado em que as certezas e os acertos eram paradigmáticos e onde a função docente exercida seria pautada em critérios de verdade e cientificidade.

A autora acredita que propor a educação ambiental (e não o meio ambiente) nos diálogos da interdisciplinaridade é tomar a responsabilidade pedagógica, é almejar um planejamento curricular com possibilidade na desejada transformação social.

O currículo escolar, regional, flexível e adequado a cada realidade, deve contrapor-se a qualquer determinação esmiuçada, já estabelecida e oferecida como prato-feito, que pulveriza, assimila e aniquila a identidade. Deve rejeitar qualquer coisa que possa ser feita sob nossa alienação, e sem nossa existência. (SATO, 2002, p. 21)

Este texto de Michele Sato traz a mesma tônica de outros tantos autores da educação ambiental que identificam como limite à interdisciplinaridade a rigidez do sistema escolar formal e a limitada formação do professor.

Documento de 2008 do Ministério do Meio Ambiente, e intitulado "Os Diferentes Matizes da Educação ambiental no 1997-2007", foca, entre vários temas, a formação dos professores na educação formal. Segundo o especialista Genebaldo Dias Freire,

[...] capacitar em educação ambiental significa dar as pessoas condições de fazer ligações, interconexões e buscar a visão do todo. Não temos exemplos plausíveis de esforços de capacitação sistêmica e contínua neste sentido. (FREIRE apud BRASIL, 2008, p. 56)

Mesmo neste documento as expressões "transversalidade" e "interdisciplinaridade" são recorrentes, como por exemplo, na análise do Programa Nacional de Educação Ambiental (PRONEA), datado de 2003. Mas curiosamente ambas não figuram no glossário apresentado no texto citado do Ministério do Meio Ambiente, o que dificulta a compreensão sobre o sentido dado pelo órgão gestor a cada uma delas.

Pode-se concluir que o Ministério do Meio Ambiente não reconhece experiências de capacitação efetivas de educação ambiental e que ainda não há clareza sobre o que se entende por interdisciplinaridade.¹¹

¹¹ Outro instrumento de educação ambiental implementado pelo Ministério do Meio Ambiente são as Salas Verdes: "Entende-se por Sala Verde um espaço definido situado

2.1.2. A Teoria Construtivista de Vygotsky

Na vertente da Educação Ambiental Crítica, Transformadora e Emancipatória, acima apresentada, está-se optando pela construção de um instrumento de capacitação focado na teoria construtivista, em especial, pelos construtos de Vygotsky (1896-1934), psicólogo russo.

A perspectiva de Vygotsky é amplamente interdisciplinar. Na interpretação de Martha Kohl de Oliveira, a pedagogia dele é monista já que se opõe a qualquer cisão entre corpo/alma; mente/alma; material/não-material e pensamento/linguagem. Sua abordagem é holística, sistêmica, propondo a busca de unidades de análise que mantenham as propriedades da totalidade. Não separa o afetivo e o cognitivo como dimensões isoláveis.

Para Vygotsky, o pensamento tem sua origem na esfera da motivação, a qual inclui inclinações, necessidades, interesses, impulsos, afetos e emoções. Cada idéia contém uma atitude afetiva transmutada com relação ao fragmento de realidade ao qual se refere. (OLIVEIRA, apud TAILLE, 1992)

A cultura é uma espécie de palco de negociações em que seus membros estão em constante processo de recriação e reinterpretação de informações, conceitos e significados. Ao tomar posse do material cultural, o indivíduo o torna seu, passando a utilizá-lo como instrumento pessoal de pensamento e ação no mundo.

Para Vygotsky, a aprendizagem dá-se no coletivo. A intervenção pedagógica provoca avanços que não ocorreriam espontaneamente. A importância da intervenção deliberada de um indivíduo sobre outros,

dentro de uma instituição, o qual será dedicado ao delineamento e desenvolvimento de atividades de caráter educacional voltadas à temática ambiental, tendo como uma das principais ferramentas a divulgação e a difusão de publicações sobre Meio Ambiente, produzidas e/ou fornecidas pelo Ministério do Meio Ambiente.” (BRASIL, 2008.) A Sala Verde mais próxima da Fazenda-Escola Fundamar seria a instalada na Universidade do Vale do Rio Verde (UNINCOR), em Três Corações/MG.

como forma de promover desenvolvimento, articula-se com um postulado básico de Vygotsky: a aprendizagem desperta processos internos de desenvolvimento que só podem ocorrer quando o indivíduo interage com outras pessoas.

Um conceito fundamental do pensamento do autor é o da zona de desenvolvimento proximal, intervalo entre a capacidade real do sujeito e a capacidade potencial do mesmo quando estimulado a desenvolver seu intelecto na mediação com outros intelectos. Para Vygotsky a boa aprendizagem é aquela que se antecipa ao desenvolvimento dos sujeitos.

As atividades propostas no instrumento de capacitação pretendem estimular a interação dos diversos conhecimentos dos educadores e de seus alunos, dentro da concepção enunciada por Vygotsky.

2.2. MARCOS LEGAIS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO BRASIL E EM MINAS GERAIS

A Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) foi estabelecida pela lei federal n. 9.795, de 27 de abril de 1999, e regulamentada pelo decreto federal n. 4.281, de 25 de junho de 2002. Este decreto criou o Órgão Gestor responsável pela implantação dessa política, adotando para tanto uma gestão compartilhada entre o Sistema Educacional e o Sistema do Meio Ambiente.

Em Minas Gerais, a política se faz pela parceria entre as Secretarias de Estado do Meio Ambiente e de Educação. O órgão gestor é a Comissão Interinstitucional de Educação ambiental de Minas Gerais (CIEA/MG). O decreto estadual n. 44.264 de 24 de março de 2006 criou as CIEAs

regionais. Nessa divisão territorial da educação ambiental, a Fazenda-Escola Fundamar insere-se na CIEA da Mesorregião Sul de Minas¹².

A CIEA é um colegiado paritário entre poder público, setor produtivo e sociedade civil, cujos representantes foram eleitos por voto direto por segmento. O processo de constituição das CIEAs em Minas Gerais envolveu um esforço da Secretaria de Educação de Minas Gerais (SEE) e da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais (SEMAD) em mobilizar setores envolvidos com a problemática da educação ambiental em todos os municípios de cada uma das sete mesorregiões do Estado.

Segundo documento intitulado "Comissão Interinstitucional de Educação ambiental de Minas Gerais – Uma Proposta Cidadã" da SEMAD, esperava-se, de cada CIEA, entre outras atribuições, que:

[...] constituísse em espaço propício de articulação de instituições públicas, setor produtivo, entidades e órgãos representativos da sociedade civil, visando a identificação de oportunidades de intercâmbios diversos e cooperação para sua auto-sustentabilidade. (MINAS GERAIS et al., 2007, p. 54)

Segundo este mesmo documento, a lei estadual n. 15.441 de 11 de janeiro de 2005 que deu nova regulamentação ao art. 214, parágrafo 1º, da Constituição Mineira, trouxe uma questão polêmica em seu art. 3º sobre a formatação da educação ambiental como ensino formal. Os autores explicam:

Nos estabelecimentos do sistema estadual de ensino, a educação ambiental não será implantada como disciplina específica no currículo de ensino, sendo desenvolvida como prática educativa interdisciplinar, contínua e permanente, sendo facultada a sua implantação como disciplina específica

¹² Curiosamente a nomenclatura da divisão do Estado em mesorregiões para fins de constituição da Política de Educação Ambiental não coincide com a divisão determinada pela Fundação João Pinheiro (FJP). Para o Sistema Estadual do Meio Ambiente (SISEMA) o município de Paraguaçu pertenceria à mesorregião do Sul de Minas/Campo das Vertentes. Para a Fundação João Pinheiro o município insere-se na mesorregião do Sul/Sudoeste de Minas, conforme Atlas do Desenvolvimento Humano (2001). Esta definição é a mesma do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

apenas nos [...] cursos de pós-graduação e extensão e nas áreas de metodologia da educação ambiental, quando se fizer necessário. (art. 3º, parágrafo 1º) (MINAS GERAIS et al., 2007, p. 33)

A tentativa de organização da educação ambiental através das CIEAS não parece ter sido bem sucedida. Em termos práticos, até a data dessa dissertação (2009/2010), os educadores da Fazenda-Escola Fundamar não dispunham de nenhuma referência sobre a CIEA- Sul de Minas/Campo das Vertentes, criada em 2006, há, portanto, quatro anos.

A despeito da instituição das CIEAS, em todo o território nacional, com exceção de São Paulo e do Distrito Federal, outros atores tomaram a si a responsabilidade de regulamentar a educação ambiental.

Em 2010, o Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA) editou a Resolução 442 de 23 de março que “estabelece diretrizes para as campanhas, ações e projetos de educação ambiental” sem, contudo, abordar a questão da interdisciplinaridade. O artigo 2º da Resolução define as diretrizes da Educação ambiental:

Art. 2º. São diretrizes das campanhas, projetos de comunicação e educação ambiental:

I - quanto à linguagem:

- a) adequar-se ao público envolvido, propiciando a fácil compreensão e o acesso à informação aos grupos social e ambientalmente vulneráveis; e
- b) promover o acesso à informação e ao conhecimento das questões ambientais e científicas de forma clara e transparente.

II - quanto à abordagem:

- a) contextualizar as questões socioambientais em suas dimensões histórica, econômica, cultural, política e ecológica e nas diferentes escalas individual e coletiva;
- b) focalizar a questão socioambiental para além das ações de comando e controle, evitando perspectivas meramente utilitaristas ou comportamentais;
- c) adotar princípios e valores para a construção de sociedades sustentáveis em suas diversas dimensões social, ambiental, política, econômica, ética e cultural;
- d) valorizar a visão de mundo, os conhecimentos, a cultura e as práticas de comunidades locais, de povos tradicionais e originários;

e) promover a educomunicação, propiciando a construção, a gestão e a difusão do conhecimento a partir das experiências da realidade socioambiental de cada local;

f) destacar os impactos socioambientais causados pelas atividades antrópicas e as responsabilidades humanas na manutenção da segurança ambiental e da qualidade de vida.

III - quanto às sinergias e articulações:

a) mobilizar comunidades, educadores, redes, movimentos sociais, grupos e instituições, incentivando a participação na vida pública, nas decisões sobre acesso e uso dos recursos naturais e o exercício do controle social em ações articuladas;

b) promover a interação com o Sistema Brasileiro de Informação sobre Educação ambiental (SIBEA), visando apoiar o intercâmbio e veiculação virtuais de produções educativas ambientais; e

c) buscar a integração com ações, projetos e programas de educação ambiental desenvolvidos pelo Órgão Gestor da PNEA e pelos Estados e Municípios. (CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE, 2010)

Há de se considerar também aqui o conflito de competência entre as agências de regulamentação e o poder legislativo nas questões ambientais¹³. E em especial sobre a educação ambiental.

Observa-se que o marco legal da educação ambiental supõe a existência de instituições híbridas, cujas competências nem sempre se harmonizam.

Está-se adotando o conceito de hibridação derivado do apresentado por Leonardo Avritzer e Maria de Lourdes Dolabela Pereira. Os autores usam o conceito para analisar a ampliação da participação no Brasil, pós Constituição de 1988, através do compartilhamento entre atores estatais e atores sociais na constituição das políticas públicas. E discorrem:

Novos espaços de negociação e inter-relação são criados em torno dos atores sociais e do Estado e, nesses espaços, esses atores são obrigados a debater e ajustar suas estratégias; ou seja, a ação a partir das instituições é substituída pela ação coletiva e negociada. O local se torna o

¹³ O jurista Edésio Fernandes discorre sobre o assunto no artigo "Legislação Ambiental Brasileira: panorama geral e breve avaliação" no livro organizado por ele e Jurema M. Rujani, "Cidade, memória e legislação: a preservação do patrimônio na perspectiva do direito urbanístico". Belo Horizonte: IAB/MG, 2002, p. 51-67.

lugar da elaboração das políticas públicas, de tomada de decisões discutidas e compartilhadas sob a forma de orçamentos participativos, de fóruns e arenas público-privadas e projetos participativos, seja através de novas relações jurídico-institucionais entre as instâncias federal, estadual, municipal, seja através da construção de um novo espaço democrático com as comunidades locais e suas representações sociais e políticas. (AVRITZER; PEREIRA, 2005, p. 17)

Mas a eficácia dessa hibridação não parece muito positiva, haja vista a experiência de Minas Gerais na questão da educação ambiental.

Os órgãos gestores da política de educação ambiental - as CIEAs, especialmente em Minas Gerais, pouco têm avançado em seus propósitos. Seria lícito concluir que não basta a regularização formal da legislação para assegurar-se a efetividade da participação cidadã. Mesmo o Estado, que delineia a política participativa, furta-se, muitas vezes, a esta participação, delegando à sociedade civil um encargo desfocado de seu potencial de associativismo.

Assim, as linhas de borda – para se usar uma expressão do jargão ambiental – encontram-se pouco demarcadas na educação ambiental, tanto ao nível dos atores, quanto dos objetos e de seus instrumentos.

A fragilidade desta demarcação, se por um lado apresenta ganhos, pois abre espaço para a participação de todos, por outro lado traz perdas, pois não se pode cobrar de nenhum ator específico a responsabilidade pela implantação de uma educação ambiental eficaz.

Neste instrumento de capacitação de educadores estão-se levando em conta os marcos legais da educação ambiental, a despeito da fragilidade da organização dos conselhos paritários previstos por eles. Pretende-se a construção de uma capacitação que hibride a educação ambiental e a educação patrimonial.

3 INTERDISCIPLINARIDADE E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

À falta de um conceito mais eficaz de educação patrimonial está-se adotando, na introdução dessa reflexão sobre o tema, a definição de autores em livro organizado pela Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, em 2002.

O conceito é assim definido:

Educação patrimonial é o processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte de conhecimento individual e coletivo (HORTA; GRUMBERG; MONTEIRO apud MINAS GERAIS, 1999, p 17)

Ao contrário da educação ambiental, como já explorado na seção anterior, a educação patrimonial no Brasil não dispõe de marco legal.

Não há no país uma política nacional de educação patrimonial. Salvo pesquisa mais abalizada, não se encontra, na legislação apresentada nas páginas eletrônicas do Ministério da Cultura, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA), a expressão “educação patrimonial”.

Mesmo quanto às diretrizes emitidas pelo poder público, o único documento encontrado foi o já referido caderno editado pela Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais (SEE) e distribuído às escolas públicas, dentro da Coleção Lições de Minas: “Reflexões e contribuições para a Educação patrimonial” (2002). Ele traz a seguinte avaliação sobre o pouco tempo de maturação da educação patrimonial no país:

A discussão acerca da educação patrimonial é bastante recente no Brasil, como a temática do patrimônio histórico de forma geral. Foi introduzida no País em torno dos anos 80 do século XX, baseando-se nas atividades educacionais já em andamento nos espaços culturais europeus. Hoje, já encontramos disponíveis algumas cartilhas de atividades

sobre educação patrimonial, mas o tema ainda é bastante incipiente para a maior parte dos professores [...]. (MINAS GERAIS, 2002, p. 57)

3.1. HIBRIDAÇÃO ENTRE PATRIMÔNIO CULTURAL E MEIO AMBIENTE

Se não há um marco regulatório formal para a educação patrimonial como o já consolidado para a educação ambiental há, contudo, uma série de evidências da hibridação entre o conceito de patrimônio cultural e o de meio ambiente. Esta hibridação é evidenciada em documentos internacionais, nacionais e na produção acadêmica sobre o tema.

A Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, aprovada pela Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO)¹⁴, em 16 de novembro de 1972, em Paris, elevou o meio ambiente à condição de maior patrimônio da humanidade.

O conceito de patrimônio natural emitido pela Convenção de Paris da UNESCO é o seguinte:

Artigo 2º - Para fins de presente convenção são considerados como patrimônio natural:
.os monumentos naturais constituídos por formações físicas e biológicas, ou por grupos de tais formações, que tenham valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico;
.as formações geológicas e fisiográficas e as áreas nitidamente delimitadas que constituam o habitat de

¹⁴ United F.C Educational, Scientific and Cultural Organization é um organismo especializado do sistema das Nações Unidas. A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) fundou-se a 16 de novembro de 1945 com o objectivo de contribuir para a paz e segurança no mundo mediante a educação, a ciência, a cultura e as comunicações. Outros programas importantes são os de proteção dos patrimônios culturais e naturais além do desenvolvimento dos meios de comunicação. A UNESCO criou o World Heritage Centre para coordenar a preservação e a restauração dos patrimônios históricos da humanidade, com atuação em cento e doze países.

espécies animais e vegetais ameaçadas e que tenham valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico;

.os lugares notáveis naturais ou as zonas naturais estritamente delimitadas, que tenham valor universal excepcional do ponto de vista da ciência, da conservação ou da beleza natural. (UNESCO, apud IPHAN, 1972, p 2-3)

Como sabido, a UNESCO enfatiza o caráter de exemplaridade e excepcionalidade dos bens culturais a serem preservados.

A Constituição Brasileira de 1988 também insere no conceito de patrimônio cultural, entre outros, os sítios de valor ecológico. É o diz o artigo 216:

[...] os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (BRASIL, 1988) (grifo nosso)

E em sentido complementar, o artigo n. 225 que dispõe sobre o meio ambiente na mesma Constituição insere o “dever de preservá-lo para as presentes e futuras gerações”. Parece-nos implícita aqui a idéia do meio ambiente como um bem cultural a ser preservado.

Ressalta-se, mais uma vez, o caráter de excepcionalidade e exemplaridade do bem cultural, mesmo quando se refira a patrimônio ecológico, na visão do legislador brasileiro.

Também no poder judiciário nacional assiste-se à hibridação entre meio ambiente e patrimônio cultural. É o que se deduz, por exemplo, quando se examinam os campos de atuação da 4ª Câmara do Ministério Público Federal. São campos de sua atuação: (i) o licenciamento ambiental; (ii) a fauna e a flora; (iii) os recursos hídricos; (iv) saneamento e saúde pública; (v) zona costeira; (vi) o patrimônio cultural.

No detalhamento do que a 4ª Câmara do Ministério Público entende como patrimônio cultural tem-se:

[...] bens móveis e imóveis tombados; conjuntos arquitetônicos, urbanísticos, históricos e paisagísticos; tráfico ilícito de bens culturais; patrimônio documental ou arquivístico; patrimônio arqueológico; patrimônio cultural imaterial (formas de expressão, modos de criar, fazer e viver); patrimônio cultural em áreas de preservação ambiental; patrimônio natural no âmbito da preservação do patrimônio cultural (paisagens naturais notáveis, patrimônios paleontológico e espeleológico); patrimônio cultural no contexto do licenciamento ambiental (avaliação de impactos ao patrimônio cultural em Estudo de Impacto Ambiental) (BRASIL, 2009.) (grifos nossos)

Mais uma vez aqui identifica-se o critério de exemplaridade e o de excepcionalidade na eleição dos bens do patrimônio cultural na concepção do Ministério Público.

No campo da política de patrimônio cultural no Brasil assiste-se, contudo, nas últimas décadas, a uma proliferação de objetos, atores e instrumentos, rompendo-se, na prática, com o critério formal de exemplaridade e excepcionalidade.

Como atuais objetos têm-se além dos bens da cultura material (edificações de pedra e cal); os bens da cultura dita imaterial (os saberes; as celebrações; as formas de expressão e os lugares); e também o meio ambiente. Como atuais atores, além da tradicional atuação do Estado, as comunidades locais, as entidades do Terceiro Setor, e aqueles até então excluídos da política de patrimônio (p. ex. quilombolas) empoderaram-se como guardiães de seu patrimônio cultural e reivindicam o reconhecimento de seus bens culturais pelo poder público. E como instrumentos, são institucionalizados hoje, além do tradicional tombamento, o inventário e o registro dos bens; a Ação Civil Pública¹⁵; os conselhos municipais; a participação dos municípios no rateio dos

¹⁵ Ação Civil Pública é a figura jurídica introduzida pela lei federal n. 7.347, de 24 de julho de 1985, que confere ao Ministério Público Federal e ao Estadual, bem como aos órgãos e instituições da administração pública e a associações com finalidades protecionistas, a legitimidade para acionar os responsáveis por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor e aos bens e direitos de valor artístico, estético, turístico e paisagístico. (MAZZINI, 2008.)

impostos; e por fim, mas não menos importante, a educação patrimonial. Esta, contudo, carente de uma regulamentação legal.

Outro instrumento onde se evidencia o hibridismo entre meio ambiente e patrimônio cultural é o estatuto do Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviço (ICMS) Cultural e Ecológico, em Minas Gerais.

Um dos critérios de pontuação dos municípios é a existência de programas de educação patrimonial. A lei estadual 18.030 de 18 de março de 2009, em seu anexo II, apresenta a “Elaboração de projetos e realização de atividades de educação patrimonial” como critério de pontuação para recebimento do repasse do imposto.

Entende-se que a educação patrimonial em Minas Gerais vem assumindo um estatuto mais compulsório através da Lei Robin Hood, designação dada à lei do ICMS Cultural e Ecológico, acima referida. A instituição da educação patrimonial, como atribuição dos Conselhos Municipais do Patrimônio Histórico, e como contrapartida para recebimento de recursos públicos, por certo não é garantia da qualidade dos programas desenvolvidos nos municípios.

Maria Cecília Londres Fonseca, no livro “O Patrimônio em Processo – trajetória da política federal de preservação no Brasil” (2005) ressalta a pluralidade de atores sociais e políticos, advinda com a redemocratização do País:

O Estado não se apresenta [hoje] mais como protagonista do desenvolvimento nacional nem como porta-voz exclusivo dos anseios da nação. Na mesma linha, a noção de cidadania deixou de ser entendida como uma concessão do Estado [...] e passou a ser considerada como um conjunto de direitos a serem conquistados e estendidos a toda a sociedade. Nesse contexto, a idéia de nação se torna independente da tutela do Estado, e a sociedade civil emerge como ator político. (FONSECA, 2005, p. 221-222)

Além da evidência de novos atores, a autora chama atenção para o movimento de dessacralização do conceito de patrimônio, onde a exemplaridade e a excepcionalidade perdem espaço para outros critérios.

Maria de Lourdes Fonseca propõe a dessacralização do conceito de patrimônio reportando-se aos conceitos propugnados por Mário de Andrade (1893-1945), intelectual que instituiu o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), em 1937, precursor do atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Mais uma vez parece correto buscar em Mário de Andrade inspiração, retomando criticamente seu ideal de coletivização da cultura e sua concepção ampla e dessacralizada de patrimônio. (FONSECA, 2005, p. 223)

O arquiteto mineiro e especialista no tema, Leonardo Castriota, na apresentação do seu livro "Patrimônio Cultural, Conceitos, Políticas e Instrumentos" (2009), destaca o rebatimento da inclusão do meio ambiente no conceito de patrimônio cultural.

[...] a nosso ver, vivemos não apenas uma mera expansão, uma agregação quantitativa de bens culturais, mas um profundo deslocamento no campo do patrimônio, que nos últimos anos também se vê colocado em diálogo com outros campos e múltiplas disciplinas, para, no entrelaçamento de suas perspectivas, procurar responder a uma realidade de crescente complexidade [...]. Como ressalta Ignacio Gonzáles-Varas, a emergência dessas categorias novas – como as idéias de 'patrimônio ambiental urbano' e de 'bens ambientais' considerados como parte importante dos bens culturais, seria uma das conquistas conceituais de maior relevância no campo do patrimônio cultural'. (CASTRIOTA, 2009, p. 13)

Mais do que um novo objeto, a inserção do meio ambiente na pauta dos bens culturais propõe um novo paradigma para o estudo do tema.

3.2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

A educação patrimonial no Brasil vem percolando – para se usar outra expressão do jargão ambiental – a sociedade civil, atraindo novos atores para o significado de programas voltados para a educação dos cidadãos em relação a novos objetos culturais, entre eles o meio ambiente.

Entre os novos atores há os museus, que vêm desenvolvendo programas de educação patrimonial e ainda construindo alguma fundamentação sobre o tema.

Neste sentido, o Museu de Artes e Ofícios (MAO) do Instituto Flávio Gutierrez, em Belo Horizonte/MG, organizou em 2006 o “Seminário de Ação Educativa – Cultura e Educação: Parceria que Faz História”.

Ana Maria Rabelo Gomes, professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, na conferência intitulada “Aprender a Cultura” deste evento, destaca:

Um aspecto é importante ressaltar aqui [...]: o fato de que a cultura é aprendida. Poderíamos dizer que ela não é uma “herança inexorável” dos indivíduos, senão são os próprios que devem realizar percursos de inserção (aprendizagem) na cultura de seu grupo. Um ser humano que não tenha essa possibilidade, isto é, alguém que não cresça em contato com uma qualquer cultura, dentro de um grupo humano, sozinho não reinventa a cultura de seu grupo e nem inventa a sua própria – posto que se trata de algo da ordem do social e do coletivo. (GOMES, 2007, p. 28)

Aspecto menos belo da transmissão da cultura, contudo, era denunciado pelo filósofo alemão Walter Benjamin (1892-1940), no texto “Sobre o conceito de história”, escrito às vésperas de sua trágica morte:

Todos os que até hoje venceram participam do cortejo triunfal, em que os dominadores de hoje espezinham os corpos dos que estão prostrados no chão. Os despojos são o que chamamos bens culturais. [...] todos os bens culturais

devem sua existência não somente ao esforço dos grandes gênios que os criaram, como à corvéia anônima dos contemporâneos. Nunca houve um momento da cultura que não fosse também um momento da barbárie. E, assim, como a cultura não é isenta de barbárie, não o é, tampouco, o processo de transmissão da cultura. (BENJAMIN, 1994, p. 225)

A advertência de Walter Benjamin parece prudente. Neste momento em que se assiste a uma inflação da memória, e em que a água ganha centralidade na agenda ambientalista mundial, a idealização dos bens que guardam vestígios de usos e práticas referentes aos recursos hídricos é algo que se deve evitar.

3.3. ATORES LOCAIS

O município de Paraguaçu apresentou no Censo Demográfico de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 20.241 habitantes, para um território de 425km². Banhado pelos rios Dourado, Ouvidor, Machado e Sapucaí – ainda depositário do rio Verde, foi atingido pelo reservatório de Furnas, em 1965/67. Perdeu para o lago de Furnas 18,85km², o que equivalia a 1,3402% de seu território.¹⁶

O exame dos atores da política de meio ambiente e patrimônio cultural do município de Paraguaçu traz um rápido perfil destas questões no nível local.

O Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural de Paraguaçu foi criado pela lei n. 1.718 de 4 de julho de 2001, antes da instituição do Conselho Municipal do Meio Ambiente, pela lei n. 1.813 de 30 de maio de 2003. O Inventário de Proteção do Acervo Cultural de Paraguaçu de 2007 indicava nove bens tombados, sendo um bem móvel, um conjunto

¹⁶ Ver Tabela 1 desta dissertação, à página 100.

paisagístico e os demais, bens imóveis. Na zona rural o único bem tombado foi a Fazenda Ribeirão, através do decreto municipal n. 97 de 2 de fevereiro de 2002. Nenhuma ação de restauração foi efetivada e já se discutia, à época dessa dissertação (2009/2010), a reversão do tombamento.

O inventário patrimonial do município tem sido realizado pela Prefeitura Municipal de Paraguaçu, através da Secretaria de Educação e Cultura em parceria com o escritório de consultoria Memória Arquitetura Ltda., de Belo Horizonte, cujo diretor é de família da cidade. Esta mesma parceria possibilitou ainda a edição de um livreto ilustrado, intitulado "Patrimônio Histórico de Paraguaçu", em 2008.

A percepção da pesquisadora é que a participação da sociedade civil é mais formal do que efetiva na composição dos conselhos municipais tanto do meio ambiente quanto do patrimônio histórico e cultural no município de Paraguaçu.

As ações de educação patrimonial do Conselho Municipal resumem-se à proposição de desenhos e produção de textos sobre os bens tombados pelos alunos das escolas públicas urbanas, categoria da qual foi excluída sem qualquer razão conhecida a Fazenda-Escola Fundamar.

Não se conhecem ações de educação ambiental desenvolvidas pelo Conselho Municipal de Meio Ambiente de Paraguaçu.

A junção de interesses privados na prestação de assessoria técnica aos projetos na área do patrimônio cultural nem sempre tem colaborado para a uma política de ampliação do debate sobre tais temas. Entende-se, portanto, que continua sendo patrimônio cultural o que os grupos políticos locais mais empoderados classificam como tal. Assim as eventuais referências de patrimônio para as comunidades rurais sequer chegam a ser entendidas como tal. Não são "enxergadas" pelo sistema.

Vale, portanto, o alerta do texto “Democracia, Participação e Instituições Híbridas” de Leonardo Avritzer e Maria de Lourdes Pereira:

[...] a democratização dos processos deliberativos depende da generalização de elementos associativos ainda desigualmente distribuídos entre as cidades e o campo, entre as diversas regiões e as diversas arenas do debate político. (AVRITZER; PEREIRA, 2005, p. 38)

3.3.1. Monjolos, Chafarizes e Caixa d'água: o olhar do patrimônio

Documento extremamente interessante, embora ainda incompleto, na vertente da educação patrimonial sobre a água foi produzido, em 2007, pela Agência Nacional das Águas (ANA) em parceria com a UNESCO. Trata-se do livro virtual “História do Uso da Água no Brasil – do Descobrimento ao Século XX”. A proposta era de constituição de um livro aberto à contribuição de todos interessados para o envio de iconografia e textos da literatura sobre o uso da água no país, na perspectiva da história.

Dizem os organizadores da versão preliminar do livro:

É notória no país a indisponibilidade de descrições mais detalhadas das formas históricas de produção, transporte, consumo e gestão dos recursos hídricos para os diferentes usos da água, como abastecimento público, dessedentação de animais, irrigação, geração de energia mecânica. Identifica-se uma profusão de chafarizes, monjolos, aquedutos, usinas de energia elétrica, tombados como patrimônio histórico, mas descontextualizados no tempo e no espaço.” (AGÊNCIA NACIONAL DAS ÁGUAS; UNESCO, 2007, p. 21)

A prospecção da ação do patrimônio cultural sobre os bens vinculados aos recursos hídricos em Paraguaçu parece confirmar este diagnóstico.

A Fazenda do Ribeirão, único bem localizado em zona rural e tombado pelo Patrimônio Histórico de Paraguaçu, em 2002 é assim descrita pelo

Almanaque “O Brasil Industrial, Agrícola, Commercial e Político. Município de Paraguassu, Estado de Minas Gerais”, publicado no Rio de Janeiro, em 1928:

[...] Como benfeitorias, [...], boa casa de morada de construcção antiga, sólida, confortável, com 13 quartos e commodos, além de installações hygienicas, paiol, moinho, monjollo, cobertas, retiro, céva.” (O BRASIL INDUSTRIAL [...], 1928) (grifo nosso).

O monjolo destacado na descrição acima é tema muito caro ao patrimônio cultural, como já sugerido no documento sobre a História do Uso da Água no Brasil.

O folclorista mineiro Fausto Silva em artigo do Suplemento Literário da Folha de Minas, de 22 de agosto de 1948, discute as diversas versões sobre origem do nome “monjolo”. Uma versão seria derivada de nomes de animais: bezerrinho (“munj” do verbo mungir, do latim “mulgeri” mais o sufixo “olo”, variante de “casulo”). Outra versão seria referente aos escravos monjolos, designação conferida pelo tráfico negreiro.¹⁷

Descrição minuciosa sobre o funcionamento e nomenclatura das peças que compõem o monjolo é apresentada pelo escritor Monteiro Lobato no conto “A Vingança da Peroba”, publicado no livro “Urupês”, em 1918.¹⁸

Monografia da pesquisadora intitulada “Inventários Post-mortem (1843-1860) da freguesia do Carmo da Escaramuça (atual município de Paraguaçu)”¹⁹ a partir de fontes do Fundo do Arquivo do Centro de

¹⁷ Corroborando esta última versão, tem-se que o “Mapa de População do Arraial do Carmo de Douradinho”, de 1839 (hoje município de Paraguaçu) trazia a designação de escravo “munjolo” para alguns dos moradores dos fogos recenseados. Munjolo, cabinda, congo, angola, rebolla eram algumas das classificações dadas aos escravos pelos traficantes, sem contudo equivaler às origens étnicas dos negros.

¹⁸ Cocho: parte traseira do monjolo, que recebe a água; Haste: madeiro comprido que constitui a parte principal do monjolo; Munheca: mão de monjolo, peça que serve para pillar; Pilão: recipiente de madeira (tronco escavado) que recebe o milho para ser pilado; Virgem: peça em cuja forquilha gira a haste que despeja depois de enchido o cocho; Inferno: lugar onde cai a água que move o monjolo.

¹⁹ COSTA, Maria Lúcia Prado. *Inventários Post-Mortem da Freguesia do Carmo da Escaramuça (Sul de Minas): 1843-1860*. Belo Horizonte: Fundação 18 de Março. 2007. Trabalho não publicado.

Memória do Sul de Minas da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) em Campanha/MG indicou que dos 14 inventários pesquisados no período com monte-mor acima de dez contos de réis quatro trazem descrição de monjolos no complexo agro-pecuário. Esta constatação indica o uso do monjolo na freguesia anterior à cultura cafeeira, datada a partir dos anos 80 do século XIX.

No bairro rural do Chico dos Santos em Paraguaçu ainda há um monjolo em funcionamento, no sítio do Sr. Tônico Cavaleiro, depoente no capítulo dessa dissertação sobre o impacto da represa de Furnas.

Na zona urbana de Paraguaçu, foram objeto da ação do Patrimônio Cultural de Paraguaçu: a antiga caixa d'água, tombada pelo decreto n. 008 de 19 de dezembro de 2008, e a Biquinha, fonte d'água, que consta do Acervo Cultural de Paraguaçu de 2007.

Não há vestígios no tempo presente sobre os antigos chafarizes do século XIX.

O Almanack Sul-Mineiro para 1884, organizado por Bernardo Saturnino da Veiga, traz, contudo, a seguinte informação sobre os chafarizes da freguesia:

Na localidade [freguesia do Carmo da Escaramuça] há três fontes publicas, havendo igualmente fontes nas casas particulares. A água não é encontrada nos logares altos da povoação. (VEIGA, 1884.)

3.4. PLANO DIRETOR DE PARAGUAÇU

Objeto da lei complementar n. 14, de 24 de dezembro de 2005, o Plano Diretor de Paraguaçu foi elaborado pela Fundação João Pinheiro (FJP). O Plano Diretor sofreu alteração, já no ano seguinte de sua promulgação, pela lei complementar n. 16, de 22 de dezembro 2006, que deu nova

ordenação para os limites das taxas de ocupação e de permeabilidade, para uso comercial e industrial na área urbana. Ambas as leis datam do mesmo mandato do Prefeito, Evandro Barbosa Bueno (2005-2008).

Uma das inovações mais caras ao processo de conquista do “direito à cidade” é a legitimação da participação popular, tanto na fase de diagnóstico quanto na gestão posterior à aprovação do plano diretor.

Atendo-se estritamente ao Capítulo das Disposições Transitórias do Plano Diretor de Paraguaçu que contemplam as reivindicações da população, pode-se esboçar um rápido diagnóstico sobre a percepção da sociedade civil do município sobre a temática ambiental e patrimonial.

O capítulo se divide em dois artigos, um referente às reivindicações da população em geral e outro, à reivindicação da população do distrito de Guaipava, este situado à margem esquerda do rio Sapucaí e a montante da área urbana do município.

No primeiro artigo (art. 298) das dezoito reivindicações, seis (33%) podem ser classificadas como referentes estritamente à temática ambiental. São elas: (i) implantar o tratamento de esgotos; (ii) implantar a coleta seletiva nos bairros rurais; (iii) promover arborização das vias e áreas públicas; (iv) proteger as nascentes do município; (v) implementar o Conselho de Defesa do Meio Ambiente (CODEMA) e; (vi) promover melhorias na travessia da balsa no rio Sapucaí, no bairro Cachoeira.

No segundo artigo (art. 299) das doze reivindicações da população do distrito de Guaipava, quatro (33%) são da temática ambiental. São elas: (i) rever a tarifa cobrada de água; (ii) promover melhoria na coleta do lixo e instalar aterro controlado; (iii) maior apoio na coleta seletiva; (iv) preservar as nascentes.

Das seis reivindicações apresentadas no artigo 298, três já foram efetivadas à época dessa dissertação: (i) a Estação de Tratamento de

Esgoto (ETE) pela Concessionária de Saneamento Básico (COSÁGUA) foi inaugurada em 2008; (ii) o CODEMA foi criado em 2007; (iii) a balsa do rio Sapucaí foi substituída por outra mais moderna.

Há de se destacar que, na seção sobre Esgotamento Sanitário do Capítulo sobre Saneamento Ambiental do Plano Diretor, o artigo 54 já dispunha sobre a diretriz de implantação de uma unidade de tratamento de esgotos no distrito de Guaipava, “evitando seu lançamento direto no rio Sapucaí”. Essa situação extrema de comprometimento da qualidade da água não foi sequer mencionada pela população.

É de se estranhar que o documento não faça uma única menção ao rio Machado, que desenha a divisa do município de Paraguaçu com o de Alfenas, e que foi também represado pela Hidrelétrica de Furnas (1957). A degradação ambiental do rio no município e em especial no bairro rural do Chico dos Santos é evidenciada pelo depoimento dos moradores ribeirinhos, tema a ser mais explorado nesta dissertação.

Também merece reflexão a proposição de revisão das tarifas de água no Plano Diretor. Parece uma evidência da concretude dos problemas reais da população, muito distante do escopo das diretrizes técnicas e amplas, como os instrumentos de regulação de espaço urbano propostas no Plano Diretor.

Esse rápido olhar sobre a adequação do Plano Diretor como instrumento de gestão do espaço urbano, neste recorte sobre o meio ambiente, desenha um retrato um tanto desfocado da realidade político-social de Paraguaçu.

Há, portanto, fragilidades na leitura técnica – omissão do rio Machado na hidrografia do município; e na leitura comunitária – reivindicações pontuais; que serviram para construção do documento. E dificuldades outras que se desdobram na gestão do Plano Diretor. Como exemplo, a baixa visibilidade e atuação do Conselho Municipal de Desenvolvimento

Sustentável, criado pelo decreto municipal de 26 de março de 2006, para gerenciar o Plano, e que permanece como letra morta.

No mesmo capítulo das Disposições Transitórias do Plano Diretor de Paraguaçu não há também nenhuma reivindicação da sociedade civil referente ao patrimônio cultural.

Raquel Rolnik, no livro "O que é Cidade" apresenta uma crítica à idéia do planejamento urbano, cujos temas repetem-se desde os pensadores utópicos até o planejamento computadorizado de hoje. E lista os seguintes temas:

O primeiro é a leitura mecânica da cidade – a cidade como circulação de fluxos – de pedestres, de veículos, de tropas, de cargas ou de ventos. O segundo é a idéia de ordenação matemática – a regularidade e a repetição – como base da racionalização na produção do espaço. Ainda um terceiro pressuposto é a idéia de que uma cidade planejada é uma cidade sem males, utopia que até hoje seduz os defensores do planejamento urbano. (ROLNIK, 1994, p. 59)

Nessa mesma linha é lícito questionar-se sobre a adequação do plano diretor para a realidade dos pequenos e médios municípios brasileiros e sobre a hegemonia dos técnicos na construção desse instrumento, tema que, contudo, foge ao objeto dessa dissertação.

A pesquisa sobre os objetos, instrumentos e atores envolvidos na questão do meio ambiente e do patrimônio cultural do município de Paraguaçu, notadamente sobre os recursos hídricos, indica uma série de iniciativas desarticuladas entre si e fragilizadas pela falta de programas de educação ambiental e de educação patrimonial que lhes dêem visibilidade e legitimidade.

No instrumento de capacitação dos educadores pretende-se trabalhar de forma interdisciplinar os construtos da educação patrimonial e da educação ambiental. O tema de água como bem ambiental e bem cultural será objeto do módulo 2 do instrumento de capacitação.

4 EDUCAÇÃO AMBIENTAL E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL COM FOCO NOS RECURSOS HÍDRICOS

Neste capítulo apresenta-se uma discussão sobre a atual legislação de recursos hídricos e a diversidade de conceituação do tema. Faz-se um levantamento sobre a diversidade dos atores sociais que tomam a si a responsabilidade sobre a educação ambiental e patrimonial focada nos recursos hídricos em Minas Gerais e um perfil dos principais rios mineiros na perspectiva da educação patrimonial, tomando como universo de pesquisa a Biblioteca da Fazenda-Escola Fundamar. E apresenta-se ainda uma discussão sobre a peculiar situação geográfica da instituição em relação a sua bacia hidrográfica.

4.1. RECURSOS HÍDRICOS: LEGISLAÇÃO E CONCEITOS

As leis que instituíram a Política Nacional de Recursos Hídricos - lei federal n. 9.433/97, e a Política Estadual de Recursos Hídricos – lei estadual n. 13.199/99 propõem novos paradigmas para a conceituação da água e dos recursos hídricos.

Numa primeira prospecção sobre a história da legislação brasileira no século XX, entende-se que o tema era regido pelo Código de Águas (decreto federal n. 24.643 de 10 de julho de 1934)²⁰, publicado no ano seguinte e, portanto, posterior à promulgação da Constituição Federal de

²⁰ Ao Código de Águas, de 1934, precedeu o “Código de Águas da República”, de 1907, de autoria de Alfredo Valladão (1873-1959), advogado, natural de Campanha, Sul de Minas e autor do livro “Dos rios públicos e particulares” (1904). O mesmo Alfredo Valladão participaria da elaboração do Código de Águas de 1934. (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 1984).

16 de julho de 1934.²¹ O foco do Código de Águas era instituir um disciplinamento jurídico sobre a geração de energia hidrelétrica no país.

O atual estatuto legal sobre os recursos hídricos teve um longo processo de tramitação²² e coloca-se em sintonia com as preocupações mundiais sobre a escassez da água para uso humano. Este tema, objeto de inúmeras publicações, aqui é sintetizado por Dirceu Telles e Regina Costa, pesquisadores paulistas:

A grande problemática da escassez da água mundial está relacionada com a má distribuição de recursos naturais no espaço em relação à concentração populacional, ou seja, o volume per capita. [...] Mesmo possuindo grandes bacias hidrográficas, que totalizam cerca de 80% de nossa produção hídrica, cobrindo 72% do território brasileiro, o Brasil sofre com escassez da água, devido à má distribuição da densidade populacional dominante, que cresce exageradamente e concentra-se em áreas de pouca disponibilidade hídrica. (TELLES; COSTA, 2007, p. 3-6)

Os novos paradigmas sobre os quais se assenta a atual legislação seriam resumidamente os seguintes: (i) a água é um bem de domínio público; (ii) a água é um recurso natural limitado, dotado de valor econômico; (iii) a gestão dos recursos hídricos deve sempre proporcionar o uso múltiplo das águas²³; (iv) a bacia hidrográfica é a unidade territorial de implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos. (SANTILLI. [200_]).

Os estudiosos entendem que é preciso distinguir a expressão “água” da expressão “recursos hídricos”. A segunda seria empregada sempre que a proteção ambiental das águas estiver sendo considerada.

²¹ Foram signatários deste decreto além de Getúlio Vargas, Juarez Távora, à época Ministro da Agricultura, e Oswaldo Aranha. Este decreto foi alterado pelo decreto-lei n. 852 de 11 de novembro de 1938, e mais tarde pelo decreto-lei n. 3763 de 25 de outubro de 1941.

²² O Projeto de Lei n. 2.249/91 – que deu origem à Lei n. 9.433/97, foi enviado pelo Poder Executivo à Câmara dos Deputados em 1991, tendo sido relator na Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias o deputado Fábio Feldmann, e, posteriormente, o deputado Aroldo Cedraz. O projeto sofreu inúmeras e profundas alterações em seu texto original, e só foi aprovado pela Câmara dos Deputados em outubro de 1996. Depois da aprovação pelo Senado Federal, foi encaminhado ao Presidente da República, que o sancionou com 13 vetos. (SANTILLI, [2000?])

²³ Em situações de escassez, o uso prioritário dos recursos hídricos é o consumo humano e a dessedentação de animais.

Mas não há, entretanto, consenso sobre o conceito de recursos hídricos. O Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM) entende por recursos hídricos “a coleção de águas superficiais e subterrâneas disponíveis e que podem ser obtidas para o uso humano”. (MINAS GERAIS, 2008, p. 62)

O geólogo mineiro Edézio de Carvalho entende que recurso hídrico “não é a água em si, mas o conjunto de fatores geológicos que permitem captar as águas pluviais, armazená-las, purificá-las e restituí-las”. E esclarece que “a carência de água em nível global é uma impossibilidade física”. (CARVALHO, 2005, p. 140)

Há aqueles também que questionam a centralidade dos recursos hídricos na pauta ambientalista contemporânea. Heloísa Soares de Moura Costa, professora da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em texto que discute a lógica do “desenvolvimento sustentável”, argumenta que vivemos na fase ecológica do capital, na qual são construídas novas formas de internalização da natureza, agora compreendida como “condição de produção”. E cita como exemplos dessa internalização, os direitos de posse sobre elementos naturais, como a terra ou a água, entre outros. Ressalta ainda que vive-se um momento de “reinvenção da natureza como meio ambiente, de forma que o capital, não a natureza e a cultura, possa ser sustentado”. (COSTA, 2008, p. 96)

Entende-se a crítica de Heloísa Costa como procedente ao denunciar o avanço do capitalismo sobre os bens disponíveis no planeta, entre eles, os recursos hídricos.

Há ainda aqueles que questionam a instituição da bacia hidrográfica como unidade de planejamento, como quer a nova legislação, haja vista que historicamente a organização do território nacional não se fez através desse recorte.

Assim tanto o conceito quanto a relevância de estudos sobre recursos hídricos não é consenso entre os estudiosos.

4.2. ATORES E INSTRUMENTOS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL FOCADOS NOS RECURSOS HÍDRICOS

A despeito das críticas e das dificuldades conceituais do tema, há de se conhecerem os atores e os instrumentos da educação ambiental e educação patrimonial no estudo dos recursos hídricos, na tentativa de se obter alguns subsídios para o desenvolvimento desta pesquisa.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais, produzidos pelo Ministério da Educação, não tratam especificamente da educação ambiental, mas sim do meio ambiente, entendido como um dos temas transversais²⁴, que devem transpassar todos os conteúdos do Ensino Fundamental. Do tema do meio ambiente é possível cotejar algumas sugestões deste documento para o estudo dos recursos hídricos:

Dentre as movimentações das substâncias da natureza, um das mais importantes do ponto de vista ambiental é água. O conhecimento das formas de aproveitamento e utilização da água pelos diferentes grupos humanos; a compreensão da interferência dos fatores físicos e socioeconômicos nas relações entre os ecossistemas, a construção da noção de bacia hidrográfica e a identificação de como se situa a escola, o bairro e a região com relação ao sistema de drenagem, condições de relevo e áreas verdes, o conhecimento das condições de vida nos oceanos e sua relação com a qualidade da água dos rios permitem aos alunos o entendimento da complexidade da questão da água e sua historicidade, a necessidade desse recurso para a vida em geral e os processos vitais mais importantes dos quais ela faz parte.

A ação antrópica e a conseqüente tendência de escassez de água em quantidade e qualidade suficiente para os objetivos do uso humano merecem destaque. É preciso favorecer a aprendizagem de que a dimensão das alterações provocadas pode prejudicar a reciclagem natural dos processos irreversíveis de degradação, tanto na agricultura como nos espaços urbanos. Isso afeta a vida das sociedades que

²⁴ Os demais temas são: Ética; Pluralidade Cultural; Saúde; Orientação Sexual; Trabalho e Consumo.

utilizam os recursos dos rios, do mar e dos ecossistemas relacionados a eles. (BRASIL, 1998, p. 208-9)

Os Parâmetros Curriculares Nacionais também não abordam especificamente a educação patrimonial. Quanto à temática patrimonial correlacionada ao meio ambiente, os Parâmetros Curriculares, entretanto, sugerem:

Quando se lidar com a memória, em qualquer dos conteúdos, é possível resgatar as características do ambiente onde ocorreram vários fatos e de que maneira os personagens se relacionavam com elas ou, ainda, quais as transformações ambientais, ocorridas após esses fatos, e quais ambientes se observam hoje no lugar onde se vive. (BRASIL, 1998, p. 211)

Quanto aos atores que tomam para si a tarefa da educação ambiental focada nos recursos hídricos, entendem-se que estes seriam hoje, em Minas Gerais, algumas entidades do Terceiro Setor ao lado dos órgãos ambientalistas da administração pública e de algumas empresas cujos projetos estão submetidos ao licenciamento ambiental do estado²⁵, e ainda alguns poucos Comitês das Bacias Hidrográficas (CBHs).

O Termo de Referência para Educação não formal no Processo de Licenciamento Ambiental do Estado de Minas Gerais traz como um os eixos temáticos a bacia hidrográfica²⁶. Dentro deste eixo são sugeridos os seguintes tópicos para educação ambiental: (i) a visão da água como bem finito e estratégico, dotado de valor econômico; (ii) a visão da água como bem público; (iii) a visão da bacia hidrográfica como unidade de planejamento ambiental; (iv) a gestão descentralizada e participativa dos recursos hídricos; (v) a racionalização do uso da água; (vi) a prevenção e

²⁵ O Termo de Referência para Educação não formal no Processo de Licenciamento Ambiental do Estado de Minas Gerais indica como público-alvo as comunidades localizadas nas áreas de influência direta do empreendimento identificadas nos estudos ambientais requeridos no processo de licenciamento (Público Externo). As empresas, entretanto, tendem a inserir as escolas do entorno do empreendimento como público externo. Mas a rigor, em nosso entendimento, as escolas seriam público da Educação Formal.

²⁶ Além do eixo temático da bacia hidrográfica, são sugeridos os seguintes: (i) Biomas; (ii) Socioeconomia; (iii) Patrimônios Natural, Artístico, Histórico e Cultural; (iv) Prevenção e Combate às Desigualdades Locais e Regionais; e (v) Tecnologia Ambiental.

o combate ao desperdício da água; (vii) os usos múltiplos da água; (viii) o reuso da água; (ix) a recuperação da cobertura vegetal nativa, especialmente as vegetações ciliar e de topo; (x) a proteção das nascentes, dos cursos das nascentes, dos cursos d'água e da fauna e da flora nativas.

São estas entidades, grosso modo, que têm definido o conteúdo e a metodologia da educação ambiental focada na gestão dos recursos hídricos. Também são elas que têm investido na produção de material pedagógico - em forma de cartilhas e folhetos, disponíveis em meio físico ou eletrônico, e na promoção de concursos para dar visibilidade à questão da gestão racional dos recursos hídricos. O foco dessa produção pedagógica não é, por certo, as escolas de ensino básico, mas seu formato indica preocupação com a transmissão de idéias simples associadas a desenhos gráficos de fácil aceitação pelo público infanto-juvenil - como a sugerir uma imediata identificação com o cidadão comum. As mensagens e as ilustrações não se referem a lugar nenhum, mas a qualquer lugar. Esta produção constitui o material de vulgarização do tema sobre a gestão dos recursos hídricos na perspectiva "oficial", e procura consolidar os construtos da atual legislação. O enfoque é a apresentação de conceitos prontos sem margem para debate ou contestação por parte do leitor.

Num levantamento preliminar do acervo da Biblioteca da Fazenda-Escola Fundamar, por exemplo, identifica-se sobre o tema da água/recursos hídricos, o seguinte material: folhetos da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER/MG); do Instituto Estadual de Floresta (IEF); da Federação da Indústria do Estado de Minas Gerais (FHIEMG); Agência Nacional das Águas (ANA); Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE/MG); Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEAM), em edições consorciadas ou independentes. Os títulos são "Água um recurso ameaçado"; "Os Caminhos da Água"; "Água de Qualidade para todos, hoje e sempre"; "Água Nossa de Cada Dia"; "Educação para

Sustentabilidade nas bacias hidrográficas de Minas Gerais”; “Água agora vale dinheiro”, entre outros. E ainda o Glossário de Termos sobre Gestão de Recursos Hídricos e Meio Ambiente, publicado em 2008 pelo Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM).

Das entidades mineiras do terceiro setor em parceria com os órgãos públicos, a Biblioteca da Fazenda-Escola Fundamar dispõe de folhetos e cartilhas pedagógicas do Projeto “Maria de Barro” de Nazareno/MG, no alto vale do rio Grande, focado na recuperação dos solos na gestão dos recursos hídricos²⁷; e do Projeto Manuelzão²⁸, focado na recuperação da bacia do rio das Velhas. Poderíamos identificar nestas entidades ambientalistas as duas concepções de recursos hídricos, já indicadas sobre o conceito de recursos hídricos: aquela focada na geologia que comporta a água e aquela focada na água, *stricto sensu*.

Também as entidades vinculadas às instituições científicas têm lançado mão de instrumentos de vulgarização do conhecimento junto ao público infanto-juvenil. Destaca-se, neste segmento, a Revista Ciência Hoje, publicada pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), distribuída gratuitamente às escolas públicas pelo Ministério da Educação, já em seu 23º ano de edição. De grande aceitação na Fazenda-Escola Fundamar, tanto pelos educadores quanto pelos alunos, a Revista Ciência Hoje traz em linguagem simples e acessível artigos ilustrados sobre temas

²⁷ Consultar a página eletrônica do Projeto, disponível em: <<http://www.projetomariadebarro.org.br>>. Acesso em: 1º abr. 2009. O Projeto Maria de Barro tem parceria com a Universidade Federal de Lavras (UFLA) e a Universidade Federal de São João del Rei (UFSJ). O Projeto tem apoio do Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA) do Ministério homônimo e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Referência ao projeto consta do texto “Salvar nosso solo para proteger nossa sociedade”, editado em 2004 por Polis – Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais com apoio da Fondation Charles Léopold Mayer pour le Progrès de l’Homme – fph (Paris).

²⁸ Consultar a página eletrônica do Projeto, disponível em: <<http://www.manuelzao.ufmg.br>>. Acesso em: 1º abr. 2009. O programa de Educação Ambiental do Projeto Manuelzão tem apoio da Secretaria da Educação de Minas Gerais; COPASA e Prefeituras da Bacia do Velhas.

ambientais, entre eles a água. Esta revista também está disponível on-line.

Não só de cartilhas e folhetos escritos vive a educação ambiental focada nos recursos hídricos. Material digital sobre o tema produzido por entidade internacional é distribuído gratuitamente às escolas públicas. Há uma coleção de quatro cd-rom, intitulada "Gênero e Água", produzido pela Gender and Water Alliance (GWA)²⁹, ilustrado pelo cartunista mineiro Ziraldo. A GWA autoriza aos educadores usarem as imagens e "traduzir e reproduzir em sua língua local" este material. Os títulos são: 1 - Visão de gênero: o que é isso?; 2 - Gênero, água, saneamento e saúde; 3 - Gênero, água e eventos climáticos; 4 - Gênero, água, agricultura e alimento.

Ainda no segmento das entidades do Terceiro Setor, cita-se a produção do Instituto Maurício de Souza, disponível na web e intitulada, "Água boa para beber", estória em quadrinhos com os personagens da Turma da Mônica.

O protagonismo das empresas na valorização de projetos de racionalização do uso da água em Minas Gerais cabe a Furnas Centrais Elétricas. A empresa está na 8ª edição do Concurso Ouro Azul (2009)³⁰. Em parceria com o jornal "Estado de Minas", "Correio Braziliense" e "Jornal do Comércio", e ainda com o Ministério do Meio Ambiente e a

²⁹ Segundo sua página eletrônica, a GWA é uma rede global dedicada a incorporar a perspectiva de gênero na gestão de recursos hídricos. Ela constitui uma associação registrada sob a legislação holandesa e possui mais de 600 membros em 91 países. Seus membros são diversos e representam um espectro abrangente de capacidades e especialidades em todos os setores de água, assim como de diferentes grupos de atores, incluindo governo, organizações de base, ONGs, universidades e institutos de pesquisa, agências internacionais e consultores individuais. Mais de oitenta por cento dos membros vêm de uma diversidade de países da Ásia, África e América Latina. A sede está localizada em Dieren, na Holanda. A GWA é um Programa Associado da Parceria Mundial pela Água (GWP). A Aliança tem sido financiada pelos Governos da Holanda e do Reino Unido, com recursos financeiros adicionais gerados por projetos implementados com organizações parceiras. Disponível em: <<http://www.genderandwater.org>> Acesso em: 1º abr. 2009.

³⁰ Prêmio Ouro Azul. Disponível em: <<http://www.ouroazulcom.br>>. Acesso em: 10 abr. 2010.

Eletrobrás, o concurso contempla iniciativas de racionalização do uso da água em Minas Gerais, Rio de Janeiro e Distrito Federal. São as seguintes categorias de premiados: (i) empresa privada; (ii) empresa pública; (iii) comunidade – ONGs e associações comunitárias; (iv) comunidade – pessoa física; (v) estudante – nível superior; (vii) estudante – mestrado e doutorado. A seleção dessas categorias parece-nos um bom indicador do variado painel dos atores sociais envolvidos na questão de projetos de conservação de recursos hídricos.

No Informe Especial do jornal “Estado de Minas” de apresentação dos vencedores do Prêmio Furnas Ouro Azul, em 30 de dezembro de 2009, o editor chama atenção para a concentração de projetos premiados no tema da preservação de nascentes e ainda os programas de educação ambiental e de inclusão social executados em paralelo com os programas de conservação. O título do informe Especial é “8º Prêmio Furnas Ouro Azul”.

Da Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG), a Biblioteca dispõe do cd-rom “A Estação das Chuvas e da Operação dos Reservatórios”, datado de 2007.

Neste projeto de capacitação de educadores da Fazenda-Escola Fundamar pretende-se utilizar também - espera-se com criticidade - esse material de vulgarização produzido pelas entidades acima enumeradas, uma vez que um dos pressupostos da educação ambiental é o trabalho em rede e a socialização das informações entre os atores.

4.2.1. Os Rios Mineiros na Perspectiva da Educação Patrimonial

Quanto à produção de divulgação e de literatura infanto-juvenil sobre os rios que cortam o território mineiro e disponível na Biblioteca da Fazenda-Escola Fundamar, o rio São Francisco se destaca.

O “rio da integração nacional” já foi objeto de projeto pedagógico específico em 2001. Os títulos disponíveis na Escola são “Terras do Rio São Francisco” da fotógrafa Maureen Bisiliat, patrocinado pelo Banco do Estado de Minas Gerais (BEMGE), no governo de Hélio Garcia, e com introdução do geógrafo Aziz Ab’Sáber³¹; “O Parapitinga rio São Francisco”, com fotos de José Caldas e textos de Bené Fonteles, Murilo Carvalho, Fernando Gabeira, Emanuel Castro e Frei Betto, editado pela Casa da Palavra e patrocinado pela Petrobrás; “rio São Francisco patrimônio cultural e natural”, com fotos de Márcio Silva e editado pela Assembléia Legislativa de Minas Gerais, em 2003, na campanha para instituição do Rio São Francisco como patrimônio mundial. Na seção de literatura infanto-juvenil há os títulos: “ABC do Rio São Francisco”, com texto de Demóstenes Dumont Vargas Filho e ilustrações de Sávila Diniz Dumont Teixeira, com apoio do Instituto de Promoção Cultural (IPC) do Ministério da Cultura e “Chico, o Caminhador”, com texto de Fernando Brant e ilustrações de Ana Raquel, pela Editora Lê, de Belo Horizonte.

Sobre a história do rio São Francisco, escreveu Aziz Ab’Sáber:

O único elo de conexão entre o Nordeste seco e o Brasil Centro-Sul, por todo o século XIX, até os meados do século XX. E, sobretudo, um rio do povo. Uma alongada ribeira, servindo de base para a sobrevivência de comunidades singelas, apoiadas em uma economia de subsistência, vivendo uma história social de longa duração. (AB’SÁBER, apud BISILLIAT, [1986], p. 8)

Chama atenção na relação desse acervo sobre o rio São Francisco, o patrocínio ou apoio do poder público, em quatro dos cinco livros

³¹ Aziz Nacib Ab’Sáber (n. em 1924), geógrafo brasileiro. Aplicou o conceito de domínios morfoclimáticos à classificação de faunas e flores dos continentes tropicais. Reformulou o mapa do relevo brasileiro em 1958. (Nova Enciclopédia Barsa, 2001)

disponíveis no acervo da Fundamar, evidenciando a hibridação entre os atores que publicam sobre os principais rios de Minas, na perspectiva do patrimônio cultural.

Sobre a história do rio Doce, a biblioteca dispõe da tese de doutorado do historiador, de Governador Valadares/MG, Haruf Salmen Espindola, publicada com o título "Sertão do Rio Doce", em 2005, com apoio do Instituto Terra, entidade do Terceiro Setor, instituída pelo fotógrafo Sebastião Salgado, e sediada em Aimorés/MG.

Na contra-capa há a seguinte apresentação do rio também na perspectiva da história:

O Rio Doce é visto como "uma categoria central para a história de Minas Gerais, pois, muito mais do que apenas um rio, ele é território, paisagem, lugar e representação. Ele atraiu a atenção de naturalistas estrangeiros e foi alvo de diversas missões oficiais, constituindo-se num espaço de referências simbólicas que, antes de ser real, foi lugar imaginário de riquezas. (SERTÃO do Rio Doce, 2005, s/p.)

A Companhia Vale do Rio Doce em 2002 já havia lançado o livro "O vale do Rio Doce", edição também disponível na biblioteca da Fundamar, e ricamente ilustrada por fotos e mapas antigos. Em sua apresentação o Diretor-presidente da empresa, Roger Agnelli, destaca:

São escassos e raros os documentos que contam fatos do passado do vale do Rio Doce e apenas os inexatos e exóticos mapas do traçado do rio mostram a evolução, ao longo do tempo, do grau de conhecimento, ou melhor, de desconhecimento de toda a região. É principalmente esta 'matéria-prima', mapas e desenhos do Rio Doce, que ajudou a traçar e ilustrar o roteiro deste livro.³²

Sobre o rio das Velhas, é vasta a literatura produzida pelo Projeto Manuelzão, na perspectiva da educação patrimonial, como se verá em capítulo específico dessa dissertação.

³² O prefácio de Roger Agnelli está no livro "O Vale do Rio Doce", datado de 2002 e produzido pela Companhia Vale do Rio Doce.

A Biblioteca da Fundamar não dispõe de livros de divulgação ou de literatura infanto-juvenil específicos sobre os rios principais das demais bacias de Minas Gerais: Jequitinhonha; Paranaíba; Paraíba do Sul; Pardo e Mucuri.

Sobre o rio Sapucaí, a Biblioteca dispõe apenas do livro “Sapucaí, Caminho das Águas”, realização de Ana Beraldo e colegas, quando da conclusão do curso de jornalismo em Pouso Alegre em 1986. Edição patrocinada pela Superintendência Regional de Ensino sediada naquela cidade, o livro traz fotos em preto e branco e depoimentos da população ribeirinha de todo o vale do rio.³³

4.3. BACIA HIDROGRÁFICA DE INSERÇÃO DA FAZENDA-ESCOLA FUNDAMAR

Em vista da escassez de fontes, a pesquisadora pôs-se a campo, a levantar fontes históricas sobre a bacia hidrográfica de pertencimento da Fazenda-Escola Fundamar.

Quanto a isso, tinha-se como certa a sua inserção em território da bacia hidrográfica do Rio Machado, curso d'água que deságua no reservatório de Furnas e que atravessa dois bairros rurais da área de atendimento da Fundamar. Nas incursões da pesquisadora por este território, notadamente, nos meses de janeiro para realização da matrícula domiciliar dos alunos da zona rural da Fazenda-Escola Fundamar, encontrava o rio Machado no bairro Ouro Verde, no município de Machado

³³ No livro “Brasil, Terra & Alma – Minas Gerais”, coletânea de textos e poesias organizada por Carlos Drummond de Andrade, há apenas uma referência ao rio Sapucaí no conto “O Pescador de Itajubá” de Marques Rebelo, alusivo ao político Wenceslau Brás (1868-1966), natural daquela cidade. (ANDRADE, 1967)

e no bairro Chico dos Santos, no município de Paraguaçu. Este era o rio que a pesquisadora tinha como o mais próximo da Fundamar. As histórias que os alunos contavam sobre pescarias, cachoeiras, pontes interditadas e, infelizmente, mortes por afogamento eram do rio Machado.

Mas, após a realização do diagnóstico ambiental da Fazenda-Escola Fundamar – etapa constituinte desse projeto de pesquisa, e realizada pelo geógrafo Diego Rodrigues Macedo³⁴, em dezembro de 2009, constatou-se a inserção da Fundamar na bacia do rio Sapucaí, no baixo vale, colada à linha de borda entre a bacia deste rio e a bacia do Reservatório de Furnas. Ambos, tributários do rio Grande, que por sua vez é tributário do rio Paraná.³⁵

A figura 1 traz o Mapa de Localização da Fazenda-Escola Fundamar.

³⁴ Diego Rodrigues Macedo possui graduação em Geografia pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG (2005), especialização em Geoprocessamento pela UFMG (2006), Mestrado em Geografia pela UFMG (2009) e atualmente é doutorando em Ecologia, Conservação e Manejo da Vida Silvestre UFMG. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/0805217613268162>> Acesso em: 08 jun. 2010.

³⁵ Segundo página eletrônica da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), o município de Paraguaçu recebeu em 2009 o total de R\$26.261,49, referente aos royalties pagos pela Itaipu Binacional, hidrelétrica do rio Paraná. (ANEEL, 2010). Recebe ainda Compensação Financeira pela utilização de recursos hídricos referente às seguintes usinas hidrelétricas: Água Vermelha; Estreito; Furnas (única que mantém represa no município); Igarapava; Ilha Solteira; Jaguará; Jupia; Marechal Mascarenhas de Moraes; Marimbondo; Porto Colômbia; Porto Primavera e Volta Grande. (ANEEL, 2010)

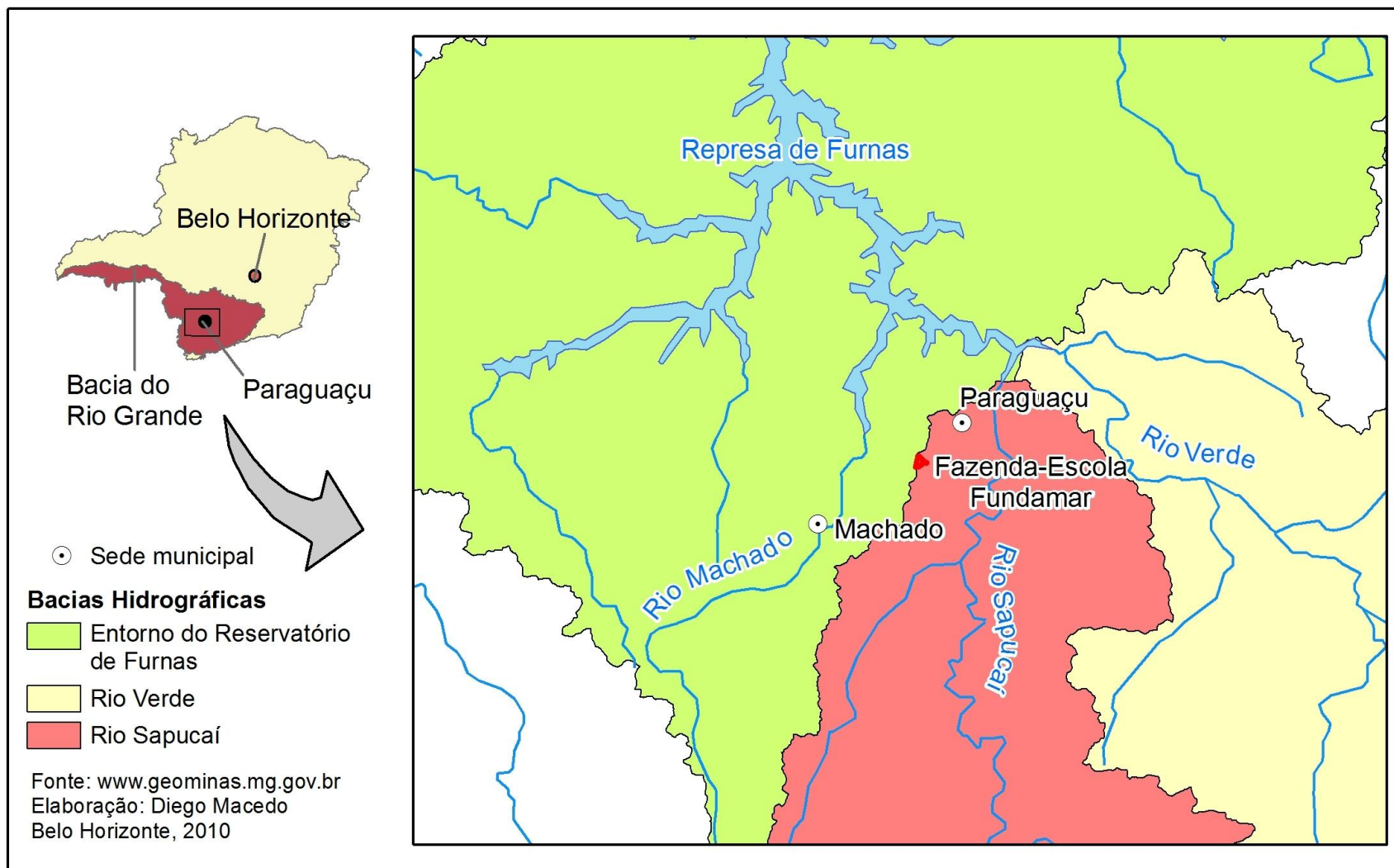


Figura 1 - Mapa de Localização da Fazenda-Escola Fundamar. 2010

A percepção ambiental da pesquisadora sobre a bacia hidrográfica de inserção da Fazenda-Escola Fundamar não coincidia, portanto, com os dados objetivos do georreferenciamento e da hidrografia, conforme o indicado pelo diagnóstico de Diego Macedo.

Aqui é necessário se reportar mais uma vez ao sociólogo português Boaventura Sousa Santos quando invoca o paradigma do senso comum. Na percepção ambiental da pesquisadora, a bacia hidrográfica de pertencimento de sua casa de morada e local de trabalho há mais de vinte anos não deixa de ser a do Reservatório de Furnas, mesmo quando se apropria do conhecimento de que a drenagem das águas que vertem da Fazenda-Escola Fundamar acumula-se na bacia hidrográfica do rio Sapucaí. Conhecimento científico e conhecimento do senso comum advindo da percepção da pesquisadora se contrapõem, se sobrepõem e tornam um pouco mais complexa e nuançada a idéia de pertença, tão cara à educação patrimonial.

Em vista dessa nova informação, expandiu-se a área deste estudo para ambas sub-bacias. Foram contatados para coleta de dados, os dois Comitês de Bacia Hidrográfica: o CBH do Reservatório de Furnas e o CBH do rio Sapucaí.

O Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Sapucaí (CBH-SAPUCAÍ) foi instituído pelo decreto estadual n. 39.911 de 22 de setembro de 1998, um ano após a lei que instituiu a Política Estadual de Recursos Hídricos em Minas Gerais.

Já o Comitê da Bacia Hidrográfica do Reservatório de Furnas (CBH – RESERVATÓRIO DE FURNAS) foi criado pelo decreto estadual n. 42.596 de 23 de maio de 2002.

Segundo sua página eletrônica, o Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM) tem como meta elaborar até o final de 2010 todos os Planos de

Recursos Hídricos das trinta e seis Unidades de Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos do Estado (UPGRH):

Para iniciar o processo de gestão das águas é necessária a criação e a estruturação dos comitês de bacia hidrográfica, já que são órgãos normativos e deliberativos que têm por finalidade promover o gerenciamento de recursos hídricos nas suas respectivas áreas de atuação e inclusive, aprovar e acompanhar a execução do plano de recursos hídricos. Hoje existem 34 UPGRHs com seus comitês já instituídos e legalizados, com previsão de criação para as demais até o final de 2010. (MINAS GERAIS, 2009)

A sub-bacia hidrográfica do Reservatório de Furnas é a GD-3 e a sub-bacia hidrográfica do rio Sapucaí é a GD-5, sendo GD a sigla para a Bacia do Rio Grande, para a qual convergem ambas sub-bacias.

À época dessa dissertação (2009/2010) os dois comitês estavam elaborando o Plano Diretor de suas respectivas bacias. E nenhum deles tinha projetos de Educação Ambiental em execução.³⁶

Também os CBHs aqui referidos inserem-se como entidades híbridas, segundo conceito já analisado em seção anterior dessa dissertação.

A figura 2 traz o Mapa da Unidade de Planejamento e Gestão dos Recursos Hídricos da Bacia do Rio Grande – GD3, do Reservatório de Furnas, com respectivos fragmentos ampliados onde se visualiza o do município de Paraguaçu, dividido entre ambos territórios.

³⁶ Celem Mohalem, presidente do CHB-Sapucaí, informou que não existe programa de educação ambiental executado pelo órgão. O que existe são ações pontuais e a participação de membros do CBH numa comissão estadual que cuida do assunto. Mensagem pessoal recebida por luciacosta@paraguassu.com.br em 08 jul. 2010. Provavelmente a depoente se referia à CIEA.

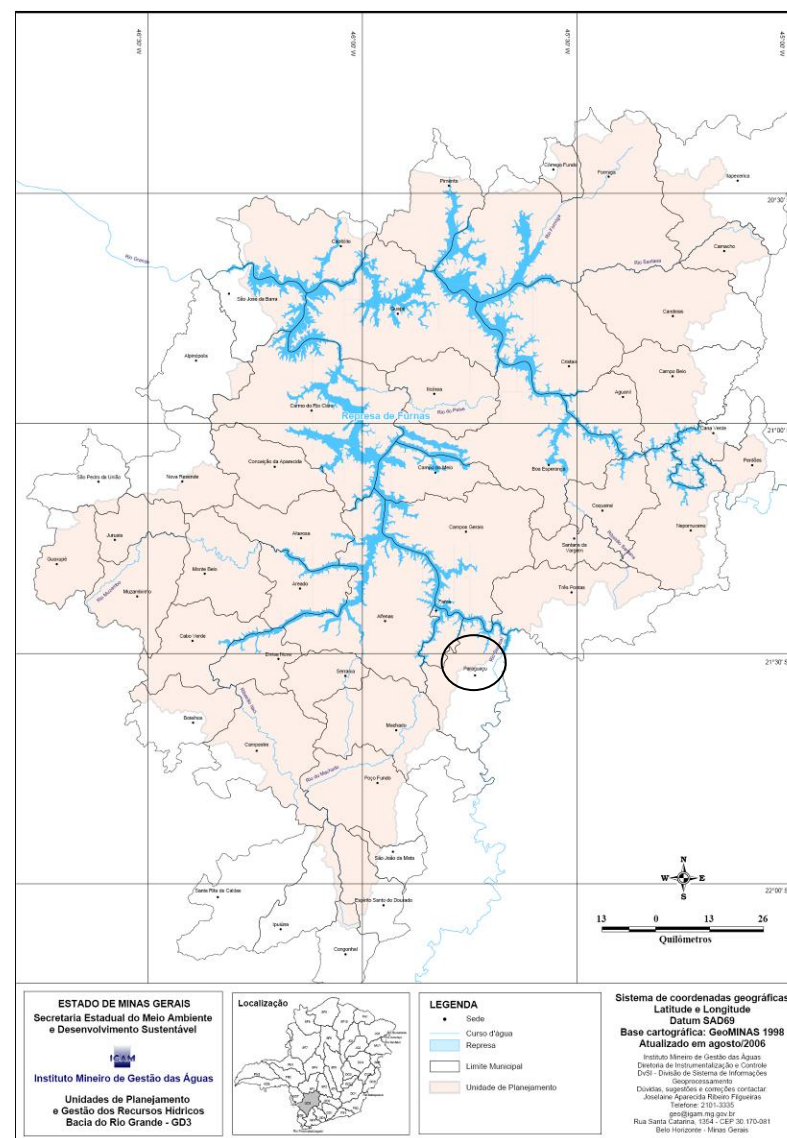
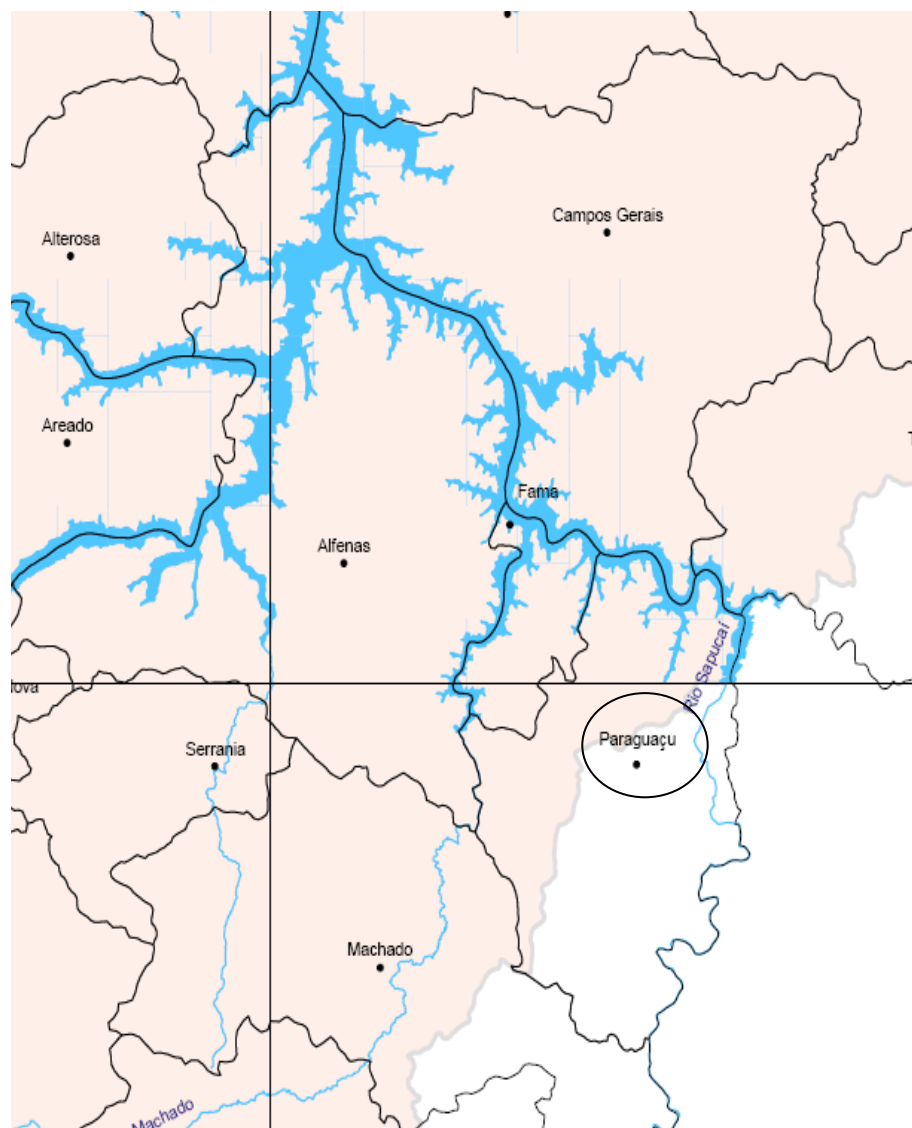


Figura 2 - Mapa da Unidade de Planejamento e Gestão dos Recursos Hídricos da Bacia do Rio Grande - GD3. 2009

4.4. TERRITÓRIO DO BAIXO VALE SAPUCAÍ

A delimitação atual e oficial do baixo vale ainda é controversa. No caso do rio Sapucaí, esta divisão do vale por certo foi revisada após a construção da Usina Hidrelétrica de Furnas, no rio Grande, que impactou o Sul de Minas, na década de 50 e 60 do século XX.

A delimitação atual do Baixo Vale apresentada pelo Comitê da Bacia Hidrográfica do Sapucaí (CBH-Sapucaí) é a seguinte:

Do encontro do Sapucaí-Mirim até sua foz na represa de Furnas encontra-se a região do Baixo Sapucaí. Neste trecho o percurso do rio é de 143km. Nesta região o seu leito é suave, a profundidade varia de dois a oito metros e a largura chega até 50m. Recebe os afluentes: Cervo, pela margem esquerda, e São João, Bela Vista e Turvo pela direita. E a jusante seu leito alarga, torna-se mais raso e suas águas esparramam-se sobre pedras. Recebe os Ribeirões Santa Bárbara, São Vicente e Dourado. (COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO SAPUCAÍ, 2009.)

Já o livro “Sapucaí, o Caminho das Águas”, já mencionado, traz a seguinte delimitação e descrição do curso do rio no baixo vale:

O Baixo Sapucaí, com 143km, vai do encontro do Sapucaí-Mirim até a Represa de Furnas. [...] Numa grande curva recebe o Sapucaí-Mirim, seu principal afluente. Na área de confluência há várzeas bastante largas e planas sujeitas à inundação. O rio continua na direção norte, passando pelos municípios de São Sebastião da Bela Vista, Silvianópolis e Careagu. Do município de Careagu até Cordislândia, o [rio] Sapucaí corre mansamente. Recebe os ribeirões Santa Bárbara, São Vicente e Dourado. No município de Paraguaçu o rio adquire nova personalidade. Seu leito se alarga, torna-se mais raso e suas águas se esparramam sobre as pedras. A característica marcante desse trecho são as ilhas que aparecem em toda a extensão do rio, até sua foz na represa de Furnas. (BERALDO et al., 1996, p. 21)

Observa-se que nem todos os tributários aparecem nas duas delimitações. E ainda, o Dourado é citado nos dois textos como ribeirão e o Ouvidor nem sequer é mencionado.

Segundo a página eletrônica da Associação dos Municípios da Micro-Região do Baixo Sapucaí (AMBASP), a composição da micro-região é a seguinte:

[...] a Micro Região do Baixo Sapucaí abrange uma área de 9.000km² e com uma população de 580.000 habitantes, aproximadamente. No município de Varginha está localizada a sede da entidade, e juntamente com Alfenas, Boa Esperança, Campanha, Campo do Meio, Campos Gerais, Carmo da Cachoeira, Coqueiral, Carvalhópolis, Cordislândia, Elói Mendes, Fama, Ilicínea, Machado, Monsenhor Paulo, Paraguaçu, Santana da Vargem, São Bento Abade, São Gonçalo do Sapucaí, Três Corações e Três Pontas compõem o seu quadro de filiados. (ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRO-REGIÃO DO BAIXO SAPUCAÍ, 2009.)

A inclusão de municípios importantes economicamente, como Três Corações, não banhado pelo rio Sapucaí, na referida Associação decorreria provavelmente mais de critérios políticos do que propriamente geográficos. Esta hipótese parece confirmar-se pela delimitação do Baixo Vale apresentada pelo Plano Diretor do Rio Sapucaí. Este, em sua versão preliminar de junho de 2010, apresentava um número bem menor de municípios:

O Baixo Sapucaí apresenta uma área de 1.700km², e compreende os municípios de Carvalhópolis, Cordislândia, Elói Mendes, Machado, Monsenhor Paulo, Paraguaçu, Poço Fundo, São Gonçalo do Sapucaí e Turvolândia. (VIDA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS [...] et al., 2010)

A figura 3 traz o Mapa dos Municípios da Bacia Hidrográfica do rio Sapucaí, que integra o Plano Diretor da mesma. No mapa observa-se que a descrição acima não está correta, pois o baixo Sapucaí compreende parte dos territórios dos municípios e não “os municípios”, como acima enunciado.

Percebe-se também no mapa que a sede do município de Paraguaçu figura quase na extremidade setentrional da bacia em seu baixo vale. Parte do território do município a oeste pertence à bacia hidrográfica do Reservatório de Furnas, não identificada, evidentemente, no mapa referido.

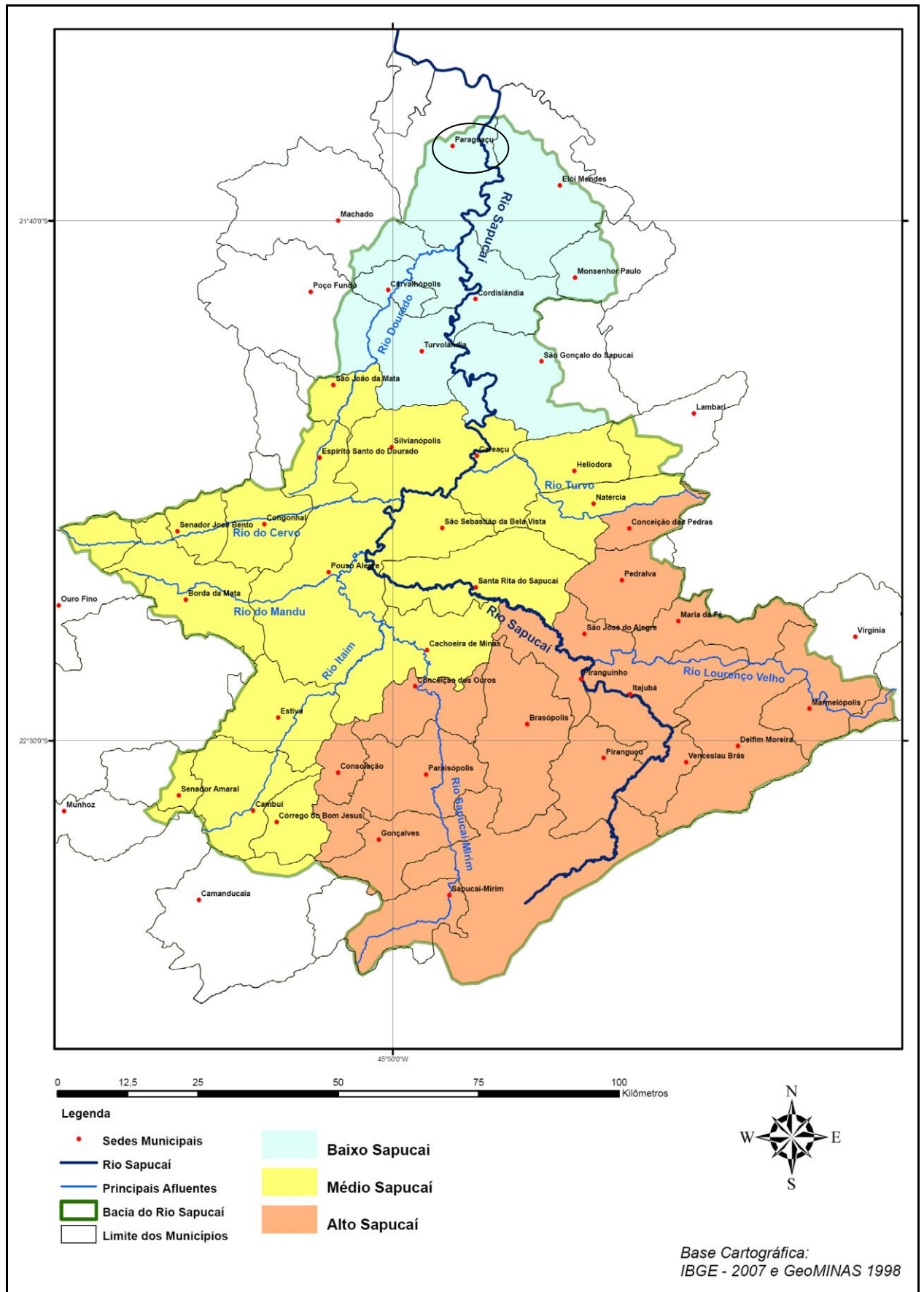


Figura 3 - Municípios da Bacia Hidrográfica do rio Sapucaí - Plano Diretor. 2010

Atendendo ao desenho do mapa do CBH-Sapucaí está-se adotando como delimitação espacial dessa pesquisa e denominando como baixo vale Sapucaí o território a partir do ponto limítrofe entre Careagu e Silvianópolis até o município de Paraguaçu, onde o rio Sapucaí é represado. E ainda, aquele a jusante desse território que seguia até sua foz no rio Grande, anteriormente ao impacto de Furnas, nas décadas de 50 e 60 do século XX, no então município de Alpinópolis.

Neste capítulo procurou-se evidenciar que os atores e os instrumentos de educação ambiental e educação patrimonial focados em recursos hídricos em Minas Gerais não são ortodoxos. Assiste-se, parafraseando o já dito no item sobre educação patrimonial, a uma dessacralização dos atores e dos instrumentos na educação ambiental - e educação patrimonial, sobre água/recursos hídricos.

No instrumento de capacitação dos educadores da Fazenda-Escola Fundamar procurar-se-á aproveitar a contribuição desses atores e instrumentos para o estudo dos recursos hídricos, na perspectiva da educação ambiental e da educação patrimonial. A discussão sobre o conceito e os usos dos recursos hídricos será tema do módulo 1 do instrumento de capacitação.

5 UMA CRÍTICA A UM PROJETO DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL FOCADO EM RECURSOS HÍDRICOS³⁷

Na busca por referências de educação patrimonial no estudo de bacias hidrográficas reportou-se à pesquisa de projetos similares referentes aos rios que cortam o território mineiro.

Pretendia-se entender se houve correspondente avanço na metodologia de educação patrimonial no estudo das bacias hidrográficas, desde a proposição delas como unidade de planejamento, conforme determina a legislação nacional.

Para tanto está se tomando como objeto de estudo o Projeto Manuelzão (1997), instituído pela Escola de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), focado na recuperação ambiental da bacia do rio das Velhas, em toda sua calha, compreendendo 51 municípios mineiros³⁸.

Esta escolha se deu em função de alta visibilidade do Manuelzão na mídia, da sua capacidade de captar recursos públicos e privados, e de sua parceria com a universidade pública federal (UFMG) e com o Governo Estadual³⁹.

³⁷ Este texto foi apresentado no Seminário Mestres e Conselheiros, organizado pelo Instituto de Estudos do Desenvolvimento Sustentável (IEDS) e parceiros, realizado em Belo Horizonte, em agosto de 2009.

³⁸ A relação dos municípios da bacia encontra-se em "Uma Viagem ao Projeto Manuelzão e à bacia do Rio das Velhas", de autoria de Marcus Vinicius Polignano e outros, publicado em maio de 2004, em Belo Horizonte.

³⁹ Este, inclusive, adotou como política de governo a Meta do próprio projeto: a Meta 2010 de navegar, pescar e nadar no rio das Velhas, em sua passagem pela Região Metropolitana de Belo Horizonte até 2010.

5.1. O LIVRO

A publicação de maior impacto do Projeto é o livro “Navegando o Rio das Velhas das Minas aos Gerais – Estudos sobre a Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas”, volume 2, de 2005 ⁴⁰. Não se trata de uma edição qualquer. O leitor reconhece de imediato a qualidade gráfica do produto que envolveu uma robusta equipe formada por diretor de criação e designer gráfico, pesquisador da iconografia e seleção de imagens, diretor de arte e ainda um responsável pela arte-final, entre outros. Com 755 páginas, capa dura, folhas de 31,5cm de comprimento e farta ilustração, o livro traz ainda ao final de cada texto um resumo em inglês.

O livro foi patrocinado pelo Ministério do Meio Ambiente, Prefeitura de Belo Horizonte, COPASA, IGAM, CEMIG, Minerações Brasileiras Reunidas, Grupo Arcelor e teve apoio do Programa Globo Rural, do Hospital das Clínicas, do CBH Rio das Velhas, Instituto Estadual de Florestas (IEF); EMATER-MG; Rádio Inconfidência; Polícia Militar de Minas Gerais, REDEMINAS e o Governo do Estado de Minas Gerais.

Na apresentação a Secretária de Educação, Vanessa Guimarães, expressa sua expectativa em relação à publicação:

Estamos certos de que este livro será um importante instrumento para que crianças e jovens conheçam a bacia do Rio das Velhas e participem das ações para sua revitalização, através da participação nos comitês de gestão das sub-bacias hidrográficas onde estão as escolas.⁴¹

A ênfase na história e no patrimônio na metodologia de ação do Projeto Manuelzão parece permear toda sua concepção, desde o nome do personagem escolhido para símbolo e patrono, o vaqueiro Manuel Nardi (1904-1997) até o sub-título conferido ao livro em questão: “Das Minas aos Gerais”. A idéia de que o povoamento tenha seguido um movimento

⁴⁰ O volume 1 da edição refere-se ao diário da Expedição ao Rio das Velhas de 2003.

⁴¹ Prefácio da secretária de Educação Vanessa Guimarães ao livro referido.

centrífugo - do centro para a periferia - é recorrente na historiografia mineira mais tradicional.

O interesse pelo passado pode ser avaliado pelo número de artigos sobre esses temas no livro. Dos 32 títulos, oito referem-se à História da ocupação antrópica, desde a pré-história, passando pela mineração, agricultura e pecuária, siderurgia, e com destaque para algumas biografias dos pesquisadores estrangeiros do século XIX ⁴². Os demais capítulos referem-se a aspectos do meio biótico e físico do vale do Rio das Velhas.

Adotou-se como roteiro para esta crítica o texto "A história do Rio das Velhas na versão do Próprio Rio", procurando estabelecer conexões com elementos dos demais textos do livro.

A escolha por este texto, além da originalidade do título, se fez pelo fato de ser o único em que dois dos autores se apresentam como historiadores e o terceiro como organizador de todo o livro e também como coordenador do Projeto Manuelzão.

Os autores são Núbia Braga Ribeiro, professora do Curso de História do Centro Universitário de Belo Horizonte⁴³; Eugênio Marcos Andrade Goulart, professor da Faculdade de Medicina da UFMG e coordenador da edição do livro; e Rômulo Radicchi, historiador e mobilizador social do Projeto Manuelzão.

⁴² Os demais textos de temas relacionados à História e ao Patrimônio Histórico são "A Expedição de Richard Burton"; "Lund, colecionador do passado"; "A Pré-história da Região e sua importância"; "A história da ocupação humana na versão do próprio rio"; "A ocupação rural pela agricultura"; "A Pecuária bovina"; "As histórias submersas do rio que não quer morrer"; "Os desafios do patrimônio cultural".

⁴³ Núbia Braga Ribeiro é apresentada na Plataforma Lattes do CNPQ, como doutora em História Social pela Universidade de São Paulo (2008). Disponível em: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/busca.do>. Acesso em: 23 jul. 2009. Na Bibliografia ela indica sua dissertação de Mestrado em História Social da USP, intitulada "Cotidiano e Liberdade: um estudo sobre os alforriados em Minas no Século XVIII". (1996)

5.2. A CRÍTICA

Está-se propondo identificar e analisar no texto escolhido os conceitos de História, Fato Histórico, Fonte Histórica, Tempo, Espaço e Metodologia do Ensino de História.

A crítica ao texto é feita tendo como contraponto o texto de Jorge Larrosa, professor do Departamento de Teoria e História da Educação da Universidade de Barcelona, intitulado “A Novela Pedagógica e a Pedagogização da Novela”, publicado no livro “Pedagogia Profana – Danças, Piruetas e Mascaradas” (2006).

5.2.1. O Título e a Expectativa

A se julgar pelo sugestivo título, “A história da ocupação humana na versão do próprio rio”, o leitor provavelmente fantasia que está diante de um texto inovador. Imagina que será guiado, em sua leitura, pelo rio das Velhas, que passaria então a ocupar a função de narrador de uma história. E que a qualquer tempo estará, ele leitor, seguro sobre por onde navega naquela narrativa, se no alto, médio ou baixo vale, à jusante ou montante de um ponto de referência: uma corredeira, uma cachoeira, um meandro.

O leitor já pressupõe, ao correr os olhos sobre as páginas, não tratar-se de uma leitura acadêmica, pois não encontra referências a autores nem rodapés na formatação do texto. Não se depara com nenhum comentário às belas ilustrações no corpo do texto, nem se vê diante de uma problematização ou de uma argumentação. Mas entende tratar-se de um texto com uma intenção pedagógica tendo como tema a História.

Segundo Basil Bernstein, o texto pedagógico configura-se mediante a apropriação de outros textos que foram selecionados, descontextualizados, transformados e recontextualizados: a literatura escolar não é Literatura, do mesmo modo que a física escolar não é a Física e a história escolar não é a História. Quando um texto passa a fazer parte do discurso pedagógico, esse texto fica como que submetido a outras regras, como que incorporado a outra gramática. (LARROSA, 2006, p. 117)

Decifrar a gramática do texto será, portanto, a intenção desse exercício.

5.2.2 O conceito de História e de Fonte Histórica

O texto inicia-se com o seguinte enunciado:

A história é uma construção, cada fonte histórica ou documento encontrado nos aproxima do conhecimento das diferentes sociedades. Esses documentos estão nos arquivos, nos vestígios da passagem do homem e na História oral muitas vezes fruto da tradição, contada de pai para filho, guardando a memória de um grupo. (RIBEIRO; GOULART; RADICCHI, 2005, p. 185)

Mas na bibliografia apresentada os autores listam apenas fontes secundárias, entre obras tradicionais e a produzida na década 80 pela historiografia mineira⁴⁴. O leitor não entende a razão da indicação da bibliografia, uma vez que os autores não explicitam se concordam, discordam, transcreveram ou adaptaram os livros listados na página final. No decorrer do texto não fazem nenhuma referência aos eventuais arquivos e depoimentos para construção das informações, nem mesmo

⁴⁴ Consideram-se fontes clássicas: "História Antiga das Minas Gerais e História Média das Minas Gerais", de Diogo de Vasconcelos; "A capitania de Minas Gerais: origens e formação" de Augusto de Lima Júnior; "A Capitania de Minas Gerais" e "Dicionário Histórico e Geográfico de Minas Gerais, de Waldemar de Almeida Barbosa; "A História do movimento político de 1842" de José Antonio Marinho; "Viagem Pitoresca através do Brasil", de Rugendas. As fontes dos anos 80 são "Os senhores das gerais: os novos inconfidentes e o golpe militar de 1964" (1986) de Heloisa Starling; "Transformação e Trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais, século XIX" (1988) de Douglas Libby; "Os quilombos do século do ouro – Minas Gerais – século XVIII" (1988) de Carlos Magno Guimarães; "Os leigos e o poder: irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais" (1986) de Caio Boschi; "Episódios da Guerra dos Emboabas e sua geografia" (1984) de Eduardo Canabrava Barreiros, entre outros.

quando apresentam estatísticas da população escrava na Comarca do Rio das Velhas, em meados do século XVIII, ou quando indicam o número de irmandades nela existentes ao longo de todo aquele século, ou afirmam sobre o número de quilombos da região.

Ao que nos parece, o discurso preliminar sobre a importância da fonte para a construção do conhecimento não se cumpre.

5.2.3. Os Temas no Tempo

Os autores percorrem uma longa jornada. Iniciam a narrativa com Luzia, “o fóssil negróide datado de 11.680 anos” e chegam em dez páginas ao Golpe de 1964.

Os sub-títulos dessa narrativa são: (i) Origens, Povoamento e Formação (pré-história; índios; entradas e bandeiras); (ii) a Vida nas Vilas (elevação dos arraiais a vilas; a formação da Comarca do Rio das Velhas; as Irmandades Religiosas); (iii) Um Cenário de Conflitos (a Guerra dos Emboabas; a cobrança do quinto; Tiradentes e a Inconfidência Mineira; os quilombos; a Revolução Liberal de 1842); (iv) Pelos muitos caminhos das Minas Gerais (a Estrada Real; os Registros; a multiplicação das cidades); (v) a Era das Grandes Transformações (o café; estradas de ferro; hidrovia, a mineração; a produção têxtil; a construção de Belo Horizonte; a política do café com leite, o governo de JK e o Golpe de 1964).

Na seleção dos temas, percebe-se o agrupamento de fatos numa cronologia estabelecida a partir dos acontecimentos considerados “clássicos” da historiografia formadora do conceito de Nação, onde se

mitificam heróis, guerras e os ciclos econômicos. Aqui cabe a análise de Elza Nadai, doutora em História pela Universidade de São Paulo (USP):

Trata-se da “história historicista”, que explica tudo concatenadamente, onde o depois é precedido pelo antes, num ordenamento evolutivo, onde cabe somente a noção de tempo histórico linear, evolutivo e uniforme. (NADAI, 1992, p. 26)

5.2.4. Exemplos de Mitificação

A gramática do texto é repleta de tentativas de mitificação.

Reportando-se à Guerra dos Emboabas (1708-1709), informam os autores que “ao término dos combates os dois grupos recuaram, sem um vencedor. Afinal, o ouro, que era o motivo da luta, ainda era abundante e dava para todos” (RIBEIRO; GOULART; RADICCHI, 2005, p. 194).

Além de equivocada, a versão é simplista e reducionista. Não é a abundância de uma riqueza que garante a paz; mas a apropriação da riqueza por poucos, o que incita a guerra.

O Dicionário Histórico Brasil – Colônia e Império (2002) traz, no verbete “Guerra dos Emboabas”, outra interpretação:

Desse conflito, saíram vitoriosos, os emboabas, sob a direção de Manuel Nunes Viana, aclamado governador das Minas pelos forasteiros. [...] A partir da Guerra dos Emboabas, a Coroa Portuguesa ordenou aos governadores que não mais nomeassem paulistas para cargos administrativos importantes [...]. (BOTELHO; REIS, 2002, p. 86)

Em “Brasil, História – Texto e Consulta”, seus autores também contraditam o clima de harmonia propiciado pela abundância de ouro no período Colonial, sugerido no texto:

A Guerra dos Emboabas foi em boa parte manifestação de um ambiente de conflitos característicos da “corrida do ouro”, em que a disputa violenta pelas jazidas era determinante, na medida também em que não havia sido implantada de maneira efetiva a ordem político-administrativa da metrópole. (MENDES Jr.; RONCALI; MARANHÃO, 1976, p. 233)

Outros textos do próprio livro analisado trazem versões que contradizem a apresentada pelos autores.

Élvio Carlos Moreira, professor de Epidemiologia da Escola de Veterinária da UFMG, autor de “A Pecuária Bovina”, traz a seguinte versão:

A Guerra dos Emboabas, [...], foi o confronto armado entre os paulistas descobridores das minas e os forasteiros aventureiros, conhecidos como emboabas, que chegaram depois querendo ficar com as minas e seus produtos. Esse conflito terminou com a derrota dos paulistas [...]. (MOREIRA, 2004, p. 372)

Também do mesmo livro, o texto de João Amilcar Salgado, professor da Faculdade de Medicina da UFMG e pesquisador da História da Medicina, intitulado “As Histórias Submersas do Rio que não quer morrer”, traz a versão de outros autores procurando criar, dentro da “vertente da história engajada”, o mito da Guerra dos Emboabas como “a primeira guerra civil das Américas, com triunfo dos oprimidos” (SALGADO, 2004, p. 213). A cada expressão usada pelo autor, caberia uma indagação sobre sua conceituação: primeira / Américas / oprimidos.

Há de se notar que o texto analisado não trata da proposição de uma versão diferente para um mesmo episódio, a partir da apresentação de novas fontes, de novos raciocínios, ou de novos métodos, o que seria bastante saudável. Não. Trata-se de equívoco mesmo!

No texto criticado, Tiradentes é apresentado também envolto numa áurea de mitificação. Segue a transcrição:

Por esses anos, passava pelas precárias estradas mineiras um homem, em cima de uma montaria, afirmando que ainda iria consertar o mundo. Era conhecido como Tiradentes e falava a língua do povo, exprimindo em seu discurso a insatisfação de todos. (RIBEIRO; GOULART; RADICCHI, 2005, p. 196)

O equívoco apresenta-se já na introdução, uma vez que “por esses anos” entende-se 1750, data apresentada na frase que antecede a transcrição. Há anacronismo, pois por volta de 1750, Joaquim José da Silva Xavier, o futuro Tiradentes, contaria com menos de quatro anos, já que nasceu em 1746 ⁴⁵. A proposição de idealização do personagem como herói pelos autores é evidente. Caberia também indagar o que se entende pela expressão “povo” numa sociedade escravista.

A visão apresentada sobre quilombos também é mitificadora e equivocada, tanto na periodização quanto no conceito. Dizem os autores:

No Brasil Colônia, mais que um refúgio ou esconderijo, o quilombo foi a forma de resistência e ameaça ao sistema escravista. Ao fugir o escravo buscava sua humanidade, deixava de ser coisa, para ser dono de si [...]. A existência de quilombos demonstra o grau de organização e consciência dos negros e da luta pela liberdade. Nesses quilombos não viviam só negros fugidos, os elementos principais, mas também índios e ex-escravos. (RIBEIRO; GOULART; RADICCHI, 2005, p. 196)

O mesmo “Dicionário Histórico – Colônia e Império” contradiz esta interpretação:

Os quilombos existiram em todo o período em que vigorou o escravismo [e não apenas durante a Colônia] [...] Alguns quilombos escondiam também criminosos e índios perseguidos pela justiça. Os quilombolas viviam da caça, pesca, coleta de frutas, banditismo, agricultura e pecuária, o que não significa dizer que todos os quilombos praticassem todas estas atividades, que dependiam do local escolhido. [...] Ao contrário de um suposto isolamento, os quilombos mantinham relações comerciais e mesmo de amizade com indivíduos livres, muitos dos quais militares, que de alguma

⁴⁵ Tiradentes teria nascido em 1746, na Fazenda do Pombal, próximo ao arraial de Santa Rita do Rio Abaixo, entre a Vila de São José, hoje Tiradentes, e São João Del Rei. (NOVA ENCICLOPÉDIA BARSA, 2001)

forma, tiravam proveito da existência do quilombo. (BOTELHO; REIS, 2002, p. 146) (grifos nossos)

O texto aqui criticado, quando reporta-se à Revolução Liberal de 1842, faz uma interpretação destituída de qualquer contextualização histórica, sem que o leitor sequer avenge sobre os motivos do movimento, quando da centralização política provocada pelos Saquaremas (conservadores) logo após o Golpe da Maioridade de D. Pedro II (1840), provocado pelos liberais:

Em 1842, estourou em São Paulo e Minas Gerais uma rebelião contra o governo federal, chamada de Revolução Liberal. Em Minas, os revoltosos chegaram a aclamar um novo presidente para a Província, mas foram derrotados pelas armas em Barbacena, Ouro Preto, Sabará e, numa batalha final, em Santa Luzia. (RIBEIRO; GOULART; RADICCHI, 2005, p. 196)

A construção das estradas de ferro também é apresentada sem qualquer contextualização histórica, como se os trilhos obedecessem a um ordenamento sucessivo de interligação entre os lugares, sem conflito ou disputas políticas:

A malha ferroviária iniciou-se com a Estrada de Ferro D. Pedro II, em 1869⁴⁶ [sic], e mais tarde várias outras também cortaram o estado. Ao longo do Rio das Velhas, o trem de ferro percorreu toda a sua extensão. Passava por todas as cidades importantes da época da construção como Ouro Preto, Itabirito, Rio Acima, Sabará, Santa Luzia, Sete Lagoas, [...] Curvelo, Corinto, Várzea da Palma e Pirapora. (RIBEIRO; GOULART; RADICCHI, 2005, p. 199) (grifos nossos)

O leitor fica por entender a que construção os autores referem-se. E ainda sem saber quais estradas de ferro faziam o trajeto ao longo do Rio das Velhas e se todas as estações foram inauguradas num mesmo período. Discorrendo sobre o segundo movimento minerário na bacia do rio das Velhas, o texto traz a informação: [...] “e, em 1917, instalou-se em

⁴⁶ A Estrada de Ferro Pedro II inaugurou seu primeiro trecho em Minas em 1874, quando se uniu à Estrada de Ferro União e Indústria, na cidade de Juiz de Fora. Disponível em: <http://www.estacoesferroviarias.com.br/efcb_rj_linha_centro/dpedro.htm>. Acesso em: 05 ago. 2009.

Sabará a Companhia Siderúrgica Belgo Mineira.” (RIBEIRO; GOULART; RADICCHI, 2005, p. 203)

Trata-se de um equívoco de data, de denominação e de contexto. A Companhia Belgo Mineira só surgiu em 11 de dezembro de 1921, alterando a antiga denominação da Companhia Siderúrgica Mineira, após a visita do rei da Bélgica, Alberto I, a Minas (ARCELOMITTAL, 2009)⁴⁷. A atração do capital belga para Minas foi uma vitória do grupo interessado em trazer a siderurgia para o Estado, no governo de Arthur Bernardes (1918-1922).

Também de maneira simplista são apresentadas as razões da mudança da Capital do Estado. Jogo de diversas facções regionais que disputavam a hegemonia política em Minas Gerais após a proclamação da República (1889), o episódio é explicado no texto como decorrência da inviabilidade de Ouro Preto permanecer como capital em função de “seu terreno acidentado”. (RIBEIRO; GOULART; RADICCHI, 2005, p. 203)

Na década de 30, os autores destacam o Estado Novo, em 1937, que “imprimiu um corte nos direitos básicos de cidadania”. Cabe aqui também indagar sobre a pertinência de se usar o conceito de cidadania para este período da História do Brasil, quando os analfabetos eram proibidos de votar e o voto feminino havia sido conquistado há menos de cinco anos.

Os autores chegam ao Golpe de 1964, com as seguintes ponderações morais:

Nas cidades da bacia do [rio] Velhas também foram geradas idéias e atos dos quais não se deveria orgulhar. Na década de 1960, forças políticas conservadoras, insatisfeitas com os

⁴⁷ No próprio livro, o texto de Friedrich Ewald Renger, professor do Departamento de Geologia e do Instituto de Geociências da UFMG, intitulado “Recursos Minerais, Mineração e Siderurgia” traz a fundação da Companhia Siderúrgica Mineira, em 1918, em Sabará, [...] “a partir da qual surgiu, em 1921, a Cia. Siderúrgica Belgo-Mineira”. (RENGER, apud GOULART, 2005, p. 280)

rumos que o governo João Goulart dava ao país, iniciaram uma conspiração, orquestrada principalmente em Belo Horizonte, que resultou no golpe de 1964. (RIBEIRO; GOULART; RADICCHI, 2005, p. 203)

Sem citar datas, o texto prossegue:

Para interromper esse regime de força foram necessárias grandes mobilizações [...]. Nessas ações, Minas Gerais se fez presente de forma incisiva, redimindo-se de erros do passado. (RIBEIRO; GOULART; RADICCHI, 2005, p. 203)

Além de não saber “quem não deveria se orgulhar”, o leitor é surpreendido pelo tom ufanista da narrativa, e é levado a crer que o sujeito histórico do movimento da abertura política seria “Minas Gerais”, um arroubo literário de metonímia tão cara à idéia de história-nação. E fica sem saber o que aconteceu com “as forças conservadoras”.

5.3. PEDAGOGIA PROFANA

O autor do livro “Pedagogia Profana”, Jorge Larrosa, faz uma vigorosa crítica às narrativas, sejam elas consideradas Literatura ou História, que têm a pretensão de “fazer ver” ou de “fazer compreender” alguma coisa ao leitor, acerca da sociedade ou do mundo do passado e podem ser ajuizadas por seu valor de verdade. (LARROSA, 2006.)

Para Larrosa o que importa não é a diferença entre história e literatura, entre história-verdade e literatura-ficção, entre história objetiva e história subjetiva, entre história-realidade e literatura-imaginação, mas a diferença entre duas modalidades de relação com o passado. Uma, inofensiva, e outra que “corta”.

E dá duas receitas para a história inofensiva. A primeira seria o método da indiferença, que se debruça sobre o passado sem atender a nenhuma

preocupação contemporânea. Seria exemplo, a história anedótica ou pitoresca⁴⁸. A segunda receita seria abolir a distância histórica para ver no passado as causas do presente.

[Esse passado] constrói seletivamente seu sentido enquanto privilegia os aspectos que deixaram um vestígio ou uma sobrevivência no presente e mutila tudo aquilo que ficou apagado no mundo contemporâneo. Mas a distância histórica também fica abolida, quando, ao olhar o passado, não vemos outra coisa senão a nós mesmos, [...] nos dando uma imagem eterna e auto-satisfeita, de nós mesmos, aquela que nos permite, nas palavras de Foucault, 'o jogo consolador dos reconhecimentos'. (LARROSA, 2006, p.135)

Já a história "que corta", prossegue Larrosa, deve tentar salvar o esquecido e reprimido na história dos vencedores e constituir-se num tipo de contra-memória. Para que essa experiência do passado seja possível, o historiador ou o leitor deve ser um sujeito desconforme e inquieto, que vai do presente para o passado, e na contra-viagem propõe interromper e questionar o presente.

Para ter qualquer função pedagógica legítima, a narrativa deve, segundo Larrosa, atender a três elementos interdependentes:

Em primeiro lugar, a vida concreta, espacial e temporalmente determinada, sempre plural e complexa, em que se desenvolvem os protagonistas. Em segundo lugar, um tecido dialógico híbrido, ou um jogo excêntrico entre discursos heterogêneos. Em terceiro lugar, um impulso em direção da verdade e da justiça, ou uma suscetibilidade compartilhada pelo conhecimento e pela melhoria do humano. (LARROSA, 2006, p. 123)

A experiência do Projeto Manuelzão ao tratar da educação patrimonial para estudo da bacia do rio das Velhas parece-nos enquadrar-se no modelo descrito por Larrosa como destituído de qualquer função pedagógica.

⁴⁸ Exemplo da história anedótica ou pitoresca seria o texto do mesmo livro, intitulado "As Histórias Submersas do rio que não quer morrer" de autoria de João Amílcar Salgado, professor de Clínica Médica da Faculdade de Medicina da UFMG e Pesquisador da História da Medicina. Outro exemplo seria a versão de Furnas sobre a construção da usina, conforme capítulo a ser ainda apresentado nesta dissertação.

Ao retroagir aos primeiros ensaios da história regional, ressalta a versão mitificadora das peculiaridades da região *stricto sensu*, sem fazer do recurso hídrico um “fato histórico” que configure alguma peculiaridade à gramática das narrativas construídas.

Além das deficiências de método, imprescindível ao ofício do historiador, como o zelo pela fonte, pela citação referenciada, pela confrontação de outras versões para o mesmo fato, o texto mal esconde seu caráter de alegoria. Os fatos escolhidos para compor a narrativa tendem a reforçar mitos e perpetuar preconceitos que mais servem para enrijecer nossa sensibilidade presente do que para nos mobilizar.

A se confirmar esta tendência, proposta pelo Projeto Manuelzão, e avalizada por uma ampla rede de patrocinadores, não haveria sentido prático em substituir o conceito de região pelo conceito de bacia hidrográfica.

O novo recorte espacial ancorado numa abordagem de educação patrimonial tão precária, por certo, pouco avança na sensibilização dos sujeitos sobre a paisagem de uma bacia hidrográfica.

Pretende-se, portanto, construir um instrumento de capacitação em educação patrimonial e educação ambiental que não incorra nos equívocos aqui apontados. A proposta é tecer narrativas que avaliem a possibilidade de protagonismo do rio como agente de conformação do espaço de seu entorno.

O capítulo seguinte apresenta uma narrativa sobre o impacto da usina hidrelétrica de Furnas, no rio Grande, na década de 50. E em sequência, apresenta-se a narrativa sobre a história do rio Sapucaí, também tributário do rio Grande, em seu baixo curso.

6 O IMPACTO AMBIENTAL DE FURNAS

O principal impacto ambiental do território próximo à Fazenda-Escola Fundamar foi o barramento do rio Grande para construção da Usina Hidrelétrica de Furnas, na década de 50 do século XX. A relativa proximidade entre este fato histórico e o tempo presente nos incita a eleger como fontes privilegiadas aqueles moradores ribeirinhos do rio Machado do bairro rural⁴⁹ do Chico dos Santos que perderam terras quando do represamento de Furnas.

O Rio Machado nasce nos “campos de Caldas”, no município de Congonhal, depois de passar por Ipuiúna, Campestre, Poço Fundo, Machado, Paraguaçu e Alfenas, num curso sul-norte de 211,8 km aproximadamente, desaguava no rio Sapucaí, perto de Fama. Com a construção de Furnas teve a extensão reduzida, e cai nela. (REBELLO, 2006, p. 878)⁵⁰

Este capítulo tem como objetivo pesquisar a história da construção da Usina Hidrelétrica de Furnas, no período de 1957⁵¹ a 1965, na perspectiva da população que foi diretamente impactada pelo empreendimento. A primeira data remete ao decreto de criação da empresa e a segunda à data aproximada de chegada do lago represado ao bairro rural do Chico dos Santos, em Paraguaçu, segundo depoimentos colhidos dos moradores mais antigos.

O lago de Furnas está a jusante do bairro Chico dos Santos, território da comunidade atendida pela Fazenda-Escola Fundamar. No bairro, o rio Machado, que antes do empreendimento desaguava no rio Sapucaí, perto

⁴⁹ Para o conceito de bairro rural, consultar FUKUI, Lia. *Sertão e bairro rural: parentesco e família entre sitiantes tradicionais*. São Paulo: Editora Ática, 1979.

⁵⁰ Apesar de não ser objeto deste capítulo a prospecção da história sobre o rio Machado, as primeiras menções a ele, segundo Ricardo Rebello, estão na “Carta geographica da Capitania de Minas Geraes e partes confinantes – Anno 1767”, reproduzida no final do volume XI dos “Documentos Interessantes”. Segundo a mesma fonte, o nome advém do sobrenome de uma família que possuíam terras em suas cabecerias, nos antigos “Campos de Caldas”. Entre 1893 e 1895, a navegação do rio Machado foi explorada pela sociedade Pinto & Irmãos. (REBELLO, 2006, p. 112 e 534)

⁵¹ A certidão referente à escritura de constituição da Central Elétrica de Furnas S.A. feita entre o Banco Nacional de Desenvolvimento e outros foi publicada no jornal oficial Minas Gerais em 14 de março de 1957. A Biblioteca da Fundamar dispõe do fac-símile deste documento.

de Fama, está parcialmente represado pelo Reservatório de Furnas. (REBELLO, 2006, p. 878).

Está-se propondo o levantamento das memórias sobre o impacto da construção da Usina Hidrelétrica de Furnas estabelecendo um contraponto entre as memórias da empresa e daqueles cujas terras foram inundadas pelo empreendimento, no território de Paraguaçu e na cidade vizinha de Fama.

Para tanto, pretende-se aqui realizar a prospecção e síntese da documentação produzida por Furnas Centrais Elétricas, datada de 2007, alusiva ao cinquentenário de sua instituição e o livro de memórias datado de 1965 de um dos advogados, Átila Brandão, funcionário da empresa à época das desapropriações para construção da represa.

Na perspectiva dos municípios atingidos, estão se selecionando livros dos pesquisadores “antiquários” de Fama e de Paraguaçu e de alguns municípios vizinhos. Por pesquisadores “antiquários” designam-se aqueles que, sem formação acadêmica como historiadores, organizaram um conjunto de dados sobre a história dos lugares, a partir do qual se constitui a “história do lugar”.

Ao contrário dos historiadores profissionais, mais interessados em grandes linhas de interpretação, os pesquisadores antiquários, a despeito de dificuldades de método e de síntese, descrevem com detalhes fatos, personagens e lugares, num olhar carregado do sentimento de pertença, tão caro à educação patrimonial.

Foram também fontes de consulta os jornais dos anos 50 e 60 de Paraguaçu. E também depoimentos de alguns políticos e autoridades locais que viveram este fato histórico, em entrevistas concedidas à pesquisadora na década de 80.

6.1. APROVEITAMENTO HIDRELÉTRICO DO RIO GRANDE: ESTUDOS ANTERIORES

A Enciclopédia dos Municípios Brasileiros do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), organizada por Jurandir Ferreira, de 1963 quando se reporta à região então denominada “Grande Região Leste”, no tema da hidrologia, traz o seguinte diagnóstico:

O relevo relativamente movimentado do planalto sul mineiro condiciona à bacia do rio Grande, nesse trecho, grande capacidade quanto ao potencial hidráulico. O conhecimento das possibilidades desse aproveitamento ainda é pequeno, embora tenha sido essa bacia objeto de atenção e estudo da Divisão de Águas do Ministério da Agricultura, assim como do governo do Estado de Minas Gerais e algumas entidades privadas. De 1929 a 1945, cerca de 80 quedas d’água já haviam sido estudadas naquela bacia [...].

O grande interesse na exploração do potencial hidráulico da bacia do rio Grande assenta na sua excelente posição geográfica, podendo suprir as necessidades locais, numa área de população relativamente densa e já bastante desenvolvida do ponto de vista econômico e constituir um reforço necessário aos grandes centros do sudeste brasileiro, Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro e áreas próximas.

[...] As usinas projetadas referem-se principalmente ao coletor principal, o rio Grande, para o qual se calcula uma potência de 10 milhões de c.v.

A sucessão de patamares entre as cachoeiras condiciona sítios favoráveis à construção de barragens e grandes reservatórios de acumulação, principalmente no médio curso do rio Grande. Nesse trecho, o declive é suave e o volume de água se vê enriquecido após a junção do rio Sapucaí, seu principal afluente mineiro. Essa seção do rio Grande concentra os interesses atuais de exploração de energia hidrelétrica e lá se encontram em vias de realização as obras da usina de Furnas. Várias empresas colaboram nessas grandes obras, entre elas a CEMIG (Central Elétrica de Minas Gerais S.A), a CPFL (Companhia Paulista de Força e Luz) e a Central Elétrica de Furnas.

A barragem de Furnas constituirá a chave de todo o aproveitamento do rio Grande à jusante da confluência do Sapucaí. [...] O reservatório terá uma capacidade de 15 bilhões de m³ e abrangerá cerca de 135ha, pertencentes a vários atuais municípios mineiros, à margem do rio Grande e do Sapucaí.

As localidades de São José da Barra e Santo Hilário⁵² serão totalmente inundadas. A potência da usina será de 1.100.000 quilowatts, o que dá uma produção normal de 5,7 bilhões de quilowatts/hora anualmente. (FERREIRA, 1963, p. 54-55)

6. 2. A USINA HIDRELÉTRICA DE FURNAS

Folder da empresa, provavelmente da década de 70, traz as seguintes notas sobre a Usina Hidrelétrica de Furnas:

Em 28 de fevereiro de 1957, no Palácio Rio Negro, o Presidente Juscelino Kubitschek, ex-prefeito de Belo Horizonte e ex-governador de Minas Gerais, mineiro e fiel aos seus ideais de desenvolvimento, criava, por escritura pública, a então Central Elétrica de Furnas S.A. [...] Furnas nasceu da necessidade do Governo Federal de participar, de forma maciça e direta, no suprimento de energia elétrica à Região Centro-Sul do País. Em 1954, o Brasil dispunha de apenas 3.000.000 de quilowatts instalados. [...] A construção de Furnas foi iniciada em julho de 1958. Em setembro de 1963 e julho de 1965 entraram em operação comercial as seis primeiras unidades geradoras, totalizando 912.000 quilowatts. Isto permitiu evitar o corte no fornecimento de energia elétrica a Região Centro-Sul do País e possibilitou o desenvolvimento industrial dessa Região. Em 1974, com a entrada das duas últimas unidades geradoras, a Usina de Furnas passou a operar com uma capacidade total de 1.216.000 quilowatts. Por suas proporções, a Usina de Furnas é um exemplo da capacidade empreendedora do país. De fato, ela foi a primeira usina da América Latina com capacidade acima de 1.000.000 quilowatts. (FURNAS. [197_?] [Rio de Janeiro?])

⁵² Santo Hilário é o único distrito do município de Pimenta, no estado de Minas Gerais. A vila conta com pouco mais de 100 habitantes e fica situada as margens do lago da represa de Furnas. Foi elevada a distrito do município de Piumhi em 19 de dezembro de 1896, com o nome de Bocaina de Minas, e teve seu nome alterado para Santo Hilário em homenagem ao francês Auguste de Saint-Hilaire, por decreto em 7 de setembro de 1923, tendo sido transferida ao município de Pimenta quando da sua emancipação, em 4 de abril de 1946. A vila foi quase toda submersa pelo lago da represa de Furnas, restando somente o cemitério. Importante porto do Rio Grande, último da parte navegável do rio, que ligava a estrada de ferro que vinha do Rio de Janeiro até a cidade de Ribeirão Vermelho, o primeiro porto ao sertão. Serviu de entreposto de mercadorias que vinham de trem e depois de barco para o Centro-Oeste e produtos agropecuários do Centro-Oeste para o Rio de Janeiro.

Na página eletrônica da empresa há as seguintes informações institucionais:

A empresa Central Elétrica de Furnas começou a funcionar efetivamente em 1963, em Passos (MG). Em 1º de junho de 1971, a sede foi transferida para o Rio de Janeiro e a Empresa ganhou um novo nome: FURNAS - Centrais Elétricas S.A., que melhor expressa a proposta de construção de um conjunto de usinas. Hoje [2009], FURNAS está presente no Distrito Federal e nos estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Goiás, Tocantins, Mato Grosso, Paraná e Rondônia, onde funciona o Escritório de Construção de Porto Velho. A Empresa conta com um complexo de onze usinas hidrelétricas e duas termelétricas, totalizando uma potência de 9.910 MW, o que representa aproximadamente 10% da geração do país, sendo 7.971 MW instalados em usinas próprias e 1.939 MW em parceria com a iniciativa privada ou em Sociedade de Propósito Específico (SPE). Conta, ainda, com 19.277,5km de linhas de transmissão e 46 subestações, garantindo o fornecimento de energia elétrica em uma região, onde estão situados, 51% dos domicílios brasileiros, que respondem por 65% do PIB brasileiro. (FURNAS, 2009)

Segundo o Centro de Pesquisas e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas:

A criação da companhia assinalou a entrada em cena do governo federal no mercado de energia elétrica da região mais desenvolvida do país, dominado em larga escala por empresas de capital privado pertencentes a dois grupos estrangeiros. As empresas do grupo canadense Brazilian Traction, Light and Power monopolizavam o atendimento ao eixo Rio-São Paulo, fornecendo energia para o antigo Distrito Federal, o alto Vale do Paraíba, a capital paulista, cidades industriais vizinhas e o porto de Santos (SP). No pós-guerra, a Light passou a enfrentar sérias dificuldades para acompanhar o notável crescimento da demanda em suas áreas de concessão. O mesmo aconteceu com as subsidiárias da American & Foreign Power (Amforp) que geravam e distribuíam energia para Belo Horizonte e outras capitais, além de importantes municípios do interior paulista, como Campinas. (CPDOC. 2010)

A Associação dos Municípios do Lago de Furnas (ALAGO), criada em 1993⁵³, sediada em Alfenas, reúne os municípios lindeiros do Lago.

⁵³ A ata da Reunião Extraordinária da Associação dos Municípios do Lago de Furnas, realizada em 03 de março de 1993, na cidade de Formiga, propôs a reestruturação da entidade, a eleição de nova diretoria, para o dia 31 de março de 1993. A ata de 3 de

Segundo Fausto Costa, ex-secretário municipal do Meio Ambiente de Alfenas, partícipe do movimento de instituição da ALAGO e, em 2009, secretário do CBH-Lago de Furnas, a ALAGO é que mobilizou a sociedade civil para organização do CBH, instituído pelo decreto estadual n. 42.596 de 23 de maio de 2002. Em seu depoimento em 20 de julho de 2009, Fausto Costa informou que a Resolução n. 88⁵⁴ da ANEEL, de 22 de março de 2001, reduziu os municípios lindeiros do Lago de Furnas de 34 para 31, em função da sofisticação dos instrumentos de georreferenciamento, que obtiveram resultados mais precisos.

Deixaram de ser considerados municípios lindeiros do Lago de Furnas: Ilicínea; Machado; Monte Belo; Serrania. E passou a constar da listagem, o município de Conceição Aparecida. A área total do lago foi também de reduzida de 1.459,59km² para 1.406,23km².

Comentando sobre os municípios que compõem o CBH-Reservatório de Furnas, o depoente disse que a ALAGO discorda do Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM) quanto aos municípios inseridos no Comitê da Bacia. Ele disse que a rigor e atendendo à recomendação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) deveriam constar do CBH os municípios de Elói Mendes, Ribeirão Vermelho, Lavras, São João Batista do Glória e Varginha. Mas o IGAM até a data de seu depoimento à pesquisadora não havia acolhido a sugestão da ALAGO.

A relação dos municípios atingidos pelo Lago de Furnas anterior e posteriormente à Resolução da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) de 22 de março de 2001 é listada na tabela 1.

março foi assinada pelos prefeitos de Formiga, Alterosa, Alfenas, Campo Belo, Cristais, Boa Esperança, São João Batista do Glória, Campo do Meio, Guapé, Carmo do Rio Claro, Formiga, Ribeirão Vermelho e Alpinópolis.

⁵⁴ Disponível em: < <http://www.aneel.gov.br/cedoc/res2001088.pdf> > Acesso em 21 jul. 2009.

Tabela 1- – Áreas dos Municípios Atingidos pela Represa de Furnas anterior e posteriormente à Resolução da ANEEL de 23 de março de 2001

Municípios	km ²	%	Municípios	km ²	%
Aguanil	21,01	1,4395	Aguanil	22,97	1,6331
Alfenas	149,89	10,2700	Alfenas	145,90	10,3748
Alterosa	18,36	1,2580	Alterosa	19,07	1,3558
Areado	33,99	2,3289	Areado	37,06	2,6351
Boa Esperança	138,57	9,4944	Boa Esperança	139,56	9,9240
Cabo Verde	3,88	0,2658	Cabo Verde	1,28	0,0910
Campo Belo	14,00	0,9592	Campo Belo	7,88	0,5604
Campo do Meio	75,88	5,1991	Campo do Meio	58,89	4,1878
Campos Gerais	77,44	5,3060	Campos Gerais	71,02	5,0503
Cana Verde	19,85	1,3601	Cana Verde	17,90	1,2728
Candeias	6,66	0,4563	Candeias	3,49	0,2485
Capitólio	54,10	3,7068	Capitólio	55,12	3,9193
Carmo do Rio Claro	212,18	14,5380	Carmo do Rio Claro	208,06	14,7954
Conc. Ap.			0,5085	0,0362	
Coqueiral	4,79	0,3282	Coqueiral	6,64	0,4723
Cristais	82,87	5,6780	Cristais	86,18	6,1287
Divisa Nova	4,71	0,3227	Divisa Nova	4,53	0,3219
Elói Mendes	15,96	1,0935	Elói Mendes	15,70	1,1167
Fama	14,27	0,9777	Fama	16,56	1,1774
Formiga	160,38	10,9888	Formiga	152,62	10,8532
Guapé	206,08	14,1200	Guapé	185,32	13,1783
Ilicínea	0,02	0,0014	Ilicínea	0,00	0,0000
Lavras	3,50	0,2398	Lavras	4,24	0,3012
Machado	0,27	0,0185	Machado	0,00	0,0000
Monte Belo	0,06	0,0041	Monte Belo	0,00	0,0000
Nepomuceno	21,58	1,4786	Nepomuceno	26,30	1,8705

(continuação)

Municípios	km ²	%	Municípios	km ²	%
Paraguaçu	16,85	0,3042	Paraguaçu	18,85	1,3402
Perdões	4,44	0,3042	Perdões	4,14	0,2941
Pimenta	32,27	2,2110	Pimenta	27,96	1,9885
Ribeirão Vermelho	1,27	0,0870	Ribeirão Vermelho	1,45	0,1032
São João Batista do Glória	2,17	0,1487	São João Batista do Glória	1,87	0,1332
Serrania	0,11	0,0075	Serrania	0,00	0,0000
Três Pontas	16,85	1,1545	Três Pontas	14,27	1,0150
Varginha	4,16	0,2850	Varginha	5,50	0,3912
TOTAL	1.459,49			1.406,26	

Fonte: COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RESERVATÓRIO DE FURNAS. Tabela recebida por luciacosta@paraguassu.com.br em 20 jul. 2009.

Obs.: Estão em negrito os municípios excluídos e inseridos após a Resolução da ANEEL.

O Plano Diretor de Recursos Hídricos da Bacia do Reservatório de Furnas está sendo (2009/2010) financiado pelo Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais (FHIDRO). O Saneamento Ambiental na Região do Lago de Furnas está sendo promovido pela ALAGO com recursos da Companhia de Saneamento de Minas Gerais (COPASA); Furnas Centrais Elétricas S/A, e com apoio do Ministério das Cidades, Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional e Política Urbana, Prefeituras e Fórum das Instituições de Ensino e Pesquisa da Região do Lago de Furnas (ALAGO, 2009). Serão atingidos 52 municípios da bacia e não apenas os municípios lindeiros.

6.3. LEGISLAÇÃO AMBIENTALISTA HOJE

Desde a década de 50, quando Furnas iniciou os estudos para construção daquela então considerada a maior usina hidrelétrica do país, passaram quase três décadas para que no Brasil houvesse uma legislação ambientalista visando mitigar o impacto dos grandes empreendimentos, como as usinas hidrelétricas, e regular a relação entre os gestores e a população afetada. Hoje os principais instrumentos são o Estudo e o Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) realizados por empresas, instituições e equipes multidisciplinares de especialistas que avaliam os efeitos da implantação de obras.

Estes documentos buscam dimensionar os efeitos ou mudanças na saúde, segurança, bem-estar da população envolvida nas atividades econômicas e sociais do lugar atingido, na biota e nas condições sanitárias e estéticas do ambiente em questão, etc. Os resultados poderão autorizar a obra, autorizá-la com restrições ou não recomendá-la. No Brasil, os EIA/RIMA estão previstos no artigo 225 da Constituição de 1988 e Resolução 001/86 do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA). (GIASANTI, 1998)

Constam ainda como procedimentos legais a realização de Consulta Pública junto a população afetada anteriormente à elaboração do Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno do Reservatório Artificial (PACUERA), e ainda a Audiência Pública para aprovação do mesmo pela população com a participação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais (IBAMA).

Segundo a Resolução CONAMA n. 302 de 20 de março de 2002 é declarada Área de Preservação Permanente (APP) uma faixa no entorno

do reservatório que pode variar de 30 a 100m, conforme definição acordada no Plano Ambiental.

A pressão política dos proprietários do entorno da Represa de Furnas, entretanto, conseguiu em janeiro de 2009 da Assembléia Legislativa do Estado uma nova lei flexibilizando as dimensões da APP marginal ao lago:

Lei sancionada pelo governador e publicada neste sábado (10/1/09) no diário oficial 'Minas Gerais' institui novas regras para a delimitação de Áreas de Preservação Permanente (APPs) de represas hidrelétricas. É a 18.023, originada do Projeto de Lei (PL) 2.307/08, dos deputados Domingos Sávio (PSDB), Antônio Carlos Arantes (PSC) e José Henrique (PMDB), aprovado pela Assembléia Legislativa de Minas Gerais. A nova norma atende, entre outros, a produtores rurais da região do Lago de Furnas, que reivindicaram, em audiência pública na ALMG, limites viáveis para as APPs. (ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS, 2009) (grifos nossos)

Pelo parágrafo 4º da lei estadual n. 18.023, a APP de represa hidrelétrica terá a largura de 30m, sem prejuízo de compensação ambiental e da obrigação de se recuperarem áreas eventualmente já degradadas, assegurados usos consolidados, inclusive para fins de exploração de atividades agrícolas com culturas perenes de porte arbóreo ou arbustivo, e os atos praticados até a data da publicação do plano diretor.

6. 4. A GERAÇÃO ELÉTRICA EM PARAGUAÇU E REGIÃO ANTERIORMENTE A FURNAS

Antes da construção de Furnas, a energia elétrica de Paraguaçu e de suas adjacências era gerada pela Companhia Sul Mineira de Eletricidade, criada em 16 de agosto de 1922 por um grupo de industriais da região. Os principais sócios eram Dr. Gabriel Teixeira, proprietário da Fazenda do Extremo, em Machado; Sr. José Camilo da Costa, de Paraguaçu, Arthur de

Lacerda Pinheiro, da cidade de Oliveira e Virgílio Dias, de Itajubá. Em 1967, a empresa foi encampada pela, então, Centrais Elétricas de Minas Gerais, hoje Companhia Energética de Minas (CEMIG).

Segundo depoimento de seu ex-diretor, Gabriel Pereira, os principais feitos da Sul Mineira foram:

[...] a aglutinação em uma empresa de várias pequenas localidades em um conjunto formado por 57 municípios de Minas, São Paulo e Rio Grande do Sul. Em Minas Gerais e São Paulo, a Companhia teve interligadas num anel 14 usinas, grandes e pequenas, que formavam o seu sistema com mais de 1.500 quilômetros de linha de transmissão e distribuição. [...] Construiu duas importantes usinas – São Bernardo e Poço Fundo. Introduziu no País, a bem dizer, a indústria nacional de transformadores, [...], o mesmo ocorrendo com a produção de tubulação de adução e tubulação forçada; sustentou, em época de crise, a educação, quando juntou seus esforços com a Cia. Industrial Sul Mineira (Banco de Itajubá) para manter naquela cidade a Escola de Engenharia, fundada por Teodomiro Carneiro Santiago e que estava para fechar; salvou a cidade de São Lourenço de uma grave crise; construindo em quatro meses e meio uma linha de 45km para levar energia para aquela estância hidro-mineral; sustentou-se bravamente na crise sofrida em 1929/1930, quando teve sua usina de Varginha quase destruída, ocasião em que comprou numa operação financeira internacional, a bem dizer, audaciosa, a Usina do Xicão, perto de Campanha, de propriedade de The Conquista-Xicão Golden Mines Ltd.⁵⁵

⁵⁵ PEREIRA, Gabriel. Correspondência a Maria Lúcia Prado Costa em 02 out. 1986. Segundo anúncio da empresa publicado nas edições do jornal "O Paraguassu" da década de 40 era área de abrangência da Cia. Sul Mineira de Eletricidade os seguintes municípios e localidades: Alfenas, Andrelandia, Arantes, Brazópolis, Caiana, Cambuquira, Campanha, Campos do Jordão, Careassu, Carmo da Cachoeira, Conceição das Pedras, Conceição do Rio Verde, Conceição dos Ouros, Crisolia, Delfim Moreira, Eloi Mendes, Francisco Sales, Gaspar Lopes, Gimirim, Heliadora, Inconfidentes, Itajubá, Jesuânia, Lambari, Machado, Mantiqueira, Maria da Fé, Monsenhor Paulo, Nepomuceno, Ouro Fino. Paraguassu, Paraísoópolis, Paredes do Sapucaí, Pedralva, Piranguinho, Pirangussu, Poços de Caldas, Reno, Santa Catarina, Santa Rita do Sapucaí, Santo Antonio do Pinhal, São Bento do Sapucaí, São Jose do Alegre, São Gonçalo do Sapucaí, Sapucaí Mirim, Serrania, Três Corações, Três Pontas e Varginha. (manteve-se a grafia original, sem conversão para as denominações atuais). Propaganda veiculada no Almanaque "Brasil – Município e Comarca de Paraguassu – Estado de Minas Gerais", datado de 1939, traz logo após o nome da empresa a seguinte referência: "Empresa Mineira com Diretores e Capitais Brasileiros – Onze Usinas Hidro Elétricas em Pleno Funcionamento".

A Fundação Biblioteca Nacional (FBN) guarda um mapa produzido pelo Serviço Geológico e Mineralógico, intitulado “Rio Sapucaí: levantamento entre o Porto Carrito e São José da Barra”, datado de 1930.⁵⁶ Porto Carrito localizava-se em Carmo do Rio Claro e São José da Barra abrigava a foz do rio Sapucaí no rio Grande. Supomos que tal estudo refira-se ao aproveitamento hidrelétrico do baixo vale do Sapucaí.

6. 5. VERSÃO DE FURNAS

Na página eletrônica da empresa, há a seguinte versão sobre sua fundação:

Conta a história que foi o engenheiro da Cemig Francisco Noronha quem descobriu as Corredeiras das Furnas, quando saiu para pescar a convite da família Mendes Júnior. Era sabido que a Cemig já procurava no Rio Grande um lugar ideal para construir uma usina. Diante de um cânion longo e profundo, o engenheiro, impressionado, tirou fotos, desenhou barragens sobre as mesmas, calculou a profundidade do reservatório e, em Belo Horizonte, apresentou seus estudos ao engenheiro John Reginald Cotrim⁵⁷, então vice-presidente da Cemig e futuro presidente de Furnas. Cotrim verificou pessoalmente o local e chegou à conclusão que estava diante de um potencial que permitiria a construção de uma usina de grande porte para atender os três principais centros socioeconômicos do país: São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, evitando assim o colapso energético que ameaçava o país. Em 1955, Cotrim passou a integrar a equipe de governo de Juscelino Kubistchek, que em 28 de fevereiro de 1957, assinou o decreto 41.066 e criou uma das maiores obras do seu governo: a Central Elétrica de Furnas, com sede em Passos, Minas Gerais. (FURNAS, 2009)

⁵⁶ Catálogo online da Fundação da Biblioteca Nacional. Disponível em: < [<http://catalogos.bn.br/scripts/odwp032k.dll?t=nav&pr=cartografia_pr&db=cartografia&use=sh&rn=1&disp=card&sort=off&ss=22593271&arg=sapucaí,%20rio%20\(mg\)>](http://catalogos.bn.br/scripts/odwp032k.dll?t=nav&pr=cartografia_pr&db=cartografia&use=sh&rn=1&disp=card&sort=off&ss=22593271&arg=sapucaí,%20rio%20(mg)). Acesso em: 28 abr. 2010.

⁵⁷ Para maiores dados consultar: COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS. Memória da CEMIG: *Depoimento de História Oral. John Reginaldo Cotrim*. Depoimento a Bernardo Mata Machado. Belo Horizonte, 1986. E ainda o verbete Furnas na página eletrônica do Centro de Pesquisas e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas.

Nesta mesma página eletrônica, a empresa traz as seguintes referências à resistência da população contra o empreendimento:

Houve gente para quem nem o dinheiro oferecido, nem a ameaça de ver tudo ficar debaixo d'água era suficiente para abandonar a terra. A maioria recebeu o valor venal, depositado em juízo pela Empresa. Mas, uma certa dona Clarisse de Souza Rodrigues deu mais trabalho aos advogados de Furnas. Nem mesmo a carta do presidente Juscelino a convenceu de vender as terras. Dona da fazenda Corredeiras, que abriga hoje as instalações da usina e o bairro, ela lutou com unhas, dentes, água fervente e tiros de carabina para não ser desapropriada. Hoje falecida, é seu filho José Rodrigues Filho, o Vinho, ex-funcionário de FURNAS, que relata que o único que conseguia conversar com ela era o advogado Aldo Hildo Motta.

'Minha mãe era brava e para ela as terras não tinham preço. Furnas oferecia dinheiro, fazendas melhores que a nossa e ela não aceitava nada. As obras começaram com ela dentro do canteiro'.

Motta, depois de lhe dar presentes, levá-la ao Rio de Janeiro, encheu os olhos de dona Clarisse com um sobrado alugado pela Empresa na nova São José da Barra, todo mobiliado, *'com geladeira e tudo mais que só milionário tinha na época. Ela nunca tinha visto nada igual'.*

O aluguel do sobrado por cinco anos somado a 2,7 milhões de cruzeiros, *"em notas bonitas, douradas"*, fizeram Clarisse mudar-se com a família. *"O dinheiro ela emprestou, guardou, acabou. Ela morreu numa casinha humilde, na rua Alagoas"*. (FURNAS, 2009)

6.5.1. Anedotário

"Linha de Transmissão" é o título do livro que trata de forma pitoresca a saga da construção da Usina Hidrelétrica de Furnas, usando nomes fictícios, entre eles, Lapas para designar Furnas. Escrito em 1965, por Átila Brandão, advogado da empresa - que adotou o codinome de Aloisio

Florence na narrativa – teve uma segunda edição em 1987, ano de comemoração dos 30 anos da empresa⁵⁸.

O tom pretensamente anedótico da narrativa evidencia o tratamento de superioridade do empreendedor dispensado à população diretamente atingida.

Descrevendo os trabalhos de engenharia, diz o autor:

E, se nós, advogados, leigos no assunto, [...] não poderíamos discernir como daquele caótico amontoado de buracos, lama e pedras, pudesse soerguer a famosa Barragem, imagine-se o que dela poderiam pensar os moradores da região, com vezes mais incultos? Pessimistas sobre a conclusão dos trabalhos, esses capiaus jamais poderiam avaliar o significado e as dimensões econômicas da Obra. [...] Essas populações ribeirinhas não acreditavam nem na sinceridade da União: - "Qual barragem, qual o que?... O Governo está comprando essas terras é pra revender para alguém... E, com um lucro fabuloso, porque todo mundo sabe que estas pastagens da beira do Sapucaí são terra-róger, extra-boa... (BRANDÃO, 1987, p. 57)

Átila Brandão detalha sem constrangimentos os estratagemas empregados por ele e seu colega advogado para negociar as desapropriações com os ribeirinhos. Como à época, o principal opositor do presidente Juscelino Kubitschek do Partido Social Democrata (PSD) era Carlos Lacerda da União Democrática Nacional (UDN), os advogados expressavam-se a favor de um ou de outro, conforme a tendência política do desapropriado, visando ganhar sua simpatia. Na disputa para baixar o preço das indenizações, os advogados contrapunham a possibilidade de demandas intermináveis à garantia de pagamento "com cheque visado pelo Banco Mineiro, garantido pelo Governo" e isenção de impostos sobre as terras remanescentes (BRANDÃO, 1987, p. 62).

⁵⁸ O exemplar consultado tem a dedicatória do autor à Fundação 18 de Março (Fundamar).

O autor pondera que os Juízes, Promotores e Serventuários de Justiça das Comarcas do interior foram, com raras exceções, contrários aos interesses da empresa. (BRANDÃO, 1987)

Conta o narrador:

É indubitável que muitos, necessitados talvez do dinheiro, visando a aplicá-lo, de imediato, em outros negócios, rendiam-se logo. Outros, todavia, batiam o pé, discutiam renitentemente, não cediam um palmo, e, iam às últimas, de Tribunal a Tribunal, até o Supremo. Muitos, por sinal, estão ali até hoje [1965] a questionar o preço de oitenta ou cem alqueires de terras, de há muito submersos no fundo da Represa... (BRANDÃO, 1987, p. 63).

As recomendações dos advogados da empresa quanto ao meio ambiente da área a ser inundada nos soam hoje como escândalo. No diálogo do colega advogado do autor para convencer um proprietário renitente, Sô Salústio, há o seguinte fragmento:

[...] Antes de entregar o imóvel de vez, o senhor terá direito de levar daqui o que quiser: as cercas, o taboado do curral, as porteiras – tudo!... Se tiver em suas terras alguma árvore sucupira, cedro, gonçalo-alves, é derrubar, torar, lavar e vender... As árvores miúdas, o arazá-bravo, a embaúba, o jacaré, tudo se roça a foice e, como lenha, apura-se um bom dinheiro... Ainda tem mais: o senhor pode desmanchar a casa-sede, as duas casas de colono, e ainda aproveita telhas, tijolos, esquadrias e ripas... Um negócio, Sô Salústio! Lapas é a mãe do povo! ... (BRANDÃO, 1987, p. 61).

6.6. VERSÃO DOS PESQUISADORES “ANTIQUÁRIOS”

No livro de memórias do paraguaçuense Cristiano Otoni do Prado, “Crônicas dos 90 Anos Bem Vividos”, de 1993, líder político do PSD à época da construção de Furnas, há a seguinte descrição do município vizinho de Fama, antes da invasão das águas:

A situação topográfica de Fama constituía-se da parte baixa, onde ficavam, a estação ferroviária, hotel, porto de

navegação do rio Sapucaí, balsas para travessia do rio, indústrias de laticínio e a parte alta central, com a igreja matriz, casas comerciais e as melhores residências. Com a construção da barragem de Furnas, toda parte baixa foi inundada, restando somente a parte alta [...] (PRADO, 1993, p. 41)

O Padre Hiansen Vieira Franco, autor do livro “Fama – Subsídios para sua História”, publicado em 2008, traz dados colhidos em fontes primárias, especialmente as Atas da Câmara Municipal, assim como uma compilação de fontes secundárias sobre o episódio da construção da barragem em Furnas.

Os fragmentos abaixo foram selecionados da referida obra:

[Na sessão de 24 de março de 1957] foi aprovada, por unanimidade, sugestão no sentido de ser enviado um ofício ao Exmo. Sr. Presidente da República (JK), fazendo-lhe um apelo para que seja diminuída a altura da barragem de “Furnas”, assim como, se proporcionem indenizações justas aos proprietários prejudicados pelas mesmas obras e se dêem as devidas compensações aos municípios igualmente prejudicados. (FRANCO, 2008, p. 207) [...]

Quando as águas de Furnas inundaram Fama a cidade contava, aproximadamente, 160 casas na zona urbana. Grande parte foi demolida por seus proprietários para servirem-se do material para construir em outro lugar. (FRANCO, 2008, p. 253) [...]

Ildeu Manso Vieira, no livro “Mandassaia”, faz a seguinte descrição do impacto do reservatório sobre a cidade:

‘Fama, com apenas dois mil habitantes, plantada na beira do Sapucaí, foi tomada de pânico. A área do município, de 64 km², seria bastante atingida pela represa. Nada menos do que 14 km² ficariam submersos e o imenso lago inundaria também a parte mais baixa da urbe’.⁵⁹

Para Furnas as indenizações foram justas, todavia, para os que foram indenizados foi uma ninharia. Muitos demandaram judicialmente com Furnas, sem êxito. A professora famense, Roma Saksida, conta que seu pai contestou na Justiça o que Furnas ofereceu por seu imóvel: ‘Eles queriam pagar muito pouco. Então ele demandou com Furnas, durante treze anos. E quando ele recebeu o dinheiro, (com) esse dinheiro ele comprou uma televisão preto e branco, de tão pouco que era’. (EPTV.

⁵⁹ Dados recentes atualizaram a área inundada por Furnas em Fama: 16,56km². Ver Tabela 1 desta dissertação, à página 100.

Documentário “Travessia das Águas”, exibido pela EPTV Sul de Minas, em 2007. Apud FRANCO, 2008, p. 255)

Em entrevista ao Jornal dos Lagos, Especial Furnas, de 05.05.2007, o então Prefeito de Fama, Dr. Ângelo Henrique Saksida relatou que seu pai, José Saksida Filho, perdeu 8 propriedades desapropriadas com a chegada da represa:

‘Ele teve de mudar de ramo, de casa, perdeu dinheiro. Depois da inundação, Fama acabou. [...] Sei de pessoas da zona rural que tiveram de ser retiradas à força, de canoa, porque não queriam deixar suas casas’. (FRANCO, 2008, p. 257)

O ex-piloto aéreo de Furnas, Carlos Lisboa Prado⁶⁰, deixou o seguinte depoimento:

Furnas acabou com uma memória. Nasci numa fazenda linda, que desapareceu. As duas casas em que morei em Fama, também desapareceram. Uma vez, quando as águas baixaram, eu via as bases da fazenda, mas os lugares onde passei minha vida não existem mais. Doía o coração ver o lugar onde nasci ser inundado. (BERALDO et al, 1992, p. 40)

Hansen Franco conclui que Fama foi um dos municípios mais prejudicados pelas águas de Furnas. Se antes a cidade era referência regional em termos de possibilidade de comunicação com outras localidades, depois da represa ficou isolada. “Perdeu a Ferrovia⁶¹ e a Rodovia que a ligavam a Paraguaçu e Alfenas”. (FRANCO, 2008, p. 257). E prossegue:

Mas Furnas preferiu atender a outros apelos políticos mais fortes e fez construir a ponte muitos quilômetros à jusante da comunidade famense, passando pela fazenda de José Rabelo. É a conhecida Ponte das Amoras. [...] Sem rodovia e sem ponte, Fama recebeu a proposta de um acordo, por parte de Furnas, mas não obteve êxito porque o povo se revoltou e os vereadores não compareceram à segunda reunião que haveria para tratar dessa questão. A nova rodovia entre Paraguaçu e Alfenas, por causa da represa, passou a 9km distante de Fama, que ficou isolada. (FRANCO, 2008 p. 259)

⁶⁰ Carlos Lisboa Prado (1926 – 2008) é tio materno da pesquisadora. No livro de Átila Brandão ele é referido como Carlos Careca. É a única fonte de sobrenome Prado, parente da autora.

⁶¹ A ferrovia aludida era a antiga Estrada de Ferro Muzambinho. A estação de Fama foi inaugurada em 1896. Na década de 50 do século XX já pertencia à Rede Mineira de Viação. (COSTA, M. 1997)

6.7. VERSÃO DO JORNAL "O PARAGUASSU"/ "VOZ DA CIDADE"

O jornal local do município de Paraguaçu era dirigido por Oscar Prado, prefeito no período de 1951 a 1955, filiado ao PSD, partido do presidente Juscelino Kubitscheck.

No cotejamento das edições do jornal no ano 1960, selecionamos os seguintes fragmentos e informações, que vão do ufanismo com o empreendimento até a decepção com as promessas não cumpridas de atendimento às reivindicações locais:

Em fevereiro terá início a construção da barragem. Em ritmo veloz os trabalhos da Grande Central Elétrica. (O PARAGUASSU, 31 jan. 1960, p. 1)

Em edição do mês seguinte, o jornal traz a relação das reivindicações da região atingida: construção da BR-32 no trecho Poços de Caldas-Caxambu; da Rodovia de Furnas, de Passos a Fernão Dias, a criação da Universidade do Sul de Minas, agrupando as Escolas Superiores existentes nesta região, a organização da Hidrominas, sociedade de economia mista para cuidar das estâncias hidro-minerais do Estado; da Universidade do Trabalho, com a reunião em um só estabelecimento de várias escolas do sul de Minas; eletrificação rural; construção de cidades industriais; relocação da Rede Mineira de Viação; fábrica de tratores; reflorestamento; assistência médico-social à zona de Furnas, entre outros. (O PARAGUASSU, 20 mar. 1960, p. 1)

O jornal noticia a presença do Presidente da República, Juscelino Kubitscheck, do Governador de Minas Gerais, Bias Fortes (1956-1961), e do presidente da empresa, John Cotrim e comitiva, em Furnas, no dia 9 de março, para comemorar o desvio do rio Grande para os túneis. Na solenidade foi aprovado por Juscelino Kubitscheck o Grupo de Trabalho para atendimento às reivindicações dos municípios afetados. Uma das

reivindicações era a construção da ferrovia entre Varginha e Poços de Caldas, “de finalidade econômica estratégica”. (O PARAGUASSU, 20 mar. 1960, p. 1)

A figura 4 reproduz a ilustração disponível na página eletrônica da empresa, da visita de JK às obras de Furnas.



Figura 4 - Visita de Juscelino Kubitschek às obras de Furnas

No dia 10 de abril, o jornal “O Paraguassu” informa sobre o Plano de Assistência Sanitária à Região de Furnas, discutido pelos 32 representantes dos municípios atingidos com autoridades, na Capital da República. O Plano contemplaria a instalação de Postos de Higiene e Puericultura, Hospitais, Maternidades e outras obras assistenciais “em toda a região mais sacrificada de Furnas” (O PARAGUASSU, 10 abr.1960, p. 1)

No dia 30 deste mesmo mês, o jornal relembra o discurso do então candidato Jânio Quadros à Presidência, em Alfenas, quando prometeu que as terras dos atingidos por Furnas seriam desapropriadas pelo valor justo. E comenta: “A promessa já estava sendo esquecida e os prejudicados se desesperando de vê-la cumprida”. (O PARAGUASSU, 30 abr.1960, p. 1)

A mesma edição noticia ainda o encontro em Belo Horizonte, em 17 do mesmo mês, de uma comissão de Prefeitos, Vereadores e Chefes Políticos dos municípios afetados, e liderada pelos deputados Manoel Taveira e Geraldo Freire, com o novo Governador do Estado, Magalhães Pinto (1961-1966).

Em depoimento sobre o tema, o político paraguaçuense, Cristiano Otoni do Prado, informou que ambos deputados eram da UDN e deram incondicional apoio aos fazendeiros impactados por Furnas. No lado oposto, ficaram os deputados Pimenta da Veiga, Uriel Alvim, e prefeitos filiados ao PSD, como Dr. Antonio Silveira, de Alfenas, Dr. Joaquim Vilela, de Boa Esperança e Pedro Pinto Filho, de Fama. E conclui:

Não comento o lado sentimental do problema, pois como chefe político do PSD, eu era cem por cento favorável à construção de Furnas, mas não concordava que os habitantes da região fossem espoliados em seus direitos.⁶²

Na edição de 17 de julho de 1960, o jornal “O Paraguassu” é enfático:

[...] a Central de Furnas está pagando apenas 50% do valor atual das terras desapropriadas. O preço corrente neste município de terras de cultura e [de] meia cultura é de Cr\$60.000,00 por alqueire e os de cerrado por Cr\$40.000,00, o que dá em média, Cr\$50.000,00. Pois bem: - Furnas paga somente Cr\$23.000,00 por alqueire! (O PARAGUASSU, 17 jul. 1960, p. 1)

Em 27 de janeiro de 1963, o jornal, agora sob a denominação de “A Voz da Cidade” traz artigo de João Eustachio de Andrade (futuro, prefeito de

⁶² PRADO, Cristiano Otoni. Depoimento escrito em 6 de junho de 1995 a Maria Lúcia Prado Costa. Disponível na Biblioteca da Fundamar.

Paraguaçu entre 1973-1977) criticando a insensibilidade política dos empreendedores:

Dentro pois de 50 dias a população desta região verá pela frente um grande lago, cinco vezes maior que a baía da Guanabara que inundará Fama, Rochas, e também em nosso município os bairros da Mata, Mamonas, Cachoeira e até o Bairro dos Santos (Chico dos Santos).

O que decepçiona, causa estranheza e até certa revolta que uma obra de tamanha expressão de grandiosidade fracasse nos planos de compensação, quanto às indenizações e deficiências dos meios de transporte das regiões sacrificadas. O grito de protesto é geral. Fama terá o seu município decepado, a sede separada da zona rural que é o Bairro dos Rochas. Não cogitam da construção de pontes. Assim como em Paraguassu, o bairro próspero da Cachoeira de que há muito prometem a ponte do Estreito, no Sapucaí. (ANDRADE, João Eustachio, 17 jan. 1963. p. 1)

Outra região afetada em Paraguaçu foi Pontalete, na divisa entre o município e Três Pontas, onde há a confluência do rio Verde com o rio Sapucaí. A estação de Pontalete da Estrada de Ferro Muzambinho foi inaugurada em 1896.

O pesquisador “antiquário” de Três Pontas, Paulo Costa Campos, assim refere-se ao distrito de Pontalete, antes e após a inundação de Furnas:

Na gestão do prefeito Azarias de Azevedo (1947-1951) iniciou-se a construção de duas pontes de concreto, uma sobre o Rio Verde e outra sobre o Rio Sapucaí, interligando o povoado, e os municípios de Elói Mendes e Paraguaçu. Com a construção da Represa de Furnas, parte do povoado e as pontes ficaram submersas, prejudicando bastante o distrito. Atualmente, existe uma balsa que possibilita a travessia desde o povoado até a margem esquerda do Lago de Furnas, permitindo a interligação, por estradas de terra, a Elói Mendes e Paraguaçu. (CAMPOS, 2004, p. 106)

As edições do jornal local de Paraguaçu entre 1967 e 1969, inclusive, são repletas de notícias sobre a construção de vários trechos rodoviários, previstos como compensação aos municípios afetados por Furnas. A Rodovia de Furnas só seria inaugurada em 15 de novembro de 1969:

Paraguaçu – Elói Mendes – Varginha; Paraguaçu – Alfenas; Alfenas – Areado – Monte Belo – Juréia.⁶³

Curiosa Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para verificar a situação em que se encontram as populações atingidas pelo represamento de Furnas e Peixotos⁶⁴ é tema da reportagem da edição de 5 de maio de 1969 do jornal de Paraguaçu. O presidente da CPI era o deputado federal Manoel de Almeida; o relator, Bento Gonçalves, Geraldo Freire, líder do Governo na Câmara e “Sua Excelência o Sr. Presidente da República”, o Marechal Castelo Branco⁶⁵.

Interessante observar que os anos de implantação do empreendimento (1957-1965) coincidem com momento de grande turbulência na vida política nacional, do governo dito democrático de Juscelino Kubitschek à ditadura dos governos militares, após 1964. Contudo, a se julgar pelo que sugerem as fontes aqui coligidas, pouca diferença percebe-se no tratamento dispensado à população atingida.

6.8. O BAIRRO RURAL DO CHICO DOS SANTOS E A POPULAÇÃO ATINGIDA

A formação do bairro rural do Chico dos Santos, no município de Paraguaçu, está intimamente ligada ao rio Machado.

⁶³ Hoje a rodovia tem a designação de BR-491.

⁶⁴ Esta foi a primeira usina de grande porte construída no Rio Grande, em 1968; a Usina de Peixoto alcançou sua capacidade final de 476 MW, com 10 unidades geradoras. Em dezembro do mesmo ano, Peixoto recebeu nova denominação: Usina Marechal Mascarenhas de Moraes. Somente em 1º de agosto de 1973, por determinação da ELETROBRÁS, a Usina passou a ser operada por FURNAS. (Disponível em: <<http://www.mundodaciencia.com.br>> Acesso em: 17 jul. 2009)

⁶⁵ O Marechal Castelo Branco assumiu a Presidência da República em 15.04.1964.

A denominação do bairro remete à figura de Francisco dos Santos, o Chico dos Santos, dono de um rancho às margens do rio Machado onde ele administrava um entreposto de mercadorias, uma venda e uma pousada para os viajantes que comercializavam produtos através da estação de Fama (1896) da Estrada de Ferro Muzambinho e do barco que ia de Fama até a Cachoeira (ainda existente no rio Machado e próxima ao bairro).

Segundo um de seus descendentes, Sr. João Esmeraldo Reis, nascido em 1932, figura de destaque no bairro, quando da construção de Furnas, a expectativa dos moradores é que a energia elétrica chegasse ao bairro. Até então apenas os moradores mais abastados do bairro eram sócios de uma pequena usina elétrica, inaugurada em 12 de abril de 1951.⁶⁶

Em seu depoimento à pesquisadora, em estudo prévio sobre a comunidade atendida pela Fundamar, em 1994, Sr. João Esmeraldo relembrou as várias pontes construídas sobre o rio Machado, interligando o bairro do Chico dos Santos ao bairro do Coroado no município vizinho de Alfenas.

Antes da construção da primeira ponte a travessia era de barco e para o gado era na água. Segundo o depoente, quando a primeira ponte foi construída, em torno de 1920, só aqueles que contribuíram para a obra tinham livre acesso. Os demais tinham que pagar para atravessar ou se valerem dos préstimos do barqueiro, Chiquinho Cordeiro.

Depois que o rio Machado foi represado por Furnas, no bairro Chico dos Santos (1965?) a terceira ponte foi construída pela comunidade com ajuda de ambas prefeituras – Paraguaçu e Alfenas. O Sr. João Esmeraldo

⁶⁶ O jornal "O Paraguaçu", Paraguaçu (MG), n. 496 de 15 abr. 1951 traz a notícia: "Inauguração da Luz Elétrica no Bairro Chicos dos Santos". Segundo Sr. João Esmeraldo, eram vinte e dois sócios envolvidos na construção da usina de energia elétrica, captando as águas do ribeirão que deságua no rio Machado, no bairro Chico dos Santos. O responsável pela usina era Geraldo de Abreu, de Alfenas.

participou da construção da ponte de madeira amarrada com cipó, a base era de pedra e sua extensão era de 22m. Foi construída entre 25 de julho e 25 de agosto de 1967. Edição de "A Voz da Cidade" de 1º de outubro de 1967 confirma a informação de nosso depoente.

Furnas só viria construir a ponte sobre o rio Machado, em substituição à antiga, já interditada, em 1981. O jornal "A Voz da Cidade" de 28 de março de 1981 refere-se a um convênio entre a Prefeitura Municipal de Paraguaçu e Furnas – Centrais Elétricas S/A para construção de obras para evitar o ilhamento de alguns produtores rurais, cujas propriedades localizam-se nas margens do lago de Furnas. Refere-se ainda à construção da nova ponte do rio Machado, de interesse direto dos moradores do Bairro dos Santos (bairro Chico dos Santos, em Paraguaçu) e do Coroadó, no município de Alfenas, a ser executada diretamente por Furnas.

Raro exemplo de publicação de memórias sobre um bairro rural do município de Paraguaçu, o livro "Memórias do Chico dos Santos", de autoria de Edson Viane Alves (1949-2002), sobrinho materno do depoente João Esmeraldo, registra suas lembranças sobre o rio Machado, ao tempo de seu pai, Joaquim Felipe: "No rio Machado, ele [o pai] pescava dourado, curimba, tubarana, piapava, mandi, bagre e lambari." (ALVES, 2000, p. 34)

Sr. José Cavaleiro, mais conhecido por Tonico Cavaleiro (1933), também nascido e ainda morador no bairro Chico dos Santos, lembra-se também das boas pescarias no rio Machado. Mas afirma que o represamento do rio facilitou muito a vida, pela facilidade de captação d'água para a lavoura,

principalmente do alho, principal atividade do bairro na década de 50 a 60.⁶⁷

Sr. Hélio Meirante, nascido em 1935, também nascido e ainda residente nas mesmas terras que foram de seus pais, às margens do rio Machado, lembra-se que seu pai perdeu três alqueires de terra e foi indenizado pelo valor nominal das mesmas. Seu irmão, Ademir de Souza Meirante, nascido em 1953, calcula em dez alqueires as terras perdidas por seu pai para Furnas.

A chegada dos técnicos de Furnas no bairro é rememorada pelos irmãos Meirante:

Foi uma coisa... Da moda que a gente nem esperava. Que antes a gente via passar, fazer a marcação, e ficava abismado de ver aquelas condução no meio do pasto. Que era para fazer a marcação, onde a água ia atingir. [...] Eles não explicava nada. Eles entrava [sic] no meio do pasto, com aqueles jipes, com aqueles aparelhos, marcando tudinho. Eles nunca veio [sic] aqui. (Depoimento do Sr. Hélio Meirante, 2009)

Foi enchendo e foi acabando tudo. Se não vendesse [para Furnas] já perdia tudo. Lá no retiro, pra baixo do Matão, o rapaz não quis vender a casa, o terreno, de jeito nenhum. Não vendeu. Eu vi a casa, o terreno foi subindo, sumiu tudo. Perdeu tudo. [...] Que nem eles falou [sic]: 'aqui tando cheio é nossa, tando seco é seu'. (Depoimento do Sr. Ademir Meirante, 2009)

Sr. Tonico Cavaleiro, quando indagado sobre a reação da população do bairro à chegada de Furnas, disse: "o povo achou bão [sic] e é bão [sic] até hoje".⁶⁸

⁶⁷ O almanaque "O Sul-Mineiro Ilustrado" em reportagem intitulada "O Desenvolvimento de Paraguassú e a Administração Cristiano Otoni do Prado", datado de 1941, informa sobre a cultura de alho no município, cuja produção "figura em primeiro lugar no Brasil".

⁶⁸ Os depoimentos desses moradores ribeirinhos foram filmados por um grupo de educadores da Fazenda-Escola Fundamar, em 2009. Fragmentos de seus depoimentos foram incorporados a uma apresentação em PowerPoint integrante do instrumento de capacitação dos educadores, objeto dessa dissertação.

6.9. CINQUENTENÁRIO DE FURNAS: DUAS VERSÕES DISTINTAS

Em 2000, a denúncia sobre as péssimas condições sanitárias do lago de Furnas era objeto do jornal “A Voz da Cidade”, em 1º de setembro. À época a preocupação era com o baixo nível das águas do lago, que prejudicava o turismo, principal fonte de renda da população lindeira.

O jornal faz um paralelo entre os prejuízos daquele momento e aqueles sofridos à época da constituição do lago. E especula sobre as causas do rebaixamento do nível das águas, entre elas, a rivalidade entre o então presidente Fernando Henrique Cardoso e o governador Itamar Franco⁶⁹, sobre a privatização de Furnas. Segundo essa versão, frente às ameaças do governador contra a privatização, o Presidente teria pedido à direção da empresa para esvaziar o lago.

O jornal ainda noticia uma reunião de representantes da Associação dos Municípios do Lago de Furnas (ALAGO) com a diretoria da empresa em 28.11.2000, para encontrar soluções para as agressões ambientais que a represa vinha sofrendo, bem como recuperar o passivo que a empresa tinha com os municípios lindeiros:

Diariamente são despejados no local, dejetos sanitários, industriais e agrotóxicos. A falta de infra-estrutura e a de uma política de utilização do Lago vem comprometendo o desenvolvimento da região, que aposta no turismo como uma das ferramentas para reverter a estagnação econômica. (A VOZ DA CIDADE, 12 set. 2000, p. 1)

Em 2007, ano do cinquentenário de Furnas, o jornal Estado de Minas, de Belo Horizonte, trouxe dois artigos sobre o evento, que evidenciam opiniões distintas sobre os impactos gerados pelo empreendimento.

⁶⁹ O governador Itamar Franco e o Presidente Fernando Henrique Cardoso assumiram seus respectivos cargos em 1999. O Presidente iniciava então seu segundo mandato.

Luiz Neves de Souza, mestre em turismo e meio ambiente, em artigo intitulado “Os 50 Anos do Lago de Furnas”, denuncia a ausência de políticas públicas que canalizassem esforços voltados à preservação ambiental e também de projetos consistentes e objetivos para o fomento e desenvolvimento do turismo na região. E reclama:

Basta percorrer as 34 cidades do Lago de Furnas e observar, em todas elas, toneladas de rejeitos em esgoto e lixo, além de defensivos agrícolas que são despejados em diversas regiões que se dizem próprias para o turismo e para a prática de esportes náuticos, para não falar da situação caótica da rede viária local. (SOUZA, 2007)

O senador Eliseu Resende, no artigo intitulado “A Epopéia de Furnas” em “homenagem evocativa ao cinquentenário”, imagina que sem a energia elétrica e a Petrobrás, o Brasil estaria hoje nos mesmos níveis de muitos países da África.

Durante esse tempo [desde 1957] construímos nossos portos e modernizamos outros; instalamos a indústria química de base; desenvolvemos a produção de veículos e de navios; e entramos, firmes, na aeronáutica. Para tudo isso contribuiu a energia de Furnas e a que ela transporta e distribui, pelo principal sistema de interligação das grandes geradoras nacionais (RESENDE, 2007, p. 9).

Ambos pontos de vista refletem faces distintas de um mesmo fato histórico. A percepção do ganho pela geração de energia para o desenvolvimento industrial nacional versus os prejuízos irreversíveis pela comunidade local atingida por Furnas.

A prospecção das memórias aqui levantadas nos remete para as grandes mudanças havidas em relação à legislação ambiental brasileira para um empreendimento hidrelétrico dos anos 50 e os dos tempos atuais, quando o enfoque é a sustentabilidade do empreendimento do ponto de vista ambiental e social.

O ambientalista José Silva Quintas, ex-presidente do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), em texto disponibilizado na página eletrônica do Ministério do Meio Ambiente, discorre, entretanto, sobre a subjetividade na análise da sustentabilidade. Segundo o autor, estudos demonstram que a percepção de riscos ambientais e tecnológicos, mesmo entre peritos, é mediada por seus valores e crenças. Acrescida do jogo de pressões e contrapressões é exercida por atores sociais na defesa de seus interesses e valores. (QUINTAS, 2007)

Aqui, mais uma vez, observa-se o papel preponderante da percepção na construção do conhecimento, como apontado em capítulo dessa dissertação.

O que se observa hoje na gestão da bacia do Reservatório de Furnas é a dificuldade de diálogo entre as agências de fomento da região sobre questões fundamentais quanto ao território de abrangência da bacia do reservatório.

Evidenciada também está a preponderância de Furnas sobre a política ambiental da região já que tem assento no CBH como representante do setor dos usuários; financia o Projeto de Saneamento, ora em elaboração (2009/20010). É também expressiva a força da ALAGO que conseguiu derrubar a Resolução CONAMA 302/02 e aprovar a lei estadual n. 18.023/09 que reconhece os usos antrópicos já consolidados na APP dos reservatórios artificiais.

Chama atenção ainda a constatação de que durante os anos dourados de JK e os anos de chumbo da ditadura militar não houve diferenças perceptíveis na relação entre a empresa e a população ribeirinha.

O levantamento aqui feito das memórias sugere que, se na versão da população ribeirinha o impacto da perda das terras ainda é bastante vivo, na versão de Furnas e dos gestores ambientalistas, coordenados pela empresa, a questão é vista como anedótica ou pitoresca.

O tema do impacto da usina hidrelétrica de Furnas será objeto do módulo 4 do instrumento de capacitação dos educadores da Fazenda-Escola Fundamar.

7. O BAIXO VALE DO RIO SAPUCAÍ: O RIO COMO ATOR HISTÓRICO

Este capítulo procura esboçar uma narrativa sobre o rio Sapucaí como ator histórico na região do baixo vale.

O foco de investigação é compreender em que medida o rio principal da bacia teve papel preponderante como elemento de estruturação do espaço; de delimitação de balizas e referências geográficas dos caminhos de penetração e conquista de territórios; como fator de fixação dos primeiros núcleos populacionais; como referência cartográfica para identificação de quilombos, de registros de cobrança de impostos e de projetos de traçados ferroviários associados aos de navegação; como marco estratégico das rebeliões e proposições separatistas de fragmentação regional. Em outras palavras, interessa-nos entender até quando e sob quais circunstâncias o rio – neste caso, o rio Sapucaí, teve presença como “ator histórico” no tempo pretérito.

Neste texto procura-se realizar esse exercício de prospecção da história do rio Sapucaí, notadamente no baixo vale.

Estão-se tomando como fontes de consulta, a produção de alguns pesquisadores “antiquários” dos municípios do baixo vale do Sapucaí; textos de memorialistas do século XVIII e XIX; almanaques do final do século XIX e das primeiras décadas do novecentos; dicionários de toponímia mineira e algumas análises da cartografia que trazem o rio Sapucaí naqueles séculos.

Quanto à produção historiográfica de cunho mais generalista está-se restringindo à produção de Waldemar de Almeida Barbosa sobre a História de Minas. E quanto à produção de cunho acadêmico, adotou-se a

contribuição da historiadora Carla Anastásia, a do economista Cristiano Restituti e da própria pesquisadora sobre alguns dos temas acima enumerados. A referência a estes autores encontra-se devidamente mencionada no texto.

Nos mapas que serão apresentados neste texto, sempre que possível, serão assinalados dois pontos geográficos significativos para a identificação de nosso objeto de estudo: (i) a foz do rio Sapucaí no rio Grande, ponto terminal do território que estamos denominando como baixo vale Sapucaí e (ii) a foz do rio Verde no rio Sapucaí (hoje território de Paraguaçu, submerso pelo reservatório de Furnas).

7.1. O RIO SAPUCAÍ E A HISTORIOGRAFIA

Diferentemente de outros rios que cortam o território mineiro, como o São Francisco e o rio das Velhas, seu tributário, ou o rio Doce, ou o rio Jequitinhonha, o rio Sapucaí não mereceu atenção especial dos historiadores. Mesmo a cartografia histórica parece não conferir destaque ao Sapucaí nos estudos sobre a importância dos rios como caminhos de penetração e conquista do território mineiro.

O geógrafo Antônio Gilberto Costa, no texto, “Os chamados caminhos fluviais para a conquista do território das Minas e do Brasil e suas representações na cartografia da América portuguesa” (2009) não se refere ao rio Sapucaí quando lista os rios que tiveram significação para conquista e ocupação dos *desertões* de Minas. Restringindo-se apenas aqueles que cortam o território mineiro, o autor cita o rio São Francisco, o Doce, o Pardo, o das Velhas, das Mortes e o Grande.

Também os historiadores pouco se atêm ao rio Sapucaí quando descrevem os processos de ocupação do território mineiro.

Na obra recentemente organizada por Maria Efigênia de Resende Lage e Luiz Carlos Villalta, "As Minas Setecentistas", o rio Sapucaí mereceu apenas uma única referência. Ela figura no capítulo "De arraiais, vilas e caminhos: a rede urbana das Minas Coloniais", de autoria de Fernanda Borges de Moraes. A historiadora ao descrever os caminhos de penetração dos paulistas em território mineiro, informa:

Aquele que, possivelmente teria sido utilizado por Fernão Dias Paes, [...] saía de São Paulo, passava por Atibaia, Bragança Paulista, transpondo a serra da Mantiqueira na região de Camanducaia, seguia em sentido nordeste atravessando os rios Sapucaí e Grande, onde se encontrava com o Caminho Velho. (MORAIS, 2007, p. 72) (grifos nossos)

O Almanack Sul Mineiro de 1874, organizado por Bernardo Saturnino da Veiga, em Campanha, já percebia a pouca atenção dispensada ao Sapucaí e reivindicava maior destaque para o rio:

É notável o Sapucahy por ser um dos rios mais caudalosos de Minas e que na nossa geographia merece um lugar mais esclarecido, não só pelas vantagens que póde offerecer, como também por ser o primeiro confluyente do rio Grande, na província de Minas. (VEIGA, 1874, p. 25)

O memorialista José Joaquim da Silva, autor do Tratado de Geografia Descritiva Especial da Província de Minas Gerais, de 1887, descreve como o mais caudaloso dos rios de Minas, o rio Sapucaí Grande, designação para distingui-lo do seu afluente, o rio Sapucaí-Mirim:

O Rio Sapucaí Grande, importante confluyente do Rio Grande, é o mais caudaloso dos rios de Minas; tem sua origem na Pedra do Baú, na Serra da Mantiqueira, ao pé de Campos do Jordão, no município de Itajubá ⁷⁰; e correndo rumo à cidade de Pouso Alegre, aí recebe o rio Mandu e o Sapucaí-Mirim; e

⁷⁰ O Rio Sapucaí nasce na Serra da Mantiqueira, na cidade de Campos do Jordão (SP), e não em Minas Gerais. A referência, entretanto, a sua nascente em Itajubá é recorrente nos textos do século XIX e início do século XX. Provavelmente seja uma decorrência da indefinição de limites entre Minas Gerais e São Paulo, tema abordado mais adiante. Ou do avanço das pesquisas geográficas que só mais tarde descobririam a verdadeira nascente do rio.

seguindo até perto do arraial do Carmo da Escaramuça [hoje, município de Paraguaçu], depois de ter recebido muitos ribeirões, aí recebe também o seu afluente, o Rio Verde, e vai depois fazer barra no Rio Grande, em São Sebastião da Ventania [hoje, Alpinópolis], depois de ter-se engrossado com as águas de muitos rios pequenos e ribeirões. (SILVA, 1887, p. 48) (grifo nosso)

Ao que se supõe, o rio Sapucaí – tributário do rio Grande, quando aparece na historiografia e na cartografia histórica, atuaria mais como pano de fundo do que um objeto central de interesse. Mas, como se pretende aqui demonstrar, o rio Sapucaí exerceu papel significativo como referência topológica para a ocupação e conquista do Sul de Minas, território disputado por paulistas, por fluminenses e pelos próprios mineiros.

O rio Sapucaí nasce na Serra da Mantiqueira, na cidade de Campos do Jordão, no estado de São Paulo, a uma altitude de 1620m. Deságua no Lago de Furnas, em Minas Gerais, a 780m de atitude, percorrendo, aproximadamente, 248km. A parte mineira da bacia do rio Sapucaí abrange um total de 48 municípios, possui uma população estimada de 618.276 pessoas e uma área de drenagem de 8.824km². (CBH-SAPUCAÍ, 2010). Não é, portanto, um rio menor.

Há outro rio Sapucaí em Minas Gerais, também tributário do rio Grande, mais a jusante do rio objeto deste estudo.

7.2. PARAGUAÇU E OS RIOS

A figura 5 traz uma fotografia do rio Sapucaí no município de Paraguaçu em 1958.



Figura 5 - Rio Sapucaí na cidade de Paraguaçu. 1958. Foto de Tibor Jablonsky

O atual município de Paraguaçu, área desse projeto de pesquisa, abriga em sentido amplo cinco rios, sendo que dois deles também aparecem na cartografia ora como rio ora como ribeirões: o rio Machado, o rio Verde, o rio Dourado e o rio Ouvidor, todos tributários do rio Sapucaí, que também passa por este território.

Quando a antiga freguesia do Carmo da Escaramuça⁷¹ tornou-se município em 1911 (COSTA, 1970), emancipando-se do município de Machado, e adotou a toponímia de Paraguaçu, que em tupi significaria “mar grande”, muitos a atribuíram à fartura das águas fluviais no município.⁷²

O município de Paraguaçu insere-se no baixo vale do Rio Sapucaí.

Acredita-se que o nome de Sapucaí dado ao rio seja uma referência à árvore sapucaia, abundante em seu vale, e hoje em risco de extinção⁷³.

O rio Sapucaí recebeu este nome pela abundância de sapucaias existentes em suas margens. Sapucaias são

⁷¹ Washington Peluso Albino de Souza no texto “A Lição das Vilas Mineiras e Cidades de Minas Gerais”, de 1977, informa que a origem do povoado do Carmo da Escaramuça se deve à luta entre os ciganos e a população local, hipótese que não se confirma uma vez que o povoado já possuía denominações anteriores como Arraial do Carmo do Douradinho (Mapa da População de 1839); Carmo dos Tocos; e só veio a ser designada oficialmente como Carmo da Escaramuça quando de elevação à freguesia em 1840. O Mapa de População de 1839 é do fundo do Arquivo Público Mineiro e as demais informações são de Waldemar Barbosa (1971).

⁷² Com a instituição do Estado laico após a Proclamação da República (1889), houve uma tendência de substituição da toponímia de conotação religiosa pela de referência às línguas indígenas. Este movimento é chamado por muitos de descristianização da toponímia mineira. (MATA, 2002)

⁷³ O Dicionário Histórico Brasil Colônia e Império (2002) traz a expressão sapucaia como “denominação dada a uma pequena cadeia, que não possuía janelas.” (BOTELHO; REIS, 2002, p. 169)

árvores da família das lectidáceas⁷⁴. Produzem frutos oleosos e comestíveis, semelhantes à castanha do Pará. Sua madeira é dura, pesada e resistente, usada para dormentes, na construção civil e naval. Em tupi *iasapukaí* significa “fruto que faz saltar o olho”, que “grita”, que “canta”. (BERALDO et al, 1996, p. 22)

No poema de Joaquim José Lisboa, de 1806, intitulado “Descrição curiosa das principais produções, rios e animaes do Brazil, principalmente da Capitania de Minas Geraes”, e reeditado pela Fundação João Pinheiro, em 2002, há a seguinte nota sobre a fruta:

A sapucaia é um pouco menor do que um coco, mas muito rija; tem dentro amêndoas de tão excelente gosto, que se assemelham muito às amêndoas de Portugal. (LISBOA, 2002, p. 59)

A figura 6 traz ilustrações sobre a árvore e seu fruto.



Figura 6 - Árvore Sapucaia. Fonte: Lorenzi. 2001

Eurico Teixeira, autor de “Frutas do Brasil”, de 1954, traz o seguinte elogio à sapucaia:

Não vou cantar em hinos o valor da sapucaia, mas ... seu fruto é todo aproveitado: a caçamba é marmitta, pote, vasilha, enfim: a polpa é comível, medicinal, altamente alimentícia; as sementes ou castanhas-de-sapucaia têm bom paladar, dão magnífico óleo, são alimento substancial; a

⁷⁴ Segundo Lorenzi, “a sapucaia (*lecycthis pisonis* Camb.) tem ainda outros nomes populares como castanha-sapucaia, sapucaia-vermelha (ES), cumbuca-de-macaco, marmitta de macaco, caçamba-do-mato. (LORENZI, 2000, p. 141)

folha em cinzas emprega-se como bom adubo; as raízes têm aplicação terapêutica. (TEIXEIRA apud SILVA, 1996, p. 224)

Além do rio Sapucaí, há, como já dito, mais quatro rios que cortam o município de Paraguaçu.

O rio Machado, por percorrer território da comunidade diretamente atendida pela Fazenda-Escola Fundamar, tem um capítulo exclusivo já apresentado nesta dissertação. Neste território ele foi represado pelo lago de Furnas (1957), já em meados da década de 60.

O rio Dourado nasce no município de Espírito Santo do Dourado (MG) e encontra-se com o rio Sapucaí, em sua margem esquerda, no limite entre o distrito de Guaipava, em Paraguaçu, e o atual município de Machado.

Segundo o pesquisador machadense, Ricardo Rebello, a Câmara da Vila da Campanha da Princesa, respondendo em 1825 a quesitos do Conselho do Governo, informou haver na Freguesia do Douradinho [hoje distrito de Douradinho, em Machado], os rios Dourado e Machado, que “entram” no Sapucaí. E acrescentou: “os quais são todos pequenos, e só navegáveis p.r pequenas canoas, e na maior parte bordados de matos”. (REBELLO, 2006, p. 877)

O “Album Chorographico Municipal do Estado de Minas Geraes”, de 1927, no mapa do município de Paraguaçu, indica a confluência do rio Dourado com o rio Sapucaí no limite entre Pouca-Massa, antiga denominação de Guaipava, e o distrito de Douradinho, já então pertencente ao município de Machado.

Neste mesmo mapa, o rio Ouvidor encontra-se com o rio Sapucaí, na margem esquerda deste, na divisa entre o distrito da cidade de Paraguaçu e o distrito de Pouca-Massa, hoje, Guaipava.

É possível também observar o trecho navegável do rio Sapucaí, a montante da sede do município, até a cachoeira de Cubatão. O rio Sapucaí era o marco de divisão administrativa entre Paraguaçu e os municípios vizinhos de Elói Mendes a leste, e de Três Pontas e de Campos Gerais, a norte. Identifica-se também o traçado da Estrada de Ferro Sul-Mineira, que já havia incorporado à época, à Estrada de Ferro Muzambinho, contígua ao leito do rio Verde e ao do rio Sapucaí. Os temas das estradas de ferro e da navegação serão abordados em outros momentos deste mesmo capítulo.

No mapa de 1927 foi assinalada a posteriori pela pesquisadora a foz do rio Verde no rio Sapucaí, na divisa entre o município de Paraguaçu e de Três Pontas. E ainda o Porto de Cubatão⁷⁵, ponto final da navegação do rio Sapucaí, em função da cachoeira homônima, e ainda a ponte sobre o rio em Pouca Massa (hoje Guaipava), temas ainda a serem desenvolvidos nesta dissertação.

A Figura 7 traz o mapa referido.

⁷⁵ O Dicionário Toponímico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 1945 traz, à página 48, Cubatão como localidade de Elói Mendes, e não de Paraguaçu.

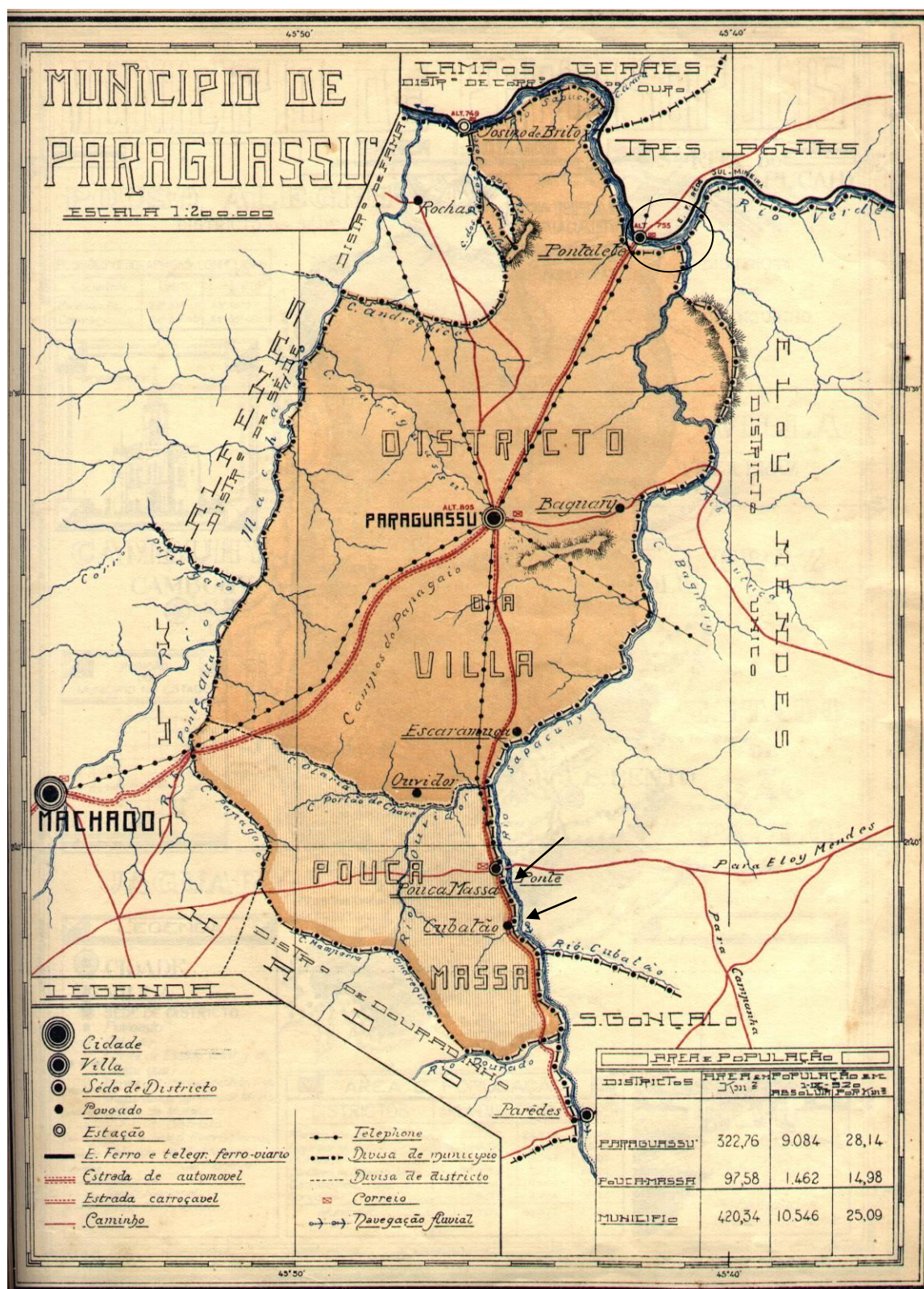


Figura 7 - Mapa do Município de Paraguassu. Album Chorographico Municipal. Secretaria de Estado da Agricultura de Minas Gerais. 1927

O rio Verde encontrava-se com rio Sapucaí, na margem direita deste, no distrito de Pontalete, pertencente a Três Pontas, município vizinho a Paraguaçu. O rio Sapucaí seguia até o rio Grande, no então distrito de São José da Barra do município de Alpinópolis. Com o represamento do rio Grande pela Usina Hidrelétrica de Furnas em 1957, o lago também atingiu a foz do rio Verde no Sapucaí em Pontalete.⁷⁶

A figura 8 traz o Mapa de Viação de Minas Gerais de 1928, onde foram assinaladas a posteriori pela pesquisadora a foz do rio Verde no Sapucaí e a foz do Sapucaí no rio Grande.

⁷⁶ A prospecção do desenho desse território conta com uma fonte preciosa, que é o "Album Chorographico Municipal do Estado de Minas Geraes" de 1927, primeira representação cartográfica da República, editada pelo Serviço de Estatística, sob a coordenação de Teixeira de Freitas (1890-1955), responsável pela criação do Instituto Nacional de Estatística, atual IBGE, em 1934. Este Album traz a divisão administrativa do estado anterior a 1923.



Figura 8 - Mappa da Viação do Estado de Minas Geraes. 1928.

A figura 9 traz fragmento do mapa do Estado de Minas Gerais, de 1953, antes do barramento de Furnas. Nele se vê a foz do rio Sapucaí no rio Grande, na divisa entre os municípios de Passos e de Guapé. O distrito de São José da Barra, então pertencente a Passos, foi incorporado em 1938 ao município de Alpinópolis, quando de sua criação, mas, curiosamente, não figura no mapa de 1953⁷⁷. Nele foi assinalada a posteriori pela pesquisadora, a foz do rio Verde no município de Paraguaçu, e ainda a foz do rio Sapucaí no rio Grande, que viria a ser submersa por Furnas naquela mesma década.

⁷⁷ São José da Barra era distrito do município de Passos por lei estadual n. 2.260 de 30 de junho 1876. Foi incorporado ao município de Alpinópolis por decreto-lei n. 148 de 17 de dezembro de 1938. Tornou-se município pela lei n. 12.030 de 21 de dezembro de 1995. (COSTA, 1997). Alpinópolis, por sua vez, foi distrito criado com a denominação de São Sebastião da Ventania, pela lei estadual nº 2, de 14 de setembro de 1891. Pertenceu ao município de Carmo do Rio Claro, voltando novamente a Passos, até que em 1901, criando-se o município de Vila Nova de Resende, foi integrado nele. Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o distrito de São Sebastião da Ventania figura no município de Vila Nova de Resende. Pela lei estadual nº 622, de 18 de outubro de 1914, o distrito de São Sebastião da Ventania passou a denominar-se Alpinópolis. Nos quadros de apuração do Recenseamento Geral de 1º de setembro de 1920, o distrito de Alpinópolis (ex-São Sebastião da Ventania) figura no município de Vila Nova de Resende. (FERREIRA, 2010)

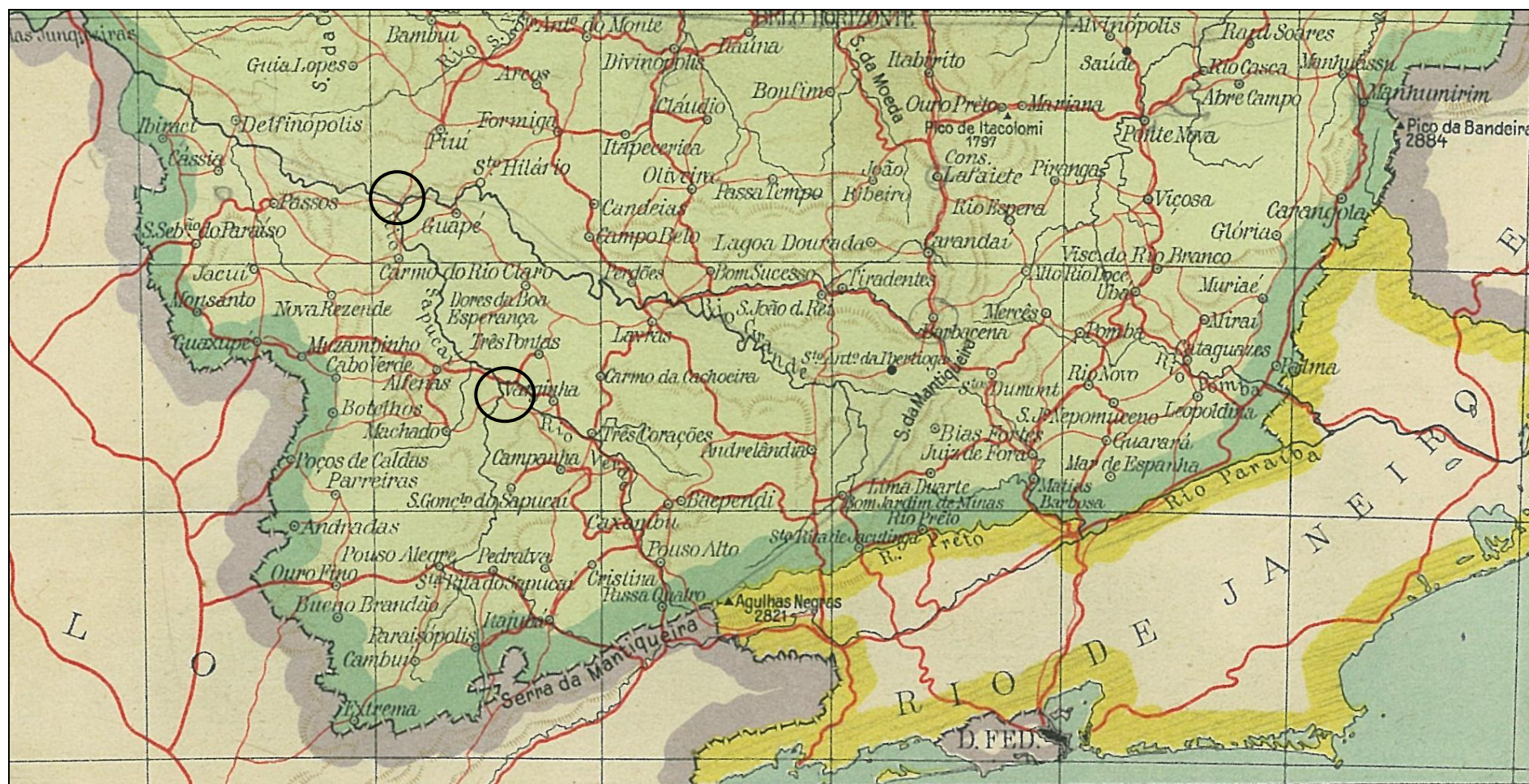


Figura 9 - Fragmento do Mapa de Minas Gerais, de 1953.

As fontes apresentam várias interpretações sobre o número de rios que cortam o município de Paraguaçu.

O “Anuario Histórico Chorographico de Minas Gerais”, datado de 1918, e organizado por Nelson de Senna, traz na descrição física do município, quatro rios e vários ribeirões:

O território é em geral plano, se bem que apresente serras elevadas, até 1.200 metros de altitude, como as da Matinada e do Chapeo de Sol, cortando o município vários rios, quaes o Sapucahy, Verde, Machado e Dourado, e alguns ribeirões (dos Porcos, Carmo, Macaco, Açude, Chico Calado, Ouvidor, da Matta, Córrego Fundo, Macuco, etc.) (SENNA, 1918, p. 1048)

Almanaque intitulado “Paraguassu”, presumivelmente datado de 1923, informa:

Os principaes cursos de água que deslisam no município são: o Rio Sapucahy, que recebe, em território do município, o Dourado e o Ouvidor, e o Rio Machado. A uma légua da cidade o Sapucahy forma uma bella cachoeira denominada Itaipava⁷⁸. (PARAGUASSU, [1923 ?], s/p)

O Dourado e o Ouvidor aparecem como rios no “Album Chorographico Municipal do Estado de Minas Geraes”, de 1927. Mas em textos mais recentes, ambos figuram como ribeirão. No Almanack Sul Mineiro, para 1874, de Bernardo Saturnino da Veiga, o Dourado aparece com a denominação de Douradinho.

Victor da Silveira, no Almanaque “Minas Geraes em 1925” traz a seguinte descrição sobre os rios do município de Paraguassu:

RIOS – Os principais são: o Sapucahy, que recebe o Dourado, Ouvidor e Machado, formando, a uma légua da cidade, uma bella cachoeira denominada Itaiapava [sic]. (SILVEIRA, 1926, p. 1000)

⁷⁸ Não identificamos a denominação Itaipava em nenhuma das cachoeiras do rio Sapucaí em Paraguaçu. No “Anuario Estatístico de Minas Geraes” de 1924, editado pela Secretaria de Agricultura do Estado é apenas mencionada a Cachoeira da Escaramuça. Os pesquisadores de Paraguaçu referem-se, entretanto, à Cachoeira do Cubatão. A proximidade de Cubatão a Escaramuça sugere tratar-se da mesma cachoeira.

O Almanaque “Brasil – Município e Comarca de Paraguassu [...]” de 1939 refere-se apenas a dois rios no território:

O município é banhado pelos rios Sapucaí e Machado, ambos navegáveis para embarcações de pequeno calado e bastante piscosos, neles se encontrando [...] variedades de peixes como dourados, jaús, piracanjubas, mandis, traíras, bagres, surubis, cascudos e piabas. (BRASIL [...], 1939, s/p)

O Catálogo Telefônico de 1950 traz a seguinte imagem sobre o território do município de Paraguaçu:

O Município tem a forma de uma península, cercado de rios, exceto um trecho de 2km, e que são: Sapucaí, Dourado e Machado, que nos separam dos municípios de Campos Gerais, Três Pontas, Elói Mendes, Machado e Alfenas. Existe um riacho – Ouvidor.⁷⁹

7.3. MARCO ESPACIAL

A delimitação do território do baixo Sapucaí anteriormente a Furnas requer algumas explicações.

O baixo Sapucaí compreenderia a jusante de Paraguaçu, e nas décadas de 1940 e 1950, os atuais municípios de Fama, Elói Mendes, Três Pontas, Campos Gerais, Alfenas, Boa Esperança, Carmo do Rio Claro e Alpinópolis. Trata-se, portanto, de um território hoje com nova configuração em relação aquela de meados do século XX, uma vez que a partir de 1957 grandes extensões foram submersas pelas águas de Furnas.

E a montante de Paraguaçu, Monsenhor Paulo, Machado, Poço Fundo, Carvalhópolis, Cordislândia, Turvolândia e São Gonçalo do Sapucaí.

⁷⁹ CATÁLOGO TELEFÔNICO, 1950, s/p. Edição fac-similar. Disponível na Biblioteca da Fazenda-Escola Fundamar.

O estudo sobre a história do Sapucaí desdobra-se em duas partes. A primeira abrange desde as primeiras notícias sobre a descoberta do rio Sapucahy⁸⁰ no final do século XVI e segue até o final do século XVIII, quando é criada a Vila de Campanha da Princeza da Beira, em 1798, território do qual desmembrariam-se, mais tarde, muitos dos municípios sul-mineiros. A segunda parte segue deste fato até a extinção da navegação no rio Sapucaí na década de 40 do século XX.

7.4. O BAIXO VALE SAPUCAÍ NOS SÉCULOS XVI, XVII E XVIII

7.4.1. Os Índios

O Museu do Índio, na fazenda Panorama, no município do Carmo do Rio Claro – incluído no que está-se denominando de baixo Sapucaí – guarda peças remanescentes dos índios Cataguases e dos Tupi-Guaranis. Desde 1937, a família de seu atual proprietário, Sr. Antonio Aauto Leite⁸¹, vem colecionando este acervo mais tarde analisado pelo Instituto Brasileiro de Arqueologia.

Segundo Diego de Vasconcellos, na “História Antiga das Minas Geraes”, o Sul de Minas em seus primórdios era habitado pela nação dos Cataguá. Era também conhecida por Catauá, Katauá ou Catu-auá – “gente boa”. Duas de suas hordas teriam entrado em choque junto ao rio Grande, na barra do Sapucaí. A vencida teria se retirado para a zona de Taubaté, e a vencedora teria se assenhorado da região até que batida por Félix Jacques [1611?] e Lourenço Castanho. (REBELLO, 2006)

⁸⁰ Como já dito na Introdução, está-se respeitando a ortografia da época das fontes consultadas.

⁸¹ BERALDO, Carla. *Historiador pesquisa índios e sonha criar um museu*. Estado de Minas. Belo Horizonte. 24 jun.1997.

Oscar Prado, pesquisador já citado, da história de Paraguaçu, em artigo publicado em 1949, no jornal local, lamenta a escassez e imprecisão das fontes, mas traz os seguintes dados sobre a presença indígena nas bacias do rio Verde e Sapucaí, no artigo intitulado “Os Mandibóias”:

Tínhamos por aqui muitas tribos de índios, vivendo de caça, de frutas e pescas nos rios Verde e Sapucaí. O explorador inglês A. Knivet registrou a presença nesta região dos Morupaks (gente atilada), tribos escassas e decadentes. Havia também os Abatinguaras (comedores de gente branca), aborígenes de pequena estatura e antropófagos, que moravam em cavernas, nas margens do Sapucaí. Os mais numerosos e mais ferozes, porém, eram os Mandibóias, cujo nome significa “cobra enroscada”, que seriam, tudo faz crer, os moradores dos rios Sapucaí e Verde, nas proximidades de sua confluência. Nas matas da Cava [bairro rural de Paraguaçu] foram encontradas igaçabas e panelas de barro assinalando a presença de selvagens naquela região. (PRADO. O PARAGUASSU. Paraguaçu. 18 set. 1949) (grifos nossos)

Nelson de Senna confirma a presença dos Abatinguaras, nas margens do rio Sapucaí e Grande, Morupaks, entre o rio Sapucaí e Jaguari e Mandibóias, nas margens do rio Sapucaí e Verde. (SENNA apud REBELLO, 2006.)

Oilliam José também identifica os índios Cataguases no Sul de Minas e destaca a crueldade com foram tratados:

Da região do rio Sapucaí, foram, antes, expulsos ou trazidos pelos bandeirantes para o Oeste, e junto ao Rio Grande, sofreram terrível ataque desfechado em 1657 por Lourenço Castanho Taques (JOSÉ, 1961, p. 19)

A captura de índios dos sertões de Cataguases será um dos objetivos das bandeiras organizadas pelos exploradores, ainda no final do século XVI.

Segundo Renato Pinto Venâncio, no texto “Antes de Minas: fronteiras colônias e populações indígenas”, as bandeiras rumo ao sertão, entre 1640-1650, levaram à fundação de diversas vilas, como “Taubaté, Guaratinguetá, e Jacareí [...] de onde irradiavam novas investidas no assalto às tribos mineiras.

[...] nessas áreas predominavam populações tupis, ou seja, futuros escravos, cujo contato, via língua geral, era mais fácil de ser realizado [...]. Cabe lembrar, porém, que tais atividades de apresamento não eram colonizadoras: as expedições que saíam do território paulista para lá retornavam. (VENÂNCIO, 2008, p. 98)

A designação “Sapucaí” é dada pelos arqueólogos a um tipo de cerâmica identificada nos vales do rio Verde e Sapucaí – sem que se defina em qual porção de seu curso⁸². A tradição Sapucaí foi inicialmente classificada na década de 60 por Ondemar Dias Junior, nos vales desses rios. A similitude desta arqueologia com a tradição Aratu agrupou ambas na classe “Aratu-Sapucaí”. Os estudiosos supõem que nas tribos de tradição Sapucaí se cultivava o milho, o tabaco e o algodão, mas inexistia a mandioca. Seriam evidências dessas práticas as mãos de pilão para triturar o milho; rodela de fuso para fiação do algodão; cachimbos tubulares para uso do tabaco. A inexistência de vestígios de pratos rasos sugere o não uso da mandioca.

Segundo Dias Jr. (1980) as aldeias Sapucaí eram em geral grandes, ocupando áreas de até 500m² de extensão e situavam-se a meia encosta das colinas suaves e nas proximidades dos rios. As aldeias tinham formato circular com grandes casas ovaladas. Eram aldeias estáveis que permaneciam durante longos períodos num mesmo local. (UHE-FUNIL, 2007)

Consulta ao Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos do IPHAN apresentou a relação dos nove bens pré-coloniais registrados por Ondemar Dias Júnior do município de Paraguaçu, expostos na Tabela 2:

⁸² As informações sobre a cerâmica Sapucaí foram colhidas do Relatório do Projeto de Salvamento do Patrimônio Natural, Arqueológico e Cultural, do Plano Ambiental da UHE Funil, realizado pela empresa SETE – Soluções e Tecnologia Ambiental, em junho de 2010, trabalho não publicado.

Tabela 2 - Sítios Arqueológicos do Município de Paraguaçu

Nome	Localização	Tipo de Sítio	Categoria	Estrutura	Filiação
Sítio da Paz I	ND	Acampamento	Pré-colonial	Cerâmico	Tradição Sapucaí
Sítio da Paz II	ND	Acampamento	Pré-colonial	Cerâmico	Tradição Sapucaí
Paredão	ND	Acampamento	Pré-colonial	Cerâmico	Tradição Sapucaí
Baguari	ND	Acampamento	Pré-colonial	Cerâmico	Tradição Sapucaí
Cava de Baixo	ND	Acampamento	Pré-colonial	Cerâmico	Tradição Tupiguarani
Cava de Cima	ND	Acampamento	Pré-colonial	Cerâmico	Tradição Tupiguarani
Guaripava *	Margem esquerda do rio Sapucaí	Acampamento	Pré-colonial	Cerâmico	Tradição Tupiguarani
Sítio do Neneca	Sítio a beira d'água quase submerso pela represa	Acampamento	Pré-colonial	Cerâmico	Tradição Tupiguarani
Pinhalzinho		Acampamento	Pré-colonial	Cerâmico	Tradição Tupiguarani

Nota: * provavelmente trata-se de Guaipava e não como grafado no CNSA.

ND: dado não disponível na página eletrônica do CNSA/IPHAN.

Fonte: INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA), 2010.

As datas dos registros arqueológicos são de 1977, portanto, posteriores à inundação do lago de Furnas. Os registros foram realizados por Ondemar Dias Jr.⁸³

A pesquisa sobre os sítios arqueológicos dos municípios do que está-se denominando baixo Sapucaí está na tabela 3.

⁸³ As fichas cadastrais do IPHAN atualizadas em 1998 citam como fontes os textos de Ondemar Ferreira Dias Júnior: "A pesquisa arqueológica no Sudeste do Brasil". Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Rio de Janeiro, v. 1, n.1. p. 61-2, 1981. E ainda: "Evolução da Cultura em Minas Gerais e no Rio de Janeiro. Anuário de Divulgação Científica. Goiânia, Universidade Federal de Goiás. v. 3 / 4. PP 110-130, 1976. Infelizmente, a pesquisadora não encontrou nenhuma dessas publicações nas bibliotecas consultadas.

Tabela 3- Sítios Arqueológicos do Baixo Sapucaí

Município	Número de Sítios Arqueológicos
Alfenas	15
Alpinópolis	0
Boa Esperança	0
Campos Gerais	0
Carmo do Rio Claro	17
Carvalhópolis	0
Cordislândia	0
Elói Mendes	1
Fama	3
Machado	0
Monsenhor Paulo	0
Paraguaçu	9
Poço Fundo	0
São Gonçalo do Sapucaí	0
Três Pontas	0
Turvolândia	0
TOTAL	45

Fonte: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Cadastro Nacional dos Sítios Arqueológicos. 2010.

Pelos dados de ambas tabelas, evidencia-se a relevância do patrimônio arqueológico do município de Paraguaçu no contexto do baixo Sapucaí, onde é superado apenas por Carmo do Rio Claro e Alfenas. O Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Paraguaçu desconhece, entretanto, tais sítios, segundo consulta feita pela pesquisadora.

A ausência de dados sobre as coordenadas geográficas desses sítios no Cadastro Nacional impede ainda a localização desses sítios in loco⁸⁴.

7.4.2. As Bandeiras

O leito dos rios foi a trilha preferida pelos exploradores. Estes, organizados em expedições particulares, avançaram sobre os sertões, a partir do século XVI. O que motivava os bandeirantes além do aprisionamento dos índios era a descoberta de ouro e pedras preciosas.

⁸⁴ O Museu Histórico e Arqueológico de Conceição dos Ouros, no médio Sapucaí, dispõe de acervo de peças indígenas. Consulta telefônica da pesquisadora ao museu informou que as peças não são de cerâmica Sapucaí.

Monsenhor José do Patrocínio Lefort, emérito estudioso de Campanha, realizou alguns trabalhos de minuciosa pesquisa sobre os primórdios do povoamento da região mais tarde conhecida como Sul de Minas. No seu texto, “O Sul de Minas e as Bandeiras” o pesquisador indica as fontes de consulta – cuidado nem sempre seguido por outros pesquisadores do tema.

Segundo Lefort (1994), o rio Verde e o rio Sapucaí, pela proximidade geográfica, foram descobertos à mesma época pelas bandeiras organizadas no século XVI. Atribui-se à bandeira do Capitão português João Pereira de Sousa Botafogo ([1540?]-1605)⁸⁵, já em 1596, a chegada nas “terras do rio Sapucaí e Verde”. Lefort questionava-se sobre o local em que esta bandeira teria “apanhado as cabeceiras do Sapucaí e os tijucais do rio Verde”.⁸⁶

Ricardo Rebello, pesquisador da história de Machado, quando se reporta aos primeiros exploradores da região, não menciona João Botafogo. Diz o autor:

Já em 1.597, Affonso Sardinha, acompanhado do naturalista alemão [Wilhelm] Glimmer, descobriu as minas de Jaguamimbaba e chegou à região do Sapucaí. Nesse mesmo ano, a bandeira organizada por Martim Correia de Sá, saindo do Rio de Janeiro, alcançou as cabeceiras dos rios Verde e as do Sapucaí. (REBELLO, 2006, p. 22) (grifos nossos)

Lefort cita ainda os marujos ingleses, Anthony Knivet e Henry Barroway, participantes da bandeira de Martim Corrêa de Sá, que partindo do Rio de Janeiro em 1597,

alcançou Parati, galgou a serra do Mar, atravessou os campos de Cunha, transpôs o Paraibuna, alcançando as margens do rio Paraíba, entre São José dos Campos e Pindamonhangaba. Daí dobrando a Mantiqueira chegou ao

⁸⁵ Mais tarde o explorador teria ganhado uma sesmaria em terras que hoje equivalem ao bairro homônimo na cidade do Rio de Janeiro.

⁸⁶ A fonte referida por Lefort é: FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. *Dicionário de Bandeirantes e Sertanistas do Brasil*, 1954.

rio Sapucaí ou ao rio Verde [...] (LEFORT, 1996, p. 5) (grifo nosso)

O pesquisador sugere a possibilidade de essa bandeira ter se encontrado com a de João Botafogo.

Ricardo Rebello confirma que Martim Correia de Sá esteve nas terras hoje pertencentes a Paraguaçu, em companhia dos ingleses Barraway e Knivet, citando como fonte o “Guia do Sul de Minas, de José Matzner”. (REBELLO, 2006)

Monsenhor Lefort informa sobre outras bandeiras, além daquela de João Botafogo. Segundo o pesquisador, a bandeira do Padre João de Faria Fialho, vigário de Taubaté, “foi uma das mais importantes para o Sul de Minas”. Desta bandeira teria participado inclusive Borba Gato:

Empreenderam a viagem, atravessam a Mantiqueira e chegam, após quatro ou cinco dias, aos tabuleiros dos rios Sapucaí e [do rio] Grande e vão ter ao rio das Mortes⁸⁷. Quando no Sapucaí, a bandeira encontra ouro. Achamos muito provável que o tenha sido na altura de hoje São Gonçalo do Sapucaí, onde existem até hoje [1974] extrações desse precioso minério. (LEFORT, 1996, p. 16)⁸⁸

Outra bandeira estudada por Lefort foi a de Matias Cardoso de Almeida. Diz o pesquisador:

Já no ano de 1664, estando em São Paulo, [o bandeirante] resolveu abrir uma picada diferente, mais reta e sem as dificuldades daquela oficial pela Mantiqueira. E o fez passando por Atibaia e vindo até o [rio] Sapucaí, depois de ter afugentado um bando de terríveis índios lopos, que infestavam [sic] a região. Este caminho passou a ser conhecido pelo seu nome e levava maiores vantagens. [...] Este caminho vai ser, três séculos depois, a rodovia Fernão Dias, traço de união entre Minas e São Paulo. (LEFORT, 1996, p. 9)⁸⁹(grifos nossos)

⁸⁷ Lefort cita como referência: Documentos Interessantes XI, 204; Basílio Magalhães, op. cit. 209; Taunay, op. cit. 85, p. 96: Revista do Instituto Histórico Geográfico de S. Paulo, V, 268 e 269.

⁸⁸ A fonte citada é Revista do Arquivo Público Mineiro. VIII, p. 924.

⁸⁹ A historiadora Carla Anastasia, em publicação citada mais à frente neste texto, quando se reporta aos primórdios do Sul de Minas refere-se, contudo, apenas à bandeira

A referência aos índios lopos será evidenciada na cartografia onde figura a Serra dos Lopus. Também a menção ao traçado desta bandeira como o mais tarde feito pela rodovia Fernão Dias será retomada ao final deste capítulo.

Ricardo Rebello informa ainda, contudo sem citar a data, sobre a bandeira de Diogo Gonçalves Laço e Francisco Proença, que, seguindo os rios Araraquara e Moji, atingiu o rio Sapucaí, de onde passou ao rio Grande.

Mas a descoberta oficial do rio Sapucaí pelas autoridades da capitania de Minas, em 1737, é atribuída pela historiografia ao ouvidor⁹⁰ Cypriano José da Rocha, designado para fiscalizar denúncias de exploração clandestina de ouro na região. As fontes de consulta sobre a viagem do ouvidor às “minas do rio Verde” são quatro cartas por ele escritas ao Governador interino, Martino de Mendonça Pino e Proença (1736-1737).

A carta datada de 9 de dezembro de 1737 é parcialmente transcrita no “Almanaque de Campanha” de Júlio Bueno, datado de 1900. No fragmento abaixo é relatada a fundação oficial do povoado de Campanha, já estruturado “com praças e ruas de boa ordem”, assim como a descoberta também oficial do rio Sapucaí. Observe-se no relato do ouvidor a referência ao pioneirismo dos bandeirantes paulistas à descoberta do rio Sapucaí, evidência de conflitos que serão tratados oportunamente. Há de

apresadora de índios de 1692, liderada por três sertanistas de Taubaté: Antonio Delgado da Veiga, João da Veiga e Miguel Garcia, o Velho. (ANASTASIA, 2005)

⁹⁰ Segundo Waldemar de Almeida Barbosa, ouvidor “era a mais alta autoridade judiciária, em Minas; cada comarca tinha seu ouvidor que, além da função judiciária, exercia também a de corregedor e, como tal, dirigia o policiamento.” (BARBOSA, 1985. p. 139). O memorialista José João Teixeira Coelho, Intendente de Ouro da Casa de Fundição de Vila Rica, em “Instruções para o Governo de Minas Gerais”, de 1780, traz a seguinte crítica à administração colonial: “Os ouvidores, [...] arrogam a jurisdição do conhecimento das sobreditas causas na primeira instância, com grave prejuízo dos litigantes que, deste modo, são obrigados a tratar perante os mesmos ouvidores das suas demandas, às vezes na distância de quarenta, cinquenta e mais léguas, onde lhes é preciso levar as testemunhas e donde é necessário que vão os ouvidores e seus oficiais fazer as vistorias no lugar da contenda, vencendo custas excessivas; o que arruína os mineiros [...]” (COELHO, 1994, p. 182)

registrar que, naquela data, o arraial da futura cidade de Campanha já existia. E que o ouvidor oficializa tanto a fundação do arraial quanto a posse do rio para a capitania de Minas:

Fundei um Arraial em forma de Villa, a que se deu o nome de São Cypriano, que está povoado com praças e ruas em boa ordem e muito boas casas; e ficava-se entendendo em fazer Igreja. [...] Tem o dito Arraial a comodidade de quatro rios abundantíssimos de peixe grosso e miúdo, que são Palmella, Lambary, Sapucahy (que eu descobri) e o Rio Verde que leva ouro em conta pela experiência que se tem feito. [...] O Rio Sapucahy só conhecido pela tradição dos antigos Paulistas, fiz descobrir pelo sertão destas Minas por diligências e despesas minhas até que pessoalmente fui às suas margens, e o passei em canoa que mandei fazer. É o rio abundante de águas, maior em muitas partes que o Rio Grande, porém de vagarosa corrente. Mandei explorá-lo para as suas cabeceiras; acharam-se disposições de ouro e também me informaram que navegando 3 dias rio acima, se comunicarão às Minas do Itajubá.⁹¹ [...] S. João del-Rei, 9 de dezembro de 1737. O ouvidor de S. João del-Rei - Cypriano José da Rocha". (BUENO, 1900, p. 3) (grifos nossos)⁹²

Ao que sugere a carta do ouvidor Cypriano, o rio Sapucaí teria sido explorado de jusante a montante, nesta expedição, haja vista a comparação com o Rio Grande, caudatário do primeiro.⁹³

Nas demais cartas do ouvidor Cypriano, parcialmente transcritas no livro de Antonio Casadei, são feitas constantes referências à perseguição comandada pela administração colonial contra banditos e mineradores clandestinos:

⁹¹ Minas de Itajubá (ou Itajiba) era a primeira denominação do atual município de Delfim Moreira.

⁹² O pesquisador campanhense Antonio Casadei faz a transcrição integral desta que seria uma das quatro cartas escritas pelo ouvidor Cypriano José da Rocha ao Governador Martinho de Mendonça de Pina e Proença. Antonio Casadei informa que tal documentação teria sido transcrita de uma Coleção de Cartas, Ofícios e Memórias do Real Arquivo da Torre do Tombo, em 14 volumes, sobre a Capitania de Minas Gerais e Colônia do Sacramento, nos anos de 1730 e 1738 do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Coleção do Conselho Ultramarino. (CASADEI, 1987)

⁹³ Esta hipótese é mais bem desenvolvida em PINHEIRO, Mario Vitor. *Avaliação Técnica e História das Enchentes em Itajubá*. Dissertação apresentada à Universidade Federal de Itajubá, como parte dos requisitos para obtenção do Título de Mestre em Engenharia da Energia. Itajubá, 2005.

'no Sapucaí não achei gente, mas sinais que desertaram havia pouco tempo alguns poucos' (Carta data de Encruzilhada, 27 de novembro de 1737). (CASADEI, 1987, p. 32);

'[os soldados] foram comigo ao Sapucaí porque levava pensamentos de prender o Tanguá, Bravo e Miguel da Costa que tive alguma notícia que moravam nas margens daquele Rio, [...] mas sempre deixei espia com boa promessa para averiguar a estância deles.' (Carta de São João Del Rei, 9 de dezembro de 1737). (CASADEI, 1987, p. 35)

Como se verá mais adiante, a violência nas áreas de fronteiras da Capitania era tema de grande preocupação na Capitania de Minas Gerais e mesmo na Metrópole, à época da descoberta oficial do rio Sapucahy, ainda na primeira metade do século XVIII.

7.4.3. Descobertos de ouro e o povoamento do baixo vale do Sapucaí

A partir da oficialização do domínio da administração colonial sobre a região aqui denominada de baixo Sapucaí, inicia-se o processo de formalização da exploração de ouro.

O termo "descoberto" era empregado para qualquer nova mina de ouro. (BARBOSA, 1985). A partir da oficialização do "descoberto" eram designadas as "datas", propriedades concedidas a indivíduos pela Coroa Portuguesa. A primeira "data" era concedida ao descobridor, a segunda era destinada a Real Fazenda, que a vendia em leilão, e a terceira era também do descobridor, como mineiro. O descobridor de terras minerais necessitava de autorização especial do provedor, para a exploração, mas o guarda-mor é que deveria fiscalizar e determinar as repartições das datas a serem mineradas. (BOTELHO; REIS, 2002)

Sérgio da Mata, no livro “Chão de Deus” (2002) sobre a importância do catolicismo popular na urbanização de Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX, destaca:

Não há povoação possível sem acesso farto a um manancial de água. Esta dependência se colocava de forma tão evidente que os nomes de boa parte dos arraiais mineiros advieram dos cursos d’água nas proximidades dos quais se localizavam. (MATA, 2002, p. 108)

Mas destaca que “sem a intervenção do sagrado, o embrião da cidade jamais teria existido”. (MATA, 2002, p. 227)

A toponímia do baixo vale⁹⁴, destacando a referência ao Sapucaí ou juntando o nome do rio aos dos santos, parece confirmar a afirmativa do pesquisador: São Gonçalo do Sapucaí; Santana do Sapucaí (Silvianópolis); Paredes do Sapucaí (Cordislândia); Retiro do Sapucaí (Turvolândia). E mesmo a adoção de toponímia referente ao desenho do leito do rio, como o do antigo distrito de Nossa Senhora da Conceição da Volta Grande⁹⁵, atual município de Careagu.

A substituição dos nomes de referência católica para os de etimologia tupi foi criticada pelo historiador Waldemar de Almeida Barbosa:

[...] segundo Monsenhor Lefort, o vocábulo [Careagu] traduz imperfeitamente, em tupi, o sentido do topônimo Volta Grande; o rio Sapucaí faz realmente, perto da localidade, uma grande volta. [...] O termo Careagu é bem um exemplo dessa tendência ridícula de traduzir nomes vernáculos para o tupi. (BARBOSA, 1968, p. 112)

Lefort (1974)⁹⁶ apresenta como primeiras localidades da região que está-se denominando de baixo Sapucaí os seguintes descobertos de ouro da

⁹⁴ No Médio Vale do Sapucaí, há a cidade de Santa Rita do Sapucaí.

⁹⁵ Esta denominação prevaleceu até 07 de setembro de 1923, quando o distrito com o nome de Careagu foi incorporado ao município de Santa Rita do Sapucaí, pela lei n. 843. Foi elevado a município pela Lei n. 1.039 de 12 de dezembro de 1953. (COSTA, J., 1970, p. 193)

⁹⁶ Lefort apresenta os descobertos de ouro do Sul de Minas, com este esclarecimento: “Pela ordem de antiguidade, destacamos os seguintes, apesar de alguns não serem mencionados no livro de viagem do Conde de Assumar e no trabalho do Padre Andreoni

primeira metade do século XVIII: São Gonçalo do Sapucaí em 1739⁹⁷ e Santana do Sapucaí (Silvianópolis⁹⁸) em 1746. As datas sugerem que tão logo ocorrera a visita oficial do ouvidor Cipriano ao rio Sapucaí, em 1737, iniciou-se a exploração também oficial do ouro no baixo vale, realizada até então clandestinamente. Mas o descoberto de Santana do Sapucaí foi denunciado ao governador da capitania de São Paulo, por Francisco Lustosa, que foi investido das funções de guarda-mor das minas de Santana do Sapucaí e de Ouro Fino. Só em 1749, a igreja de Santana do Sapucaí teria passado para a Diocese de Mariana. (BARBOSA, 1971)

Alfredo Valladão, no texto “Campanha da Princeza”, discorre sobre o desenvolvimento populacional das “Minas do Rio Verde – denominação primitiva de um núcleo de mineração, do qual Campanha se constituiu centro”, anteriormente à oficialização da exploração pelo ouvidor Cipriano.

Há de observar que nem sempre as localidades dos primeiros descobertos tornaram-se as primeiras vilas constituídas na região. A este respeito o livro já citado de Sérgio Mata destaca a importância do patrimônio formado em torno de uma capela como embrião do arraial. “O arraial minerador vive em função da lavra; o arraial surgido num patrimônio tem na capela o seu ponto de rotação”. (MATA, 2002, p. 266)

A descrição dos processos de exploração minerária dos rios é apresentada por Victor da Silveira com detalhes. Diz o autor:

As descobertas de ouro, [...], foram a principio mais freqüentes nos ribeiros que nos rios. [...] No começo era muito facil a exploração do ouro nos leitos dos rios e córregos [...] Poucos annos, porem, depois estes se foram cobrindo de

[sic]” (LEFORT, 1996, p. 17). Andreoni era o pseudônimo de André João Antonil, autor do livro “Cultura e Opulência do Brasil por suas Drogas e Minas”, datado de 1711.

⁹⁷ Victor da Silveira, no Almanaque “Minas Geraes em 1925”, quando cita as principais lavras dos primórdios da exploração aurífera no estado, inclui as do município de São Gonçalo do Sapucaí: Ouro Fala, Ouro Canta, Barro Alto, Xicão, Conquista e Palmital. (SILVEIRA, 1926, p. 58)

⁹⁸ O nome de Silvianópolis seria uma homenagem ao político Silviano Brandão, ali nascido.

lama, de sorte que se tornou mais difícil a exploração dos depósitos mais ricos de ouro, que se iam sempre afundando [...]. O represamento e o desvio das águas através dos baixios próximos de depósitos de aluvião⁹⁹ é que conduziu à descoberta do ouro nas margens dos rios e nessas baixadas (taboleiros). (SILVEIRA, 1927, p. 52)¹⁰⁰

Os historiadores Carlos Magno Guimarães e Flávia da Mata Reis, ao tratarem da Agricultura e Mineração no século XVIII em Minas, focam o impacto ambiental da atividade mineradora naquele período. Os autores parecem incorrer em certo anacronismo ao empregar expressões como “degradação ambiental” para a época referida, mas a descrição talvez seja pertinente ao escopo desta dissertação:

Desde os tempos das primeiras descobertas e explorações, a degradação ambiental foi sistematicamente praticada. A queimada adotada nos diferentes tipos de explorações, principalmente nas margens dos rios auríferos e nas encostas dos morros, como forma de deixar o terreno à mostra para facilitar as pesquisas, a instalação de tanques, canais, bicames, habitações, mundéus, enfim, toda infraestrutura necessária para os serviços de mineração. Além disso, havia a prática constante de queimadas para limpeza das áreas de plantio e de pastagem, que também eram essenciais para a manutenção da atividade. [...]

A destruição causada pela atividade minerária também foi sentida nos rios e córregos. Estes eram assoreados pelos desmontes e rejeitos de lavras dos morros e grapiaras, arrastados pelas chuvas por causa da retirada da camada vegetal e também pela própria exploração praticada em seus leitos. Para extração dos aluviões auríferos, grandes extensões de seus cursos eram desviadas, catas eram abertas nas suas margens, nas quais se amontoavam grandes quantidades de cascalho estéril (REIS, 2002).

Da mesma forma, os métodos agrícolas eram os mais rudimentares, sendo o machado, a foice e a enxada os instrumentos básicos. Não se fazia uso do arado, e a prática mais comum era a denominada agricultura de coivara, que consistia em derrubar as áreas de mata, queimar as árvores para depois plantar, e não se mexia mais nas plantas até o período da colheita. [...]

A extração da madeira, matéria-prima para inúmeras atividades tanto ligadas à agricultura – sobretudo para a

⁹⁹ Aluvião é o depósito de areia, cascalho, argila que se forma junto às margens ou à foz dos rios, proveniente do trabalho de erosão. (Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa).

¹⁰⁰ Para maiores detalhes sobre as técnicas de extração do ouro, consultar ROMEIRO; BOTELHO, op. cit. no verbete “Técnica de Mineração aurífera”, à página 301.

construção de currais, engenhos e para lenha – quanto à mineração – construção de esteios e bicames, bateias, rodas hidráulicas e rosários, etc, também contribuía para o esgotamento das áreas de mata virgem.

Os efeitos dessa exploração de matas, ainda que percebidos antes, só se tornaram objeto da legislação colonial com o Bando adicional de 1736, do governador Gomes Freire de Andrade¹⁰¹. Preocupação esta não diretamente ligada à questão ambiental, mas à idéia de que era necessário preservar determinadas áreas, como as nascentes dos córregos e matas ciliares para garantir água, sem a qual a extração e a lavagem de ouro e diamantes não poderiam ser realizadas. (GUIMARÃES; REIS, 2008, p. 332)

Pesquisadores da história de Campanha, Thalita e Antonio Cassadei, trazem a descrição do viajante Martius sobre as catas vistas perto de Santana do Sapucaí (Silvianópolis), São Gonçalo do Sapucaí e Campanha:

De longe parecem trincheiras cavadas nas encostas, formando terraços, estavam abertos buracos de alguns pés de profundidade e de largura, pelos quais era levada a água da chuva pelos flancos abertos do barro vermelho. (MARTIUS apud CASADEI, 1989, p. 16)

Os estudiosos referem-se ainda a uma legislação anterior ao Bando adicional de 1736. Trata-se do “Regimento das Águas” ou “Provisão das Águas” de 1720, determinada pelo Conde de Assumar, na Capitania das Minas e São Paulo¹⁰². Por esta ordenação real,

[...] se concedia ao mineiro o direito às águas enquanto tem terra para trabalhar, e acabando o labor, tornam as águas para a repartição do guarda-mor, e por isso, o mineiro empossado das águas não as pode dar nem vender a outrem, nem também mineiro algum pode apropriar-se das águas sem ter concessão delas por escrito do guarda-mor, o que regularmente chama-se de ‘provisão das águas’. (QUEIROZ, 1999, p. 729)

¹⁰¹ Terras Minaeres. Addiamtº ao Regº Mineral. 13 de maio de 1736. Revista do Arquivo Público Mineiro. Belo Horizonte. v. 1, n. 4. 1896.

¹⁰² O Conde de Assumar, Pedro Miguel de Almeida Portugal (1688-1756) governou a Capitania de São Paulo e Minas de 1717 a 1721.

Há quem entenda este documento como um marco na regulação dos recursos hídricos no Brasil, e veja similitudes entre ele e um dos princípios da atual Política Nacional de Recursos Hídricos: o direito de outorga.¹⁰³

7.4.4. As Sesmarias¹⁰⁴

Ricardo Rebello realizou um estudo sobre sesmarias do fundo do Arquivo Público Mineiro, de Belo Horizonte. Sua pesquisa teve como referência as concessões que fizessem alusão ao rio Machado, na tentativa de identificar aquelas do atual município de Machado e adjacências, entre elas, o município de Paraguaçu.

Cotejando dessa mesma pesquisa de Ricardo Rebello a menção ao rio Sapucaí, encontra-se a carta de sesmaria concedida em 16 de abril de 1.765 a Francisco de Salles Xavier de Toledo e José Ferraz de Araújo, moradores da freguesia da Campanha do Rio Verde. Eram-lhes concedidas as terras de légua e meia em quadra¹⁰⁵, localizadas “no rio Sapucahy abaixo da passagem de sertão chamado o ‘Ouvidor’”. (grifo nosso)

Segundo o pesquisador, esta seria “a mais antiga sesmaria em nossa região de que se tem notícia” e a menção ao Ouvidor sugere sua localização no bairro rural do Ouvidor, em Machado, bairro também atendido pela Fazenda-Escola Fundamar.

¹⁰³ Os engenheiros ambientais Alberto de Freitas Castro Fonseca e José Francisco de Paula Filho defendem tal argumento no texto: “Um importante episódio na História da Gestão dos Recursos Hídricos no Brasil: O Controle da Coroa Portuguesa sobre o Uso das Águas nas Minas de Ouro Coloniais” publicado na Revista Brasileira de Recursos Hídricos. Vol. 11. N. 3. Jul/set. 2006. p 5-14.

¹⁰⁴ Sesmarias eram terras incultas doadas aos sesmeiros. A doação de sesmaria findou no Brasil em julho de 1822. A palavra sesmaria origina-se de sesmar, repartir. (REIS; BOTELHO, 2002, p. 171.)

¹⁰⁵ A légua, antiga medida de comprimento, correspondia a 6km. A légua de sesmaria, entretanto, correspondia a 6,6km. (BARBOSA, 1985, p. 118).

A menção à “passagem” do Ouvidor, afluente do rio Sapucaí, sugere a existência de um pólo da administração neste território no período colonial. “Passagem” era o tributo cobrado pela Metrópole nas passagens dos rios da Capitania de Minas Gerais. (REIS; BOTELHO, 2002). Contudo, como se verá na seção referente às passagens no baixo Sapucaí, a suposição de um posto de cobrança no ribeirão Ouvidor não se confirma. Oscar Prado, sem citar fontes, refere-se à concessão de duas sesmarias, por volta de 1.790, em terras que hoje formam o município de Paraguaçu. Nenhuma dessas sesmarias foi identificada, entretanto, na pesquisa de Ricardo Rebello sobre a região. Oscar Prado afirma que a primeira delas, dada ao paulista Capitão Manoel Luiz Ferreira do Prado¹⁰⁶, media três léguas em quadra, com as seguintes confrontações, tendo como balizas os cursos d’água:

[...] iniciadas na confluência do Rio Dourado com o Sapucaí, sobe por aquele, até proximidades do Rio Machado; desce por este até o Ribeirão do Macuco; sobe por este, até as nascentes do Ribeirão do Carmo, atravessando a Serra da Bela Vista; pelo ribeirão abaixo, até sua foz no Rio Sapucaí; por este acima até o ponto onde teve começo e finda esta demarcação. (PRADO, 1981, p. 188) (grifos nossos)

O autor narra, com base em um suposto diário do Professor Flávio de Sales, um dos integrantes da expedição, a viagem da comitiva de Prado Velho. Esta teria saído de São Paulo em 3 de maio de 1798, chegando à Campanha da Princeza em 2 de junho do mesmo ano. De Campanha até a sesmaria, parte da comitiva teria vindo de barcos pelo rio Sapucaí até a cachoeira do Cubatão¹⁰⁷, no atual município de Paraguaçu.

A segunda sesmaria, com a mesma dimensão, foi doada ao português Agostinho Fernandes de Lima Barata. Seu contorno era assim descrito:

¹⁰⁶ Manoel Luiz Ferreira do Prado teria falecido em 1830, conforme inventário, pagamentos de quinhões hereditários e divisão feita em 1854, cuja cópia foi recolhida no Arquivo da Diocese de Campanha. (PRADO, 1981, p. 189). A carta patente de capitão da Companhia de Ordenança no distrito do Espírito Santo da freguesia de Santa Ana do Sapucaí a Manoel Ferreira do Prado foi concedida em 1803. (Cf. Translado da fl. 246, Seção Colonial 297 do fundo do Arquivo Público Mineiro). (PRADO, Pedro Quintino. Correspondência a Guilherme Prado. Paraguaçu, outubro de 2005. Edição fac-similar)

¹⁰⁷ Provavelmente seria a mesma Cachoeira da Escaramuça, conforme já discutido.

[...] tinha início na foz do Ribeirão do Carmo; descendo pelo Sapucaí, até a foz do Rio Machado; subindo por este, até, a foz do Ribeirão Macuco: e seguindo por este até o ponto inicial desta confrontação, em divisas com terras cedidas a Manoel Ferreira. (PRADO, 1981, p. 189) (grifo nosso)

O Padre Hiansen Franco apresenta em seu livro, "Fama – subsídios para sua História" (2008), uma série de sesmarias que tinham como delimitação o rio Sapucahy no sertão de Três Pontas, entre 1764 e 1801, do Catálogo de Sesmarias do Arquivo Público Mineiro.

As cartas de sesmarias do período traziam algumas cláusulas referentes ao direito de passagem de terceiros pelas margens dos rios, princípio que se manteve na tradição do direito brasileiro, segundo a qual:

Toda água é insuscetível de apropriação privada e livre para o consumo humano, animal e para fins agrícola e industrial. [...]. Prova disso é que as águas situadas em terras particulares devem seguir seu leito, não podendo ser retiradas pelo particular como coisa de sua propriedade. (SANTILLI, [200_], p. 3)

Uma recomendação que figurava nas cartas de concessão das sesmarias no século XVIII é que o novo território cedido ao sesmeiro não compreendesse as margens de algum rio navegável, ficando nesse caso, de uma e outra, terra bastante para o uso de passageiros, além de se deixar livre de uma das bandas meia légua de terra para comodidade pública e de quem arrendasse a passagem. Outra cláusula era que se conservasse a décima parte de seus matos virgens, sendo a metade junto dos córregos ou rios, para a criação e conservação das madeiras necessárias ao uso público.

Há pesquisadores, entretanto, que interpretam essa determinação como uma medida para se assegurar o domínio da Coroa Portuguesa sobre a eventual futura descoberta de minério nos rios. E afirmam:

Durante o ciclo do ouro, a Coroa Portuguesa procurou garantir o monopólio da produção aurífera da região das minas através inclusive do controle das águas. (FONSECA; PAULA FILHO, 2006, p. 11)

A Instrução para o Governo da Capitania de Minas Gerais, de 1780, escrita por José João Teixeira Coelho, funcionário da administração colonial em Vila Rica, durante onze anos, traz, entretanto, uma versão mais pessimista sobre os desmandos na concessão das cartas de sesmarias pelas autoridades coloniais. Diz o memorialista:

A facilidade que tem havido na concessão das sesmarias tem sido muito prejudicial, porque se têm queimado os melhores matos e os mais próximos das povoações, as quais já sentem a falta de madeiras, das lenhas e dos capins, de forma que os próprios logradouros das mesmas povoações se têm concedido por sesmarias, causando mais prejuízo do que utilidade, porque não têm os povos onde vão buscar lenhas e capins, nem onde tragam ao pasto os seus gados, o que se proíbe pela Ordenação do livro 4, título 43 [...]. Além disto, não praticam os lavradores alguma forma de cultura porque a exercitam sem beneficiarem as terras, sendo infinitas as que estão deixadas e que haviam de produzir frutos em mais abundância do que as deste Reino, se as beneficiarem. (COELHO, 1994, p. 248)

Mas os historiadores advertem que a maioria das terras era ocupada sem a devida legalização da posse. Entre eles, Ruy Cirne Lima que esclarece:

Assenhorar-se de um pedaço de terra e cultivá-lo, além de tudo, devia, para os nossos colonizadores, ser preferível a correr a hierarquia da administração até o governador e, depois, até ao rei, a fim de obter uma concessão de sesmaria. As concessões de sesmarias, na maioria dos casos, restringiam-se, portanto, aos candidatos a latifúndios, que, afeitos ao poder, ou ávidos de domínios territoriais, jamais, no entanto, poderiam apoderar-se materialmente das terras que desejavam para si. (LIMA apud REBELLO, 2006, p. 39)

7.4.5. Conflitos pela demarcação de divisas entre Minas e São Paulo

A institucionalização da administração colonial na região das Minas no século XVIII foi foco de intensos conflitos, envolvendo os aventureiros, os

exploradores autorizados e os funcionários do Estado, estes também em constante disputa entre si pela delimitação de suas jurisdições.

Após a Guerra dos Emboabas (1708/1709), houve a separação da capitania de São Paulo e Minas do Ouro da do Rio de Janeiro. Em 1714, foram criadas as três primeiras comarcas da Capitania: a de Ouro Preto, com sede em Vila Rica; a do Rio das Velhas, com sede em Sabará, e a do Rio das Mortes, com sede em São João Del Rei, sendo seus limites a Serra da Mantiqueira ao Sul e o sertão desconhecido a oeste. E após a Revolta de Felipe dos Santos, ocorrida em Vila Rica, em 1720, houve a separação da capitania de Minas Gerais da capitania de São Paulo, em 1721.

A figura 10 da página seguinte traz o “Mappa topografico e hidrografico da Capitania de Minas Geraes”, sem data definida, mas por certo posterior a 1721, pois identifica as delimitações entre esta capitania e as do Rio de Janeiro e São Paulo.



Figura 10 - - Mappa tografico e hidrografico da Capitania de Minas Geraes [1700?].

Nele foram marcados a posteriori pela pesquisadora com círculos a foz do rio Verde no rio Sapucahy, a foz deste no Rio Grande e, com uma seta, o Registro do Sapucahy nas proximidades deste ponto.

A ocupação das áreas de fronteira nunca foi consensual entre as autoridades metropolitanas. Os sertões foram, desde 1736, áreas proibidas e, portanto, fechadas à ocupação. O Bando de Aditamento ao Regimento de Minerar, lançado por Gomes Freire de Andrade, proibia que se lançassem posses de terras situadas nas extremidades não povoadas da capitania, tentando-se evitar extravios do ouro ao impossibilitar a abertura de novos caminhos e picadas nos matos em áreas onde inexistiam registros e vigilância das patrulhas.

Haruf Salmen Espindola, no livro já citado sobre a ocupação do vale do rio Doce, explica as representações mentais sobre o sertão no contexto colonial para além dos meros critérios geográficos:

As representações sobre o sertão não expressam realidades objetivas. Dizer que era espaço vazio não significa literalmente que fosse desabitado, mas sim de estarem aí ausentes as atividades que produziam para o mercado. A referência ao sertão como lugar distante ou longe do litoral, ou no interior, não está relacionada a realidades geográficas, mas a uma centralidade política, à maior ou menor presença, controle ou proximidade do aparato administrativo, jurídico, militar e eclesiástico. (ESPINDOLA, 2005, p. 76)

A historiadora Carla Anastasia¹⁰⁸, no livro “A Geografia do Crime – Violência nas Minas Setecentistas” (2005) analisa os conflitos advindos das contradições da administração colonial nos sertões, entre eles, o Sul de Minas.

A legislação, ao fixar áreas proibidas, criava uma situação complicada – estimulava novos descobertos por meio da ação de tropas e bandeiras, mas limitava a ação dos desbravadores clandestinos. Assim, esses desbravadores

¹⁰⁸ A historiadora assina também o verbete “Sertão do Rio Verde” no Dicionário Histórico das Minas Gerais, de autoria de Adriana Romeiro e Ângela Vianna Botelho. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2003, p. 272-274.

não oficiais eram considerados vadios, contrabandistas ou salteadores, e as eles eram imputadas as mesmas penas que aos bandoleiros que agiam nas estradas [...] (ANASTASIA, 2005, p. 36)

No capítulo intitulado “Terra da Ninguém”, em que foca a violência nos sertões da Comarca do Rio das Mortes nos setecentos, a autora faz algumas referências a conflitos ocorridos no vale do rio Sapucaí, sem, contudo, precisar a localização dos mesmos, imprecisão por certo da própria documentação consultada.

À época do governo de Martinho de Mendonça¹⁰⁹, tropas foram enviadas ao rio Sapucaí para garantir a sua posse. Em carta ao ouvidor da Comarca do Rio das Mortes, o Governador ponderava-lhe que quando não estão reconhecidos os limites, sabe V.M. muito bem que vale mais a posse do que a razão. Na oportunidade, solicitava ao ouvidor que formasse um sumário do qual constasse terem sido as minas do Sapucaí e parte da freguesia de Baependi descobertas e povoadas pela gente das Gerais, em que nunca teve atos possessórios, outra jurisdição, mas não se alterasse a posse de São Paulo sobre Itajubá, ainda que fosse injusta. (ANASTASIA, 2002, p. 273) (grifos nossos)

O ouvidor da Comarca do Rio das Mortes, ao qual se refere a historiadora, por certo é o ouvidor Cypriano José da Rocha, que em 1737 oficializou a posse do rio Sapucaí para a capitania de Minas.

As disputas de jurisdição entre as Capitanias de São Paulo e Minas sobre esse território de “*non-droit*”¹¹⁰ se estenderam por todo o século XVIII.

Exemplo dessa situação, viviam “as minas de Itajubá”¹¹¹ na região de Itajubá Velho, hoje Delfim Moreira, que mantinham-se isoladas, sem comunicação com outros núcleos urbanos e geridas por autoridades paulistas até 1749.

¹⁰⁹ Martinho de Mendonça Pina e Proença ocupou interinamente o cargo de governador de Minas Gerais (1736-1737), em lugar do Capitão-General Gomes Freire de Andrada.

¹¹⁰ Carla Anastasia denomina como “*zonas de non-droit*” aquelas nas quais a arbitrariedade era a regra, em que os direitos costumários e a justiça não eram reconhecidos pelos atores sociais, fossem autoridades, fossem vassalos, escravos ou forros. (ANASTASIA, 2005, p. 23)

¹¹¹ Lefort informa que as minas de ouro de Itajubá foram descobertas em 1703.

Segundo ainda a mesma historiadora, os moradores dos sertões do Rio das Mortes defendiam a tese de que estavam sujeitos ao governo de São Paulo e não ao da capitania de Minas Gerais. O tema foi objeto de preocupação da Metrópole Portuguesa.

Tal fato levou, em 1773, o marquês de Pombal (1699-1782)¹¹² a enviar carta à Junta da Administração da Real Fazenda da capitania de Minas Gerais, lembrando, que, desde 1772, o conde de Valadares¹¹³ havia informado ao rei sobre a necessidade que tivera de colocar uma nova guarda no rio Sapucaí com o objetivo de dar buscas nos viandantes que por ali transitavam [...]. (ANASTASIA, 2005, p. 61) (grifo nosso)

Infelizmente o texto não informa a localização mais precisa dessa “nova guarda” no rio em questão.

A indefinição dos limites entre as capitanias se estendeu por longo tempo. Segundo a mesma historiadora, na data de criação das três comarcas na região das Minas, 1714, os paulistas dirigiram-se à paragem de Caxambu e lá colocaram um marco de pedra, com o intuito de demarcar novo limite entre os distritos. A ação foi contestada pela Câmara de São João Del Rei e o marco retornou a seu local de origem. Nova contestação dos paulistas levou o rei D. João V¹¹⁴, em 1731, a expedir nova ordem para que os governadores interessados ajustassem os limites, “declarando a distância de uma e de outra parte, e se naquela se acha alguma serra ou rio, que possa servir de demarcação aos dois governos.” Mas a ordem régia não se fez valer.

Somados aos conflitos derivados das disputas de jurisdição entre as autoridades das capitanias de Minas Gerais e São Paulo, os excessos e a

¹¹² Marquês de Pombal é o nome com que ficou conhecido Sebastião José de Carvalho e Mello, político e verdadeiro dirigente de Portugal durante o reinado de José I, o Reformador.

¹¹³ José Luís de Menezes Abranches Castelo Branco, Conde de Valadares, foi presidente da capitania de Minas de 1768 a 1773.

¹¹⁴ D. João V foi rei de Portugal entre 1707-1750.

cobiça dos oficiais da Câmara de São João Del Rei, sede da Comarca do Rio das Mortes, contribuíram para tumultuar ainda mais a região.

Em razão das pretensões de ampliar sua jurisdição, a Câmara de São João Del Rei já havia sido responsável, em 1746, pela eclosão de violentíssimo motim na região do rio Sapucaí, que pretendia continuar submetida ao governo de São Paulo. Em 1751, foi solicitado às autoridades competentes que se aplicasse um castigo exemplar aos renitentes “rebeldes vassalos de S. Majestade, costumados a fazer absolutos e voluntários motins, negando obediência e sujeição a este governo”. (ANASTASIA, 2005, p. 63)

Em agosto de 1743, oficiais da Câmara de São João del Rei comunicaram ao governador que o superintendente fora mandado pelo Governo de São Paulo, para

[...] com mão armada, [os] despojar da posse em que [estavam] das Minas do rio Verde, Sapucaí e Pedra Branca¹¹⁵, com grande opressão dos vassalos e detrimento do patrimônio real de Sua Majestade. (ANASTASIA, 2005, p. 66) (grifos nossos)

Em 1749, o Governador da Capitania de Minas, Gomes Freire de Andrade, deu seu parecer sobre essa delimitação, e incumbiu o Desembargador Tomás Rubi de Barros Barreto da demarcação da divisa entre as Capitanias de São Paulo e Minas Gerais, que a fez

[...] principiando do alto da Serra da Mantiqueira, onde estava um marco antigo, e tirando uma linha pelo cume da dita serra até ao Morro do Lopo, e deste ao Morro do Mogi-açu, e deste ao Rio Grande, onde principia a Capitania de Goiás. (COSTA. A. et al, 2002, p. 29)

O Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (USP) guarda a

[...] ‘Planta do novo descoberto de São João do Jacuhy, que traz a localização dos marcos de referência, como a do Marco do Morro do Lopo, que pos a Comarca do Rio das Mortes e o Marco da Devizão Serra da Mantiqueira’, nas cabeceiras do Rio Sapucahy, que serviam de orientação para os deslocamentos. O documento, produzido no início do século XVIII, está relacionado com a exploração dos sertões

¹¹⁵ O descoberto de Pedra Branca, assim chamado em razão de um grande rochedo branco localizado na serra de Santa Catarina, que servia de referência geográfica aos bandeirantes, era conhecido desde 1741. (ANASTASIA, 2005, p. 66)

da região da foz do Rio Sapucahy ou do Novo Descoberto de São João do Jacuhy. (COSTA. A, 2007, p. 120/121) (grifos nossos)

O Morro do Lopo, referência aos índios homônimos, que figura nas duas citações acima, já havia sido mencionado, nessa dissertação, quando se tratava da bandeira de Matias Cardoso de Almeida de 1664.

O pesquisador Ricardo Rebello faz referência à viagem empreendida através do Sul de Minas, em 1.764, pelo Governador da Capitania, Luiz Diogo Lobo da Silva (1763-1768). E detalha:

Esteve ele, com grande comitiva, em Piumhy, na barra do [rio] Sapucaí e nas cercanias de Jacuí. Seguindo após pelo [rio] Mandu, visitou Sant'Anna do Sapucaí [Silvianópolis], Campanha, Baependi, Pouso Alto e Capivari. Em cada uma dessas localidades nomeou vários funcionários, organizando a administração. Além disso, tomou medidas a fim de obstar ao desvio de ouro e determinou a abertura de estradas importantes. (REBELLO, 2006, p. 24)

Ainda, segundo Carla Anastasia, em 1765, atendendo a reclamações dos paulistas, o Vice-rei do Brasil, Conde da Cunha, D. Antonio Álvares da Cunha (1763-1767), teria cedido a eles a margem esquerda do Rio Sapucahy (atuais municípios de Paraisópolis, Pouso Alegre, Ouro Fino, Cambuí, Camanducaia, etc.). Nesta divisão o território atual de Paraguaçu teria ficado, portanto, sob a jurisdição dos paulistas, uma vez que encontra-se à margem esquerda do rio Sapucaí.

Os conflitos entre ambas capitanias prosseguiram, e em 1798, deu-se a elevação de Campanha à vila, "área de mineração no rio Sapucaí", buscando colocar as autoridades mineiras mais próximas dos sertões da Comarca do rio das Mortes. A criação da vila gerou uma série de conflitos com a Câmara de São João del-Rei quanto à definição de limites entre os dois termos e não resolveu os problemas com São Paulo.

Além desses conflitos civis, Lefort, no texto "Descoberta e Povoamento do Sul de Minas" (1970), rememora os litígios religiosos havidos nos anos de

1747 e 1750, entre paulistas e sul-mineiros. Há de se lembrar que em 1745 a Santa Sé havia criado as dioceses de Mariana e de São Paulo, desmembrando-as do Bispado do Rio de Janeiro.

O primeiro conflito, denominado Questão das Cinco Igrejas, teve por motivo a posse das igrejas de Aiuruoca, Baependi, Campanha, Carrancas e Pouso Alto, depois da criação do Bispado de Mariana, em 1745. A comarca de Guaratinguetá, em São Paulo, à qual pertenciam eclesiasticamente as cinco igrejas, não abriu mão desse direito.

O segundo litígio religioso teve como objeto os descobertos de Santana do Sapucaí (atual Silvianópolis) e Ouro Fino, ambos à margem esquerda do Sapucaí, e o primeiro no baixo vale. Na posse canônica de ambos descobertos, houve contestação no de Ouro Fino, e o sacerdote recomendado foi preso pelos insatisfeitos que empossaram um padre paulista. (LEFORT, 1970)

Segundo o Padre Hiansen Vieira Franco, autor de "O Clero Paulista no Sul de Minas" (2004), "só em 1775 é que se estabeleceram os limites entre as dioceses de São Paulo e Mariana pelos rios Grande, Sapucaí e Lourenço Velho". Essa configuração se manteve até o ano de 1900 quando foi criada a primeira diocese sul-mineira, com sede em Pouso Alegre.

A cartografia do período foca a questão dos limites entre Minas e São Paulo, e entre os Bispados de São Paulo e o Bispado de Mariana.

A figura 11 traz um mapa de Francisco Tosi Columbina, sem data precisa, mas do século XVIII. Trata-se do "Mapa da Capitania de São Paulo e seu sertão em que devem os descobertos, que lhe forão tomados para Minas Geraes, como também o caminho de Goyazes [...]".

O título do mapa já sugere o conflito entre São Paulo e Minas Gerais e nele curiosamente e num equívoco geográfico o rio Verde e o rio Sapucaí deságuam no rio Grande. Vê-se ainda outro rio homônimo do Sapucaí, também tributário do rio Grande, a jusante do rio objeto desse estudo.

O Arquivo Histórico Ultramarino guarda um documento produzido por volta de 1773. Trata-se do “Mappa da Capitania de S. Paulo em se mostra tudo o que Ella tinha antigamente the o Rio Paná [Paraná]”, que traz a representação de uma parte do território descrito como “Certão usurpado a Capitania de Sam Paulo”. No mapa:

a linha recta encarnada mostra a divizão que teve pelo Morro do Cachumbu, quando a Camera de Guaratinguetá de S. Paulo foi criar a do Rio das Mortes nas Minas Geraes: a Linha curva encarnada mostra tudo quanto a Capitania de Minnas Geraes tem [...] usurpado à de S. Paulo deixando lhe somente as Terras que cahem a Costa do Mar. (COSTA. A., 2007. P. 156)

Também neste mapa o rio Verde deságua no rio Grande, ao invés de desaguar no rio Sapucaí – exemplo dos reiterados equívocos cartográficos da época.

Mapa também do século XVIII que retrata a Comarca do Rio das Mortes e sua hidrografia é o de José Joaquim da Rocha (Ca 1740 – 1804), militar e cartógrafo português.¹¹⁶ Este mapa é apresentado na figura 12.

¹¹⁶ A Fundação João Pinheiro (BH) editou, em 1995, o título: “Jose Joaquim da Rocha: Geografia Histórica da Capitania de Minas Gerais. Descrição Geográfica, Topográfica, Histórica e Política da Capitania”, organizado por Maria Efigênia Lage de Resende. Da mesma autora é o capítulo “Saberes Estratégicos: Tiradentes e o Mapa das Almas” na obra também por ela organizada. A referência é: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (Org.). *As Minas Setecentistas*, 1. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007. p 609-628.



Figura 12 - Mapa da Comarca do Rio das Mortes. 1777

A Comarca do Rio das Mortes estendia-se pelo centro - sul, a sudoeste da capitania tinha como limites, a leste a comarca de Vila Rica; ao norte as de Sabará e Paracatu; a oeste as províncias de Goiás e São Paulo; ao sul esta última e a do Rio de Janeiro.

Neste mapa foram assinalados a posteriori pela pesquisadora com círculo a foz do rio Verde no Sapucaí, e a foz deste no rio Grande. E com uma seta o Morro do Lopo, marco da divisão entre a Capitania de Minas e a de São Paulo; a "Passage" do Rio Grande e a "Passage" do Sapucahy, localizada em algum trecho do rio, entre São Gonçalo da Campanha e Santana do Sapucay.¹¹⁷

Mapa sob a guarda da Biblioteca Pública Municipal do Porto, em Portugal, datado de 1779, traz o rio Sapucaí, como ponto extremo de Minas Gerais ao sul.

A referência deste mapa é a seguinte:

Mappa/da/capitania de S. Paulo, que extrema com/ a capitania do Rio de Janeiro, comarca/do rio das mortes; e a de Goyazes/. Copiado em janeiro/de/1779. [...] os pontos extremos de Minas Gerais, assinalados no mapa, são: oeste: Desemboque e rio Abaeté; leste: rio Paraibuna; norte: rio Pará; sul: rio Sapucaí". (BOSHI, 1998, p. 90) (grifo nosso)

Outro mapa, provavelmente do ano seguinte, e hoje sob a guarda do Arquivo Público Mineiro (APM), de Belo Horizonte, refere-se à questão dos limites entre ambas capitânicas:

¹¹⁷ A Biblioteca Digital Mundial disponibiliza por meio eletrônico o título: "Mostrace neste mapa o julgado das cabeceiras do rio das Velhas e a parte da Capitania de Minas Gerais", datado de 1796, do mesmo José Joaquim da Rocha. No mapa se vê o rio Verde, o Sapucahy e o Grande. Disponível em: http://www.wdl.org/pt/item/157/?ql=por&s=Capitania&view_type=gallery. Acesso em 10 nov. 2010.

No Mapa “Demonstração de P.te da Diviza desta Capitania com a de S. Paulo”, produzido por volta de 1800, encontra-se representada a divisa entre Minas Gerais e São Paulo, bem como a rede de caminhos entre essas duas capitanias, tendo os rios Paraíba, Baependi, Aiuruoca, Verde e Sapucahi [Sapucaí] e a Serra da Mantiqueira como referências. (COSTA. A., 2007, p. 158) (grifo nosso)

Este mapa apresenta uma curiosa inversão entre o Norte e o Sul, sendo a Capitania de São Paulo representada na parte setentrional e a Capitania de Minas, na porção meridional. Nesta porção figura parte do vale do rio Sapucahy. Foram assinalados a posteriori pela pesquisadora, seguindo as indicações da legenda do mapa, o registro de Itajubá (n. 7); a Vila de Campanha (n. 10) e o Arraial de São Gonçalo (n. 11) e o Morro do Lopo (n. 16)

O mapa é apresentado na figura 13.

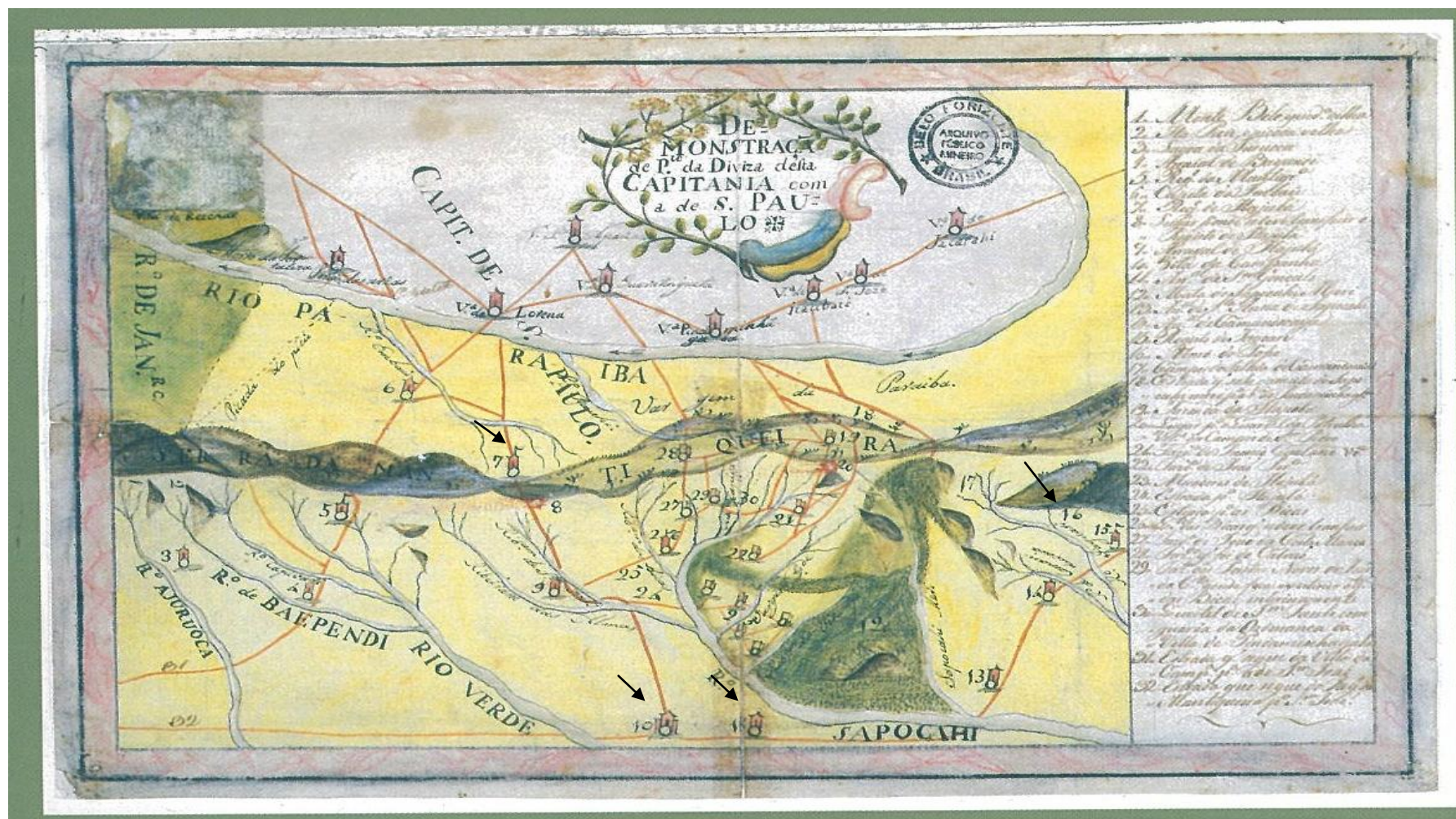


Figura 13 - Demonstração de P.te da Diviza desta Capitania com a de S. Paulo. C. 1800

Em 1804, o governador de São Paulo, Antonio José Horta¹¹⁸, afirmava não ter esperanças de que fossem resolvidos os litígios entre as duas capitanias

pois [conhecia] bem que a legítima divisão e mais natural e cômoda, e a única que se acha aprovada por Sua Alteza, é a da serra da Mantiqueira e Rio Sapucaí, feita legalmente na cidade do Rio de Janeiro em 12 de novembro de 1765. (ANASTASIA, 2005, p. 68) (grifo nosso)

Referia-se o governador à proposta do território à margem esquerda do rio Sapucaí pertencer a São Paulo e o território à margem esquerda, a Minas.

E Carla Anastasia conclui que “devido às questões de limites, nos sertões da comarca do Rio das Mortes acoitavam-se criminosos, desertores, quilombolas que fugiam pelo rio Sapucaí abaixo”.¹¹⁹

7.4.6. O Quilombo do Sapucahy

A referência ao quilombo do Sapucahy é freqüente na literatura sobre o tema, sendo, contudo, ainda controversa sua localização. Clóvis Moura no livro “Os quilombos e a rebelião negra”, de 1987, inclui o quilombo do Sapucahy entre os nove principais quilombos de Minas Gerais.¹²⁰

¹¹⁸ Antonio José da Franca e Horta foi governador de São Paulo entre 1802 e 1808.

¹¹⁹ O Sul de Minas será até a ditadura de Getúlio Vargas (1937) área de litígio entre Minas Gerais e São Paulo. A questão foi definida pela Lei Federal n. 375 de 07 de janeiro de 1937. Seu único artigo diz: “Art. 1º Fica aprovado o convenio sobre limites celebrado em Bello Horizonte, a 28 de setembro de 1936, entre os Estados de São Paulo e Minas Geraes, e ratificado, respectivamente, pelas leis n. 2.694 e 115, de 3 de novembro do mesmo anno, dos referidos Estados.”

¹²⁰ Os quilombos relacionados pelo autor são apresentados na seguinte ordem: Ambrósio (quilombo Grande); Campo Grande; Bambui; Andaial, Sapucaí, Careca, Morro de Angola, Parnaíba, Ibituruna. (MOURA, 1987, p. 39)

A historiadora Carla Anastasia, no livro “Vassalos Rebeldes: violência coletiva nas Minas na primeira metade do século XVIII”, em que trata dos motins de 1746 e 1751, levanta, contudo, a hipótese de que a expressão quilombo talvez tivesse significado mais amplo, do que uso corrente contemporâneo. E sugere que a expressão quilombo do Sapucahy referia-se na realidade aos motins do Sapucahy.

Diz a historiadora:

Como a revolta da Campanha aparece várias vezes nos documentos como se fora um quilombo, a expedição [de Gomes Freire de Andrade] pode ter tido como alvo o reduto dos revoltosos nos barrancos do rio Sapucaí. (ANASTASIA, 1998, p. 120)

E esclarece:

O termo quilombo, não obstante a especificidade que hoje lhe é atribuída foi usado por autoridades portuguesas para denominar levantamentos, que, apesar de contarem com a presença de brancos, mostravam-se totalmente fora de controle metropolitano, da mesma, forma que, por exemplo, as revoltas dos escravos. (ANASTASIA, 1998, p. 120)

A partir dessa hipótese, as informações aqui apresentadas, sobre os quilombos do Sapucahy, talvez refiram-se também aos motins do Sapucahy.¹²¹

O Arquivo Público Mineiro (APM) dispõe de códices referentes aos combates ao quilombo do Sapucahy. O primeiro é a carta de 03 de dezembro de 1751 sobre o levante provocado pelo chefe do quilombo Sapucahy em que foram expulsos os donos das lavras. Este códice ainda inclui a petição para que sejam capturados os alevantados.¹²²

¹²¹ O “Vocabulário Portuguez Latino” (1712-1721) não traz o verbete “quilombo”. Disponível em: <<http://www.ieb.usp.br/online/dicionarios/Bluteau/buscaDicionarioLetra.asp?vletra=m>> Acesso em 21 dez. 2010.

¹²² Revista do Arquivo Público Mineiro. *Repertório de fontes sobre a escravidão*. Anno XXXIX. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1992, p. 72.

Segundo esta carta, o levante teria ocorrido “no districto de São Gonçalo do Rio Verde, junto ao Ryo Sapucahy”.

O segundo documento, datado de 14 de novembro de 1759, é a carta do Governador José Antonio Freire de Andrade¹²³ sobre as providências tomadas quanto à destruição do quilombo do Campo Grande e às dificuldades para a destruição do quilombo do Sapucahy.

E o terceiro é a carta referente à destruição do quilombo do Sapucaí, datado de 26 de novembro de 1760.

O Dicionário Histórico Brasil: Colônia e Império (2002) ao tratar do verbete quilombo do Sapucaí parece conferir tanto o sentido clássico de refugio de escravos quanto de motim. E relata que em vista da violência o Governador Gomes Freire determinou em 16 de junho de 1746 a organização de uma expedição para combater o quilombo, financiada pelos Senados da Câmara de Vila Rica, de Mariana, de São José (atual Tiradentes), Sabará e Vila Nova da Rainha (atual Caeté). E acrescenta:

Para essa expedição as câmaras contribuíram com 2750 oitavas de ouro, ficando responsáveis pela manutenção dos integrantes, enquanto o rei de Portugal forneceu armas, pólvoras e balas. Destruído por volta de 1759, esse mocambo parece ter sido [...] um dos mais povoados – mais de 600 negros – e o mais antigo da Capitania. (BOTELHO; REIS, 2002, p. 148)

A principal fonte de referência cartográfica sobre os quilombos do Sul de Minas seria o mapa “do Capitão França” cuja data estimada seria de 1765, portanto posterior à destruição do quilombo do Sapucaí. O livro organizado, em 2007, por Antônio Gilberto Costa, já referido, traz as seguintes informações sobre este documento:

¹²³ O 1º Conde de Bobadela, José Gomes Freire de Andrade, foi governador da capitania de Minas nos períodos de: 1735–1736; 1737–1752 e 1759–1763. Seu irmão, José Antonio Freire de Andrade, o 2º Conde de Bobadela foi governador no período de: 1753–1758.

Mapa de todo o campo Grande¹²⁴ [...] que traz a localização detalhada desses inúmeros quilombos, construídos nas cabeceiras e ao longo de vales de afluentes do Rio Grande, "com maior concentração nos vales dos rios Sapucahy, Pardo e Da Conquista. Tanto no mapa quanto em sua legenda, há informações sobre a expedição que realizou a entrada e a conquista dessa região, sob o comando do Capp.am. Antonio Francisco França de Burena e ordenada pelo Ilmo. Sr. Conde de Bobadela, cujo irmão, José Antonio Freire de Andrade, governava Minas. (COSTA, A., 2007, p. 194) (grifo nosso)

A figura 14 traz o mapa referido.

¹²⁴ Este mapa encontra-se sob a guarda do Instituto de Estudos Brasileiros (USP). Existe outra versão sob a guarda do Arquivo Histórico do Exército, no Rio de Janeiro. O título completo é: "Mapa de todo o campo Grande tanto da parte da Conquista, q'parte com a Campanha do Rioverde, e S. Paulo, como de Piuhy Cabeceyzas do Rio de S. Francisco, e Goyazes Na entrada que se fez pa. os certos das conquistas do Campo grande por ordem do Ilmo. Sr. Conde de Bobadela como se ordenou ao Capp.am. Antônio Francisco França. (COSTA, A., 2007, p. 232)

Este mapa traz a rosa dos ventos no sentido não convencional da cartografia contemporânea. O norte indicado está no sentido da parte meridional do mapa. A partir dessa informação, é possível se entender que o mapa traz a representação dos cursos dos rios de forma invertida à da tradicional.

Nas marcações dos quilombos é registrado o número de casas ou de povoados de cada um deles e as ligações entre os diversos núcleos. Foram marcados a posteriori pela pesquisadora a barra do rio Verde no Sapucaí, a barra do Sapucaí no rio Grande e o quilombo do Cascalho, localizado em Três Pontas¹²⁵. E ainda a rosa dos ventos.

A correta compreensão sobre os quilombos e motins do período no vale do Sapucahy aguarda ainda o esclarecimento do uso corrente da expressão quilombo nos documentos do período colonial, como sugere Carla Anastasia.

7.4.7. Registros

A presença da administração colonial compreendia a instalação de postos de cobrança de impostos.

A página eletrônica da Receita Federal esclarece:

O registro ficava, normalmente, numa estrada regular, em um "vão de serra", "fecho de morros" ou desfiladeiro, próximo a um curso de água, que além de assegurar o abastecimento da repartição, retardava ou dificultava a passagem dos contribuintes. Os caminhos clandestinos eram vedados e vigiados por "guardas", postos com funções exclusivamente repressoras. [...] O pessoal dos registros se compunha de um Administrador (representante do Contratador), um Fiel (representante da Fazenda Real), um Contador e dois ou quatro soldados. Os prédios consistiam

¹²⁵ Nossa Senhora do Rosário do Quilombo era o nome primitivo do atual povoado de Martinho Campos, no distrito de Pontalete, no município de Três Pontas. (BARBOSA, 1971, p. 281)

na "casa do registro", nas residências do fiel e do administrador, no quartel dos soldados, num rancho para os tropeiros contribuintes e num curral para os animais. A estrada era fechada por um portão com cadeado. O equipamento era mínimo: livros contábeis, cofre, balança com pesos, medidas para volumes, armas e utensílios domésticos. (BRASIL, 2010) (grifos nossos)

Waldemar de Almeida Barbosa, no "Dicionário da Terra e da Gente de Minas" (1985) traz a informação, sem precisar a data, de que "no Sul, havia as [passagens] de Ouro Fino, Jaguari, Picu, Garambéu, além das Guardas de Toledo, Pinheirinho, de Itajubá, etc." (BARBOSA, 1985, p. 68). Segundo o autor, os Registros existiram em Minas entre 1715 e 1809.

As informações de Waldemar Barbosa não coincidem, entretanto, com as da página eletrônica da Receita Federal, na seção Memória. Esta traz datas posteriores à periodização informada pelo historiador e faz menção a outros pólos não mencionados por ele.

Para fins desse exercício específico ampliou-se a área de pesquisa para todo o vale do rio Sapucaí. Dessa listagem só se enquadraria neste vale o Registro de Itajubá. Sobre tal, informa a Seção Memória da Receita Federal:

Registro de Itajubá - Existiu nos arredores de Itajubá-MG, a sudoeste da vila, numa latitude de 22 graus e 36 minutos, durante o período de 1765 a 1820, pelo menos. Integrava o sistema de fiscalização e arrecadação das "entradas" em Minas Gerais, mas também tinha a função de permutar o ouro em pó por moeda. Em "Memórias Históricas da Capitania de Minas Gerais", escrita por volta de 1780, não se menciona "registro", mas uma simples "Guarda de Itajubá", guarnecida por um único soldado. O "Erário Régio", de Francisco Antônio Rabelo, porém, a ele se refere, com as datas de 1765 a 1767, e Teixeira Coelho também alude a ele em 1776. (FONTES: COELHO, in RIHGB, 15: 410- FONSECA, Contagem Perante a História, 48 - RAPM, 1897, 471 - A Coleção da Casa dos Contos de Ouro Preto, 201 e 267. - Códices da Casa dos Contos, 046). (BRASIL, 2010)

Mas, segundo o Almanack Sul Mineiro, de 1874, o registro de Itajubá localizava-se na freguesia de Soledade do Itajubá. Este era o antigo nome

do atual município de Delfim Moreira. A informação, portanto, diverge da prestada pela Receita Federal.

Monsenhor Lefort informa que em 1750 teria instalado o Registro do rio Sapucaí, em Volta Grande (atual Careagu) (LEFORT, 1996). O Mapa de 1777 de José Joaquim Rocha, já apresentado, parece confirmar esta informação ao localizar a Passagem do Rio Sapucaí entre São Gonçalo da Campanha e Santana do Sapucaí.

A página eletrônica da Receita Federal, entretanto, traz localização diferente para o Registro Sapucaí, às margens do rio homônimo ao objeto deste capítulo:

Registro Sapucaí - Registro situado na divisa entre São Paulo e Minas Gerais, na região do Rio Pardo, no período de 1806 a 1812. O rio Sapucaí, que dá nome ao registro, não é o mesmo que banha o sul de Minas, mas outro, também afluente do rio Grande; seu curso, porém, se desenvolve principalmente em território paulista, ainda que nasça no Município mineiro limítrofe de Itamogi. Há uma menção a ele em 1751. Presumivelmente, o registro se localizava na localidade chamada Guardinha, no atual município de São Sebastião do Paraíso. (FONTE: CM/SP/BN, 64 - RAPM, 6:932). (BRASIL, 2010) (grifo nosso)

A “Instrução para o Governo da Capitania de Minas Gerais”, de 1780, escrita por José João Teixeira Coelho, traz o seguinte tópico em que o Rio Sapucaí é mencionado como registro de cobrança de impostos: Tabela intitulada “Cálculos dos rendimentos das Passagens dos rios Sapucaí, Rio Verde e Rio Grande do Sacuí na barra do Sapucaí, até 1776”. (COELHO, 1994, p. 210) (grifo nosso)

Observe-se que Teixeira Coelho, entretanto, não faz nenhuma referência “à passagem do sertão chamado Ouvidor” citada na carta de sesmaria de 1765, identificada como a mais antiga sesmaria do atual município de Machado, como já mencionado neste texto.

A pouca precisão das fontes impede uma compreensão mais afirmativa sobre os postos de cobrança de impostos fixados no baixo Sapucaí.

7.5. BAIXO VALE DO SAPUCAÍ NO SÉCULO XIX E PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX

Nesta seção estaremos nos atendo, no século XIX, às questões da abertura das vias de comunicação; constituição das primeiras vilas; fixação dos trajetos ferroviários – que seriam consorciados aos de navegação a vapor só no século XX; e ainda projetos de reorganização do território, tomando como recorte espacial o baixo vale do Sapucaí. No século XX, é apresentada a navegação fluvial a vapor e levantadas algumas hipóteses sobre diminuição da importância do Sapucaí, na década de 50, quando seu leito foi represado por Furnas, e construída a rodovia Fernão Dias, ambos, empreendimentos do governo desenvolvimentista de Juscelino Kubistchek.

7.5.1. Os caminhos do Sul de Minas no século XIX

O economista Cristiano Restituti¹²⁶ (2006), estudando o comércio interprovincial mineiro no século XIX, apresenta a relação das principais vias de comunicação entre a região do Sul de Minas e os centros de consumo, Rio de Janeiro e São Paulo, no período.

¹²⁶ RESTITUTI, Cristiano Corte. *As Fronteiras da Província: Rotas de Comércio Interprovincial, Minas Gerais: 1839-1884*. Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara da Universidade Estadual Paulista como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Economia. 2006. Agradecemos ao autor a gentileza pela disponibilização de uma cópia digital do texto.

Na tentativa de pesquisar a significação do rio Sapucaí no estabelecimento desses caminhos, notadamente os de ligação entre o Sul de Minas e o Vale do Paraíba Paulista, a partir do estudo deste economista, identificamos apenas menções aos vales do rio Verde e do rio Grande e poucas referências explícitas ao rio Sapucaí. Pontos recorrentes nestas primeiras vias, contudo, eram Pouso Alegre e Itajubá, vilas banhadas por este último rio.

Segundo Restituti, a Estrada de Picu¹²⁷, concluída em 1822, teria sido "projeto dos proprietários de Campanha, Baependi e Pouso Alegre"¹²⁸. Esta via ligava os povoados da região de Campanha da Princesa à estrada geral São Paulo – Rio de Janeiro por Baependi e Pouso Alto. Outra rota – estrada geral Minas - São Paulo, partia de Jundiaí e seguia até São João Del Rei passando por Bragança, Jaguari (onde estava a recebedoria), Pouso Alegre, Campanha, vale do rio Verde e rio do Peixe.

Outro caminho desde Pouso Alegre acompanhava o curso do rio Sapucaí pelo "Campo do Lima" e pela "Fazenda das Cachoeiras", atravessava território paulista em São Bento do Sapucaí-mirim, voltava a um braço de Minas onde estava a recebedoria mineira de Sapucaí-Mirim¹²⁹ e então adentrava São Paulo em Pindamonhangaba. E ainda "da Villa de Itajubá ao alto da serra do mesmo nome", dali ao Salto Grande no rio Paraíba em Lorena, comunicando "aquelle municipio e o de Campanha com a cidade de Parati da província do Rio de Janeiro." (RESTITUTI, 200, p. 219) (grifo nosso)

Há de se ponderar que as menções às vilas sul-mineiras referem-se a territórios muito maiores do que os atuais, trazendo para o pesquisador

¹²⁷ Picu era denominação de um registro indicado por Waldemar de Almeida Barbosa.

¹²⁸ O autor cita como fonte LENHARO, Alci. *As Tropas da Moderação*, p. 169 (s/d). "Em 1818, um abaixo-assinado de diversos moradores da região pedia licença para construir um atalho da capela de Capivari ao Picu, a fim de facilitar a comunicação com o Rio de Janeiro. Os signatários prontificavam-se a construir o quartel que servisse para o Registro do Picu. A Câmara de São João Del Rei, com data de 1819, deu informação contrária à pretensão. Mas a verdade é que o atalho foi construído" (BARBOSA, Waldemar. *Dicionário Histórico Geográfico*, 1985 p. 162).

¹²⁹ Registro Sapucaí-Mirim - Existia em 1821, subordinado a Intendência do Ouro do Rio das Mortes. Situava-se na divisa com a capitania de São Paulo, não longe de Campos do Jordão. Segundo Cunha Matos, constava de casa da administração e quartel. (CUNHA MATOS, *Corografia Histórica de Minas Gerais*, 2:290 - Catálogo de Documentos Integrantes do Segmento do Antigo. Arquivo. Casa dos Contos, 051). (BRASIL, 2010)

contemporâneo o desafio de rememorar esses territórios em seus contornos pretéritos, para uma compreensão mais aproximada de sua significação. A margem de erro, contudo, é grande.

7.5.2. Primeiros Municípios do baixo vale Sapucaí

A compreensão da formação administrativa do território sul-mineiro encontra uma referência importante em Joaquim Ribeiro da Costa, na sua obra intitulada “Toponímia de Minas Gerais – Com estudo histórico da divisão territorial administrativa” (1971), e ainda na edição de 1874 do “Almanack Sul-Mineiro”, organizado por Bernardo Saturnino da Veiga, em Campanha.

Neste tópico apresentamos uma síntese das menções ao rio Sapucaí, identificadas nas freguesias e municípios descritos no Almanack, tomando como referência para atualização da toponímia a obra de Joaquim Ribeiro.

Como já dito, em 1714 havia quatro comarcas na Capitania de Minas: Ouro Preto (sede em Vila Rica); Rio das Mortes (sede em São João del Rei); Rio das Velhas ou Sabará e a do Serro Frio (sede em Vila do Príncipe, atual cidade do Serro).

No século XVIII, a comarca do Rio das Mortes, composta pelas vilas e termos de São João del Rei e de São José do Rio das Mortes (atual Tiradentes) abrangia todo o Sul de Minas, parte da Mata e do antigo Oeste Mineiro (com, entre outros, os distritos de Oliveira, Passatempo e o antigo Tamanduá, hoje Itapecerica). (LIBBY, 2007, p. 412)

Na Comarca do Rio das Mortes até o final do século XVIII só foi criada no atual Sul de Minas a Vila da Campanha da Princeza da Beira, em 1798,

desmembrada do território de São João Del Rei. Campanha foi uma das quatorze vilas criadas naquele século em Minas.

A antiga Freguesia de Santo Antonio do Vale da Piedade da Campanha do Rio Verde conseguiu da Rainha Maria I (1777-1816) a sua elevação à vila, Vila da Campanha da Princesa, pelo alvará de 20 de outubro de 1798. Em vista deste benefício, o 1º Juiz de Fora da Vila instituiu como “contribuição voluntária” que a terça parte da renda da Vila fosse para os “Alfinetes da Princeza”. Em retribuição a este gesto foi demarcado como território da nova vila “todo o espaço incluído pelo Rio Grande e pelos Registros que fecham os limites desta Capitania”, ou seja, todo o Sul de Minas. (BRASIL, 1973)

No “Mappa de Toda a Extensão da Campanha da Princeza, feixada pelo Rio Grande, e pelos registros, que limitão a Capitania das Minas”, c. de 1799, é possível identificar que:

[...] o curso do rio Sapucaí correspondia ao limite entre o Bispado de São Paulo, a sul, e o de Mariana, a norte. Por sua vez, a divisa entre as capitanias de Minas Gerais e São Paulo aparecia mais a sul, acompanhando a linha da Serra da Mantiqueira. (COSTA, A. 2007, p. 191) (grifo nosso)

A Vila da Campanha da Princesa, criada em 1798, e seu traçado urbano figuram no centro do mapa.

Apesar de apresentar a rosa dos ventos na posição convencional, o mapa inverte a direção de suas representações. A Serra da Mantiqueira aparece a leste e o rio Sapucaí corre de leste para oeste, e não do sul para o norte, como na representação cartográfica contemporânea.

Neste mapa, há a indicação do “Rio Sapucahy divisa do Bispado de Mariana”. Observe que o território da margem direita do rio pertencia a este bispado e o da margem esquerda ao de São Paulo.

O baixo Sapucaí, portanto, na delimitação proposta neste estudo, teria sido dividido entre ambos bispados: a vila de Santana (Silvianópolis) pertenceria ao Bispado de São Paulo enquanto a de São Gonçalo do Sapucaí pertenceria ao de Mariana. Nesta divisão o território hoje pertencente a Paraguaçu seria da jurisdição do Bispado de São Paulo, como já dito. O mapa é apresentado na figura 15, e foz do rio Verde no rio Sapucaí e a foz do rio Sapucaí no rio Grande foram assinaladas a posteriori pela pesquisadora.

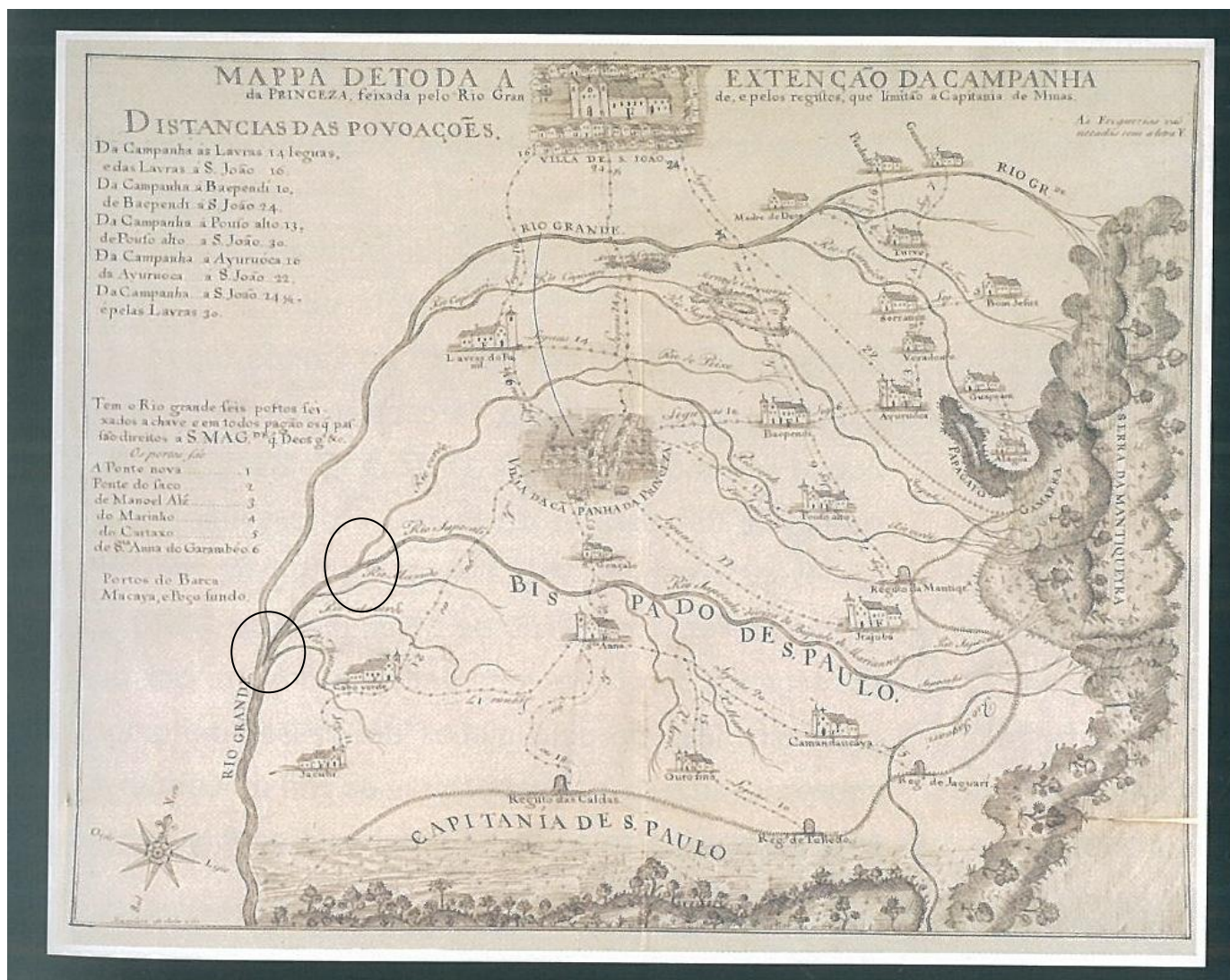


Figura 15 - MAPPA DE TODA A EXTENÇÃO DA CAMPANHA DA PRINCEZA [...]. C.1799

Na linha demarcatória entre as capitanias figuram os registros de Caldas, Tolledo, Jaguari, Mantiqueira, Gamarra. No mapa aparece também o rio "Maxado".¹³⁰

As imprecisões desse mapa teriam levado à confecção do

Novo Mappa Topográfico orientado, e geograficamente exposto para o mais verdadeiro e exato conhecimento do terreno que formava o Termo da Villa de S. João d'el Rey antes da criação da de Campanha, com os julgados nelle comprehendidos dos quais a Câmera daquela Villa de S. João percebia, e administrava as respectivas rendas, 1809. (COSTA, A, 2007, p. 243)¹³¹

O Arquivo Público Mineiro dispõe ainda do

Mappa do Termo da Vila da Campanha da Princeza, Comarca do Rio das Mortes de Minas Gerais [...] que so serve para mostrar a extensão do mesmo termo, os lugares mais notaveis, distancias entre estes, estradas mais principais que o atravessão. (1701-1800?)

Este mapa por certo é posterior a 1798, data de elevação da Vila da Campanha da Princeza.¹³²

Do território de Campanha, já na primeira metade do século XIX, foram desmembrados entre outros, os seguintes municípios do que se está denominando baixo vale Sapucaí: Pouso Alegre (1831) e Três Pontas (1841).

Na segunda metade daquele mesmo século, foram desmembrados do território de Campanha, entre outros, os seguintes municípios do baixo vale: Vila Formosa de Alfenas (1860); Vila de Nossa Senhora das Dores da Boa Esperança (1866); Carmo do Rio Claro (1875); São Gonçalo do

¹³⁰ Este mapa traz a relação dos portos "feixados a chave" do rio Grande. Curiosamente, na junção entre o rio Dourado e o rio Sapucaí no atual território de Paraguaçu, existe menção a um córrego do "Portão de Chave". Vide Mapa de Paraguassu, do Album Chorographico Municipal de Minas Geraes, de 1927, já apresentado anteriormente.

¹³¹ Este documento está sob a guarda do Arquivo Nacional.

¹³² Este mapa estava indisponível para consulta à data desta dissertação.

Sapucaí (1878); Santo Antonio do Machado (1880). (COSTA, J.,1970, p. 17-18)

O engenheiro Dr. José Franklin Massena, em artigo intitulado “Panorama do Sul de Minas”, publicado na Revista do Arquivo Público Mineiro de 1904, mas já referido no Almanack Sul Mineiro de 1874, traz a seguinte nota sobre o rio Sapucaí:

[...] Sapucahy: nasce no pequeno planalto situado na Mantiqueira, em São Bento do Sapucahy-mirim. Este rio é formado pela reunião dos riachos São Bernardo, Marmello e Capivary, que surgem nas fraldas do Bahú, já na latitude de 23º; correndo todos estes três riachos para leste, ao sul do Itajubá reúnem-se e formam o Sapucahy, que, aprofundado pelas gargantas da Mantiqueira, retorcendo o seu curso para o norte, depois de formar sinuosidades de duas léguas de raio, como a da Volta-grande [Careçu?], e depois de apresentar a cachoeira da Escaramuça [em Paraguaçu?], entra no Rio-grande, formando com este uma bacia de meia légua de diâmetro, pouco mais ou menos, onde as águas volteiam para depois se estreitarem. Banha os municípios de Itajubá, Pouso-alegre, Campanha, Villa-formosa [Alfenas] e Tres-pontes [Três Pontas]. (MASSENA, [1904?], p.783) (grifos nossos)

Na transcrição do mesmo texto de Franklin Massena feita pelo Almanack Sul-Mineiro de 1874, é incluído o município de Dolores de Boa Esperança (Boa Esperança). (VEIGA, 1874)

O cotejamento dos dados do Almanack Sul Mineiro de 1874 referentes às freguesias¹³³ dos municípios banhados pelo rio Sapucaí, no que supomos ser o baixo vale e na seqüência listada pelo Dr. Massena, apresenta as seguintes informações:

Município de Pouso Alegre – Freguezia da Cidade

Depois de banhar a cidade o Mandu lança-se no Sapucahy-mirim, piscoso rio que corre a menos de 2 kilometros e cujas águas são já sulcadas por barcas de capacidade de mil arrobas e que fazem viagens entre diversos pontos dos municípios de Pouso Alegre, Itajubá, Alfenas e Campanha. O Sapucahy grande de que é tributário o mirim e que serve de comunicação entre os pontos acima, passa a 6 kilometros

¹³³ Freguesia correspondia à paróquia. (BOTELHO; REIS, 2002)

da cidade e á pouco maior distancia corre o Cervo, cujo Valle, de prodigiosa uberidade, é tido como um rico celeiro da freguezia. (VEIGA, 1874, p. 222) (grifo nosso)

Freguezia de Sant'Anna do Sapucahy – Municipio de Pouso Alegre – [a freguesia hoje é município de Silvianópolis]

O Sapucahy passa á 10 kilometros da povoação e a menor distancia o Cervo e o Santa Barbara confluentes daquelle. (VEIGA, 1874, p. 23)

Freguezia de S. Gonçalo – Municipio de Campanha – [a freguesia hoje é o município de São Gonçalo do Sapucaí]

De qualquer lado que se procure observar a freguesia de S. Gonçalo não offerece ella nenhuma vista agradável: - collocada no meio de catas abandonadas só se descobria toda a povoação do alto do morro, onde outr'ora havia uma pequena capella de Santa Cruz, á que ia ter uma estrada, pela qual passava quem se dirigia para a ponte do Sapucahy, no Ouro-falla¹³⁴. (VEIGA, 1874, p. 106) (grifo nosso)

Freguezia do Espirito Santo da Mutuca – Municipio de Campanha – [a freguesia hoje é o município de Elói Mendes]

Quando se estabelecer a navegação á vapor dos rios Verde e Sapucahy, que constituem as principaes divisas desta freguesia, quando a estrada de ferro, que se projeta, tocar em qualquer ponto destes rios, a agricultura, tão vantajosa em terras ubérrimas, como as que cercão essa povoação, há de faze-la prosperar de um modo a causar maior admiração do que sentimos vendo cheio de vida o lugar que a pouco conhecemos pobre e sem animação. (VEIGA, 1874, p. 103) (grifo nosso)

Freguezia de S. João Baptista do Douradinho – Municipio de Alfenas – (a freguesia hoje é o distrito de Douradinho, município de Machado)

Á ½ légua desta (povoação) passa o rio Sapucahy, cujas margens são cobertas de excellentes matas de cultura. [...] Vendo banhar-lhes as plantas um grande rio, arteria de commercio importantissima, tendo em seu seio terras ubérrimas e possuindo uma população morigerada (...) nada consola a freguesia de São João Baptista do Douradinho de seu actual e malancholico estado [...] (VEIGA, 1874, p. 163) (grifo nosso)

¹³⁴ Ouro-Fala é o nome de uma mina de exploração de ouro, que será objeto de um ramal da Cia. Estrada de Ferro Sapucaí em 1892, conforme apresentado no tópico sobre transporte ferroviário na seção seguinte deste capítulo.

Freguesia do Carmo da Escaramuça – Municipio de Alfenas – [a freguesia hoje é o município de Paraguaçu]

Um phenomeno curioso que se observa na freguesia é a interessante e poética ilha das garças¹³⁵, terreno circulado por dois braços do rio Sapucahy (que banha a parochia) e que tem approximadamente de superfície 2,000 braças quadradas, coberta ora de grandes e amovíveis rochedos, ora de arvores frondosas e seculares. A ilha, silenciosa e deserta em parte do ano, vê-se em certa estação dele repentinamente povoada por milhares de aves aquáticas e especialmente por uma aluvião de graças [...]. (VEIGA, 1874, p. 159) (grifo nosso)

Municipio de Alfenas – Freguesia da Cidade

O município é banhado por diversos rios, dos quaes os mais importantes são: o Sapucahy (ao norte), e Machado (ao nascente), já sulcado por barcos de remos que auxilião o commercio de Alfenas com os municípios de Passos, Piumhy, Pouso Alegre, Itajubá, etc, trazendo destes últimos sal e outros gêneros e levando por permuta algodão, toucinho, fumo, rapaduras, aguardente e toda a sorte de mantimentos. Outros rios que igualmente banhão o município (ao poente) e também consideraveis, são: o S. Thomé, e o Cabo Verde. Este, de fundo de lodo, é summamente piscoso, e desde sua confluência no Sapucahy, a 3 e ½ léguas de Alfenas, até uma distancia de mais de 16 leguas, corre sem que uma só cachoeira ou corredeira perturbe a placidez de suas águas. (VEIGA, 1874, p. 135) (grifos nosso).

Observa-se na descrição acima referência à navegação dos rios Machado e Sapucaí por barcos a remos.

Freguesia da cidade de Três Pontas – Municipio de Três Pontas [a freguesia hoje é o município de Três Pontas]

Comparativamente ao geral do sul de Minas, é pouco montanhoso o terreno dessa freguesia, em cujo seio ou proximidades correm importantes rios – pois da cidade, banhada pelo correjo das Três Pontas, e perto do qual passa o ribeirão das Araras, ao Rio Verde a distancia é apenas de 2 e ½ leguas e 4 leguas do Sapucahy. (VEIGA, 1874, p. 169) (grifo nosso)

¹³⁵ A Ilha das Garças hoje não tem mais os ninhais de garças, descritas no relato do século XIX. Visita da pesquisadora à ilha em 2010 identificou a mudança da avifauna na ilha.

Parochia de S. Francisco do Agua-pé – Municipio da Boa Esperança –
(hoje município de Guapé)

A sede desta parochia está pittorescamente collocada em um pequeno plateau, circulado pelo ribeirão da Agua Limpa e pelo magestoso Rio Grande [...] Banhadas do rio Grande e também pelas águas do Sapucahy, são as terras geralmente fertilíssimas e – como quase todas as do sul de Minas – próprias para a cultura de todos os gêneros que constituem os principaes ramos da nossa lavoura. (VEIGA, 1874, p. 217)

Apesar de não citada pelo Dr. José Franklin Massena, a freguesia do Carmo do Rio Claro, então pertencente ao Município de Passos, é descrita no Almanack com a seguinte alusão ao rio:

Freguezia do Carmo do Rio Claro – Municipio de Passos – [a freguesia hoje é o município do Carmo do Rio Claro]

Passa em distancia menor de uma légua o rio Sapucahy e os ribeirões Itapiché e Santa Quiteria, que nelles alcançam suas águas: mais adiante, á duas léguas da freguesia, correm o rio Claro e os correjos do Espirito Santo, da Contenda e da Agua-quente. (VEIGA, 1874, p. 326) (grifo nosso)

O Almanack Sul Mineiro de 1884, dez anos depois da primeira edição, traz a seguinte descrição dos rios e seus afluentes na freguesia do Carmo da Escaramuça (hoje município de Paraguaçu), na época pertencente ao município de Alfenas:

A E. da povoação, e a 4 leguas, está o Mutuca, passando-se o Sapucahy a 2 leguas, na ponte do Baguary; - Ao S.E., e a 4 ½ léguas, o Douradinho, passando-se o Ouvidor a 2 leguas; - ao S.o Machado, a 5 leguas, passando-se na mesma distância o Ouvidor e por outro caminho o Machado, também a 2 leguas; - a O, e a 5 leguas, Alfenas, passando-se a 2 ¾ léguas o Machado; - a N.O, e a 4 leguas, o Corrego do Ouro, passando-se a 3 leguas o Sapucahy; - ao N. e a 6 leguas, Tres Pontas, passando-se a 3 leguas o Sapucahy. - O Ouvidor deságua no Sapucahy abaixo do Pouca-Massa, e o Machado no Sapucahy no lugar denominado Villa da Fome [hoje, município de Fama], perto da Fazenda do capitão Job. - Á 1 ½ légua do Carmo da Escaramuça existe uma bonita e assombrosa cachoeira, formada pelas águas do Sapucahy, que com immenso barulho cahem de um altura calculada de 50 palmos. (VEIGA, 1884, p. 238)

A mesma fonte traz ainda a seguinte referência para Pouco-Massa, hoje distrito de Guaipava, em Paraguaçu: “alli existe um começo de povoação”. (VEIGA, 1884, p. 239)

7.5.3. Projetos de Novos Arranjos Territoriais

Ao longo de sua história, o Sul de Minas apresenta algumas histórias de separatismo, desde meados do século XIX. Houve tentativas parlamentares de constituição de uma nova província no sul mineiro em 1840, 1843, 1853. (COSTA, M., 2008)

Uma tentativa de reconfiguração, não só de Minas, mas de todas as províncias do Império foi projetada pelo deputado Cruz Machado ¹³⁶, em 1862. Cruz Machado viria a se tornar um dos sócios e primeiro presidente da Cia. Estrada de Ferro Sapucaí, em 1887. (LIMA, 1934)

A Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro guarda um conjunto de mapas desse projeto. Entre eles, o projeto da Província do Sapucahy. Com essa redefinição, o sudoeste e o sul mineiro, além de parte do território oeste, norte e nordeste de São Paulo, dariam lugar à Província de Sapucahy.¹³⁷ (COSTA, A., 2007).

¹³⁶ Antonio Candido da Cruz Machado (1920-1905), visconde do Serro Frio, natural do Serro/MG, foi deputado geral em três mandatos: 1850-1853; 1857-1863; 1869-1874; e presidente da província de Minas em três mandatos: 1854-1855; 1855-1857; 1873-1874. (SENADO FEDERAL, 2009)

¹³⁷ O projeto do deputado Cruz Machado também compreendia os seguintes arranjos territoriais: “parte de Goiás, o Triângulo e o oeste mineiros constituiriam a Província de Entre Rios; o noroeste e parte do norte mineiros seriam a Província de Januária; enquanto o Nordeste daria lugar à Província de Caravelas e, em parte, à Província de Santa Cruz, que alcançaria o litoral entre Ilhéus, na Bahia, e São Mateus, no Espírito Santo. (COSTA, A., 2007, p. 174). O mapa apresentado à página 180 da obra referida não é aqui reproduzido por questões de resolução gráfica.

7.5.4. Estradas de Ferro do baixo vale Sapucaí

A monografia da pesquisadora, “A Cia. Estrada de Ferro Muzambinho: 1887-1910 no contexto do desenvolvimento ferroviário do Sul de Minas”,¹³⁸ datada de 1985, relata sobre os projetos ferroviários aventados e aqueles efetivados na região.

Uma das vertentes focadas na monografia foi a intensa disputa pelos subsídios estatais concedidos às empresas ferroviárias para instalação de seus trilhos no Sul de Minas. Outra vertente trabalhada foi a rivalidade entre dois grupos econômico-políticos, um que almejava a conexão do Sul de Minas à Praça do Rio de Janeiro e, outro que professava pela conexão da região com a província de São Paulo.

Aqui mais uma vez identifica-se a continuidade da disputa pelo Sul de Minas, já apresentada neste capítulo, quando do povoamento do território no século XVII e XVIII.

O título da monografia já sugere que o estudo das estradas de ferro sul-mineiras deva ser feito agrupando todas as ferrovias da região, pois o traçado de uma dependia do desenho dos trilhos das demais. Aqui está se fazendo o cotejamento dos dados sobre o baixo vale do Sapucaí, extraídos da referida monografia.

Os Anais da Assembléia Provincial Mineira trazem as disputas em torno dos traçados ferroviários, nas últimas décadas dos oitocentos. O primeiro deles foi o projeto da Estrada de Ferro Rio Verde (1874). O traçado original firmado por contrato seria o que partindo da 4ª seção da Estrada

¹³⁸ COSTA, Maria Lúcia Prado. *A Estrada de Ferro Muzambinho no contexto do desenvolvimento ferroviário do Sul de Minas: 1887-1910*. Monografia (Bacharelado em História) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1985. Trabalho não publicado.

de Ferro Pedro II transpusesse a Serra da Mantiqueira, seguisse pelo vale do ribeirão do Passa Quatro até o Rio Verde e seguisse por este até a sua confluência com o rio Sapucaí. Esta estrada, margeando o rio Verde até a Barra do Pontal (hoje Pontalete, distrito de Três Pontas, na divisa com o município de Paraguaçu), teria como objetivo absorver o fluxo de gado do vale do Rio Grande, depositário do Rio Sapucaí.

Este traçado não se concretizou como o pretendido. Se efetivado, o atual município de Paraguaçu teria sido ponto terminal da Estrada de Ferro do Rio Verde. Mas as alterações foram radicais.

O ponto inicial de Resende, na província do Rio de Janeiro, foi substituído por Cruzeiro, em São Paulo, para atender ao pedido do Major Manoel de Freitas Novais, compadre de D. Pedro II e residente naquela cidade. E o ponto terminal que seria em Pontalete foi transferido para Três Corações do Rio Verde (hoje, Três Corações) por solicitação do Brigadeiro Couto de Magalhães¹³⁹, detentor do privilégio de construção.

Também o traçado foi objeto de polêmica entre duas propostas, o “Projeto Sapucahy” e o “Projeto Rio Grande”¹⁴⁰. O baixo vale Sapucaí estaria contemplado no primeiro projeto. Este defendia a ligação com São Paulo e propunha a estrada que de São Paulo se dirigisse para Jaguari (hoje Camanducaia) e Pouso Alegre, à Barra do Sapucaí (encontro com o Sapucaí-Mirim), acompanhasse este rio, atravessasse o Rio Grande, na

¹³⁹ José Vieira Couto de Magalhães (1837-1898). Político, militar e escritor brasileiro. Presidente das províncias de Goiás, Pará, Mato Grosso e São Paulo, iniciou a navegação a vapor no planalto central.

¹⁴⁰ O projeto “Rio Grande” ou “Passa-Vinte” defendia a ligação do Sul de Minas com o Rio de Janeiro. O trajeto propunha a estrada que “saindo da Barra do Pirahy (estação da Estrada de Ferro Pedro II) ou qualquer outro ponto fosse até a estação da Divisa, transpusesse a Serra da Mantiqueira, passasse por Livramento, Aiuruoca, Baependi, Caxambu, Conceição do Rio Verde, Campanha, Caldas e acabasse nos poços do mesmo nome”. (Cf. carta publicada no jornal “O Monitor Sul-Mineiro” de 31 de julho de 1875). O autor desse projeto era o Dr. José Jorge da Silva, residente em Lavras, deputado provincial e geral em várias legislaturas, e líder da Revolução Liberal de 1842.

Cachoeira do Funil do Água Pé (em Igapé) e procurasse o Rio São Francisco, no município de Indaiá (hoje Dolores do Indaiá).

A falência de Mauá¹⁴¹, um dos sócios de Couto de Magalhães, provavelmente contribuiu para o fracasso do projeto e a concessão foi transferida aos ingleses, que construíram a Minas and Rio Railway Company. Esta, contrariando sua própria denominação, partia de Cruzeiro em São Paulo e chegou até Soledade de Minas em 1884.¹⁴²

A Cia. Estrada de Ferro Sapucaí, propriamente dita, só veio a se constituir juridicamente em 1887¹⁴³, mas seu trajeto já era objeto de interesse há pelo menos duas décadas. Seu primeiro projeto foi objeto da lei provincial n. 1827 de 10.10.1871, pela qual o governo garantiria juros de 7% ao ano à companhia que ligasse a Estrada de Ferro Pedro II a Itajubá. Também este projeto é objeto de intensa polêmica entre aqueles que defendiam a ligação da região com São Paulo e aqueles que propugnavam pelo vínculo com a Corte do Rio de Janeiro.

Finalmente pela lei n. 3.384 de 15 de junho de 1886 o Governo Provincial Mineiro autorizou a construção da Estrada de Ferro que ligasse a E.F. Minas e Rio a Poços de Caldas, passando por Cristina, Itajubá e Pouso Alegre, objeto da concessão conferida a Cia. Estrada de Ferro Sapucahy.

Também este projeto não foi respeitado. Segundo Vasco de Castro Lima, o traçado da Estrada de Ferro Sapucahy não corria paralelo ao rio

¹⁴¹ Visconde de Mauá (1813-1889), Irineu Evangelista de Souza, empresário e político brasileiro. Pioneiro da indústria nacional liderou as principais iniciativas de progresso material no segundo reinado.

¹⁴² A Fundação Biblioteca Nacional guarda um mapa datado provavelmente entre 1872 e 1899, intitulado "Projecto de uma estrada de ferro no Valle do Sapucahy", da Coleção Benedito Otoni. Disponível em: <[http://catalogos.bn.br/scripts/odwp032k.dll?t=bs&pr=cartografia_pr&db=cartografia&se=sh&disp=list&ss=NEW&arg=sapucaí,|rio|vale|\(mg\)>](http://catalogos.bn.br/scripts/odwp032k.dll?t=bs&pr=cartografia_pr&db=cartografia&se=sh&disp=list&ss=NEW&arg=sapucaí,|rio|vale|(mg)>) Acesso em: 28 abr. 2010.

¹⁴³ A lei estadual 3419 de 29 de agosto de 1887 concedia garantia de juros ao concessionário da Estrada do Vale do Sapucaí.

homônimo em toda sua extensão, por motivos políticos. O autor esclarece:

A [Estrada de Ferro] Sapucaí, partindo do Rio Verde, afluente do Sapucaí, para depois seguir o vale deste, teria seu traçado muito mais fácil, se o contrato não a obrigasse a passar por Cristina, forçando-a a subir as serras de Pinheirinho, São João, Cristina e Pedrão, para descer até o vale do Sapucaí, nas proximidades de Itajubá. (LIMA, 1934, p. 40)

A versão da Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, no volume sobre “a Grande Região Leste - Planalto”, sobre o traçado das ferrovias sul-mineiras não é plausível. Os autores atribuem as ferrovias ao desenvolvimento do café na região, hipótese contestada pela mesma monografia da pesquisadora. Diz a Enciclopédia:

Mas ao tempo da construção das ferrovias, era nas matas que se estava construindo a riqueza da região, com a formação dos cafezais, o que nos ajuda a explicar o traçado das novas vias de circulação, evitando os campos do alto rio Grande e do alto rio Pardo e preferindo percorrer os vales dos rios Verde e Sapucaí. (BERNARDES, 1963, p. 143).

Como demonstrado na monografia, só pode-se falar em café na região a partir dos anos 80, e já na década seguinte ele sofrerá forte crise, só atingindo um período de expansão nos anos 20 do século XX, quando o café do Sul de Minas supera o da Zona da Mata mineira.

A documentação sobre as estradas de ferro traz informações sobre o baixo Sapucaí. Como exemplo tem-se um estudo extraído dos Relatórios da Cia. Estrada de Ferro Sapucaí, de 1892, que traz a sugestão de um ramal ligando Pouso Alegre a Alfenas. A tabela 4 reproduz-se a projeção da receita deste ramal, caso fosse construído. Nessa projeção, a freguesia de Escaramuça, hoje Paraguaçu, teria a sua estação ferroviária, com significativo comércio de exportação de carne.

Tabela 4 - Mappa de Exportação de Gado Vacum, Cavalar e Suino

Estações	Gado Vaccum e Cavallar Cabeça	Gado Suino Cabeça	Kilometros Percorridos	Frete por Cabeça	Productos
Coroado	1,000	5,000	39	\$585	3:510\$000
Ouro-Fala*	1,000	2,000	68	1\$020	3:060\$000
Retiro***	1,000	3,000	89	1\$335	5:340\$000
Pouca-Massa	20,000	20,000	124	1\$860	74:400\$000
Escaramuça	2,000	4,000	155	2\$325	13:959\$000
Fome ****	3,000	7,000	191	2\$865	28:650\$000
Alfenas	20,000	20,000	212	3\$180	127:200\$000

Fonte: Cia. Estrada de Ferro Sapucahy. Relatório apresentado à Diretoria relativo ao ano de 1892. Rio de Janeiro. Fundo Arquivo Público Mineiro (BH)

Obs.: * Ouro-Fala é o nome de um descoberto de ouro em São Gonçalo do Sapucaí.

** Retiro era o antigo nome do atual município de Turvolândia.

*** Fome era a antiga denominação do município de Fama.

Na tabela acima, percebe-se a proeminência de Pouca-Massa, atual Guaipava, distrito de Paraguaçu, com projeção de exportação de 20.000 cabeças de gado vacuum e equino e de 20.000 cabeças de gado suíno.

Não sem motivo, a cobrança de pedágio na ponte sobre o rio Sapucaí, em Pouca-Massa, hoje distrito de Guaipava, em Paraguaçu, já foi objeto de disputa entre os municípios de Machado e Campanha. Segundo Ricardo Rebello, pesquisador já mencionado, a Câmara Municipal de Campanha fez uma representação ao Presidente da Província de Minas, Francisco de Farias Lemos (1886-1887) para que fosse suspensa a execução do artigo 4º do parágrafo 18 da Resolução n. 3400, de 22.10.1886. O artigo determinava que:

Art. 4 – Serão observadas as seguintes disposições:

[...]

18º - É a municipalidade da cidade de Machado autorizada a cobrar pedágio, que se paga na ponte sobre o rio Sapucahy, no lugar denominado – Pouca-Massa – e obrigada a conserval-a e a reconstruil-a. (Livro da Lei Mineira. 1886. Tomo LIII – Parte primeira – folha n. 7)¹⁴⁴

¹⁴⁴ REBELLO, Ricardo Moreira. Correspondência a Maria Lúcia Prado Costa, datada de Machado/MG em 28.10.1993.

Mas não obteve êxito. O tema foi objeto de dois relatórios da Presidência da Província, em 1.887. A disputa sugere mais uma vez a relevância da produção que circulava pela ponte do rio Sapucahy, em Pouca-Massa, nas décadas de 80 e 90 do século XIX, que se destinava ao abastecimento da Corte do Rio de Janeiro.

Outros municípios do baixo Sapucaí abrigaram estações de outra companhia férrea, também coetânea à Cia. Estrada de Ferro Sapucaí: a Cia. Estrada de Ferro Muzambinho, criada no mesmo ano de 1887. A lei estadual 3.420 de 30 de agosto de 1887, dois dias depois da referente à Estrada de Ferro Sapucaí, garantia juros ao concessionário da Estrada de Ferro Muzambinho. Pertenceriam a esta segunda empresa, a estação de Fluvial (1893), em Elói Mendes¹⁴⁵; a de Espera (1895), em Três Pontas; a de Pontalete (1895), já identificada; a de Josino de Brito¹⁴⁶, em Campos Gerais (1909); Fama (1896); Gaspar Lopes¹⁴⁷, no município de Alfenas (1897).

A figura 16 traz o Mapa da Ligação da Estrada de Ferro Mogiana à Rede Sul Mineira, datado de 1934, constante da monografia já referida. Os trilhos da Mogiana chegam à Poços de Caldas em 1886 e em Guaxupé em 1904. No mapa se evidencia o sentido do curso dos rios Sapucaí e Verde – de sul para norte, e o sentido das ferrovias – de oeste para leste.

A foz do rio Verde no rio Sapucaí e o Porto Sapucahy, estação e porto da estrada de ferro homônima, foram assinalados a posteriori pela pesquisadora.

¹⁴⁵ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Estado de Minas Gerais. Departamento Estadual de Estatística. *Dicionário Toponímico*, 1945, p. 57.

¹⁴⁶ Josino de Paula Brito (1855-1930), republicano histórico, foi deputado estadual constituinte e na 1ª legislatura (1891-1895) e Senador Estadual da 2ª a 6ª legislatura (1895-1914). (MONTEIRO, Norma de Gois. *Dicionário Biográfico de Minas Gerais: período republicano 1889/1991*. Belo Horizonte: ALMG, 1994. v. 1. p.116).

¹⁴⁷ Gaspar José Pereira Lopes (1851-1939) foi vereador, presidente da Câmara e Agente Executivo em Alfenas. Ele exerceu o mandato de deputado estadual na 3ª legislatura (1899-1902) e de senador estadual nas legislaturas de 1903 a 1918. (Idem. *Ibidem*. v. 1. p. 336.)

Uma das atribuições contratuais da Cia. Estrada de Ferro Sapucaí era “explorar, custear e gosar a navegação a vapor do Rio Sapucaí, desde as imediações de Pouso Alegre até o ponto mais conveniente do município de Campanha”. (LIMA, 1934, p. 37)

7.5.5. Navegação no baixo vale Sapucaí

Informações sobre o comércio de mercadorias no rio Sapucaí, em seus trechos navegáveis, aparecem esparsamente na historiografia.

O “Almanack Sul-Mineiro”, de 1874, já referido, também informa sobre o tráfego de mercadorias pelo rio Sapucaí e ainda descreve os dois trechos navegáveis, cujo marco divisório era a barra do rio Verde (em Pontalete, município de Paraguaçu), e as cachoeiras a montante:

Este rio, que tem o comprimento de 340 kilometros, - é perfeitamente navegável na extensão de 100 kilometros entre a barra do rio Verde e o Salto Grande, e mais de 140 kilometros da barra para cima. Affirma o distincto engenheiro Dr. Martiniano Brandão não haver obstáculo algum serio para a navegação na parte baixa, existindo, porém, da barra do rio Verde para cima algumas pequenas cachoeiras. Ultimamente tem sido lançados alguns barcos no Sapucahy, calando - termo médio - um metro, e com o carregamento Maximo de 8,000 kilogrammos, - que são empregados no transporte de gêneros; e sabe-se terem elles navegado com facilidade, tanto da barra do rio Verde para baixo como na parte superior do rio. (VEIGA, 1874, p. 24)

Mas o tema da navegação a vapor no rio Sapucaí parece ter ganhado maior envergadura quando das discussões sobre a conexão dos projetos das futuras ferrovias sul-mineiras com o transporte fluvial nos anos 70 do século XIX, conforme já apresentado nos fragmentos sobre as freguesias banhadas pelo rio Sapucaí no Almanack Sul-Mineiro de 1874.¹⁴⁸

¹⁴⁸ Para o histórico da navegação a vapor no Brasil consultar VIANNA, Hélio. *História da Viação Brasileira*. Rio de Janeiro: Gráfica Laemmert Limitada, Biblioteca do Exército, vol. CXXXIX e CXL. Jul. e Ago. 1949.

Exemplo dessa proposta de conexão entre o transporte ferroviário e o fluvial aparece nas discussões parlamentares sobre a estrada de ferro do vale do Sapucaí.

O deputado Silvestre Ferraz argumentando sobre a riqueza dos municípios de Christina, Itajubá, São José do Paraíso, e Pouso Alegre, a ser transportada pela estrada de ferro, antevia, em seu discurso de 15 de setembro de 1883, na Assembléia Provincial Mineira, os ganhos com a futura navegação do rio Sapucaí:

Se juntarmos a isso a importação e exportação do município de São Gonçalo [do Sapucaí] que vai ser servido pela navegação do rio Sapucahy e que dê preferência a viação fluvial que é muito mais barata, e os de Ouro Fino e Caldas, este algarismo se elevará a 40 mil toneladas. (ANNAIS da Assembleia Provincial de Minas Geraes. 15 set. 1883. p. 347. apud COSTA, M., 1985, p. 52-53)

Edição de 1884 do Almanach Sul Mineiro, quando trata de Douradinho, atual distrito de Machado, afirmou fazerem considerável comércio de sal, as barcas que transitam no Sapucaí, vindas de Itajubá, gastando de doze a vinte dias na viagem. (REBELLO, 2006, p. 534)

E quando trata da freguesia de Nossa Senhora do Rosário do Córrego do Ouro, do atual município de Campos Gerais, informava sobre a conexão entre a navegação do rio Verde e do rio Sapucaí:

No rio Sapucaí, que, [...] está à pequena distância da povoação, passam muitas barcas conduzindo sal das imediações da cidade de Varginha para a do Carmo do Rio Claro. (VEIGA, 1884, p. 163)

Ao que se supõe, a Cia. Estrada de Ferro Sapucaí não se lançou de imediato na exploração da navegação do rio Sapucaí, pois a lei n. 59 da Assembléia Provincial Mineira de 18 de julho de 1893 autorizava o presidente do Estado a contratar com Alberto Bressane Lopes, ou com quem mais vantagens oferecesse, a navegação a vapor do rio Sapucaí, entre Piranguinho e Pouca Massa (hoje distrito de Guaipava, em Paraguaçu).

Em novembro de 1893, o jornal “Monitor” campanhense mencionou o itinerário do barco a vapor Santa Rosa, pertencente à “Navegação Sul Mineira”, pelo Sapucaí. Partia de Fluvial, porto do rio Verde em Elói Mendes, em 4, 9, 14, 24 e 29 de cada mês, passava aos mesmos dias pelas barras do Pontal (Pontalete) e do rio Machado, e nos seguintes por Cabo Verde, Barranco Alto, Correnteza, Santa Rosa, Reserva, Ponte, Tromba e Carrito, estes dois últimos em Carmo do Rio Claro. Deste regressavam em 1, 6, 11, 16, 21 e 26, tocando os mesmos portos. (REBELLO, 2006, p. 534).

Fac-símile de uma ação da Companhia Navegação Sul Mineira, apresentada o livro de Celeste Ferreira, datado de 1893, informa o capital de Rs 150:000\$000, divididos em 750 ações de 200\$000, e dá como sede da empresa a cidade do Carmo do Rio Claro.

Segundo a mesma autora, a iniciativa pela empresa da Navegação Sul Mineira teria partido do advogado de Carmo do Rio Claro, Dr. Randolpho Augusto de Oliveira Fabrino, sócio do Comendador Mayrink Veiga, na primeira indústria de manteiga do Brasil, quicá da América Latina, situada às margens do Sapucaí, em Porto Belo, naquele município¹⁴⁹.

O decreto estadual mineiro n. 1.754 de 5 de setembro de 1904 declarou a caducidade da concessão feita à Companhia de Navegação Sul Mineira para navegação dos rios Verde e Sapucaí.

Nelson de Senna informa que em 1904 a empresa “Estrada de Ferro Minas e Rio” tornou-se arrendatária da navegação a vapor no rio Sapucaí, entre os portos de Fama¹⁵⁰ e Carrito, este em Carmo do Rio Claro. (REBELLO,

¹⁴⁹ A fábrica teria durando até 1892, mas sua chaminé resistiu ao tempo e foi, ainda em pé, coberta pelas águas de Furnas em 1963. (FERREIRA, p. 378)

¹⁵⁰ O livro de Hiensen Franco (2008) traz uma foto sem data do Porto de Fama, à página 52.

2006).¹⁵¹ Waldemar de Almeida Barbosa, sem citar fontes, confirma esta versão e informa que o vapor Sapucaí que fazia este trajeto teria sido construído nas próprias oficinas da estrada de ferro. (BARBOSA, 1979)

Victor da Silveira, no Almanaque "Minas Gerais em 1925"¹⁵², informa que além da navegação do rio São Francisco e do rio Paracatu,

‘que são bastante importantes’ existem mais no Estado de Minas os do Porto do Sapucahy ao Cubatão, com 160 kilometros, explorado pela Rede Sul Mineira; de Fama a Porto Carrito, com 100 kilometros, mantido pela "Navegação Fluvial do Rio Sapucaí" e do Ribeirão Vermelho a Capetinga, no Rio Grande, com 208 kilometros, de propriedade da E. F. Oeste de Minas. (SILVEIRA, 1926, p. 472) (grifos nossos).

Vasco de Castro Lima, no livro já citado, datado de 1934, traz um capítulo sobre as linhas de navegação do rio Sapucaí, focando especialmente as que se conectavam com as linhas férreas.

Segundo o autor, à época da edição do livro, havia três companhias de navegação no rio Sapucaí: a Linha Fluvial, que tinha início no Porto Sapucaí, próximo a Santa Rita do Sapucaí; e duas companhias de navegação que tinham trajetos que partiam de Fama.

¹⁵¹ Ana Beraldo e demais autoras do livro "Sapucaí, o Caminho das Águas", já citado, dá o ano de 1910 para o início da navegação a vapor no rio, sem, contudo, informar a fonte de consulta. A lei estadual 430 de 4 de setembro de 1906 autorizou o governo do estado a conceder ao Barão de Varginha, Joaquim Eloy Mendes, e a Antonio Coelho da Gama, privilégio por 30 anos para navegação do rio Verde, no trecho compreendido entre o Salto Grande e a Estação Fluvial da Estrada de Ferro Muzambinho, inaugurada em 1896.

¹⁵² No título "Cachoeira e Saltos principaes" o autor informa: "Como affluent do Rio Grande temos tambem um dos rios mais caudalosos do Estado – o Sapucahy, que conta quatro importantes cachoeiras, das quaes citamos, duas, a das "Cruzes" com 3.500 cavallos e a de "Itapecerica", com 2.200, ambas situadas no município do Carmo do Rio Claro". (SILVEIRA, 1926, p. 474). Na tabela intitulada "Localização e força das principaes quedas", constam no Município de Paraguaçu e no de Santo Antonio do Machado, respectivamente, a da Escaramuça no rio Sapucaí com 2.000 potência em cavalos e de Poço Fundo no rio Machado com 5.000. Fonte extremamente interessante sobre o aproveitamento hidrelétrico do rio Sapucaí nos anos 30 é o álbum de 34 fotografias intitulado "Otávio Marcondes Ferraz e grupo de engenheiros em trabalho de campo para estudo de uma Usina Hidroelétrica" na Fazenda Três Quedas em Campos do Jordão, datado de 1937, pertencente ao acervo do CPDOC da Fundação Getúlio Vargas.

A Linha Fluvial, tráfegada e administrada pela Estrada de Ferro Sul de Minas, e de propriedade do Estado de Minas Gerais, percorria uma extensão de 160Km tendo 12 portos: Sapucaí, Chiarini, Beraldo, Volta Grande, Santa Clara, Santa Barbara, Ouro Fala, Santa Maria, Poço Feio, Paredes, Lagoa dos Patos e Cubatão. O porto inicial era na estação de Porto Sapucaí¹⁵³, situada no km. 147 da Estrada de Ferro Sapucaí. Esta linha possuía dois vapores: Wenceslau Braz¹⁵⁴ e Julio Bueno. Quando da edição do livro (1934), já se cogitava da supressão da Linha Fluvial, bastante deficitária.¹⁵⁵ Esta companhia teria funcionado até 31 de julho de 1933, quando o tráfico foi suspenso por motivo da baixa das águas do rio Sapucaí, mas cessada, a causa o serviço continuou parado.

As duas outras companhias de navegação, que ligam o porto de Fama, “distrito de Paraguassu”, ao porto Carrito e porto Belo, em Carmo do Rio Claro, realizavam em dias diferentes a viagem entre os portos indicados, com transporte de passageiros, cargas e encomendas. A primeira era a Navegação Fluvial do Rio Sapucaí, fundada em 1900, pelo Dr. Buarque de Macedo e adquirida depois pelo Dr. Francisco Feio. A segunda, Viação Fluvial do Rio Sapucaí, fundada pelo Dr. Epifanio Magalhães Macedo, advogado, agente executivo e presidente da Câmara de Carmo do Rio Claro, seria mais tarde organizada em sociedade anônima, tendo como presidente o Cel. Bernardino de Faria Pereira¹⁵⁶.

¹⁵³ Vasco de Castro Lima traz em seu livro de 1934 uma foto em P&B do Porto Sapucaí, ponto de início da Linha Fluvial.

¹⁵⁴ O CPDOC da Fundação Getúlio Vargas dispõe de uma foto em P&B do Vapor “Wenceslau Brás” recebido pelo Governo Federal, contudo, sem data.

¹⁵⁵ O autor traz uma tabela sobre a situação financeira da empresa, entre os anos de 1926 e 1933, todos com resultado deficitário. Neste último ano, o déficit era de 24:545\$308. (LIMA, 1934, p. 12). Os decretos estaduais nº 9.782 de 3 de dezembro de 1930 e nº 9.982 de 10 de julho de 1931 aprovam pagamento de subvenção contratual à empresa de navegação do rio Sapucaí. A primeira no valor de 3:892\$000 e a segunda no valor de 27:216\$000.

¹⁵⁶ Segundo o Almanaque “O Brasil Industrial, Agrícola, Commercial e Politico”, datado de 1928, havia no Município de Paraguassú apenas a companhia de Navegação do Rio Sapucaí, com sede em Fama.

Ambas as companhias [serviam] aos municípios de Alfenas, Dolores da Boa Esperança, Campos Gerais, Carmo do Rio Claro e parte do de Guapé. (LIMA, 1934, p. 214)¹⁵⁷

O almanaque de 1939, intitulado, "Brasil – Município e Comarca de Paraguassú – Estado de Minas Gerais, organizado pelo Dr. Célio Conde Leite, traz informações sobre os serviços de navegação. À época o distrito de Fama pertencia ao município de Paraguaçu.

Funcionam no município duas linhas regulares de navegação fluvial, partindo de Fama até os portos Carrito e Carmo do Rio Claro, no rio Sapucaí, na extensão de 105 e 108 km, respectivamente, com vários pontos de escala e que utilizam para o tráfego 3 vapores e 3 lanchas. (LEITE, 1939, p. 10)

O mesmo almanaque traz ainda a seguinte propaganda:

Navegação do Rio Sapucaí – Entre Porto de Fama e Porto Carrito: Transporte rápido de mercadorias, mantendo tráfego mútuo com a Contadoria Geral de Transportes e servindo aos municípios de Carmo do Rio Claro, Guapé, Boa Esperança, Alfenas, Campos Gerais e Paraguassú. Faz escala nos seguintes portos: Fama; Amoras; Cabo Verde; Barranco Alto; Azevedo; Correnteza; Águas Verdes; Santa Rosa; Prado Leite; Ponte; Tromba e Carrito. Transporte de Passageiros. Aceitamos também despacho de mercadorias do Rio de Janeiro e São Paulo por via rodoviária, feito por empresas de auto transporte. Escritório e Armazéns em Fama. (LEITE, 1939, p 47) (grifo nosso).

Não há clareza nas fontes consultadas sobre a data de extinção da navegação a vapor no rio Sapucaí. Ana Beraldo e autoras informam a data de 1940. Contudo a lei estadual n. 946 de 4 de outubro de 1946 autorizava o governo, entre outras coisas, a conceder moratória sem juros à empresa de navegação do rio Sapucaí e adquirir-lhe as instalações e a conceder-lhe uma subvenção de 18.000\$000 anuais.

¹⁵⁷ O autor curiosamente omite o município de Paraguaçu ao qual naquela época pertencia o distrito de Fama.

Ana Beraldo e demais autoras, no livro já referido, trazem depoimentos de antigos maquinistas e de usuários destas embarcações e ainda fotos dos portos abandonados.

Carlos Lisboa Prado (1926-2008)¹⁵⁸ prestou o seguinte depoimento às autoras, sobre os três vapores que passavam por Fama, perto da Fazenda Santa Helena, onde nasceu:

Um era do tipo rebocador, chama-se Urano e puxava as barcas. Outro, Francisco Feio, era misto e transportava mercadorias e passageiros. Por último, São Cristóvão, destinado apenas para passageiros, era o mais bonito de todos. (BERALDO et al., 1996, p. 62)

A figura 17 traz ilustração do vapor Francisco Feio, apresentada em um calendário da década de 80 da Prefeitura Municipal do Carmo do Rio Claro. A legenda é a seguinte:

O sereno e legendário rio Sapucay, tendo ao centro o vapor Francisco Feio (nome do engenheiro seu proprietário). Fazia o transporte de mercadorias e passageiros de Carmo a Fama. Ao fundo, a conhecidíssima e panorâmica Serra da Tromba.

¹⁵⁸ Carlos Lisboa Prado (1928-2008) é tio materno da pesquisadora e já foi citado na seção desta dissertação também como personagem do livro de memórias sobre Furnas.

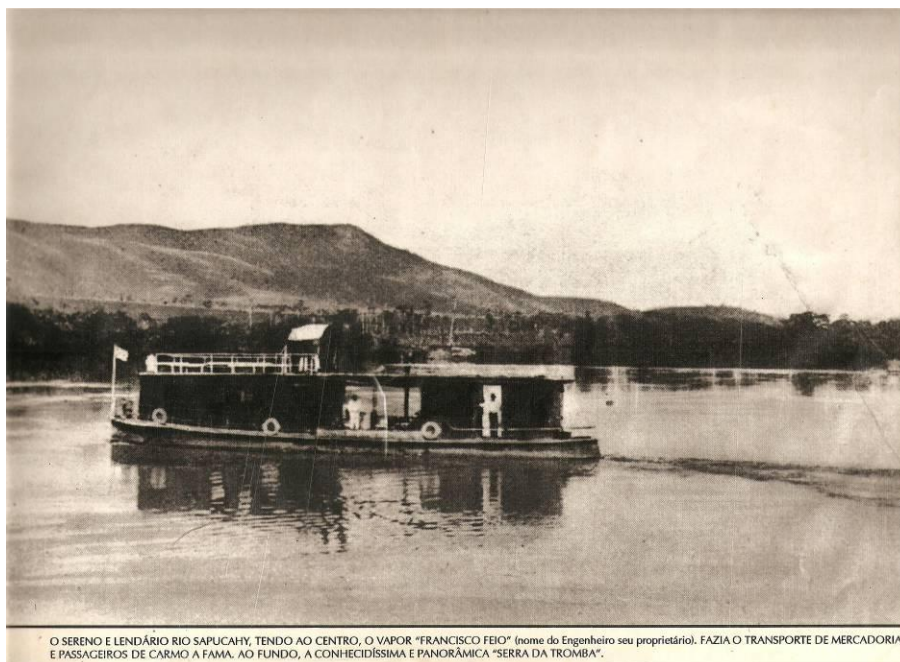


Figura 17 - Vapor Francisco Feio. [198-]. Calendário da Prefeitura Municipal do Carmo do Rio Claro

O paraguaçuense, Crezo Leite Prado, na crônica "Descendo o Sapucaí", publicada no jornal "A Voz da Cidade", em 17 de abril de 1993, descreve uma viagem realizada, quando menino, em 1941 no barco a vapor da Cia. de Navegação do Rio Sapucaí, entre Fama e Carmo do Rio Claro.

A viagem era cansativa, mas emocionante. O Sapucaí alargando-se cada vez mais, nos encantando com as belas paisagens bucólicas de suas margens. O vapor seguia lento puxando o batelão com lenha e mercadorias. A certa altura, o cozinheiro saltou e entrou no milharal, retornando com várias espigas de milho. Assou-as no braseiro e, para nós, foi uma festa. (PRADO, A Voz da Cidade. 17 abr. 1993)

O livro "A Navegação do Rio Sapucaí" (2001), de Octavio Miranda Gouvea, traz a seguinte interpretação para o trajeto da Linha Fluvial:

Entre esses dois ramais ferroviários (E.F. Sapucaí e E.F. Muzambinho) uma vasta região, que se estendia de Pouso Alegre até Paraguaçu, era completamente desprovida de meios de comunicação, quer sejam rodovias ou ferrovias. Era servido apenas por precárias estradas municipais. Por isso, a implantação de um sistema de navegação se fez necessária, o qual passou a servir a região cortada atualmente pela Rodovia Fernão Dias, cujo traçado corre paralelamente [sic] ao Rio Sapucaí. (GOUVEA, 2001, p. 50)

Não se pode concordar que a definição das rotas de navegação assim como a de transporte ferroviário no Sul de Minas atendesse a racionalidades técnicas como a apresentada pelo autor. Também não entende-se que a rodovia Fernão Dias corra paralelamente ao rio Sapucaí, entre Pouso Alegre e Paraguaçu. Fica, aqui, contudo, registrada a sua versão, especialmente interessante, por sugerir a construção da rodovia Fernão Dias ligando a região a São Paulo, como fato histórico de abandono definitivo da navegação fluvial.¹⁵⁹ Mais uma vez, apresenta-se aqui o interesse de São Paulo pelo território do baixo Sapucaí.

Segundo Waldemar de Almeida Barbosa, construída a represa de Furnas, na década de 50, a Companhia de Navegação do São Francisco assumiu a ligação entre as várias cidades atingidas pelas águas de Furnas, por meio de balsas. (BARBOSA, 1979)¹⁶⁰. É importante lembrar que o barramento de Furnas atingiu especialmente o trecho navegável do rio Sapucaí no baixo vale: o trecho entre Fama e Carmo do Rio Claro.

Ernani Silva Bruno, em texto de 1961, sugere a persistência da navegação no rio Sapucaí, depois de finda a navegação a vapor: “É intensa a navegação fluvial, por meio de barcas e canoas – nos rios Verde e Sapucaí, afluentes do rio Grande [...]” (BRUNO, 1961, p. 61)

7.5.6. Pontes

¹⁵⁹ Gouvêa ainda relata sobre uma fábrica de laticínios em Volta Grande (Careagu) que exportava sua produção pelo rio Sapucaí. E ainda relembra a versão de que a ponte pênsil que deveria ir para o município fluminense de São Gonçalo, por um equívoco, seguiu para São Gonçalo do Sapucaí. A ponte teria sido importada da Inglaterra e construída em Retiro do Sapucaí (hoje, Turvolândia).

¹⁶⁰ O livro de Celeste Ferreira, sobre o município do Carmo do Rio Claro, traz foto de “modernas balsas da Cia. Navegação do Vale do São Francisco em Porto Belo”. (FERREIRA, p. 399)

A construção de pontes ligando territórios cortados pelos rios também foi tema de debates conforme se depreende das fontes consultadas sobre o município de Paraguaçu.

O Almanaque “Paraguassu” de 1939 trazia a expectativa em relação à construção da ponte em Pontalete:

Uma medida imperiosa que se impõe é a construção da ponte metálica sobre o rio Sapucahy, na estação de Pontalete. E é de se esperar que em breve se tornará realidade esse importante melhoramento com grande benefício dos municípios de Paraguassu, Eloy Mendes e Três Pontas. Por essa ponte terão de passar nada menos de um milhão de arrobas de café e centenas de rezes, anualmente. (PARAGUASSU, 1939, s/p)

O almanaque de 1939, já referido, informava que:

Existem no município 4 pontes principais, além de outras menores, sendo 2 metálicas, ambas da Rede Mineira de Viação Sul, a primeira no rio Sapucaí, na divisa com o município de Campos Gerais, a segunda no rio Machado; uma de madeira, ainda no rio Machado, na rodovia que liga a vila de Fama à cidade de Paraguassú e outra de concreto armado, monumental obra de engenharia, com 98 mt. de extensão em 4 lances de 5 mt. de largura, transpondo o rio Sapucaí entre este município e Elói Mendes. (LEITE, 1939, p. 10)

“O Sul-Mineiro Ilustrado”, de 1941, na matéria intitulada, “O Desenvolvimento de Paraguassú e a Administração Cristiano Otoni do Prado” informa sobre projetos de pontes e instalação de balsas:

Pontes – Paraguassú muito tem trabalhado para conseguir uma ponte em Pontalete, no rio Sapucaí, que é de interesse vital para o município. Também a ponte sobre o rio Machado, na rodovia para Fama está exigindo a atenção dos dirigentes do Estado. [...]

Balsas – Sendo o município cercado por vários rios a Prefeitura precisa facilitar a transposição dos mesmos onde não existem pontes e assim já colocou uma balsa publica em Pontalete e outra no Porto Novato, pretendendo colocar uma no distrito de Paramirim [Guaipava] e outra em Fama, ambas sobre o [rio] Sapucaí. (O SUL-MINEIRO ILUSTRADO, 1941, p.2)

O Arquivo Público Mineiro guarda uma fotografia intitulada “Vista parcial de Pontalete em Minas Gerais e Ponte em construção”, contudo, sem

data.¹⁶¹ Vasco de Castro Lima traz, em seu livro de 1934, fotografia da ponte situada sobre o rio Sapucaí, perto da estação de Fama.

7.5.7. Rodovia Fernão Dias

Em 1959 foi inaugurada, pelo presidente Juscelino Kubitschek, a rodovia federal Fernão Dias (então BR-55) ligando a cidade de São Paulo a Belo Horizonte.¹⁶²

A figura 18 traz fragmento do mapa rodoviário atual em que evidencia-se o traçado da rodovia BR-381 no baixo Sapucaí. A rodovia é marcada por linha amarela.

Foi marcado a posteriori o ponto da intercessão do rio verde e do rio Sapucaí na represa de Furnas.

¹⁶¹ A fotografia citada está disponível em: http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/fotografico_docs/photo.php?lid=31707. Acesso em 10 nov. 2010.

¹⁶² O Centro de Pesquisa e Documentação da História Contemporânea (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas guarda um álbum de 100 fotografias P&B intitulado: "Rodovia BR 55 Fernão Dias ao Exmo Sr. Ministro de Aviação e Obras Públicas Almirante Ernani do Amaral Peixoto homenagem do diretor geral DNER Eng. Carlos Pires de Sá (Título Original)", datado entre julho de 1959 e janeiro de 1961 (Data provável).

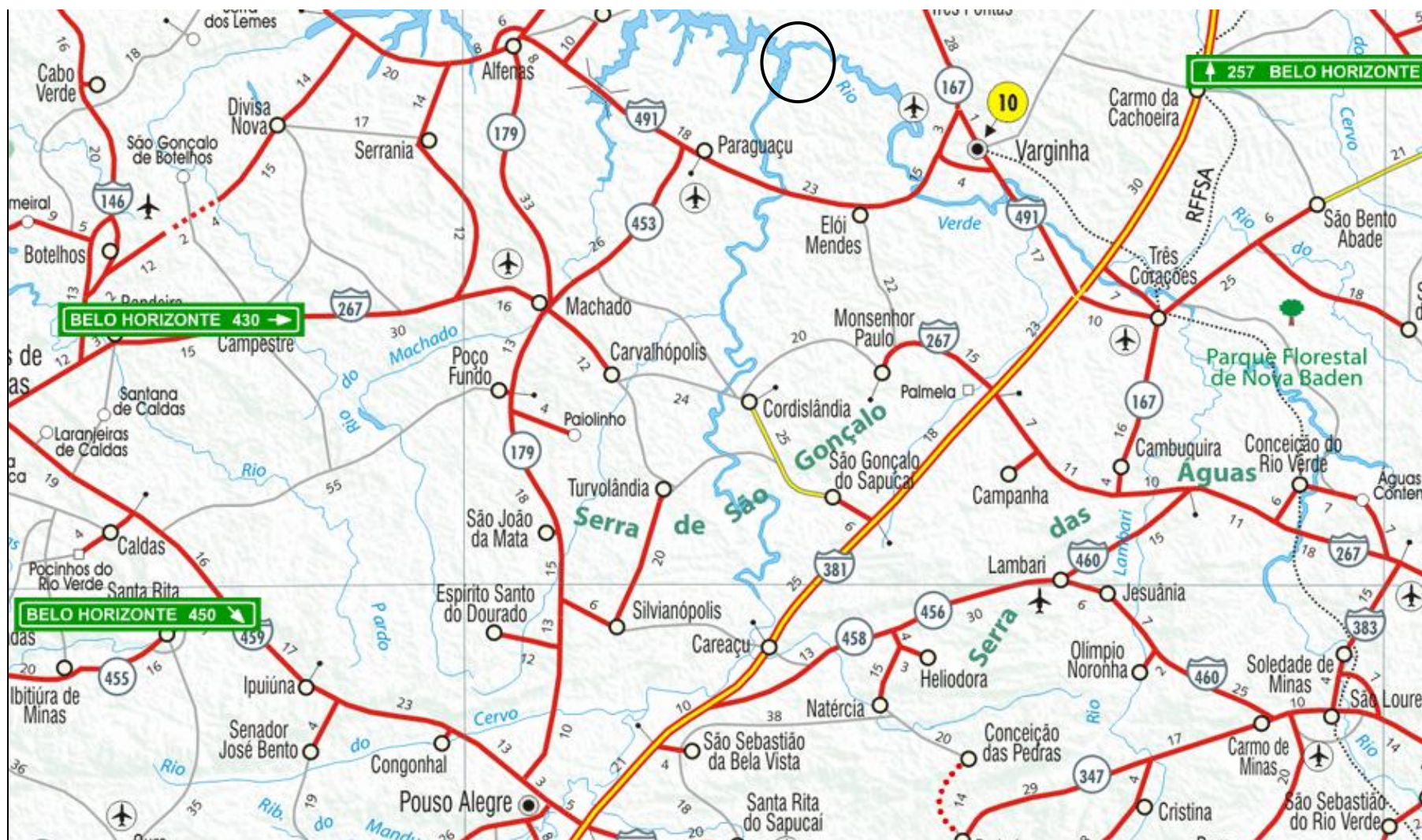


Figura 18 - Mapa Rodoviário do Trajeto da BR-381 no vale do Sapucaí. 2002.

Sobre a rodovia Fernão Dias, discorre a Enciclopédia dos Municípios Brasileiros (1960), quando retrata a “Grande Região Leste (o Planalto)”:

Aproveitando parcialmente uma das rotas dos bandeirantes, que nenhuma das vias de circulação moderna ainda havia utilizado, a nova estrada alcança o Sul de Minas por Extrema, Camanducaia, Cambuí e São Gonçalo do Sapucaí. Prosseguindo na direção da capital, corta o rio Grande pouco abaixo do Ribeirão Vermelho e atravessando o vale do Pará, chega a Belo Horizonte por Betim. (FERREIRA, 1960, p. 148)

A hipótese aqui apenas esboçada é que a construção da rodovia Fernão Dias, associada ao modelo desenvolvimentista calcado no binômio transporte-energia do período JK, tenha sido o marco de superação dos acidentes geográficos, e em especial, o rio Sapucaí, como elemento de estruturação do espaço aqui retratado.

7.6. O papel do rio Sapucaí como ator histórico no baixo vale

A importância do rio Sapucaí e de sua bacia é perceptível nas rotas dos primeiros exploradores, nas bandeiras do século XVI e XVII, na identificação de descobertos, registros, sesmarias, quilombos e motins, nos séculos XVIII, nas discussões sobre os caminhos e traçados ferroviários do XIX e em especial na delimitação das divisas entre Minas e São Paulo, questão que iniciada desde a Guerra dos Emboabas (1708-1709) só seria concluída em 1937.

O rio Sapucaí já não exercia um papel preponderante quando se discutiram os trajetos ferroviários para o Sul de Minas, a partir de 1870. Apesar da constante menção aos vales dos rios da região, a historiografia informa que esses indicadores físicos foram por várias vezes abandonados para atender a objetivos políticos. A pouca significação econômica da navegação comercial, cuja existência sempre deficitária durou apenas quatro décadas – as quatro primeiras do século XX – sugere a superação

do potencial do rio como hidrovia. Esta hipótese, aqui apenas esboçada, fica dependendo de pesquisas mais consistentes, que fogem ao escopo dessa dissertação.

Outra vertente de pesquisa histórica focada no rio Sapucaí como ator histórico seria aquela que levantasse as enchentes do rio Sapucaí, já registradas desde 1874 em Itajubá, e seus rebatimentos na história da bacia, no baixo vale.¹⁶³

Outra linha de pesquisa também focada no rio Sapucaí como protagonista seria aquela interessada na história do aproveitamento hidrelétrico do rio, iniciado por Furnas no rio Grande, em 1957, até os atuais projetos das Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), no próprio rio Sapucaí, ainda em discussão. Atribui-se a estas discussões a demissão da diretoria do CBH-Sapucaí em 2010.

Entende-se ainda que a expressão Sapucaí ao longo da história expandiu seu significado para além dos tópicos diretamente vinculados ao rio e a localidades por ela banhadas. Ao longo da história, Sapucaí foi o nome escolhido também para identificar termos e comarcas; projetos separatistas; título nobiliárquico e até alguns jornais do Sul de Minas¹⁶⁴.

Os principais fatos da narrativa sobre o baixo Sapucaí serão objeto do módulo 5 do instrumento de capacitação dos educadores da Fazenda-Escola Fundamar. Esta cartilha será apresentada como apêndice desta dissertação.

¹⁶³ A dissertação de mestrado em engenharia de energia de Mario Vitor Pinheiro (2006), já mencionada em outras seções deste texto, traz detalhado estudo sobre as cheias do município Itajubá, incluindo extenso arquivo fotográfico sobre. Entretanto o trabalho foca município do médio Sapucaí, território não incluído em nossa pesquisa.

¹⁶⁴ O jornal "O Sapucay" – jornal político, literário e noticioso, editado em Campanha, estava em seu segundo ano em 1865 e consta do fundo do arquivo do Centro de Estudos Monsenhor Lefort, naquela cidade. O jornal "Valle-Sapucahy", editado em Pouso Alegre, tem um exemplar de 1885 sob a guarda do Arquivo Público Mineiro. (Cf. Separata da Revista do Arquivo Público Mineiro. *I Catálogo dos Jornais Mineiros do A.P.M. em Microfilme*. Belo Horizonte. Ano XXXI. 1980.)

CONCLUSÃO

A elaboração do instrumento de capacitação dos educadores da Fazenda-Escola Fundamar dentro de uma perspectiva interdisciplinar evidenciou, dentro de suas limitações, algumas conclusões e indicou novos desafios de pesquisa.

Entre as conclusões pode ser citada a evidência de hibridação cada vez mais intensa no Brasil, entre a educação ambiental e a educação patrimonial, apesar, da primeira contar com marco regulatório definido e a segunda ainda não. O fato da existência de uma estrutura legal para a educação ambiental no país não garante, entretanto, eficácia para a mesma, como se procurou demonstrar.

Outra conclusão foi a percepção de uma dessacralização dos atores, dos métodos e dos objetos de educação ambiental e de educação patrimonial, no país. Não é o Ministério da Educação tampouco o do Meio Ambiente, os principais protagonistas neste cenário. As empresas públicas e privadas, as entidades do Terceiro Setor nacionais e estrangeiras, os órgãos ligados à administração pública e alguns poucos Comitês de Bacia Hidrográfica são os produtores de material pedagógico sobre o tema dos recursos hídricos, mas quase sempre com patrocínio ou apoio do Poder Público.

A produção deste vasto conjunto de cartilhas; folders; cartazes; jogos em meio físico ou digital refere-se na maioria das vezes e evidentemente a lugar nenhum o que a torna pouco significativa para a construção de raciocínios sobre o espaço efetivo de pertencimento dos sujeitos que eventualmente tenham acesso e este material.

A ampliação da percepção dos sujeitos sobre o espaço da respectiva bacia hidrográfica, sugestão decorrente da atual política de recursos hídricos, ainda constitui-se um grande desafio ou uma impossibilidade histórica.

O principal obstáculo parece ser o enraizado sistema de organização administrativa centrada no poder e autonomia dos municípios – base do sistema federativo brasileiro.

Outro obstáculo é a pouca sintonia entre os órgãos de gestão dos recursos hídricos. Há divergências entre eles sobre o território exato de cada sub-bacia; sobre o tamanho das áreas de preservação permanente; sobre a competência das resoluções dos órgãos da administração federal sobre a legislação estadual; e há dúvidas sobre a efetividade dos Comitês de Bacia tanto na regulamentação do uso dos recursos hídricos quanto na educação ambiental.

Também no nível local, os instrumentos de gestão do município de Paraguaçu se mostram pouco robustos, para a garantia da sustentabilidade dos recursos hídricos. São frágeis, o Plano Diretor, o Conselho de Meio Ambiente e o Conselho de Patrimônio Cultural – notadamente na questão da gestão dos recursos hídricos e da educação ambiental e educação patrimonial a eles referentes.

O estudo da história do uso da água no Brasil ainda está em construção. São ainda tímidas as iniciativas do que parece ser um tema muito profícuo da História Ambiental no país.

A proposição de se constituir narrativas sobre o rio na perspectiva da história – propósito da educação patrimonial – aqui se fez com o cuidado de não provocar um retrocesso à história regional, de tom ufanista e de idealização de um passado mítico, ao se atribuir ao rio um protagonismo que ele não teve. Procurou-se estabelecer alguns critérios para verificar o

alcance do rio como “ator histórico” na estruturação do espaço de seu entorno.

Seguindo tais critérios, as narrativas sobre o impacto do Reservatório de Furnas sobre o território de Paraguaçu - e em especial sobre o bairro rural do Chico dos Santos, e sobre o baixo Sapucaí foram exercícios distintos, mas complementares.

No primeiro exercício, o método de se trabalhar com textos de pesquisadores “antiquários”, depoimentos da população ribeirinha e jornais da época possibilitou identificar faces distintas de um mesmo fato histórico – objetivo sempre perseguido no ofício do historiador.

O segundo exercício foi mais exigente, uma vez que a delimitação do marco espacial e temporal foi sendo construída ao longo da pesquisa. A mudança da toponímia e dos territórios do que denominou-se baixo vale Sapucaí ao longo do tempo e - principalmente antes e depois do alagamento de Furnas - exigiu um esforço paciente do pesquisador. A cartografia histórica analisada, se por um lado, desvelou um rico universo a ser trabalhado de forma interdisciplinar, por outro, trouxe alguns enigmas de interpretação, uma vez que a representação de muitos mapas fugia aos padrões cartográficos modernos. De qualquer forma, acredita-se ter evidenciado indícios que o rio Sapucaí teve importância superior ao que hoje reconhece a historiografia.

A atual pauta ambientalista talvez traga um momento de reversão da perda de importância do rio Sapucaí para a percepção ambiental e social da população de seu entorno, movimento no qual se insere essa dissertação construída para capacitar educadores de uma escola pública do baixo vale.

A construção do instrumento de capacitação para os educadores da Fazenda-Escola Fundamar – objeto último desta pesquisa – procurou integrar tanto a temática ambiental quanto a patrimonial, a partir do território mais pequeno para o mais grande, parafraseando Milton Santos. A peculiar situação da Fazenda-Escola, colada à linha de borda entre a sub-bacia do Sapucaí e a do Reservatório de Furnas, ambas, tributárias da bacia do rio Grande, que por sua vez é tributário do rio Paraná, por certo foi um fator de sofisticação dos raciocínios propostos para assimilação dos conceitos de drenagem e linha de cumeada.

Outra conclusão foi a importância da incorporação do conhecimento dos educadores para elaboração desse instrumento de capacitação. Muitas das percepções deles, como por exemplo, a diminuição das águas das minas no período de chuvas, foi posteriormente confirmada pela literatura científica consultada.

Estas parecem ter sido as conclusões a que se chegou nessa dissertação.

Quanto aos desafios ainda a serem realizados coloca-se a necessidade de conferir maior fundamentação à hipótese aqui apenas aventada sobre as razões do não reconhecimento da importância do rio Sapucaí pela historiografia.

A narrativa sobre o protagonismo do rio Sapucaí no baixo vale parece ter indicado uma periodização bastante clara, que se encerra nos anos 50 do século XX. Procurou-se evidenciar a importância do rio Sapucaí, no baixo vale, no período colonial como local de presença indígena cuja cerâmica hoje é destaque na arqueologia; como rota dos bandeirantes paulistas; área de prospecção minerária e de fixação de núcleos urbanos; marco de litígio sobre a área entre paulistas e mineiros, tanto no nível administrativo-militar quanto eclesiástico; local de esconderijo de

bandoleiros e de quilombo/ rebelião importante; ponto de coleta de impostos.

No período imperial em que os fazendeiros ligados ao Partido Liberal monopolizavam o abastecimento e comércio de carne verde na praça do Rio de Janeiro, o rio Sapucaí era local de travessia da produção das imediações do então Carmo da Escaramuça, hoje município de Paraguaçu, como o demonstrado no estudo sobre um eventual ramal da Estrada de Ferro Sapucaí, de 1892, entre Pouso Alegre e Fama, no baixo vale.

A partir dos anos 70 do século XIX a disputa entre paulistas e fluminenses fez com que os projetos de estradas de ferro abandonassem o caminho do leito dos rios – Sapucaí e Muzambinho e seguissem outros trajetos que deram aos paulistas a hegemonia sobre a exploração econômica da região. O rio Sapucaí ainda teria exercido algum protagonismo na região quando da navegação a vapor nos dois trechos navegáveis no baixo vale, projeto iniciado em torno de 1890 encerrado na década de 1940.

Quando da construção da rodovia Fernão Dias e da hidrelétrica de Furnas, ambos na década de 50, dentro do binômio “energia – transporte” de Juscelino Kubitschek, o rio Sapucaí perdeu influência sobre seu vale. Mais uma vez o interesse dos paulistas, agora confundidos com o da Nação, teria se sobreposto aos interesses locais.

Essa hipótese merece ser mais trabalhada, oportunamente.

REFERÊNCIAS

A REUNIÃO Pessedista de Poços de Caldas e as reivindicações dos sul-mineiros da bacia de Furnas. *O Paraguassu*. Paraguaçu (MG), 21 fev. 1960. n 761. p. 1

AB'SÁBER, Aziz. O rio São Francisco: um rio que cruza os sertões. In: BISILLIAT, Maureen. *Terras do rio São Francisco*. [Belo Horizonte]: Banco do Estado de Minas Gerais, [1986]. 101 p

AGÊNCIA NACIONAL DAS ÁGUAS; ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDADES PARA EDUCAÇÃO CIENCIA E CULTURA. *História do Uso das Águas no Brasil: do Descobrimento até o Século XX*. [Brasília]; [2007] Disponível em: <<http://historiadousodaaguanobrasil>> Acesso em: 20 abr. 2009.

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA. *Compensação Financeira pela utilização de recursos hídricos. Royalties efetivamente pagos pela Itaipu Bi Nacional em 2009. Município de Paraguaçu*. Disponível em: <<http://www.aneel.gov.br/aplicacoes/cmpf/gerencial/>>. Acesso em 10 abr. 2010. 1 tabela.

_____. Resolução n. 088 de 23 de março de 2001. Estabelece a metodologia para rateio da Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos para fins de geração de energia elétrica, devido pelas centrais hidrelétricas e royalties de ITAIPU Binacional, entre Estados, Distrito Federal e municípios. Disponível em: <http://www3.aneel.gov.br/netacgi/cobaia.exe?S2='2001'&S4=&S5Mask=&l=20&SECT1=IMAGE&SECT4=e&SECT6=HITOFF&SECT3=PLURON&SECT2=THESON&SECT5=BIBL04&S6=legislacao&S1=ren&S3=aneel&d=BIBL&p=1&u=http://www.aneel.gov.br/biblioteca/pesquisadigitres.cfm&r=20&f=G&S5=+N%E3o+'OFC+OF%CDICIO'> Acesso em: 22 jun. 2009.

ALVES, Edson Viane. *Memórias do Chico dos Santos*. Rio de Janeiro: Litteris Ed.: São Paulo, SP: Casa do Novo Autor. 200. 40 p.

ANASTASIA, Carla Maria Junho. *A geografia do crime: violência nas Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005. 173. il. (Humanitas)

_____. *Rebeldes do Rio Sapucaí: motim de Campanha do Rio Verde*. Cap. 6 In: ANASTASIA, Carla. *Vassalos rebeldes: violência coletiva nas Minas na primeira metade do século XVIII*. Belo Horizonte: C/Arte, 1998. 152 p.

_____. Salteadores, bandoleiros e desbravadores nas Matas Gerais da Mantiqueira (1783-1786) In: DEL PRIORI, M. (Org.). *Revisão do Paraíso*. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

ANDRADE, Carlos Drummond de. (Org.). *Brasil, terra e alma*: Minas Gerais. Rio de Janeiro: Editora do Autor, 1967.

ANDRADE, João Eustachio. Furnas. *A Voz da Cidade*. Paraguaçu. 27. Jan. 1963. Edição fac-similar.

ARCELOMITTAL. *Histórico*. Disponível em: http://www.belgo.com.br/conglomerado/historico/historia_belgo/surge_belgo_mineira Acesso em: 23 jul. 2009.

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. Revista do Arquivo Público Mineiro. *Repertório de fontes sobre a escravidão*. Anno XXXIX. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1992.

_____. Separata da Revista do Arquivo Público Mineiro. *I Catálogo dos jornais mineiros do A.P.M. em microfilme*. Anno XXXI. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1980. 72 p.

ARRUDA, José Jobson de Andrade. Prefácio. In: ESPINDOLA, Haruf Salmen. *Sertão do rio Doce*. Bauru/SP: EDUSC, 2005.

ASFALTO será uma realidade. *A Voz da Cidade*. Paraguaçu (MG). 10 dez. 1967. p. 1.

ASFALTO – Acampamento em Paraguassu. *A Voz da Cidade*. Paraguaçu (MG). 21 jul. 1968. p. 1

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO LAGO DE FURNAS. *Saneamento ambiental na região do Lago de Furnas*. [Alfenas], [2009]. 1 folder

_____. *Informações complementares*. Disponível em <http://www.alago.org.br>. Acesso em: 17 jul. 2009.

AVRITZER, Leonardo; PEREIRA, Maria de Lourdes Dolabela. *Democracia, participação e instituições híbridas*. Revista *Teoria e Sociedade*, número especial. Instituições híbridas e participação no Brasil e na França. Belo Horizonte: Ed. UFMG. p. 17-41. mar. 2005.

BARBOSA, Valdemar de Almeida. *Dicionário da terra e da gente de Minas*. Belo Horizonte, 1985. 208 p. (Série publicações do Arquivo Público Mineiro, 5)

_____. *Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Saterb, 1971.

_____. *História de Minas*. Belo Horizonte: Editora Comunicação, 1979. v. 1.

BARROS, Jose D` Assunção. *O campo da História: especialidades e abordagens*. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.

BARSA CONSULTORIA EDITORIAL, Nova Enciclopédia Barsa. São Paulo: Barsa Consultoria, 2001. 18 v.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de História. In BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*; tradução Sergio Paulo Rouanet. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Obras Escolhidas; v. 1).

BERALDO, Ana et al. *Sapucaí, o caminho das águas*. Trabalho produzido como projeto experimental para conclusão do curso de Comunicação Social, habilitação em Jornalismo da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras "Eugênio Pacelli", Pouso Alegre (MG), 1992. 119p. Il.

BERALDO, Carla. Historiador pesquisa índios e sonhar criar um museu. *O Estado de Minas*. Belo Horizonte. 24 mai. 1997.

BERNARDES, L. M. Cavalcanti (Org.). *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*, Rio de Janeiro: IBGE, 1983, v. 8.

BLOCH, Marc. *A terra e seus homens: agricultura e vida rural nos séculos XVII e XVIII*. In BLOCH, Marc; tradução de Ilka Stern Cohen; Bauru, SP: EDUSC, 2001. 578 p.: il. (Coleção História).

BRANDÃO, Átila. *Linha de transmissão: edição especial comemorativa dos 30 anos de criação de FURNAS – Centrais Elétricas S.A.*, 2. ed. Rio de Janeiro: 1987.

BRANT, Fernando; RAQUEL, Ana. *Chico, o caminhador*. Belo Horizonte: Editora Lê, 2005, Il.

BIA MAPAS EDITORA LTDA. *Ciclo da Água*. [S.l]; [2009?]. 1 cartaz

BISILLIAT, Maureen. *Terras do Rio São Francisco*. Introdução de Aziz Ab'Sáber.[Belo Horizonte]: Banco do Estado de Minas Gerais. [1986]. Il.

BOSHI, Caio. *Fontes primárias para a história de Minas Gerais em Portugal*. 2. ed. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro. Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1998, 122 p. (Coleção mineriana. Série obras de referência)

BOTELHO, Angela Vianna; REIS, Liana Maria. *Dicionário histórico Brasil colônia e império*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2002. 302 p. Il

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*: promulgada em 05 de outubro de 1988. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm> Acesso em: 10 abr. 2010.

_____. Decreto n. 4.281 de 25 de junho de 2002. Regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br>>. Acesso em: 20 abr. 2009.

_____. Lei n. 9.433 de 8 de janeiro de 1997. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br>>. Acesso: 20 abr. 2009.

_____. Lei n. 9.795 de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br>>. Acesso em: 20 abr. 2009.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclo: apresentação dos temas transversais*. Brasília: MEC/SEF, 1998. 436 p.

_____. Ministério das Comunicações. Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. Diretoria Regional de Campanha. *Os correios na história de Campanha*. Belo Horizonte: Sta. Edwiges, 1973, 148 p., Il.

_____. Ministério da Fazenda. Receita Federal. *Memória*. [2000?] Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/Memoria/Busca/resultado.asp>> Acesso em 10 abr. 2010.

_____. Ministério do Meio Ambiente. LAYARGES, Philippe Pomier (Org.). *Identidades da educação ambiental brasileira*. Brasília. 2004. Disponível em: <<http://sibea.mma.gov.br/dcsibea>>. Acesso em: 07 abr. 2008.

_____. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental. Departamento de Educação Ambiental. *Os diferentes matizes da educação ambiental no Brasil: 1997-2007*. Brasília. 2008. Edição fac-similar.

_____. Ministério Público. 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público. Disponível em: <<http://www.4ccr.pgr.mpf.gov.br>> Acesso em: 10 abr. 2009. 1 tabela.
BRUNO, Ernani Silva. Apontamentos sobre a Região. In: RIEDEL, Diaulas. *O Ouro e a Montanha: histórias e paisagens do Brasil*. Minas Gerais. São Paulo: Ed. Cultrix, 1961.

BUENO, Júlio. *Almanaque do município da Campanha*. Publicado a 1º de janeiro de 1900 em comemoração ao 1º centenário da autonomia política e administrativa do Município. 3. ed. Centro de Estudos Monsenhor Lefort. Campanha/MG. 19 set. 2006. 1 arquivo (785 KB). CD-ROM.

CALDAS, José. *Oparapitinga: rio São Francisco*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002. 156p.

CAMPOS, Paulo Costa. *Dicionário histórico e geográfico de Três Pontas*. Três Pontas (MG). [s.n.], 2004. 150 p.

CAPRI, Roberto (Org.). *Minas Geraes e seus municípios*. Paraguassu. São Paulo: Oficinas do Estado de São Paulo, 1918. Edição fac-similar.

CARMO DO RIO CLARO (MG). Prefeitura Municipal do Carmo do Rio Claro. *Vapor Francisco Feio*. [Carmo do Rio Claro] [198-?]. 1 fotografia P&B.

CARVALHO, Edézio Teixeira de. Bacia do Rio das Velhas: o assentamento sustentável do Manuelzão. In: LISBOA, Apolo Heringer; GOULART, Eugênio Marcos Andrade; DINIZ, Letícia Fernandes Malloy (Org.). *Projeto Manuelzão: a história da mobilização que começou em torno de um rio*. Belo Horizonte: Instituto Guaicuy, 2008. p.133-148.

CARVALHO, João Rodrigues. Prefeitura Municipal de Machado/MG. *História de Machado (1816-1974)*. Prefeitura Municipal de Machado. Belo Horizonte [i.e.Machado], 1974. 164 p.

CASADEI, Antonio. *Notícias históricas da cidade da Campanha: tradição e cultura*. [Niterói]: [Serv. Gráficos Impar], 1987. 360 p.

CASADEI, Thalita de Oliviera; CASADEI, Antonio. *Aspectos Históricos da Cidade de Campanha*. Petrópolis: Editora Gráfica Jornal da Cidade, 1989.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. *Patrimônio Cultural: conceitos, política, instrumentos*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: IEDS, 2009. 380 p.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. Fundação Getúlio Vargas. FURNAS. Disponível em: <
<http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/Busca/BuscaConsultar.aspx>>. Acesso em 10 dez. 2010.

COELHO, José João Teixeira. *Instrução para o governo da Capitania de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro. Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1994. 304 p. (Coleção Mineriana. Série Clássicos).

COLUMBINA, Francisco Tosi. *Mappa da Capitania de S. Paulo e seu sertão em que devem os descobertos, que lhe forão tomados para Minas Geraes*. [17--]. Disponível em: <
http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart1033415.jpg>.
 Acesso em: 30 jun. 2010. 1 Mapa

COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SAPUCAÍ. *Dados*. [2009]
 Disponível em: <
<http://www.cbhsapucaí.unifei.edu.br/Templates/PAG31.htm>> Acesso em:
 22 dez. 2009.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS. *Memória da CEMIG 2: Depoimento de História Oral*. John Reginaldo Cotrim. Depoimento a Bernardo Mata Machado. Belo Horizonte: CEMIG. Superintendência de Comunicação Social e Representação, 1986.

COMPANHIA VALE DO RIO DOCE. *O Vale do Rio Doce*. Concepção, pesquisa e coordenação de Romeu do Nascimento Teixeira. Texto de Jota Dangelo. [Rio de Janeiro?]: Companhia Vale do Rio Doce, 2002. 129 p. il.

CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL. *Deliberação Normativa n. 110, de 18 de julho de 2007*. Aprova o termo de referência para educação ambiental não formal no processo de licenciamento ambiental do estado de Minas Gerais, e dá outras providências. Disponível em: <
<http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=7059>> Acesso em: 25 jun. 2009.

CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE. *Resolução n. 302 de 30 de março de 2002*. Dispõe sobre os parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente de reservatórios artificiais e o regime de uso do entorno. Disponível em:
 <<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=298>>
 Acesso em: 10 abr. 2010.

_____. *Resolução n. 442 de 22 de março de 2010*. Estabelece diretrizes para as campanhas, ações e projetos de Educação Ambiental, conforme Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, e dá outras providências. Disponível em: <
<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=622>>
 Acesso em: 10 abr. 2010.

COSTA, Antônio Gilberto (Org.). *Roteiro prático de cartografia: da América Portuguesa ao Brasil Império*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

_____. *Os chamados caminhos fluviais para a conquista do território das Minas e do Brasil e suas representações na cartografia da América portuguesa*. In: SIMPÓSIO LUSO-BRASILEIRO DE CARTOGRAFIA HISTÓRICA. 3. Anais Ouro Preto. 10 a 13 de nov. de 2009. 1 arquivo (98KB). 1 CD-ROM.

_____; RENGGER, Friedrich Weald, FURTADO, Júnia Ferreira, SANTOS, Márcia Maria Duarte dos. *Cartografia das Minas Gerais: da capitania à província*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

COSTA, Heloísa Soares de Moura. Meio ambiente e desenvolvimento: um convite à leitura. In HISSA, Cássio Eduardo (Org.) *Saberes ambientais: desafios para o conhecimento disciplinar*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008. p. 79-107.

COSTA, Joaquim Ribeiro da. *Toponímia de Minas Gerais: com estudo histórico da divisão territorial administrativa*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado, 1970.

COSTA, Maria Lúcia Prado. *As tropas da moderação no tempo Saquarema*. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH – MG. XVI, 2008, Belo Horizonte. Simpósio Temático Sociedade, Poder, Região no Império Português e do Brasil nos séculos XVIII e XIX. 1 CD-ROM.

_____. *Conceitos de educação patrimonial em projetos ambientais focados em recursos hídricos: uma crítica ao Projeto Manuelzão*. In: MESTRES E CONSELHEIROS FÓRUM AGENTES DO PATRIMÔNIO. 2. 26 e 27 de setembro de 2009. Belo Horizonte. 1 arquivo. 702 MB. 1 CD-ROM.

CONSTITUÍDO o “Grupo de Trabalho” que estudará a situação econômica da zona do Reservatório de Furnas. *O Paraguassu*. Paraguaçu (MG), 20 mar. 1960. n 764.

DA DOR à Redenção. *Jornal dos Lagos*. Suplemento Especial da Edição número 2269. Alfenas, 05 mai. 2007

DEBRET. *Soldado da cavalaria acompanhando uma pipa d'água*. 1822. Museu Castro Maya - IPHAN/MinC - MEA 0242. Disponível em: <<http://www.mcb.org.br/ernMain.asp>> Acesso em 10 abr. 2010. 1 fotografia.

DEMONSTRAÇÃO de p.te da diviza desta CAPITANIA [Minas Gerais] com a de S. Paulo. C. 1800. 21,0 x 32,0 cm; Manuscrito e aquarela; APM (SC-010). Fotografia: Tibério França. In: COSTA, Antônio Gilberto (Org.). *Roteiro prático de cartografia: da América Portuguesa ao Brasil Império*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007. p. 160.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES. *Mapa Rodoviário Minas Gerais 2002*. Disponível em: <http://www1.dnit.gov.br/rodovias/mapas/index.htm>. Acesso em: 20 nov. 2010.

DESVIO das águas do rio Grande: mais um grande passo na construção da Central Elétrica de Furnas. *O Paraguassu*. Paraguaçu (MG), 13 mar. 1960. n 763.

DEVEM ser compensados os municípios prejudicados pelo reservatório da Central Elétrica de Furnas. *O Paraguassu*. Paraguaçu (MG), 17 jul. 1960. n 780.

EM FEVEREIRO terá início a construção da barragem. Em ritmo veloz os trabalhos da grande central elétrica. *O Paraguassu*. Paraguaçu (MG), 31 jan. 1960. n. 757. p. 1.

EPTV. *A Travessia das águas*. Disponível em: <
<http://eptv.globo.com/emc/VID,0,1,97;1,travessia+das+aguas++01.aspx>>. Acesso em: 15 jul. 2009. Vídeo.

ESPINDOLA, Haruf Salmen. *Sertão do rio Doce*. Bauru/SP: EDUSC, 2005. 488p.

ESTAÇÕES FERROVIÁRIAS. *Estrada de Ferro Central do Brasil*. Disponível em:
<http://www.estacoesferroviarias.com.br/efcb_rj_linha_centro/dpedro.htm>. Acesso em: 05 ago. 2009.

FERNANDES, Edésio. Legislação ambiental brasileira: panorama geral e breve avaliação In: FERNANDES, Edésio; RUJANI, Jurema M. *Cidade, memória e legislação: a preservação do patrimônio na perspectiva do direito urbanístico*. Belo Horizonte: IAB/MG, 2002, p 51-67.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa*. Versão 3.0. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2003. 1 CD-ROM.

FERREIRA, Celeste Noviello. *O quadro de saudade - Carmo do Rio Claro*. [Carmo do Rio Claro?] [s.n] [196_?]. Il. 428 p.

FERREIRA, Jurandir Pires (Org.). *Enciclopédia dos municípios brasileiros*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 1957. v. VIII.

_____. *Enciclopédia dos municípios brasileiros*. Rio de Janeiro: IBGE. 1960. *Histórico de Alpinópolis*. Disponível em: <
<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/minasgerais/alpinopolis.pdf>> Acesso em: 10 abr. 2010.

FERREIRA, Vinicius Martins; FERREIRA, Rogério Resende Martins. *Maria de Barro tecendo a rede voçorocas*. [Nazareno (MG)?]: Centro Regional Integrado de Desenvolvimento Sustentável (CRIDES). 2009. Il. 81 p.

FONSECA, Alberto de Freitas; PAULA FILHO, José Francisco de. *Um importante episódio na história da gestão dos recursos hídricos no Brasil: o controle da Coroa Portuguesa sobre o uso das águas nas minas de ouro coloniais*. In: Revista Brasileira de Recursos Hídricos. v. 11. N. 3. jul./set. 2006 . p. 5-14. Disponível em: <<http://www.ana.gov.br/aguaecultura/academia/docs/Artigo%20BRH.pdf>> Acesso em: 06 ago. 201.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ/Minc-Iphan, 2005.

FRANCO, Hiansen Vieira. *Fama – subsídios para a sua história*. Pouso Alegre/MG: Grafcenter, 2008. il. 365 p.

FREIRE, Genebaldo Dias. In: BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental. Departamento de Educação Ambiental. *Os diferentes matizes da educação ambiental no Brasil: 1997-2007*. Brasília. 2008. Edição fac-similar.

FUKUI, Lia. *Sertão e bairro rural: parentesco e família entre sitiantes tradicionais*. São Paulo: Editora Ática, 1979 (Ensaio; 58)

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Código de Águas. *Dicionário histórico-biográfico brasileiro 1930-1983*. Rio de Janeiro: Ed. Forense-Universitária: FGV/CPDOC, 1984. v. 1.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *Atlas de desenvolvimento humano no Brasil*. Belo Horizonte, 2001. Disponível em: <<http://www.fjp.mg.gov.br>> Acesso em: 12 jan. 2009.

FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS S.A. *Memória*. [2007] Disponível em: <<http://WWW.furnas.com.br>> Acesso em: 10 jul. 2009.

_____. Juscelino Kubitschek. [1957?]. Disponível em: <http://www.furnas.com.br/imagens/mem_cur_04_1.jpg> Acesso em: 17 jul. 2009. 1 Fotografia P&B.

_____; SECRETARIA DO ESTADO DA EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS. *Você e o reservatório de Furnas*. [Belo Horizonte?]; [200?]. 1 folder. GENDER AND WATER ALLIANCE. *Informações*. [200?] Disponível em: <<http://www.genderandwater.org>> Acesso em: 1º abr. 2009.

_____. Gênero e Água. *Visão de gênero: o que é isso?* v. 1. (5.048 KB). 1 CD-ROM

_____. Gênero e Água. *Gênero, água, saneamento e saúde*. v. 2 (4.013 KB). 1 CD-ROM.

_____. Gênero e Água. *Gênero, água e eventos climáticos*. v. 3 (5.918 KB). 1 CD-ROM.

_____. Gênero e Água. *Água, agricultura e alimento*. v. 4 (3.829 KB). 1 CD-ROM.

GIANSANTI, Roberto. *O desafio do desenvolvimento sustentável*. 3. ed. São Paulo: Atual. 1998.

GOMES, Ana Maria Rabelo. Aprender a cultura. In: *Seminário de Ação Educativa*. (2006: Belo Horizonte, MG) Cultura e Educação: Parceria que faz História. Belo Horizonte: Mazza Edições; Instituto Flávio Gutierrez/MAO, 2007. 180p.

GOOGLE. *Chafariz de São Jose de Botas*. Disponível em: <<http://www.google.com.br>>. Acesso em: 05 mar. 2010. 1 fotografia.

GOULART, Eugênio Marcos Andrade (Org.). *Navegando o rio das Velhas das minas aos gerais*. Belo Horizonte: Instituto Guaicuy-SOS Rio das Velhas. Projeto Manuelzão UFMG, 2005. v. 2: Estudos sobre a Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas. 755 p. II

GOUVEA, Octavio Miranda. *A navegação no rio Sapucaí*. Pouso Alegre/MG. Art's Gráficas e Editora Imagem, 2001. 135 p.

GUIMARÃES, Carlos Magno; REIS, Flávia da Mata. Agricultura e mineração no século XVIII In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (Org.). *As Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007. v. 1.

HISSA, Carlos Eduardo. Saberes ambientais: a prevalência da abertura. In HISSA, Cássio Eduardo (Org.) *Saberes ambientais: desafios para o conhecimento disciplinar*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

HORTA. Maria de Lourdes Parreira; GRUMBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane. Guia Básico de educação patrimonial. IPHAN/Museu Imperial, 1999. Apud MINAS GERAIS. Secretaria de Estado da Educação. *Reflexões e Contribuições para a Educação Patrimonial*. Grupo Gestor (Org). Belo Horizonte: SEE/MG, 2002. (Coleção Lições de Minas). INAUGURAÇÃO da rodovia de Furnas. *A Voz da Cidade*. Paraguaçu (MG). 12 out. 1969. p. 1.

INAUGURADA rodovia Três Pontas-Varginha. *A Voz da Cidade*. Paraguaçu (MG). 28 nov. 1967. p. 1.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Estado de Minas Gerais. Departamento Estadual de Estatística. *Dicionário Toponímico*. Belo Horizonte: Oficinas Gráficas de Estatística, 1945.

_____. Dados Censitários. Disponível em: <[www.ibge.gov/seculoxx/arquivos_pdf/populacao](http://www.ibge.gov.br/seculoxx/arquivos_pdf/populacao)> Acesso em: 10 abr. 2010

INSTITUTO CULTURAL MAURÍCIO DE SOUSA. Água boa para Beber. Maurício de Sousa Editora. 2002. Disponível em: <<http://www.monica.com.br/institut/aguaboa/pag1.htm>> Acesso em: 10 abr. 2010.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos*. Município de Paraguaçu/MG. Disponível em: <http://sistemas.iphan.gov.br/sgpa/cnsa_resultado.php> Acesso em: 10 nov. 2010

IRA, Rudolf. *Atlas do Brasil Globo*. Rudolf Ira, Edgar Klettner. Rio de Janeiro; Porto Alegre: Editora Globo, 1953. 67 p. Il. Mapas.

JABLONSKY, Tibor. *Rio Sapucaí no município de Paraguaçu (MG)*. Arquivo Fotográfico Ilustrativo dos Trabalhos Fotográficos de Campo. 1958. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/fotografias_detalhes.php?id=12845>. Acesso em: 30 jul. 2010. 1 fotografia P&B.

JOSÉ, Oilliam. *Indígenas de Minas Gerais: aspectos sociais, políticos e etonológicos*. Belo Horizonte: [Imprensa Oficial], 1961.

LADEIRA, Julieta de Godoy. *Aventuras e Perigos de um Copo d'água*. São Paulo: Editora Atual, 1993.

LAHMAR, Rabah, (Coord.) *Salvemos nossos solos para proteger nossas sociedades*. São Paulo: Instituto Pólis, 2004. 120 p. (Cadernos de Proposições para o Século XXI. 10.). Disponível em: <<http://www.projetomariadebarro.org.br>>. Acesso em: 30 mai. 2009.

LARROSA, Jorge. A Novela Pedagógica e a Pedagogização da Novela. In: *Pedagogia Profana: Danças, piruetas e mascaradas*. Texto de Jorge Larrosa, tradução de Alfredo Veiga-Neto, 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p. 117-138.

LAZANO, Jorge Eduardo Aceves. Prática e Estilos de Pesquisa na História Oral Contemporânea. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina. (Org.). *Usos e abusos da história oral*. 5. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002. p. 15-26.

LE GOFF, Jacques. *São Francisco de Assis*. Tradução de Marcos de Castro. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

LEFORT, Monsenhor José do Patrocínio. *O Sul de Minas e as Bandeiras*. Trabalho histórico apresentado no Congresso de História do Bandeirantismo, por ocasião do tricentenário da bandeira de Fernão Dias, ocorrido a 21 de julho de 1974. Centro de Estudos Campanhenses Mons. Lefort/ Prefeitura Municipal de Campanha. (Série Campanhenses Ilustres) n. 8. Campanha, Minas Gerais. Novembro de 1996.

LEITE, Célio Conde. *Município e Comarca da Paraguassu – Estado de Minas Gerais* – Texto e Fotografias Originais. [Paraguaçu?]. 1939. Edição fac-similar.

LIBBY, Douglas Cole. As populações escravas das Minas setecentistas: um balanço preliminar. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de. VILLALTA, Luiz Carlos (org.). *As Minas setecentistas*, v. 1. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007.

LIMA, Vasco de Castro. *A Estrada de Ferro Sul de Minas: 1884-1934*. Trabalho histórico-descritivo, organizado pelo Secretario da Estrada [...]. São Paulo: COPAG, 1934. 272 p. Il.

LISBOA, Joaquim José. *Descrição curiosa das principaes produções, rios e animais do Brazil, principalmente da Capitania de Minas Geraes*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro. Centro de Estudos Históricos e Culturais, 2002. 91 p. Il.

LOBATO, Monteiro. A Vingança da peroba In: *Urupês*. Cinquentenário da 1ª publicação de Urupês: 1918-1968. 14. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1968.

LORENZI, Harri. *Árvores brasileiras* – manual de identificação e cultivo de plantas arbóreas nativas do Brasil. 3. ed. Nova Odessa (SP): Instituto Plantarum de Estudos da Flora Ltda, 2000. v. 1

LOUREIRO, Carlos Frederico. *Educação ambiental transformadora*. Disponível em: BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. LAYARGES, Philippe Pomier (Org.). *Identidades da educação brasileira*. Brasília. 2004. Disponível em: <<http://sibea.mma.gov.br/dcsibea>>. Acesso em: 07 abr. 2008.

MAPA de todo o campo Grande tanto daparte da Conquist, q'parte com a Campanha do Rioverde, e S. Paulo, como de Piuhy Cabeceyzas do Rio de S. Francisco, e Goyazes Naentrada que se fez p^a. os certões das conquistas do Campo grande por ordem do Ilmo. Sr. Conde de Bobadela como se ordenou ao Capp.am. Antonio Francisco França. C. 1765; 43,0 x 89,0 cm; Manuscrito, desenho e aquarela; IEB-USP (COL. JFAP, 23 –

Folha 19) – Fotografia: José Rosael. In: COSTA, Antônio Gilberto. (Org). *Roteiro Prático de Cartografia: da América Portuguesa ao Brasil Império*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007. p. 197. 1 mapa.

MAPPA DE TODA EXTENÇÃO DA CAMPANHA DA PRINCEZA, feixada pelo Rio Grande, e pelos registros, que limitão a Capitania de Minas. Francisco Sales. C. 1799. 35,0 x 41,0 cm; Manuscrito e aquarela; AHU (n. 263/1170) – Fotografia: Laura Castro Caldas e Paulo Cintra – Projeto Resgate. In: COSTA, Antônio Gilberto. (Org). *Roteiro Prático de Cartografia: da América Portuguesa ao Brasil Império*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007. p. 193. 1 mapa.

Mappa do Termo da Vila da Campanha da Princeza, Comarca do Rio das Mortes de Minas Gerais [...] que so serve para mostrar a extensão do mesmo termo, os lugares mais notaveis, distancias entre estes, estradas mais principais que o atravessão. [1701-1800?]. Arquivo Público Mineiro. Belo Horizonte. SC-003.

MAPPA tografico e hidrografico da Capitania de Minas Geraes [17--]. Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em: <
http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart543208.jpg
> Acesso em: 30 jun. 2010.

MARQUES, Francisco [Chico dos Bonecos]. *Pontalete*: uma história de bonecos. Petrópolis: Ed. Vozes. 1988. Il.

MARTINS, Marcos Lobato. História e Meio Ambiente. In: HISSA, Cássio Eduardo Viana (Org.). *Saberes Ambientais*: desafios para o conhecimento disciplinar. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008. p. 65-67.

MASSENA, José Franklin da Silva. *Panorama do Sul de Minas*. Revista do Arquivo Público Mineiro. Anno IX. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais. 1904. p. 669-794. Edição fac-similar.

MATA, Sérgio. *Chão de Deus*: catolicismo popular, espaço e proto-urbanização em Minas Gerais, Brasil, séculos XVIII-XIX. Berlin: WVb, 2002. Edição fac-similar.

MAZZINI, Ana Luiza Dolabela de Amorim. *Dicionário educativo de termos ambientais*. 4. ed. Belo Horizonte. 604 p.

MENDES JR., Antonio; RONCARI, Luiz; MARANHÃO, Ricardo. *Brasil História* Texto e Consulta. 4. ed. São Paulo: Editora Brasiliense. 1981, v. 1. Colônia.

MINAS GERAIS. Assembléia Legislativa. *Rio São Francisco*: patrimônio cultural e natural. Textos e fotos de Márcio Santos. Belo Horizonte: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 2003. 182 p. Il.

_____. Assembléia Legislativa. Assessoria de Comunicação. *Lei institui regras para delimitação de APPs de represa hidrelétrica*. Disponível em: <http://www.almg.gov.br/not/bancodenoticias/not_724232.asp> Acesso em: 17 jul. 2009.

_____. Decreto Estadual n. 1.754 de 5 de setembro de 1904. Declara caduca a concessão feita à Companhia de Navegação Sul Mineira para navegação dos rios Verde e Sapucaí. Disponível em: <<http://www.almg.gov.br>> Acesso em 20 nov. 2010.

_____. Decreto Estadual n. 9.782 de 3 de dezembro de 1930. Abre crédito especial de 3:892\$000 para pagamento à empresa de navegação do rio Sapucaí de subvenção contratual pelas viagens feitas no último trimestre do ano passado. Disponível em: <<http://www.almg.gov.br>> Acesso em 20 nov. 2010.

_____. Decreto Estadual n. 9.982 de 10 de julho de 1931. Abre um crédito especial de 27:216\$000 para pagamento de subvenção contratual à empresa de navegação do rio Sapucaí. Disponível em: <<http://www.almg.gov.br>> Acesso em 20 nov. 2010.

_____. Decreto Estadual n. 39.911 de 22 de setembro de 1998. Institui o Comitê da Bacia Hidrográfica do Sapucaí e dá outras providências. Disponível em <<http://www.almg.gov.br>>. Acesso em: 30 de mai. 2009.

_____. Decreto Estadual n. 42.596 de 35 de maio de 2002. Institui o Comitê da Bacia Hidrográfica do Entorno do Reservatório de Furnas e dá outras providências. Disponível em <<http://www.almg.gov.br>>. Acesso em: 30 mai. 2009

_____. Decreto Estadual n. 44.264 de 02 de março de 2006. Dispõe sobre a criação das Comissões Interinstitucionais de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: <<http://almg.gov.br>> Acesso em: 14 mai. 2009.

_____. Instituto Mineiro de Gestão das Águas. *Glossário de termos: gestão de recursos hídricos e meio ambiente*. Belo Horizonte: IGAM. 2008. 90 p.

_____. Instituto Mineiro de Gestão das Águas. *Informações*. <<http://igam.mg.gov.br>> Acesso em: 14 mai. 2009.

_____. Instituto Mineiro de Gestão das Águas. Unidades de Planejamento e Gestão dos Recursos Hídricos Bacia do Rio Grande (GD3). *Mapa*. Disponível em: <<http://www.igam.mg.org.br>> Acesso em: 17 jul. 2009. 1 mapa.

_____. Instituto Mineiro de Gestão das Águas. Unidades de Planejamento e Gestão dos Recursos Hídricos Bacia do Rio Grande (GD5). *Mapa*. Disponível em: <<http://www.igam.mg.org.br>> Acesso em: 17 jul. 2009. 1 mapa.

_____. Lei n. 59 de 18 de julho de 1893. Autoriza o presidente do Estado a contratar com Alberto Bressane Lopes, ou com quem mais vantagens oferecer, a navegação a vapor do rio Sapucaí, entre Piranguinho e Pouca Massa. Disponível em: <<http://www.almg.gov.br>>. Acesso em 20 nov. 2010.

_____. Lei n. 430 de 04 de setembro de 1906. Autoriza o governo do estado a conceder ao Barão de Varginha e Antonio Coelho da Gama, privilégio por 30 anos para a navegação do rio Verde, no trecho compreendido entre o Salto Grande e a Estação Fluvial da Estrada de Ferro Muzambinho. Disponível em: <<http://www.almg.gov.br>>. Acesso em 20 nov. 2010.

_____. Lei n. 946 de 04 de outubro de 1946. Autoriza o governo a [...] conceder moratória sem juros à empresa de navegação do rio Sapucaí e a adquirir-lhe as instalações e conceder-lhe uma subvenção de 18:000\$000 anuais. Disponível em: <<http://www.almg.gov.br>>. Acesso em 20 nov. 2010.

_____. Lei n. 13.199 de 29 de janeiro de 1999. Dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos e da outras providências. Disponível em: <<http://www.ana.gov.br/Institucional/aspar/legislacaoEstadosDF.asp>>. Acesso em: 25 de mai. 2010.

_____. Lei n. 13.373 de 30 de novembro de 1999. Dispõe sobre a criação da Área de Proteção Ambiental da Bacia Hidrográfica do - Apa do Rio Machado - e dá outras providências. Disponível em <<http://www.almg.gov.br>>. Acesso em: 17 jul. 2009.

_____. Lei n. 18.023 de 09 de janeiro de 2009. Altera o art. 10 da Lei n. 14.309, de 19 de junho de 2002, que dispõe sobre as políticas florestal e de proteção à biodiversidade no Estado. Disponível em <<http://www.almg.gov.br>>. Acesso em: 17 jul. 2009.

_____. Lei n. 18.030 de 12 de janeiro de 2009. Dispõe sobre a Distribuição da Receita do Produto da Arrecadação do ICMS pertencente aos municípios. Disponível em: <http://hera.almg.gov.br/cgi-bin/nph-brs?d=NJMG&f=G&l=20&n=&p=1&r=1&u=http://www.almg.gov.br/njmg/chama_pesquisa.asp&SECT1=IMAGE&SECT2=THESOFF&SECT3=PLUROFF&SECT6=HITIMG&SECT7=LINKON&SECT8=DIRINJMG&SECT9=TODODOC&co1=E&co2=E&co3=E&co4=E&s1=Lei&s2=18030&s3=&s4=&s5=>> Acesso em: 1º jun. 2010.

_____. Secretaria de Estado da Educação. *Reflexões e contribuições para a educação patrimonial*. Grupo Gestor (Org.). Belo Horizonte: SEE/MG, 2002. (Coleção Lições de Minas).

_____. Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. LASMAR, Idarci; MAGALHÃES, Márcia. (Org.) *Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental de Minas Gerais*. Uma proposta de participação cidadã. Belo Horizonte, 2007.

_____. Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. *O termo de referência para educação não formal no processo de licenciamento ambiental do estado de Minas Gerais*. Disponível em: <<http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=7059>> Acesso em: 25 jun. 2009.

_____. Secretaria da Agricultura. Serviço de Estatística Geral. *Album chorographico municipal do estado de Minas Geraes*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1927. 178 f. il. Mapas.

_____. Secretaria da Agricultura. *Anuario estatístico*. Anno I – 1921. Volume I (Situação Física) Serviço de Estatística Geral. Belo Horizonte: Imprensa Oficial. 1924.

MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS. Inspectoria Federal das Estradas. *Mappa da Viação do Estado de Minas Geraes, publicado no período presidencial do Dr. Washington Luis P. de Souza [...]*. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart42345.jpg>. Acesso em 20 dez. 2010.

MONBEIG, Pierre. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. Tradução de Ary França e Raul de Andrade e Silva. São Paulo: Editora Hucitec; Editora Polis. 1984.

MONTEIRO, Norma de Gois; MINAS GERAIS. *Dicionário biográfico de Minas Gerais: período republicano, 1889 / 1991*. Belo Horizonte: Alemg: UFMG, Centro de Estudos Mineiros, 1994.

MORAIS, Fernanda Borges de. De arraiais, vilas e caminhos: a rede urbana das Minas Coloniais. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (Org.). *As minas setecentistas*, 1. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007. p. 55-85.

MOREIRA, Élvio Carlos. A Pecuária Bovina In: In: GOULART, Eugênio Marcos Andrade (Org.). *Navegando o rio das Velhas das minas aos gerais*. Belo Horizonte: Instituto Guaicuy-SOS Rio das Velhas. Projeto Manuelzão. UFMG, 2005. v. 2. p. 367-390

MORIN, Edgar. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. Tradução de Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya. Revisão técnica de Edgard de Assis Carvalho. 5. ed. São Paulo: Cortez; Brasília/DF: Unesco, 2002.

MOURA, Clóvis. *Os quilombos e a rebelião negra*. 7. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987 (Coleção tudo é história).

MUSEU DA CASA BRASILEIRA. Arquivo Ernani Silva Bruno. *Apetrechos de trabalho e anexos da casa*. Disponível em: <<http://www.mcb.sp.gov.br>> Acesso em 10 set. 2009.

NADAI, Elza. O ensino de História e a “pedagogia do cidadão”. In: PINSKY, Jaime (Org.). *O ensino da História e a criação do fato*. 5. ed. São Paulo: Contexto, 1992 (Coleção Repensando o Ensino).

O BRASIL INDUSTRIAL, AGRÍCOLA, COMERCIAL E POLÍTICO. *Município de Paraguassú*. Rio de Janeiro. Anno IV. Número XII-A. Jan. 1928. Edição fac-similar.

O SUL-MINEIRO ILUSTRADO. *O desenvolvimento de Paraguassú e a administração Cristiano Otoni do Prado*. [s.l.]. [1941?]. Edição fac-similar.

OLIVEIRA, Martha Kolh. Vygotsky e o Processo de Formação de Conceitos In: Taille, Yves de. *Piaget, Vygotsky, Wallon: teorias psicogenéticas em discussão* / Ives de La Taille, Martha Kohl de Oliveira, Heloysa Dantas. São Paulo: Summus, 1992. P. 23-106.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA. *Recomendação de Paris* – proteção do patrimônio mundial, cultural e natural de 16 de novembro de 1972. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=244>>. Acesso em: 30 mai. 2010.

PANNUNZIO, Martha Azevedo. *Era uma vez um rio*. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editor. 2004.

PARAGUASSU. [s.l:s.n]. [1923?]. Edição fac-similar.

PARAGUAÇU/MG. Decreto n. 97 de 02 de dezembro de 2002. Dispõe sobre o tombamento da Fazenda do Ribeirão, no bairro rural do Ribeirão dos Porcos, neste município. Edição fac-similar.

_____. Decreto de 26 de março de 2006. Dispõe sobre a instituição do Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável e dá outras providências. Edição fac-similar.

_____. Lei n. 1.718 de 04 de julho de 2001. Estabelece a proteção do Patrimônio Cultural de Paraguaçu e, atendendo ao disposto no artigo 216 da Constituição Federal, dispõe sobre a instituição do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural e dá outras providências. Edição fac-similar.

_____. Lei n. 1.813 de 30 de maio de 2002. Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Meio Ambiente e dá outras providências. Edição fac-similar.

_____. Lei Complementar n. 14 de 24 de dezembro de 2005. Institui o Plano Diretor do Município de Paraguaçu. Edição fac-similar.

_____. Lei Complementar n. 16 de 22 de dezembro de 2006. Altera e acrescenta dispositivos na Lei Complementar n. 14/2005. Edição fac-similar.

_____. Prefeitura Municipal de Paraguaçu. Plano Diretor do Município de Paraguaçu. Projeto de Lei n. 22/2005. Prefeitura Municipal de Paraguaçu, 82 f., [14], Il. Edição fac-similar.

_____. Prefeitura Municipal de Paraguaçu; Conselho Municipal do Patrimônio Histórico de Paraguaçu/MG; Memória Arquitetura Ltda. *O Patrimônio Cultural de Paraguaçu/MG*. Belo Horizonte. 2008. 30 p. Il.

_____. Prefeitura Municipal de Paraguaçu; Conselho Municipal do Patrimônio Histórico de Paraguaçu/MG. *2ª Etapa do Inventário de Proteção do Acervo Cultural de Paraguaçu*. Belo Horizonte. Julho/2006. 1 CD-ROM.

PESEZ, Jean-Marie. A história da cultura material. In: LE GOFF, Jacques; CHARTIER, Roger; REVEL, Jacques (Org.). *A Nova História*. Coimbra (Portugal): Almedina, 1978.

PINHEIRO, Mario Vitor. *Avaliação técnica e história das enchentes em Itajubá*. Dissertação (Engenharia de Energia) Universidade Federal de Itajubá. Itajubá (MG), 2005. Disponível em: < <http://adm-net-a.unifei.edu.br/phl/pdf/0029394.pdf> > Acesso em 10 abr. 2009.

PLANO de Assistência Sanitária à região de Furnas. *O Paraguassu*. Paraguaçu (MG), 10 abr. 1960. n 767

POLIGNANO, Marcus Vinicius et al. *Uma viagem ao projeto Manuelzão e à bacia do rio das Velhas*. 3. ed. Belo Horizonte. Maio de 2004.

PRADO, Crezo Leite. Descendo o Sapucaí. *A Voz da Cidade*. Paraguaçu. 17 abr. 1993.

PRADO, Cristiano Otoni do. *Crônicas dos 90 anos bem vividos*. Belo Horizonte: Edições Cuatiara Ltda. 1993.

PRADO, Guilherme. *Paraguaçu: sua história, sua gente*. Enciclopédia Paraguaçuense para Win 98/2000 / XP. Ver. 1.0. 08/2004. 120 MB. I CD-ROM;

PRADO, Oscar. *O Sertão dos Mandibóias* – Fundação de Paraguaçu-MG. Paraguaçu. [1981?]. 276 p.

_____. Os Mandibóias. *O Paraguassu*. Paraguaçu (MG). 18 set. 1949.

PREFEITOS da região reúnem-se em Brasília. *A Voz da Cidade*. Paraguaçu (MG). 05 jun 1969. p. 1.

PRÊMIO OURO AZUL. *Informações*. Disponível em: <<http://www.ouroazulcom.br>>. Acesso em: 10 abr. 2010.

PROJETO MANUELZÃO. *META 2010: Revitalização da Bacia do Rio das Velhas*. [Belo Horizonte] [2008?]. 1 folheto

PROJETO MARIA DE BARRO. *Informações*. Disponível em: <<http://projetomariadebarro.org.br>>. Acesso em: 30 mai. 2009.

_____. *Proteger nossos solos*. [Nazareno (MG)?], 2008. il. 1 folheto.

QUEIROZ, Renato da Silva. Caminhos que andam: os rios e a cultura brasileira. In: REBOUÇAS, Aldo da Cunha; BRAGA Jr., Benedito P. F.; TUNDISI, J. G. (Org.) *Águas doces no Brasil*. São Paulo: Escrituras, 1999.

QUINTAS, José Silva. *Educação ambiental no processo de gestão ambiental*. In: BRASIL, Ministério do Meio Ambiente. LAYRANGES, Philippe Pomier (Org.) *Identidades da Educação Ambiental Brasileira*. Brasília, 2004. Disponível em <<http://sibea.mma.gov.br/decsibea>>. Acesso em: 28 abr. 2008.

RANCIÈRE, Jacques. *O mestre ignorante: cinco lições sobre a emancipação intelectual*. Tradução de Lilian do Valle. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. 192 p. (Educação: Experiência e Sentido)
REBELLO, Ricardo Moreira. *O município de Machado até a virada do Milênio*. Tomo I e II. Machado (MG), [s.n.] 2006.

RENGER, Friedrich Ewald. Recursos minerais, mineração e siderurgia. In: GOULART, Eugênio Marcos Andrade (Org.). *Navegando o rio das Velhas das minas aos gerais*. Belo Horizonte: Instituto Guaicuy-SOS Rio das Velhas. Projeto Manuelzão UFMG, 2005. v. 2: Estudos sobre a Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas. 755 p. Il. p. 265-288.

REPRESA de Furnas: baixo nível das águas. *A Voz da Cidade*. Paraguaçu (MG). 12 set 2000, p. 1.

RESENDE, Eliseu. *A epopéia de Furnas. O Estado de Minas*. Belo Horizonte. 21 mai. 2007. Caderno Economia. p. 9.

REZENDE, Roberto Leonel. *Rudimentos históricos do município de São Gonçalo do Sapucaí/Minas Gerais*. São Gonçalo do Sapucaí: Prefeitura Municipal de São Gonçalo do Sapucaí, 1992.

RIBEIRO, Núbia Braga; GOULART, Eugênio Marcos; RADICCHI, Rômulo. A história da ocupação humana na versão do próprio rio. In: GOULART, Eugênio Marcos Andrade (Org.). *Navegando o rio das Velhas das minas aos gerais*. Belo Horizonte: Instituto Guaicuy - SOS Rio das Velhas. Projeto Manuelzão. UFMG, 2005. v. 2. p. 183-206.

ROCHA, José Joaquim da. Mappa da Comarca do rio das Mortes pertencente a Capitania de Minas Gerais. 1777. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart530294.jpg> Acesso em 10. abr. 2010.

RODOVIA de Furnas será asfaltada. *A Voz da Cidade*. Paraguaçu (MG). 25 jun. 1967. p. 1.

ROLNIK, Raquel. *O que é cidade*. São Paulo: Brasiliense, 1995. (Coleção Primeiros Passos)

ROMANO FILHO, Demóstenes; SARTINI, Patrícia; FERREIRA, Margarida Maria. *Gente cuidando das águas: meia dúzia de toques e uma dúzia de idéias para um jeito diferente de ver, sentir e cuidar da água*. Belo Horizonte: Instituto de Resultados em Gestão Social, 2004.

ROMEIRO, Adriana; BOTEELHO, Ângela Vianna. *Dicionário Histórico das Minas Gerais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

SALGADO, João Amilcar. As histórias submersas do rio que não quer morrer. In: GOULART, Eugênio Marcos Andrade (Org.). *Navegando o rio das Velhas das minas aos gerais*. Belo Horizonte: Instituto Guaicuy-SOS Rio das Velhas. Projeto Manuelzão. UFMG, 2005. v. 2. p. 209-238
SANTILLI, Juliana. *Aspectos jurídicos da política nacional de recursos hídricos*. [200_]. [Brasília?]. Disponível em: http://www.estig.ipbeja.pt/~ac_direito/Santilli.pdf > Acesso em: 12 out. 2009.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Um Discurso sobre as ciências*. Edições Afrontamento; Porto; 1988. Disponível em: <<http://www2.pelotas.ifsul.edu.br/cead/metodologia/pdf/outros/DiscursoCiencias.pdf>> Acesso em: 02 jun. 2010.

SANTOS, Milton. *Espaço e método*. São Paulo: Nobel, 1977

_____. *Pensando o espaço do homem*. São Paulo: Editora Hucitec, 1982.

SATO, Michele. Relações multifacetadas entre as disciplinas. In: BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Ensino Fundamental. *Congresso Brasileiro de Qualidade na Educação*. Formação de Professores. Educação Ambiental. Brasília, 2002, v. 3, p. 16-22.

SCHAMA, Simon. *Paisagem e memória*. Tradução de Hildegarde Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SENNA, Nelson de. *Anuario histórico chorographico de Minas Geraes*, Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1918.

SILVA, José Joaquim. *Tratado de geografia descritiva especial da província de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Centro de Estudos Históricos e Culturais. Fundação João Pinheiro, 1997. 196 p.

SILVA, Silvestre. *Frutas no Brasil*. Texto de Helena Tassara. São Paulo: Nobel, 2001.

SILVEIRA, Victor (Org.). *Minas Geraes em 1925*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1926. 155p. il.

SISTEMA FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DE MINAS GERAIS. *Os caminhos das águas*. [Belo Horizonte]; [200-?]. 1 folheto.

SOUZA, Luiz Neves de. Os 50 Anos do lago de Furnas. *O Estado de Minas*. Belo Horizonte. 28 fev. 2007.

SOUZA, Washington Peluso Albino de. As lições das vilas e cidades de Minas Gerais In: SEMINÁRIO DE ESTUDOS MINEIROS. Universidade Federal de Minas Gerais. 4. Anais ... Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 1977. P. 97-241.

SUL DE MINAS totalmente asfaltado. *A Voz da Cidade*. Paraguaçu (MG). 08 out. 1968. p. 1.

TEIXEIRA, Eurico. Frutas do Brasil In: SILVA, Silvestre. *Frutas no Brasil*. Texto de Helena Tassara. São Paulo: Nobel, 2001.

TEIXEIRA, Fausto. *O Monjolo*. Folha de Minas. 22 ago. 1948. Suplemento Literário, p. 2. Belo Horizonte. (fundo da Hemeroteca Pública do Estado de Minas Gerais. Secretaria de Estado da Cultura de Minas Gerais).

TEIXEIRA, Sávia Diniz Dumont; VARGAS FILHO, Demóstenes Dumont. *ABC do rio São Francisco*. Apoio do Instituto de Promoção Cultural (IPC); Ministério da Cultura (MinC). [S.l.]: Marques Saraiva Gráficos e Editores S.A, [1990?].

TELLES, Dirceu D'Alkmin; COSTA, Regina Helena Pacca Guimarães. *Reuso da água: conceitos, teorias e práticas*. 1. ed. São Paulo: Editora Blucher, 2007.

THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

TUAN, Yi-fu. *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. Tradução de Livia de Oliveira. São Paulo/Rio de Janeiro: Difel, 1974.

VALLADÃO, Alfredo. *Campanha da Princeza: estudo histórico*. Rio de Janeiro: Typ. da "Revista dos Tribunais", 1912, 79 p.

VEIGA, Bernardo Saturnino da (Org.). *Almanack Sul-Mineiro para 1874*. Campanha: Typ. do Monitor Sul Mineiro, 1874. 460 p. Edição fac-similar.

_____. *Almanack Sul-Mineiro para 1884*. Campanha: Typ. do Monitor Sul Mineiro, 1884. Edição fac-similar.

VENANCIO, Renato Pinto. Antes de Minas: fronteiras coloniais e populações indígenas. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (Org.). *As Minas Setecentistas*, 1. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007. p. 87-126.

VIDA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM ENGENHARIA, MEIO AMBIENTE E REFLORESTAMENTO LTDA; COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS; COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SAPUCAÍ; GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. *Plano Diretor de recursos hídricos da bacia do rio Sapucaí*. GT. Resumo Executivo. Disponível em: <http://rapidshare.com/files/388829317/Resumo_Executivo.doc.html> Acesso em: 29 jun. 2010.